

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PRISCILA QUEIROLO SUSIN

**CONSTRUÇÕES FAMILIARES E EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA:
PESQUISA BIOGRÁFICA EM UMA FAVELA CARIOCA**

Porto Alegre

2014

PRISCILA QUEIROLO SUSIN

**CONSTRUÇÕES FAMILIARES E EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA:
PESQUISA BIOGRÁFICA EM UMA FAVELA CARIOCA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Orientador: Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos Filho.

Porto Alegre

2014

PRISCILA QUEIROLO SUSIN

**CONSTRUÇÕES FAMILIARES E EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA:
PESQUISA BIOGRÁFICA EM UMA FAVELA CARIOCA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Orientador: Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos Filho.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Dr. Hermílio Pereira dos Santos Filho

Examinadora: Dra. Lúcia Helena Alves Müller

Examinadora: Dra. Helena Beatriz Kochenborger Scarparo

Porto Alegre

2014

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Vista do Morro da Azaléia.....	14
Figura 2	Genograma.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Dados biográficos de Maria/formulação de hipóteses	101
Quadro 2	Análise de texto e de campo temático de Maria.....	107
Quadro 3	Contraste entre dados biográficos e trechos da vida narrada	111
Quadro 4	Dados biográficos de Maria	116

AGRADECIMENTOS

Sou grata a meus pais, Dilson e Elizabeth, por me permitirem crescer e tornar-me, todos os dias, quem sou.

As minhas irmãs, Patricia e Pâmella, por me ensinarem os tantos sentidos de família.

A Laura, por sempre me lembrar do meu amor a este processo.

A Maria Alice, por estar ao meu lado neste caminho de descobertas.

Ao professor Hermílio Santos, meu orientador, pela confiança e pelas inúmeras oportunidades de um aprendizado autônomo e, ao mesmo tempo, amparado.

A Rosa María Brandhorst, pela generosidade e simplicidade em dividir seu conhecimento.

A professora Michaela Köttig pela paciência e sensibilidade diante das pessoas e de suas histórias.

A professora Gabriele Rosenthal, cujo trabalho tem inspirado meus escritos e minhas “formas de ver” o mundo.

As professoras Lucia Helena Müller e Helena Beatriz Scarparo, pelo “abraço crítico” a este trabalho.

Aos professores do PPGCS da PUCRS, por sempre oferecerem espaço e diálogo.

Aos colegas e professores da Faculdade de Psicologia da PUCRS, por serem parte importante de meu aprendizado e de minha história.

A toda a equipe do CAES-PUCRS, pela constante troca, amizade e eficiência.

A toda a equipe de pesquisa do CAES-PUCRS no Rio de Janeiro e no Recife, por terem me recebido com tanto carinho.

A todos os meus colegas do PPGCS da PUCRS, dos cursos de mestrado e doutorado, pelos cafés, pelas trocas, pela compreensão e pelo respeito.

A todas as pessoas com quem me detive a longas ou curtas conversas no Morro da Azaléia.

Obrigada por compartilharem tanto, confiando em nossa relação.

E, em especial, sou grata à Maria, cuja história agora também é parte de minha história.

*Imaginai um homem que, pouco a pouco, emerge de um
letargo, abre os olhos sem ver, depois começa a ver.*

“O Espelho”, Machado de Assis.

RESUMO

A presente pesquisa busca, através da abordagem de narrativa biográfica na perspectiva desenvolvida pela socióloga alemã Gabriele Rosenthal, e de uma sociologia fenomenologicamente fundamentada de Michael Staudigl: a) compreender os enlaces epistemológicos adjacentes ao trabalho com biografias em ciências sociais; b) integrar teoricamente os pressupostos teóricos da fenomenologia desenvolvida por Alfred Schütz, especificadas por Michael Staudigl, e ancoradas nos trabalhos de Edmund Husserl e Maurice Merleau-Ponty; c) apreender de que formas este debate se opera no campo do fenômeno da violência; d) retomar a constituição do debate acerca da violência nas ciências sociais, em especial o debate sobre a violência no Rio de Janeiro vinculado ao “espaço” das favelas; e e) compreender como se apresenta o debate sobre *família* nas ciências sociais brasileira; e f) responder as questões norteadoras desta investigação. A questão central que norteia esta investigação se refere a como se dá a construção subjetiva e biográfica do fenômeno da violência na biografia trabalhada; e as questões específicas dizem respeito às ligações temáticas apresentadas pela própria entrevistada a quem este trabalho se dedica, que são como segue: I) Como a entrevistada, a partir de sua narrativa biográfica, considera, apresenta e interpreta o tema da *violência*? II) Que sentidos ela atribui para a *família* no contexto geral de sua biografia e, especificamente para a temática da violência?; ou seja, III) Como estes temas se interpenetram – se é que se interpenetram?; IV) Como foram e são vivenciados, e como são apresentados no momento da entrevista?; e V) Que outras ligações temáticas são apresentadas, de que *forma* são apresentadas e que papéis desempenham na construção biográfica da entrevistada? A partir da abordagem e das questões norteadoras referidas, realizo a reconstrução de um único caso biográfico – o caso de Maria, moradora de uma comunidade carioca –, buscando trabalhar sentidos emergentes do próprio discurso e, posteriormente, de que formas estas interpretações individuais dialogam com a literatura acadêmica produzida sobre os temas nas ciências sociais.

Palavras-chave: Família; Favelas; Fenomenologia; Narrativa biográfica; Violência.

ABSTRACT

The present research aims, through the biographical narrative approach in the perspective developed by the German sociologist Gabriele Rosenthal and the phenomenological sociology established by Michael Staudigl, to: a) understand the main epistemological frameworks linked to the biographical approaches in social sciences; b) integrate theoretical assumptions of phenomenology developed by Alfred Schütz, specified by Michael Staudigl, and anchored in the writings of Edmund Husserl and Maurice Merleau – Ponty; c) comprehend how this debate operates in the field of the phenomenon of violence; d) elucidate how the debate on violence operates in the social sciences, in particular the violence in Rio de Janeiro bound to the "space" of the *favelas*; e) understand how the theme *family* has been developed in the Brazilian social sciences so far; and f) answer the questions guiding this research. The central question guiding this investigation refers to how occurs the process of subjective and biographical construction of the phenomenon of violence in the biography investigated, and the specific issues related to the thematic connections shown by the interviewee, which are as follows : I) How the interviewee, from her biographical narrative, presents and interprets the theme of violence?; II) What meanings does the interviewee attributes to the family in the general context of her biography, and specifically to the issue of violence; III) How are these themes interpenetrated?; IV) How *were* and how *are* they experienced and presented in the interview?; V) What other thematic links are presented and what roles they play in the biographical construction of the interviewee? From the approach and the guiding questions above, I realize the reconstruction of a single biographical case - the case of Maria, who lives in a Rio de Janeiro's *favela* - seeking for the emerging senses of the discourse itself and the forms that these individual interpretations dialogue with academic literature.

Keywords: Family; Slums/*Favelas*; Phenomenology; Biographical narrative; Violence.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	AMPLIANDO PERSPECTIVAS: REVISÃO DA LITERATURA.....	24
2.1	A violência e suas diferentes abordagens na literatura sócio-antropológica.....	24
2.1.1	Apontamentos sobre a violência na literatura das ciências sociais brasileira.....	25
2.1.2	Estudos sobre violência no contexto carioca: favelas, criminalidade e crime organizado	35
2.1.2.1	<i>Prólogo: favela x asfalto</i>	<i>35</i>
2.1.2.2	<i>O balanço temático: imaginário social e produção nas ciências sociais sobre tráfico de drogas e criminalidade no Rio de Janeiro</i>	<i>39</i>
2.1.3	Violência e o mundo da vida: uma abordagem fenomenológica.....	46
2.1.3.1	<i>Alfred Schütz e alguns conceitos centrais para a compreensão do “mundo da vida</i>	<i>48</i>
2.1.3.2	<i>Michael Staudigl: uma abordagem relacional e fenomenologicamente fundamentada da violência</i>	<i>52</i>
2.2	A família na literatura sócio-antropológica	66
3	METODOLOGIA: UM QUADRO TEÓRICO PARA A PESQUISA BIOGRÁFICA	73
3.1	Um panorama para o surgimento das metodologias reconstrutivas	73
3.2	Breve história da pesquisa biográfica.....	79
3.3	Alguns pressupostos teóricos para a pesquisa biográfica.....	83
3.3.1	Biografia e Aron Gurwitsch: a teoria da <i>Gestalt</i> e o campo temático	84
4	PROCEDIMENTOS PARA A CONDUÇÃO E ANÁLISE DE ENTREVISTAS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS.....	88
4.1	<i>Parte Um: procedimentos para a condução de entrevistas narrativas biográficas</i>	88
4.1.1	Entrevista narrativa biográfica: a pergunta inicial	89
4.1.2	Pergunta inicial no contexto desta pesquisa.....	91
4.1.3	Segunda e terceira fase da entrevista biográfica: perguntas narrativas e perguntas externas.....	93
4.1.4	Construção do memorando	95
4.2	<i>Parte Dois: procedimentos para a reconstrução do caso biográfico</i>	96
4.2.1	Primeiro passo: análise dos dados biográficos	96
4.2.1.1	<i>Provável situação de nascimento de Maria</i>	<i>99</i>
4.2.1.2	<i>Os dados biográficos de Maria</i>	<i>99</i>
4.2.2	Segundo passo: análise de texto e do campo temático	104
4.2.2.1	<i>Análise de texto e campo temático de Maria.....</i>	<i>105</i>

4.2.3	Terceiro passo: reconstrução da vida vivenciada	108
4.2.3.1	<i>Contraste para reconstrução da vida vivenciada de Maria</i>	109
4.2.3.2	<i>Microanálise</i>	110
4.2.4	Apresentação do quarto passo: comparação contrastiva entre vida vivenciada e vida narrada e apresentação do texto final	111
4.2.5	Quinto passo: desenvolvimento preliminar de um tipo	111
5	APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS: OS PASSOS DA RECONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA DE MARIA.....	113
5.1	Apresentação do primeiro passo: análise de dados biográficos.....	114
5.1.1	Dados biográficos de Maria	114
5.1.2	Genograma.....	116
5.1.3	Situação de nascimento.....	116
5.1.4	Hipótese estrutural para a vida vivenciada	120
5.2	Apresentação do segundo passo: análise de interesse de apresentação e do campo temático	122
5.2.1	Hipótese estrutural para interesse de apresentação e campo temático	123
5.3	Apresentação do terceiro passo: reconstrução da vida vivenciada e microanálise	126
5.3.1	Reconstrução da vida vivenciada.....	126
5.4	Apresentação do quarto passo: comparação contrastiva entre vida vivenciada e vida narrada e apresentação do texto final	141
5.4.1	O Morro da Azaléia	142
5.4.2	A situação de entrevista com Maria: uma casa observada no Morro da Azaléia?	144
5.4.3	O início de uma história: aproximações e distanciamentos familiares.....	145
5.4.4	Reordenamentos familiares: afastamentos para uma reaproximação?	148
5.4.5	Reafirmações das desintegrações relacionais	156
5.4.6	Prelúdio para uma nova síntese: novas reestruturações interpretativas das relações .	159
5.4.7	As novas formas relacionais: da vulnerabilidade a tentativa de controle das experiências no mundo da vida	165
5.4.8	Tentativas relacionais e o retorno ao conhecido	169
5.4.9	As não tão novas configurações e a argumentação contrária	178
5.4.10	Negociações e narrativa biográfica como linguagem cotidiana	185
5.4.11	Interpretações para um capítulo final temporário	186
5.5	Desenvolvimento preliminar de um tipo	188
5.5.1	Violência e família são processos experienciais dinâmicos	189
5.5.2	“Experiências de violência”, pontos de reinterpretção e a condição dinâmica	195
5.5.3	O processo experiencial e amoral de reordenamento das relações interpessoais e do familiar a partir de experiências de violência.....	199
5.5.4	A família corporeificada e os atravessamentos geracionais na “construção familiar	203

6	ENSAIO PARA UM EPÍLOGO.....	211
6.1	Construções familiares e experiências de violência	211
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	221
	REFERÊNCIAS.....	223
	ANEXO A - Códigos de transcrição.....	233

1 INTRODUÇÃO

Aos pés do morro, ao lado esquerdo, uma banquinha de camelô vende, entre outras coisas, apetrechos para celular. Mais a frente muitas motos estão paradas e, ao lado delas, homens e mulheres vestindo coletes azuis, indicando serem moto-táxis. Do lado direito, algumas Kombis estão paradas, de portas abertas, à espera de lotação de passageiros para subir o morro.

A subida de Kombi começa suave, cercada de casas antigas e prédios, que vão tecendo a paisagem. Logo deparamo-nos com um grande muro, que indica uma curva sinuosa, onde a subida é mais íngreme e tortuosa. Ali, a escalada morro acima se torna uma tarefa cada vez mais árdua, para a qual, acredito, poucos tenham disposição para seguir a pé. Nestas beiradas, escadas de concreto tentam encorajar o transeunte à subida, ou ao menos, segurá-lo na descida. Neste ponto as casas são menores, algumas de madeira. O terreno oscila ora mais ora menos íngreme, até que deparamo-nos com a última parcela da rua principal.

As Kombis e as motos fazem este trajeto diariamente, muitas vezes. Pouparam o suor e o cansaço do morador e do visitante e, para isso, cobram 2 e 1 reais, respectivamente. Não poderia duvidar que o preço dissesse respeito à profunda noção de que, sem importar muito o valor requerido, aquelas pessoas teriam muita dificuldade em viver ali não fossem estes serviços. Há ainda os que descem do transporte e precisam, após atingir o limite da rua principal, seguir para suas casas através de escadarias que exploram o topo do morro, e estendem-se longamente para as mais diversas localidades que rua alguma alcança. Aqui, pensei, devo talvez usar o conceito *acostumados* para acusar certa normalidade da subida para eles, mas percebi ser este um jeito de apenas fingir conhecimento do viver-ali, ser-dali. Não sei mais que minha própria descrição do Morro da Azaléia¹ e, por isso, sigo caminhando.

Quando meu professor de antropologia, professor Dr. Airton Jungblut pediu, em uma disciplina eletiva que abordava a investigação etnográfica, que apresentássemos uma experiência por escrito que envolvesse nosso trabalho de mestrado, estes foram os primeiros parágrafos por mim escritos, ainda ao final de 2012.

Neste mesmo ano, ainda no início do mês de janeiro, havia recebido uma ligação entusiasmada de meu professor e orientador professor Hermílio Santos. A ligação dizia

¹ O nome Morro da Azaléia é fictício, e busca proteger as pessoas citadas neste estudo. Por esta razão, optei pela anomização da comunidade, de outras localidades e de todos os personagens mencionados pela entrevistada. Ao pensar em uma atribuição que desse lugar ao verdadeiro nome do local da entrevista, foi curiosa a dificuldade para encontrar uma atribuição que já não estivesse em uso para designar alguma favela carioca. Foi neste momento que a dimensão destas comunidades na cidade me pareceu, talvez pela primeira vez, mais real e exorbitante. Este nome específico, Morro da Azaléia, foi sugestão de uma colega de equipe de pesquisa.

respeito a um convite que, de forma significativa mudaria os contornos de meu trabalho de mestrado, bem como seria fonte de uma experiência enriquecedora e única. O Centro de Análises Econômicas e Sociais da PUCRS ² havia sido criado em 2011, e sob a coordenação do prof. Hermílio, buscava – e ainda busca – o desenvolvimento de pesquisas multidisciplinares, envolvendo, principalmente, pesquisadores das ciências humanas, ciências sociais aplicadas e ciências econômicas. Entretanto, apesar de ter conhecimento do funcionamento do Centro, não imaginava àquela época as proporções que aquele convite tomaria em meu trajeto pessoal e profissional.

Eis que a ligação dizia respeito à proposta de participação no primeiro projeto de financiamento estrangeiro, pela fundação holandesa Bernard van Leer, cujo interesse residia na contemplação do perfil socioeconômico, estruturas urbana e de serviços públicos, infraestrutura para lazer, educação e saúde, tipos de organização civil presentes e, principalmente, as diversas facetas da violência no cotidiano familiar e comunitário de crianças de seis favelas do Rio de Janeiro e três no Recife. Meu papel seria, a princípio, na formulação dos instrumentos de pesquisa e na análise dos materiais qualitativos, essencialmente com o enfoque na violência a partir da percepção de grupos de crianças e jovens, e de adultos através de entrevistas narrativas biográficas. Contudo, algumas mudanças importantes ocorreriam.

Ao dar início ao processo de formulação dos instrumentos de pesquisa, a equipe contava com cerca de dez pessoas residentes em Porto Alegre. Dentre os componentes desta equipe³, sociólogos, estudantes de ciências sociais, economista, urbanista, e eu enquanto psicóloga - discutíamos e reformulávamos as formas de coleta de dados. Durante este período, a equipe concluiu que, devido à complexidade dos instrumentos de discussão em grupo com crianças e de condução de narrativas biográficas, seria necessário, além do treinamento das equipes residentes no Rio de Janeiro e no Recife, a presença de pesquisadores que estivessem mais a vontade para a realização deste trabalho.

Assim, eu e minha colega Dra. Patricia Oliveira fomos convidadas pelo prof. Hermílio a fazer parte significativa da pesquisa de campo – condução de grupos de discussão com crianças e adolescentes, e condução de entrevistas biográficas com adultos – em ambas

² Para informações a respeito da constituição, núcleos e grupos de pesquisa envolvidos no Centro de Análises Econômicas e Sociais da PUCRS, acessar o site www.pucrs.br/caes/.

³ A equipe do caes-PUCRS para a pesquisa “Cotidiano de crianças em favelas do Rio de Janeiro e do Recife” é formada pelo coordenador prof. Dr. Hermílio Santos, pelo prof. Dr. Adelar Fochezatto, prof. Dr. Paulo Jacinto, Dra. Patricia Oliveira, M.Sc. Celina de Pinho Barroso, M.A. Marcos Quadros, M.A. Péricles Dias de Oliveira, Psic. Priscila Susin, as estudantes de graduação em ciências sociais Luana Barbosa e Ane Briske e a estudante de jornalismo Anna Veiga.

as capitais. Alguns meses depois, um planejamento de viagens semanais foi organizado, e em conjunto com as equipes do Rio de Janeiro, em parceria com o Núcleo de Estudos e Projetos da Cidade (Central/PUC-Rio), e do Recife, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas de Segurança Pública da UFPE, iniciamos nossa experiência de campo nas nove localidades contempladas pelo projeto.

Repeti o trajeto descrito até o topo do Morro da Azaléia durante pouco mais de um mês, em viagens ao Rio de Janeiro que duravam entre um e quatro dias, nos quais me ocupava de entrevistas biográficas, grupo com crianças e grupos com adolescentes, sempre acompanhada por membros da equipe da PUC-Rio, cuja presença sempre foi de extrema importância para mim. Não havia de minha parte grande familiaridade com os locais e, ainda que eles me afirmassem que também não eram grandes conhecedores das comunidades a que nos dedicávamos, havia um alívio de minha parte ao contar com aquele suporte.

O principal interesse de minhas visitas era, evidentemente, o interesse inerente à pesquisa a qual eu representava, intitulada “Cotidiano de Crianças Pequenas em Favelas do Rio de Janeiro e do Recife”. Este interesse, a despeito do título, estava relacionado à investigação sobre a violência no cotidiano de crianças e moradores das comunidades. Mais do que mapear o que era geral, era de nosso interesse compreender o que havia de específico a cada local e a cada grupo, permeando o cotidiano como forma de acesso às interpretações mundanas acerca da violência na família, na comunidade e nas instituições.



Figura 1 - Vista do Morro da Azaléia
Fonte: Arquivo pessoal (Janeiro de 2012).

Lembro-me ainda com clareza as primeiras incursões ao local. Era a primeira vez que visitava a cidade do Rio de Janeiro para além dos portões do Aeroporto Santos Dumont, e a familiaridade com o local vinha da mídia, de relatos e das ideias que disso decorriam em meu imaginário. O Morro da Azaléia era o primeiro local que visitaria dentro do âmbito da pesquisa, e talvez este seja um fator imperativo para minha escolha e afeição pelo trabalho de campo lá realizado.

Além disso, apesar das extensivas leituras sobre o tema da violência e do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, bem como as incursões policiais e estabelecimento das UPP's, sabia pouco além dos relatos acadêmicos e da ideia da extrema violência e perigo que eram construídas nos noticiários da televisão.

Era claro para mim que o discurso acerca da violência e da exclusão social permeava o imaginário social a respeito das chamadas *underclasses* no Brasil (ZALUAR, 1997), bem como os vertiginosos apontamentos sobre o aumento de violência no país e sua constante associação às *classes populares*. Os trabalhos e políticas públicas que lidavam com a noção de “cidade dividida”, frequentemente repetiam argumentos em que a miséria, a perda do poder de compra do salário, a exploração, a ausência de investimentos na educação e na saúde, estavam associadas ao aumento da violência e da criminalidade (Ver ZALUAR, 1999).

Além disso, grande parte da produção empírica a respeito de violência nas ciências sociais, profundamente ligada ao termo *criminalidade*, pouco mostrava preocupação em compreender o tema através das interpretações e do senso comum no mundo da vida cotidiana (ZALUAR, 1999).

A primeira entrevista narrativa biográfica por mim realizada pelo projeto no Rio de Janeiro, deu-se justamente na comunidade do Morro da Azaléia, e foi especialmente marcante tanto por seu conteúdo quanto pela duração. A entrevista com Dona Lina durou cerca de cinco horas, nas quais me foi apresentada uma vasta construção biográfica que compreendia aspectos anteriores ao seu nascimento, sobre sua infância, adolescência e vida adulta, além de perspectivas do cotidiano atual.

Ainda que minha experiência clínica durante a graduação em psicologia tivesse sido densa, nada poderia ter me preparado para aquelas cinco horas. Estávamos sentadas em cadeiras de plástico, no salão paroquial de uma igreja no alto do Morro da Azaléia. Era a primeira vez que eu andava no local, e era Dona Lina a primeira pessoa com quem eu conversava na comunidade. Eu e minha colega havíamos, alguns minutos antes, caminhado ladeira acima à procura de nossa entrevistada, com quem tínhamos marcado alguns dias antes, por intermédio da Associação de Moradores local. Ao chegarmos perto da Igreja, escutamos

vozes e risadas altas que vinham da padaria alguns metros abaixo. Uma senhora falava e ria alto e, como já havíamos sido alertadas, aquela devia ser Dona Lina.

Se a apresentação de Lina compreendia uma grande variação de temas, um aspecto parecia inerente a todos eles: o âmbito familiar, fosse o de origem ou aquele constituído por ela posteriormente, se manifestava como ponto de partida para toda sua narrativa. A família era conteúdo constante, e permitia de forma privilegiada a entrada no universo cotidiano e progressivo da constituição da entrevistada no mundo da vida: sua chegada ao mundo, seu desenvolvimento, sua saída da casa da família de origem e a sua forma de constituir e interpretar a própria família. Além disso, experienciamos através das formas narrativas de Lina a construção temporal do desenvolvimento do Morro da Azaléia, descobrindo em detalhes a percepção dos atravessamentos políticos, sociais e culturais que lhe eram pertinentes a cada etapa biográfica.

A escolha pelo uso de entrevistas narrativas durante o mestrado não é, portanto, aleatória, e se justifica pela longa trajetória que construí desde o período de graduação em psicologia, onde participei do grupo de iniciação científica com o prof. Hermílio Santos, no projeto intitulado “Juventude e delinquência: Interpretações subjetivas de experiências de violência em narrativas biográficas de adolescentes infratores”. A experiência significativa de entrevista com Dona Lina viria apenas a mostrar que a necessidade de reformular meu interesse inicial para a pesquisa de mestrado, era essencial do ponto de vista das descobertas a que me expunha nas viagens de trabalho e investigação de campo.

O projeto inicial para minha pesquisa de mestrado estava ligado à inserção na iniciação científica, a partir da articulação da abordagem biográfica, e o interesse pelas experiências de violência de meninas em medida socioeducativa na FASE-RS. Entretanto, com as experiências a partir do projeto “Cotidiano de crianças em favelas do Rio de Janeiro e do Recife”, meus interesses seriam reorientados ao trabalho com biografias nas comunidades cariocas. O trabalho de mestrado, juntamente à participação na pesquisa do caes-PUCRS, mostrou-se como uma oportunidade para dar continuidade ao movimento de estreitamento com este tipo de estudo: a investigação do fenômeno da violência a partir da abordagem de narrativas biográficas.

Mais do que isso, o uso da abordagem biográfica não estava desligada de uma tendência que tomava cada vez mais espaço para uma sociologia fenomenologicamente fundamentada – plano epistemológico da abordagem específica desenvolvida pela prof^ª. Gabriele Rosenthal e adotado para esta investigação –, inserido no contexto brasileiro pelo

prof. Hermílio Santos, através de seus estudos sobre a perspectiva reconstrutiva de análise biográfica e seus trabalhos empíricos com adolescentes em medida socioeducativa.

Sob o título “Interpretações da vida cotidiana – Aproximações à análise do mundo da vida”, o texto do prof. Hermílio Santos, publicado pela revista *Civitas* em 2009, coloca em discussão as contribuições do autor Alfred Schütz para uma abordagem da vida cotidiana enquanto *locus* de interesse para uma sociologia fenomenologicamente fundamentada. Neste artigo, além de trazer algumas contribuições importantes deste autor – as quais irei desenvolver em maior profundidade no decorrer deste trabalho – ele faz uma aproximação pertinente dos pressupostos schutzianos à abordagem de análise de narrativas biográficas. Estavam sob suspeita os conceitos de “identidade” e suas mais diversas vertentes, bem como de “*habitus*”, noção bourdieusiana de largo alcance nas ciências sociais brasileira, que perdiam sua capacidade explicativa quando uma noção da capacidade interpretativa dos sujeitos era apresentada.

Em 2011, um número da revista *Civitas*, com o título “Subjetividade e Mundo da Vida”, é dedicado a trabalhos que tomavam a fenomenologia como referência para suas investigações sociológicas, vinculados principalmente à obra de Alfred Schütz. Como colocado pelos organizadores Hermílio Santos, da PUCRS, Daniela López, da Universidade de Buenos Aires, e por Jochen Dreher da Universidade de Konstanz, haveria uma “dívida” para com estas abordagens nas ciências sociais brasileira, a qual, como temos visto, vai aos poucos sendo retomada. Neste período, meu envolvimento no grupo de pesquisa do prof. Hermílio estimulava cada vez mais meu interesse por biografias e pelo tema da violência.

Pouco depois, em 2012, o texto “Ação e relevância em narrativas de adolescentes autoras de atos infracionais”, é publicado pela revista *Contemporânea*. Neste artigo, o prof. Hermílio Santos apresenta o que seria um importante avanço nos trabalhos envolvendo a fundamentação epistemológica da fenomenologia, e o trabalho com a abordagem de Gabriele Rosenthal para a análise de narrativas biográficas. Era também uma substantiva demonstração do impacto de uma análise do mundo da vida como contribuição para as investigações sobre o fenômeno da violência no Brasil.

Ainda em 2012, tive a oportunidade, bem como outros alunos do PPGCS da PUCRS, de participar de um *workshop* sobre análise de narrativas biográficas, conduzido pela própria prof.^a Gabriele Rosenthal. Em 2013, o Programa recebeu Rosa-María Brandhorst, doutoranda da Universidade de Göttingen, orientada pela prof.^a Rosenthal, cuja contribuição através de um *workshop* sobre condução e análise de narrativas foi decisiva no avanço analítico do meu trabalho de mestrado. Por fim, também em 2013, o Programa recebeu a prof. Michaela Köttig,

cujos seminários e orientação de análise de narrativas tornaram ainda mais claros alguns dos passos da prática analítica de narrativas.

Dado o panorama da inserção cada vez mais significativa da abordagem no contexto brasileiro de ciências sociais, havia um amplo amparo institucional para trocas e estudo que vinha a confirmar o potencial de meus interesses. O uso de narrativas biográficas durante a pesquisa no Rio de Janeiro e Recife, contudo, não deixou de ser um processo de contínuas descobertas e ajustes, fundamental para que fosse possível minha adequada apropriação da abordagem.

Ainda que o objetivo geral do projeto fosse o de compreender as diversas facetas e modos de vida de crianças em comunidades do Rio de Janeiro e Recife, era-nos evidente, ao prepararmos os instrumentos de investigação, a necessidade de compor um amplo conhecimento também acerca dos grupos de cuidadores em que estas crianças estavam inseridas. Assim, foi acertado que as entrevistas seriam conduzidas com duas gerações de famílias que tivessem crianças com até oito anos de idade em coabitação.

Entretanto, grande parte das entrevistas acabou se realizando com mães e filhas (muitas vezes também mães), fosse pela disponibilidade de horário ou de interesse e, tanto no trabalho de pesquisa no CAES-PUCRS, quanto no trabalho de mestrado, me deparei com um recorte de gênero importante, orientando meu olhar para a história de vida de mulheres moradoras de favelas/comunidades, mães de crianças pequenas (0 a 8 anos) e com histórias de vida permeadas pela violência – fosse ela familiar, conjugal, na comunidade, etc.

A entrevista com Maria⁴, meu objeto de análise para esta dissertação, é fruto do trabalho de campo no Morro da Azaléia. A história de Maria, em um primeiro momento, veio a representar um caso de sofrimento e exposição à violência, tanto familiar quanto comunitária. Por violência, parto do conceito amplo que abrange os mais diversos tipos de sofrimento: abuso sexual, psicológico, físico, negligência, entre outros. Neste sentido, a ideia original para esta análise estava ligada a uma pergunta relativamente vaga, em que eu questionava de que formas a violência estava incorporada a sua biografia, quais fatores eram adjacentes a ela e de que maneiras a biografada lidava com as situações – tanto no momento da experiência (as formas como vivenciou no passado), quanto no momento presente (a forma como organiza sua apresentação em relação a este tema atualmente). Entretanto, logo pude perceber que este guia inicial me levava a incorporar outros alicerces temáticos de fundamental importância.

⁴ O nome Maria é fictício, bem como os nomes de outros personagens e das localidades apresentadas neste trabalho.

Nada no discurso de Maria estava descolado dos temas da *família* e da *infância*. Hesitante, cheguei a questionar se tais ligações não estavam mais relacionadas à minha própria conversa consciente – ou não – com os pressupostos e crenças que trazia de minhas leituras em psicologia. Foi apenas depois de ter um contato mais profícuo com a literatura sobre narrativas biográficas na abordagem desenvolvida por Gabriele Rosenthal, e em discussões com meu orientador prof. Hermílio Santos, que pude, finalmente, compreender que este caminho até os temas da família e da infância já haviam sido percorridos, e retratavam aquilo que de mais essencial uma biografia poderia oferecer ao pesquisador: linhas de acesso entre o individual e o coletivo, entre o biografado e seu grupo, entre a biografia e a sociedade.

Além disso, a abordagem específica da prof. Rosenthal colocava em perspectiva algo que já há algum tempo eu considerava essencial para quaisquer análises de discurso, fossem biográficas ou não: a diferenciação entre narrativas e argumentações, ou seja, entre *experiência* e opinião ou intenção discursiva. Para mim, desde minha experiência na graduação em psicologia, bem como das entrevistas na FASE-RS, discussões com o grupo de pesquisa e estudos sobre biografia e violência, este era um ponto central para a realização de um trabalho a partir de uma abordagem fenomenológica que, em última instância, encontrava sua ancoragem na reconstrução das experiências. A investigação preocupada com o tema da violência, em especial, poderia se beneficiar desta perspectiva, já que ao trabalhar com posições como vítima/perpetrador, a diferenciação entre vida vivenciada e vida narrada parecia-me fundamental.

A entrevista com Maria, que foi realizada não por mim, mas por duas colegas de equipe, Patricia Oliveira (equipe PUCRS) e Yara Henriques (equipe PUC-Rio), em setembro de 2012, na casa da entrevistada, durou aproximadamente duas horas e vinte minutos. A escolha pela entrevista específica de Maria diz respeito a três questões. A primeira é a de que o método não pressupõe que o pesquisador tenha sido o condutor da entrevista por ele analisada, já que o áudio, a transcrição e o memorando (sobre o qual falarei mais adiante) devem dar conta do acesso total ao material empírico. A segunda é a de que me sentia relativamente à vontade para trabalhar com qualquer material produzido no Morro da Azaléia, já que tive acesso e inúmeras experiências cotidianas naquele ambiente, não sendo um espaço desconhecido para mim. O terceiro e último motivo de minha escolha tem a ver propriamente com a história de vida de Maria.

A presente investigação busca, entre outras coisas, dimensionar as formas e ligações que um indivíduo – neste caso, Maria – faz entre estas diferentes instâncias, bem como destituir conceitos como *família* e *violência* de suas atribuições acadêmicas e cotidianas para,

a partir das atribuições da narradora, reconstruí-los enquanto conceitos relativos a estas interpretações biográficas específicas.

A palavra *construção* como colocada no título, deve ser compreendida corretamente, pois não se refere apenas à manutenção concreta de um aparato familiar no mundo da vida, mas também ao conjunto de níveis simbólicos e interpretativos que um indivíduo pode assimilar e efetivamente construir como sendo *familiares*. A questão da *violência* está associada neste trabalho ao conceito de *experiência*, no sentido fenomenológico – o qual irei expor adiante – da palavra e, mais uma vez, não necessariamente no sentido concreto.

Além disso, olhar para a violência de maneira a desconstruí-la enquanto forma institucionalizada através do conceito de *criminalidade* para, assim, reconstruí-la a partir do ponto de vista dos atores, parecia central ao avanço acadêmico e social do tema. O instrumento de escolha para esta tarefa – a narrativa biográfica – encerraria razões suficientes para ser apontado como uma forma pertinente de contribuição para o debate. A abordagem fenomenológica, ao menos em parte, também demonstra oferecer um adequado recurso para o avanço destas investigações nas ciências sociais. Minhas escolhas teóricas, portanto, residiriam em projetos complementares, onde abordagem biográfica e sociologia fenomenologicamente fundamentada entrariam em diálogo para a análise do fenômeno da violência.

Além disso, Michael Staudigl, anteriormente trabalhado pelo prof. Hermílio Santos para sua investigação biográfica de meninas em medida socioeducativa, viria como vertente fenomenológica ímpar para a compreensão do fenômeno específico da violência. Esta escolha seria duplamente relevante: devido a sua ênfase nas relações constituídas no mundo da vida, e oriundas da incorporação do trabalho teórico de Alfred Schütz; e, principalmente, devido ao interesse em um compasso entre as abordagens adotadas tanto para condução das entrevistas, quanto para análise e posterior discussão, onde o plano teórico comum teria a fenomenologia como referência.

A proposta de compreensão da violência de Michael Staudigl parte de preceitos de Edmund Husserl, Merleau-Ponty e, especialmente, da sociologia fenomenologicamente fundamentada de Alfred Schütz para dar conta do caráter inerentemente intersubjetivo/social do fenômeno. Assim, o autor oferece um arcabouço teórico bastante rico, além de justificativa epistemológica para o desenvolvimento de uma metodologia do (re)conhecimento da violência a partir da perspectiva subjetiva dos sujeitos em interação (Ver STAUDIGL 2004; 2007).

O conceito de experiência utilizado neste trabalho adquire contornos bastante específicos, já que terá na compreensão fenomenológica um caráter não concreto, mas sim subjetivo – conectado ao “mundo da vida” –, mas somente acessível a nossa investigação através da temporalidade e simbolização interna do ator social.

De que maneira, então, a violência em seu caráter experiencial, poderia tornar-se acessível ao estudo empírico sem que fossem reconfiguradas as problemáticas discussões acerca da dualidade *sujeito x objeto*? Ou seja, como superar o problema da *verdade* na interpretação subjetiva? Estas questões tornam-se menos relevantes na medida em que avançamos nos estudos epistemológicos de uma sociologia fundamentada na fenomenologia, e a efetiva problemática permanece em buscar métodos que propiciem o acesso a estas estruturas conscientes – individuais, porém intersubjetivas – e que estejam inseridas adequadamente no quadro teórico de escolha, desde a coleta de dados empíricos, até o efetivo trabalho analítico. O uso de narrativas biográficas, consideradas as suas limitações, parece encerrar motivos suficientes para que se justifique sua relevância neste tipo de estudo.

A utilização de narrativas biográficas, na perspectiva desenvolvida pela socióloga alemã Gabriele Rosenthal, trabalha com os mesmos pressupostos teóricos trazidos por Staudigl, principalmente no que se refere aos conceitos de Alfred Schütz. Além disso, o método de condução e análise de entrevistas por ela dispostos, constroem um quadro que responde com relativo sucesso a pergunta de como é possível trabalhar as diferentes temporalidades subjetivas, narrativas e de ordem histórica e cultural envolvidas em uma construção biográfica, fornecendo a ligação entre *individual* e *social* inerentes ao fluxo biográfico.

O pressuposto com o qual trabalho diz respeito, basicamente, à afirmação de que para se compreender adequadamente qualquer temática específica dentro do panorama geral de uma narrativa biográfica – tanto ao nível da história de vida como vivenciada no passado, quanto ao nível da história como recordada e narrada em um dado momento – é necessário que: I) possamos analisar a história de vida do biografado por inteiro, sem segmentá-la; II) em um primeiro momento o pesquisador se ocupará daquilo que é importante para o narrador e não para seu objeto de investigação; III) o pesquisador deixará o biografado *livre* para conduzir as ligações que julgar necessárias para falar sobre quaisquer temas; IV) a pergunta de pesquisa deve ser o mais aberta possível e ser constantemente adaptada aos achados do pesquisador; e V) devemos considerar que história de vida familiar desempenha um papel chave em qualquer narrativa biográfica de grupos urbanos (ROSENTHAL, no prelo).

Neste sentido, o problema de pesquisa parte de perguntas vagas que, seguindo os princípios citados acima, se mantêm constantemente passíveis de modificações à medida que o trabalho analítico avança: a) Como a entrevistada, a partir de sua narrativa biográfica, interpreta e apresenta os temas *família e violência*?; b) Como estes temas se interpenetram – se é que se interpenetram?; c) Como foram e são vivenciados, e como são apresentados no momento da entrevista?; e d) Que outras ligações temáticas são apresentadas, de que forma são apresentadas e que papéis desempenham na construção biográfica da entrevistada?

A partir desta abordagem, farei a reconstrução de um caso biográfico – o caso de Maria – na perspectiva específica de Gabriele Rosenthal, buscando trabalhar sentidos emergentes do próprio discurso e, posteriormente, de que formas estas interpretações individuais podem ser “generalizadas” e como dialogam com a literatura acadêmica produzida sobre os temas nas ciências sociais.

Os capítulos deste trabalho contam com a seguinte estrutura:

O segundo capítulo, intitulado “Ampliando perspectivas: revisão da literatura” fará uma discussão acerca de como os temas *violência e família* têm sido tratados nas ciências sociais. Para tanto, em relação à violência, buscarei percorrer três eixos: os apontamentos sobre a violência na literatura das ciências sociais brasileira, os diferentes estudos sobre violência no contexto carioca – principalmente aqueles que associam os temas favelas, criminalidade e crime organizado – e, por fim, a exposição de uma teoria alternativa para investigações sobre violência, a chamada abordagem relacional e fenomenologicamente fundamentada da violência de Michael Staudigl. Em relação ao segundo eixo, trabalho primeiramente a família enquanto uma construção multifacetada para, em seguida, mostrar algumas perspectivas amplamente adotadas para seu estudo em ciências sociais no Brasil.

O terceiro capítulo intitulado “Metodologia: um quadro teórico para a pesquisa biográfica” perpassa diversos aspectos referentes à abordagem de narrativa biográfica nas ciências sociais e, especificamente, neste trabalho de mestrado, seguindo a seguinte organização:

O primeiro subcapítulo chama-se “Um panorama para o surgimento das metodologias reconstrutivas” e busca situar o leitor nas mudanças que são apontadas como influências importantes para as ciências sociais, fazendo-a romper com paradigmas oriundos das ciências biológicas e buscar, gradativamente, metodologias qualitativas, interpretativas e reconstrutivas.

O segundo subcapítulo chama-se “Breve história da pesquisa biográfica” e introduz o uso de narrativas biográficas como uma solução possível para a busca de metodologias

adequadas às mudanças apresentadas no subcapítulo anterior. Assim, construo o panorama de ascensão da pesquisa biográfica principalmente no quadro internacional, onde esta parece ter difundindo-se mais largamente.

O terceiro subcapítulo é intitulado “Alguns pressupostos teóricos para a pesquisa biográfica” e trabalha com o tema: “Biografia e Aron Gurwitsch: a teoria da *Gestalt* e o campo temático”.

O quarto capítulo é chamado “Procedimentos para a condução e análise de entrevistas narrativas biográficas” e está dividido em duas partes. A primeira parte intitula-se “Parte Um: procedimentos para a condução de entrevistas narrativas biográficas” e está subdividida da seguinte forma: “Entrevista narrativa biográfica: a pergunta inicial”; “A pergunta inicial no contexto desta pesquisa”; “Segunda e terceira fase da entrevista biográfica: perguntas narrativas e perguntas externas”; e “Construção do Memorando”.

A segunda parte, por sua vez, intitula-se “Parte Dois: procedimentos para a reconstrução do caso biográfico”, e introduz os passos analíticos para a reconstrução de uma narrativa, ilustrados através do caso de Maria. Esta parte conta com a seguinte organização: “Primeiro passo: análise dos dados biográficos”; “Provável situação de nascimento de Maria”; “Os dados biográficos de Maria”; “Segundo passo: análise de texto e do campo temático”; “Análise de texto e do campo temático de Maria”; “Terceiro passo: reconstrução da vida vivenciada”; “Contraste para reconstrução da vida vivenciada de Maria”; “Microanálise”; “Quarto passo: comparação contrastiva entre vida vivenciada e vida narrada”; “Quinto passo: desenvolvimento preliminar de um tipo”; e “Apresentação dos resultados: a estruturação do texto final”.

O quinto capítulo recebe o título de “Apresentação de resultados: os passos da reconstrução biográfica de Maria”, no qual apresento em profundidade os resultados de cada um dos passos analíticos citados anteriormente, tendo como referência a reconstrução da biografia de Maria.

O sexto capítulo apresenta, sob o título de “Ensaio para um epílogo”, uma breve discussão acerca do que os resultados oriundos da análise de Maria poderiam provocar em relação a argumentos arraigados sobre os temas da violência e da família, especificamente no campo das ciências sociais.

O sétimo e último capítulo apresenta as considerações finais para este trabalho de mestrado.

Vejam, a seguir, a construção da revisão teórica que orienta a produção de minhas investigações, bem como os debates a que me detenho posteriormente.

2 AMPLIANDO PERSPECTIVAS: REVISÃO DA LITERATURA

Dois grandes campos temáticos deverão, necessariamente, ser contemplados por esta revisão de literatura.

O primeiro diz respeito às diferentes formas como o tema da *violência* tem sido tratado pelas ciências sociais. Para tanto, buscarei percorrer três eixos diferentes: os *apontamentos sobre a violência na literatura das ciências sociais brasileira*, os diferentes *estudos sobre violência no contexto carioca*, principalmente aqueles que associam os temas *favelas, criminalidade e crime organizado*, e, por fim, a exposição de uma teoria alternativa para investigações sobre violência, a chamada *abordagem relacional e fenomenologicamente fundamentada da violência*.

O segundo campo temático relevante para esta investigação, diz respeito às formas como o tema *família* tem sido trabalhado nas ciências sociais, em especial, em estudos antropológicos e sociológicos.

Para esta dissertação, os dois campos temáticos desenvolvidos se entrelaçam na medida em que estão direcionados para os discursos acerca das chamadas *classes populares*.

Além disso, veremos a seguir que existe, intrínseco às tendências acadêmicas, certa unidade nas diferentes formas de tratar destes aspectos nos diferentes períodos em que têm seu principal desenvolvimento. Esta consistência mostra que nenhuma temática é independente de outras e, portanto, *violência e família* são duas instâncias complementares, cuja fusão, muitas vezes, denota ora vítimas, ora culpados, bem como a necessidade de exortamento de tais polarizações.

2.1 A violência e suas diferentes abordagens na literatura sócio-antropológica

Nesta seção, buscarei, primeiramente, apresentar um amplo panorama sobre as formas como a temática da violência tem sido abordada nas ciências sociais no Brasil e, para isso, percorrerei tanto a literatura sociológica quanto antropológica.

Em um segundo momento, farei uma breve exposição acerca das ideias que circundam a existência das favelas no Rio de Janeiro, bem como que relações se estabelecem entre os bairros da cidade e as favelas, tanto no sentido político, social e cultural, quanto na literatura sociológica. Após esta introdução, apresento os principais eixos temáticos envolvendo as favelas cariocas, tanto no chamado “imaginário social”, quanto na literatura sociológica e antropológica.

Por último, apresentarei uma abordagem específica da violência, utilizada para este trabalho: a abordagem relacional fenomenológica de Michael Staudigl, através de uma composição teórica que compreende três autores principais: Edmund Husserl e sua fenomenologia; Alfred Schütz, cujas noções sociais fenomenologicamente orientadas são centrais e receberão, portanto, especial ênfase; e Maurice Merleau-Ponty com suas contribuições para uma fenomenologia do sujeito radicalmente corporeificado.

2.1.1 Apontamentos sobre a violência na literatura das ciências sociais brasileira

O historiador Radünz (2007) afirmou que qualquer diálogo com a história, inevitavelmente apontará a violência como algo recorrente e historicamente permanente. Isto significa que, para trabalharmos com o conceito de violência, é necessário colocá-lo em termos de seu tempo e espaço, de acordo com os diferentes discursos populares, políticos e acadêmicos que perfazem o debate sobre a temática (PIMENTA, 2008).

Alba Zaluar (1999), neste mesmo sentido, afirmou que, no Brasil, a relação entre campo intelectual e campo político não pode ser abandonado quando debatemos a temática da violência, principalmente a violência urbana. Isto se deve, essencialmente, ao fato de que as escolhas intelectuais, ao menos até os anos 1990, estavam profundamente imbricadas aos lugares que os atores acadêmicos ocupavam nas universidades, partidos políticos e movimentos sociais, inseridos em um cenário de constantes mudanças. Vemos, portanto, que os trabalhos sobre violência em determinados períodos, estão significativamente atravessados pelos acontecimentos e pelo “clima” político e social no país (ZALUAR, 1999; ZALUAR, 2002; ADORNO, 2002; GALDEANO, 2010).

Dado seu caráter múltiplo, a violência tem sido proficuamente trabalhada pelas diversas áreas de conhecimento no Brasil. Nas ciências sociais, especificamente, o debate se caracterizaria pela pouca organização temática, e por modelos teóricos sobrepostos num mesmo autor que lhe daria uma “feição mais teórica” (ZALUAR, 1999).

Um dos eixos difusamente trabalhado seria a própria reflexão sobre *o que é* violência, bem como seus múltiplos planos e significados na perspectiva dos diferentes agentes. Entretanto, estes estudos teriam acabado por apontar sempre uma conotação negativa, colocando em destaque “os males que deveriam ser combatidos” (ZALUAR, 1999). Definir o que vem a ser violência é, portanto, ainda hoje, um complicador para aqueles que empreendem em estudá-la, já que seu caráter é “polifônico e plural” remeteria a ideia de que existem diversas formas de abordá-la (PIMENTA, 2008, p. 8). Como coloca Rifiotis (2006):

A violência, nas suas múltiplas formas, é representada como um domínio da experiência social que permeia as brechas da crise da modernidade e a busca de alternativas interpretativas para a sociedade contemporânea. Os discursos que se identificam com a modernidade têm na violência “uma parte maldita”, a marca de um passado – remoto, ou mesmo primordial -, uma sobrevivência, como diriam os evolucionistas para sublinharem que seu único sentido seria o de ser um elo da cadeia que nos prende ao passado. Ela é apresentada como uma parte estrangeira da experiência social, uma ameaça ao consenso, um “arcaísmo social” a ser eliminado. Assim, a erupção de situações de violência é concebida como uma ruptura, provocada por um elemento não integrado, sempre surpreendente e fora de tempo e lugar (RIFIOTIS, 2006, p. 2).

Ademais, como veremos adiante, a soma de fatores possivelmente explicativos para a violência – pobreza, migração, urbanização, desigualdade, exclusão, etc – tem sido frequentemente o principal instrumento para determinações generalistas acerca da natureza dos processos de violência urbana. Ou seja, uma *única* violência enquanto resultado do agregado político, histórico e social que perpassavam determinado período no Brasil.

Outros estudos, entretanto, buscaram no âmbito cultural as respostas para esta questão. Mesmo dentre trabalhos de cunho etnográfico, encontramos muitos preocupados em somar o aspecto “cultura” aos fatores citados acima e, neste sentido, seriam tão generalistas quanto os outros. Há, contudo, uma parcela significativa que busca romper com concepções estanques, produzindo noções que partem do interior do *locus* e do fenômeno analisado (RIFIOTIS, 2006).

Quando falamos em grupos urbanos, especificamente, especial ênfase tem sido dada para a violência enquanto conectada à criminalidade (Ver GALDEANO, 2010; TAVARES DOS SANTOS, 2004; SILVA, 2004; ADORNO, 2002; ZALUAR, 2002, 1999, 1997). Entretanto, este interesse passa a ser uma preocupação predominante para as ciências sociais brasileiras apenas a partir do final dos anos 1970, engendrando um quadro temático voltado principalmente para o problema das instituições de segurança pública e, especialmente, pela presença cultural da violência nas mediações ou resoluções de conflitos (VASCONCELOS, 2013).

Zaluar (1999) aponta que, até os anos 1980, não havia ainda uma comoção pública que considerasse a criminalidade um problema a ser freado. Como consequência, os estudos da época estavam mais significativamente preocupados com os movimentos sociais e suas diversas modalidades urbanas e rurais, ou seja, a violência era pensada como oriunda do povo ou da sociedade:

Tais manifestações eram classificadas de pré-políticas por sua insistência nos métodos violentos e destrutivos, inclusive do equipamento urbano que servia a esta população, mas ao mesmo tempo a violência “popular” era entendida como reação legítima ao arbítrio, ou como efeito da desordem instaurada pelo poder ilegítimo do Estado e pelo capitalismo selvagem que nem conseguiam fornecer um bom sistema de transportes urbanos para os trabalhadores (ZALUAR, 1999).

Zaluar (1999) aponta ainda que, na virada dos anos 1980, os objetos de interesse mais comuns eram justamente a brutalidade oficial, militar e estatal, bem como a “clandestina”, oriunda das organizações paramilitares que exerciam o “terror” do Estado. Galdeano (2010) corrobora com a constatação e acrescenta que, ainda em decorrência da passagem pelo regime político autoritário no país, muitos estudos daquela década examinaram a violência perpetrada por pessoas como uma consequência do sofrimento prévio causado pelo Estado (GALDEANO, 2010).

Além disso, a violência associada aos pobres no espaço urbano trazia uma complexidade inerente aos diversos discursos acadêmicos na época. Extremamente vinculados a posições políticas, os intelectuais estavam diante de uma figuração onde os pobres eram contabilizados como os principais protagonistas de crimes violentos, mas também as principais vítimas de tais crimes (ZALUAR, 1999).

Galdeano (2010), Tavares dos Santos (2004) e Adorno (2002) corroboram que as discussões que marcam o período entre os anos 1960 e 1970, parecem estar profundamente alinhadas com uma espécie de “paradigma do controle”, e duas abordagens tentaram incorporar polos distintos ao debate: a primeira estava voltada para a preocupação com os mecanismos de controle policial em favor da segurança do “bom cidadão”; e a segunda voltava-se para a necessidade de prevenção da violência, especialmente em micropolíticas que diminuiriam sua incidência (GALDEANO, 2010; TAVARES DOS SANTOS, 2004).

Além disso, a centralização do interesse na criminalidade a partir dos anos 1980 parece estar fortemente ligada aos processos de transformação social tanto mundial, quanto local que, por sua vez, estavam atrelados à modernização nos anos 1950, ao regime militar, e ao contexto de redemocratização no país (VASCONCELOS, 2013). Zaluar (2002) coloca que o grande desafio para os diversos atores envolvidos, era buscar explicações para o aumento da criminalidade e da violência justamente em um período em que o país retomava suas instituições de democracia.

O estudo de Michael Misse (1973) é apontado por Vasconcelos (2013) como sendo um dos inauguradores da linha de pesquisa sobre “Crime e Violência” no Brasil. O estudo, assim como outros do mesmo período, é caracterizado como estando ainda significativamente

vinculado a tradições marxistas. Já nos anos 1980, Antônio Luiz Paixão (1982) se destaca por seu interesse em distinguir o debate científico do debate público acerca da violência, demonstrando resistência em relação a uma “linguagem marxista”, que estaria fazendo uma vinculação direta entre a dita estrutura social, a motivação individual e a instauração de um programa de investigação centralizado no fenômeno criminal.

Zaluar (1999), em seu artigo sobre o debate acerca da violência no contexto brasileiro de redemocratização, define apropriadamente as principais características que demarcaram os discursos entre os anos 1970 e 1990:

Junto à hegemonia indiscutível do paradigma marxista ou da criminologia crítica, a questão institucional predominou de longe sobre a perspectiva sociológica que focaliza a sociedade na sua autonomia, o que nos faz concluir que os trabalhos de cientistas políticos, “polito-sociólogos” e “polito-antropólogos” tiveram grande importância nos últimos 28 anos. Isto nada mais é do que outra maneira de afirmar a relevância política que o tema adquiriu a partir do final da década de 70. (ZALUAR, 1999, p. 4).

No texto *Oito Temas para Debate: violência e segurança pública*, Zaluar (2002) propõe abordar as ideias mais disseminadas, tanto em meios de comunicação de massa, quanto no meio acadêmico, para a compreensão do fenômeno da violência. O primeiro ponto abordado por ela diz respeito à *pobreza* enquanto um fator possivelmente determinante para o engajamento dos indivíduos na criminalidade. A autora aponta que o pressuposto utilitarista de que o homem agiria de forma criminosa por conta da necessidade de sobrevivência reduziria a discussão ao primado do *homo economicus*, ignorando as dimensões de poder, as dimensões simbólicas e das paixões.

Outro ponto discutido por Zaluar (2002) e que, em grande medida, parece ligado ao anterior, diz respeito à desigualdade social enquanto fator determinante para a proliferação da violência. A tese baseia-se, essencialmente, em diferenciais de renda e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), e pressupõe que o que move o homem a agir violentamente seria a revolta a fim de diminuir distâncias econômicas e sociais, bem como as invejas provocadas pela desigualdade. Como podemos ver, a dimensão do poder é levada em consideração, entretanto, a dimensão subjetiva da desigualdade é ignorada, já que ela é medida apenas em índices quantificáveis (renda, escolaridade, expectativa de vida, etc).

Acerca da possível correlação entre pobreza e violência, Zaluar, Noronha e Albuquerque (1994) apresentam no texto intitulado *Violência: Pobreza ou Fraqueza Institucional?*, uma análise dos registros de óbitos por mortes externas pelo Ministério da

Saúde em Estados brasileiros, buscando compreender a existência ou não desta relação amplamente difundida.

A primeira constatação apontada pelos autores, entretanto, é de que, a partir dos dados, vemos que no período pesquisado – anos 1990 – os Estados mais pobres do país é que marcavam os índices mais baixos de violência deste tipo (homicídios): Roraima e Rio de Janeiro teriam os índices mais altos, contrariando a crença de que Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pará, Paraíba e Bahia estariam associados a um maior número de incidência de mortes por violência urbana. Outra constatação apresentada demonstra, ao menos para os anos entre 1980 e 1990, para a dissonância entre o período de progressiva crise econômica e crescimento da criminalidade no Rio de Janeiro, por exemplo, já que o número de registros de homicídios já havia duplicado antes de 1988.

Se a pobreza não possui, na análise dos autores, um perfil explicativo para a violência nas grandes cidades, a migração interna ao país também configura um argumento frequentemente utilizado, porém facilmente contestável como explicativo para o fenômeno: os índices do período entre 1980-1986 demonstram que os Estados que mais receberam pessoas do interior eram aqueles com menores índices de criminalidade.

Os argumentos que caem por terra, portanto, são aqueles que associam o migrante rural tradicional, miserável e inadaptado, residente no imaginário popular – e possível personagem de migração para o Sul do país - a violência urbana nestas capitais, em especial os moradores de favelas do Rio de Janeiro e os nordestinos vivendo em São Paulo (ZALUAR, NORONHA e ALBUQUERQUE, 1994; Ver MISSE, 1995).

Ainda sobre o debate acerca da associação entre violência e pobreza, Sérgio Adorno publica em 2002, na revista *Sociologias*, um texto sob o título *Exclusão socioeconômica e violência urbana*. Adorno (2002) salienta, em nota de abertura, que a história da sociedade brasileira encerraria, nos primórdios da independização nacional através da constituição de uma monarquia, uma dinâmica de fundamentos institucionais patrimonialistas, cuja legitimidade estava vinculada nas relações de grandes proprietários rurais e a fragilidade dos grupos subalternos. Tais grupos eram compostos principalmente pelos escravos negros, pelos homens livres destituídos de posses de propriedade de terras e por populações indígenas.

A partir da segunda metade do século XIX, o país passa por importantes transformações relacionadas a realocações dos eixos econômicos, principalmente para a região Sudeste e, especificamente, para o oeste de São Paulo, com a produção de açúcar; instituição da força de trabalho livre, principalmente com a contratação de imigrantes europeus; e a instauração da República Federativa. Entre 1880 e 1930, o Brasil, lentamente,

abandona seu perfil agrário para ingressar na dinâmica industrial, e observa-se a progressiva substituição da hierarquia estamental em nome da formação de uma sociedade de classes. Neste sentido, vemos um aprofundamento das desigualdades sociais, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e na região do porto de Santos (ADORNO, 2002).

Por volta da segunda metade do século XX, o país começa a se desenvolver em torno de um forte polo industrial, representado, principalmente, pelo parque industrial no Estado de São Paulo. Neste contexto, o protecionismo e a forte regulamentação da indústria são marcantes, o que contribui para uma acentuar o crescimento econômico e a consolidação capitalista no Brasil. Nos anos 1980, entretanto, o país se vê diante de uma profunda crise econômica, que se estende até os primeiros anos da década de 1990 (ADORNO, 2002).

Os governos, na época – e até os dias atuais –, buscaram saídas através de abertura da economia, programas de privatização e da integração brasileira ao mercado internacional. As últimas duas décadas teriam assistido a um crescente processo de modernização dos mercados, informatização dos serviços, progressos da educação, saúde pública, e na democracia. Estas transformações estariam também ligadas a um adensamento da sociedade e das relações de classe, as lutas por reconhecimento e as relações intersubjetivas.⁵ A violência urbana seria um dos problemas centrais de inconformidade destas populações, concomitante a padrões elevados de desigualdade social e a desigualdades no acesso à justiça (ADORNO, 2002).

Adorno (2002) aponta que três tendências caracterizariam a discordância entre os cientistas sociais acerca da explicação para o fenômeno da violência urbana, quais sejam: a) as mudanças na sociedade e em padrões de delinquência e violência; b) a crise no sistema de justiça criminal e; c) a desigualdade social e segregação urbana (ADORNO, 2002, p. 101). Em relação à última tendência, o autor afirma que a associação mecânica entre violência e pobreza compreendia tanto uma prerrogativa de expressão de luta entre classes subalternas e classes dominantes, quanto de trabalhadores urbanos que seriam levados para o mundo do crime contra sua vontade, devido às desigualdades a que estavam sujeitos. Estas constatações não apenas suscitavam reações da direita política (MISSE, 1994; ADORNO, 2002), como também foram fortemente contestadas por estudos que buscaram, como corrobora Zaluar (2002), responder a seguinte questão: “[...] se a concentração da renda permanece a mesma de

⁵ Sobre a relação entre aumento da criminalidade violenta enquanto uma dimensão do aprofundamento da luta de classes, Michel Misse (1995) apresenta argumentos sobre o porquê esta tese estaria equivocada. Dentre elas estão: que a maioria das vítimas da criminalidade são pobres; e que os períodos de crise econômica não são os de aumento significativo das taxas de criminalidade violenta. Haveria uma apropriação marxista da tese, porém, de um “marxismo vulgar”, de conceitos pouco dialéticos (MISSE, 1995, p. 10).

duas ou três décadas atrás, como explicar então a influência da desigualdade social sobre a violência?” (ADORNO, 2002, p. 121).

Em face desta questão sobre a ligação entre pobreza e criminalidade, Michel Misse no texto *Cinco Teses Equivocadas sobre a Criminalidade Urbana no Brasil*, em 1995, já havia contabilizado argumentos contrários suficientes para a contestação de tal tese. Os grandes “acusados” de uma, nas palavras de Misse (1995), *ingênuo* correlação causal entre indicadores de pobreza e criminalidade, seriam as “teorias de classe perigosa”, as “teorias da marginalidade”, e as explicações baseadas na ideia de “estratégias de sobrevivência”. Dentre os argumentos críticos que apontam a univocidade destas teses, estariam:

1) se a pobreza causasse o crime, a maioria dos pobres seria criminosa, e não é; 2) a esmagadora maioria dos presos é de pobres, pretos e desocupados porque a polícia segue um ‘roteiro típico’ que associa de antemão a pobreza (ou marginalidade e também os negros e os desocupados) com a criminalidade; 3) os próprios pobres declaram nas pesquisas que não se identificam com qualquer carreira criminal, pois são ‘trabalhadores honestos’.” (MISSE, 1995, p. 4-5).

A questão para Misse (1994), por fim, seria entre *pobreza e justificação da escolha criminal*, e esta questão se aplicaria tanto para as camadas pobres quanto para as camadas de maior poder socioeconômico, trabalhando com as parcelas envolvidas em questões criminosas (p. 6).

Além disso, Misse (1995) busca desfazer a tese equivocada de que os bandidos de áreas urbanas pobres seriam heróis justiceiros, que redistribuiriam forçadamente a renda concentrada nas mãos de poucos: no âmbito do crime organizado, haveria uma tentativa de fusão da imagem de “protetor dos oprimidos” com a da quadrilha de traficantes do morro, arraigada em uma espécie de “dominação legítima”, que precisa ser compreendida:

[...] que devemos estar afastados tanto do romantismo que vê no delinquente pobre um pequeno “herói” quanto também da completa deslegitimação de sua “escolha criminal”, reificando-o agora não mais como um “pobre herói”, mas como um mero instrumento de adultos ou, a eles e a esses, como movidos por algum tipo de “comunicação distorcida” nas interações cotidianas, como se suas escolhas nada tivessem a ver com sua condição social [...] (MISSE, 1995, p. 13).

Um terceiro apontamento feito por Zaluar (2002), diz respeito à existência de uma “cultura da violência”, que seria imanente, mesmo que não totalmente manifesta, a todas as culturas. Entretanto, a autora salienta que esta crescente de cultura atingiria, ainda que não igualmente, tanto as camadas pobres quanto as camadas médias das favelas e asfalto. Os

primeiros estariam no centro da guerra e seriam principais vítimas de crimes violentos, os segundos seriam as principais vítimas de crimes contra a propriedade.

Machado da Silva (1994), em seu trabalho *Violência e sociabilidade: tendências da atual conjuntura urbana no Brasil*, nos coloca diante de uma importante compreensão do tema a partir do eixo “violência, criminalidade e narcotráfico”. Considerando seus achados, a violência não mais configuraria como um desvio do sistema da ordem estabelecida, mas como uma lógica de funcionamento autônomo e endógeno, traduziria em forma de regras de convivência que se instituem como “novas formas de sociabilização”.

Rocha (1999), no texto *Uma cultura da violência na cidade? – Rupturas, estetizações e reordenações*, perfaz alguns importantes paradigmas que estariam vinculados a uma questão central: “em que termos podemos falar da constituição de uma “cultura da violência” nas cidades?” (p. 85). Tecendo uma revisão de estudos que se preocuparam com o papel da violência no cotidiano das cidades, a autora destaca, dentro de um paradigma cultural, a violência enquanto um vetor identitário e, portanto, não necessariamente criminalizável.

Este vetor seria um organizador, extremamente flexível, de sociabilidades e legitimação interna de grupos sociais. Mais do que isso, seria um canal *desejado* de interação por meios simbólicos específicos. A este respeito Rocha (1999) reorienta a questão: “Quando é que esta violência fragmentária deixa de representar uma ameaça contra a qual se deve reagir, para se tornar parte de uma brincadeira da qual se deseja participar?” (ROCHA, 1999, p. 89).

Pimenta (2008) busca compreender, em seu texto *Dimensões socioculturais da violência: contemporaneidade e relações sociais*, de que formas as condições contemporâneas – a globalização, especificamente – deveria vincular-se à produção de conhecimento sobre a violência, inclusive para descoberta do que comporia a “condição globalizada”.

Para tanto, Pimenta (2008) coloca ser fundamental a articulação das ideias do que José Vicente Tavares dos Santos (1999) chamou *sociologia da conflitualidade*, a partir de seis ideias centrais: a) a noção da complexidade na reconstrução da realidade histórica e social; b) o reconhecimento da historicidade dos processos dos conflitos sociais; c) o processo social entendido como “mediação” da interpretação social pelos agentes sociais; d) a percepção das classes e grupos sociais como construções práticas e simbólicas de posições na estrutura da sociedade; e) a oposição regra conflito como estruturante do saber sociológico e; f) a localização da sociologia da conflitualidade deve ser situada no contexto dos efeitos da

globalização da sociedade e da economia contemporânea (TAVARES DOS SANTOS, 1999, p. 12-13).

Ao compor estes paradigmas para uma compreensão da violência urbana – paradigma da sociologia da conflitualidade –, Pimenta (2008) afirma que Tavares dos Santos nega a existência de uma sociedade de consenso em uma dinâmica, conseqüentemente, interligada e homogênea, e admite o acirramentos das tensões, desigualdades, diferenciações, exclusões e contradições como partes legítimas dos diferentes tempos e espaços socioculturais.

O reconhecimento da complexificação dos sistemas sociais a partir de um aprofundamento do retrato do quadro histórico contemporâneo exige, necessariamente, reconhecer que sua composição não é unicamente racional como pretendia o processo civilizador moderno. Uma postura menos generalista destas condições considera todas as informações que envolvem as especificidades sociais e culturais: míticas, ritualísticas, sentimentos e todos os simbolismos particulares ou compartilhados por grupos e espaços (PIMENTA, 2008).

Para Vasconcelos (2013), uma genealogia da violência urbana, através dos estudos desenvolvidos pelas ciências sociais, poderia ser dividida em dois eixos. O primeiro estaria preocupado com a definição de um processo genealógico sobre a violência urbana; o segundo, com uma definição de parâmetros sobre o funcionamento das instituições de segurança pública e de sua existência enquanto direito. Além disso, especial atenção tem sido dada ao que Adorno (1998) chamou de “colonização da criminalidade pelo crime organizado” (p. 19). Estas temáticas, ainda que muitas vezes trabalhadas de forma diferenciada, têm assumido em muitos estudos, um caráter de ligação ao cenário urbano. O problema do controle social e das instituições responsáveis por ele - seja a lei ou as forças policiais – recaem significativamente sobre o problema do crime organizado, principalmente do narcotráfico (ZALUAR, 2007).

Acerca do debate sobre controle social, Adorno (1998) coloca em pauta a análise do sociólogo alemão Ralph Dahrendorf, sob o título *Law and Order* (1985), como forma de apresentar e tecer perspectivas sobre as questões envolvidas nos temas da *autoridade, lei e ordem e violência*. A principal tese apresentada por Dahrendorf (1985) seria a de um processo de *institucionalização* dos conflitos sociais e o estabelecimento de procedimentos e mecanismos voltados para amortecer a violência de choque entre grupos oponentes (ADORNO, 1998, p. 21):

Dahrendorf conclui que os conflitos contemporâneos deixaram de gravitar em torno da distribuição escassa de recursos dentro de limites aceitos, para gravitarem em torno do contrato, ou seja, lutas em que o objetivo principal é a lei e a ordem. Nessa linha de interpretação, o que passou a estar no cerne do jogo político é a maior ou menor capacidade de distintos grupos sociais influenciarem as estruturas normativas da sociedade. Em outras palavras, lutas em torno da desigualdade de poder e autoridade (ADORNO, 1998, p. 22).

Adorno (1998) recoloca a questão afirmando que “haveria uma autoridade racional baseada na crença na legalidade de normas institucionalizadas e do direito de comando por parte daqueles que, através dessas normas, foram investidos com autoridade.” (ADORNO, 1998, p. 22). Além disso, ele constrói uma crítica substantiva em relação à análise do autor trabalhado, indicando o que lhe parece um descolamento de contextualizações históricas quando se remete à efetivação da lei e da ordem:

O tratamento dos problemas contemporâneos nesses termos supõe um anacronismo histórico, qual seja, o de buscar inspiração no passado para compreender o presente [...] Assim é que se fala em anomia, crise de autoridade, erosão da lei, recuperação das instituições, tudo lembrando o universo sociológico durkeimiano, forjado àquela época para dar conta dos elementos anômicos da divisão social do trabalho (ADORNO, 1998, p. 27).

A discussão que Adorno propõe (1998), a partir destas reflexões, recai sobre as seguintes questões: “Por que uma reação punitiva seria mais adequada do que as respostas não punitivas para os problemas de conflitualidade e litigiosidade das sociedades contemporâneas? Por que o desejo obsessivo de punir, de punir mais e sempre com maior intensidade?” (p. 32). Em última análise, sua indagação trabalha com o pluralismo jurídico que, ao incidir sobre tradicionais e convencionais concepções de responsabilidade penal centrada no indivíduo – desconsiderando as novas organizações da produção de violência urbana: o narcotráfico por exemplo.

Acerca do dilema do controle social, Tavares dos Santos (2004) trabalha os conceitos de conflitualidade, segurança cidadã e dignidade humana no texto intitulado *Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”*. O autor considera que o final do século XX teria trazido novas configurações traduzidas por “uma urbanização sociopática, com espaços urbanos fragmentados e segmentados” (p. 6), onde centros de populações ditas “vulneráveis” e territórios controlados pelo crime organizado estariam em contraste com bairros de população de alta renda, ocasionando a figuração de “cidades divididas”.

Tavares dos Santos (2004) coloca que o Estado de Controle Social contemporâneo, cuja principal característica seria a repressão, seria permeado pela violência policial e seu

apelo sistemático ao uso de violência ilegítima. Tais práticas, nunca antes imaginada pelos sociólogos, tornam-se fator imperativo de investigação. Além disso, existiria uma crescente produção social de insegurança, que se colocava no cotidiano através da privatização e complexificação da segurança, a punição via encarceramento contra moradores de regiões pobres, e uma consolidação da “indústria carcerária”. Os desdobramentos de tais características seriam as dificuldades de acesso à justiça, a seletividade social da justiça penal e a perda de legitimidade das instituições de controle social, compondo um quadro urbano contemporâneo aparentemente difuso, de violência multideterminada (TAVARES DOS SANTOS, 2004, p. 9).

A criminalidade e o controle social, na literatura sociológica e antropológica brasileira, têm recebido especial destaque. Os trabalhos de Alba Zaluar acerca destes temas tem demonstrado ênfase específica no crime organizado como formação arraigada de violência no Estado do Rio de Janeiro. Para este trabalho, as configurações da violência na capital carioca, especificamente nas favelas e áreas de moradia de populações ditas vulneráveis, adquire relevância evidente.

A seguir, apresentarei de forma breve, algumas das investigações sobre a violência no contexto do Rio de Janeiro, principalmente sobre os temas *favelas*, *criminalidade* e *crime organizado*.

2.1.2 Estudos sobre violência no contexto carioca: favelas, criminalidade e crime organizado

O leitor acompanhará, a seguir, dois eixos que se complementam para um entendimento mínimo acerca do contexto urbano do Rio de Janeiro, principalmente sobre a formação das favelas e sua comunicação social com o chamado “asfalto”.

Em um primeiro momento, apresento algumas noções históricas, jurídicas e sociais básicas sobre a formação das favelas no espaço urbano carioca. Em seguida, exponho algumas discussões centrais para o tema: como circula a interlocução entre criminalidade e população favelada no imaginário popular, e como a temática é tratada nos estudos em ciências sociais, principalmente em relação ao crime organizado.

2.1.2.1. *Prólogo: favela x asfalto*

Não havia muito, o prefeito Pereira Passos tornara *quase* real o sonho da burguesia metropolitana de transformar o Rio de Janeiro na Paris da América do Sul. Exterminara as “habitações anti-higiênicas” do centro, abria grandes avenidas com ares de *boulevards*, seguira à risca o modelo haussmaniano de urbanização. Mas, para desgosto seu e da elite que o apoiava, um efeito perverso brotou, morro acima,

com a mesma rapidez e determinação com que a avenida Central (hoje avenida Rio Branco) assumira ares europeus. Os “resíduos” da modernização – os desalojados dos cortiços e os que haviam migrado de outras regiões para trabalhar nas obras de remodelamento – encontraram solução para seu problema habitacional na ocupação dos morros do entorno. Seguiram os passos dos soldados provenientes da campanha de Canudos que, ao eleger o Morro da Favela como seu local de moradia, haviam “fundado”, poucos anos antes, a primeira favela (FREIRE-MEDEIROS, 2006, p. 49)

A noção da “dicotomia favela-bairro” no Rio de Janeiro encerra uma discussão popular e acadêmica densa. Ela abrange, desde o início do século XX, representações do “problema das favelas”, que perpassam desde uma separação geográfica, até uma conotação das favelas enquanto anexos socialmente e culturalmente alheios à organização urbana nos bairros de classe média (Ver FREIRE-MEDEIROS, 2006; GONÇALVES, 2006; RIBEIRO e LAGO, 2001).

Durante a década de 1970, uma “teoria da marginalidade urbana” buscou apontar a inconsistência de discursos dualistas sobre as favelas: demonstravam uma sociabilidade entre favela e mundo dos bairros, bem como uma estrutura social diversificada e politicamente integrada destas favelas. Entretanto, o rápido desenvolvimento do narcotráfico nos anos 1980 no Rio de Janeiro associou-se igualmente a uma agenda que acentuava a legitimidade destas análises polarizadas - que também atuam no debate público atual – e exigiu do campo acadêmico uma revisão de seus preceitos e noções teóricas (RIBEIRO e LAGO, 2001).

Entre as décadas de 1940 e 1950 é o período em que acontece o maior movimento migratório em direção à metrópole do Rio de Janeiro, entretanto, percebe-se que durante as décadas de 1960 e 1970, quedas importantes nas taxas de crescimento populacional reordenam os índices na região. Se os dados parecem indicar, a princípio, que a população favelada tenha sido fortemente influenciada por este processo, os percentuais indicam o contrário. Ainda que tenha sofrido uma acentuada diminuição, a população destas áreas – as favelas –, em relação ao total da população, continuou a crescer, mantendo-se bem acima, mesmo nas décadas mais críticas para seu crescimento. Ainda assim, o relativo decréscimo no crescimento das populações de favelas pode, em grande medida, ser explicada pela “abertura da periferia metropolitana” nas décadas de 60 e 70, através da intensa produção de lotes urbanos iniciada na década anterior (RIBEIRO e LAGO, 2001).

As décadas de 1960 e 1970, no Rio de Janeiro, assistem ainda a implementação de políticas de remoção das favelas que, curiosamente, teriam seu maior impacto na Zona Sul. Estas políticas, evidentemente responsáveis por uma acentuação na divisão “favela-bairro”, estavam igualmente contextualizadas em um processo jurídico que, a partir do Código de Obras de 1937, consolidava a associação sistemática entre favelas e ilegalidade - ou seja: estes

espaços não existiam oficialmente e, portanto, eram *antônimos* de cidade (BURGOS, 2005). Na observação de Gonçalves (2006), o decreto, mais do que influenciar profundamente as políticas urbanas em relação àquelas áreas, estabelecia um *modus operandi* onde as favelas estavam condenadas a condição provisória, sendo apenas *toleradas* pelos poderes públicos.

Neste sentido, o direito legitimava a falta de investimentos públicos nestes espaços, onde os favelados não gozavam dos mesmos direitos que os demais moradores cariocas: “uma espécie de duplicidade de mundos começa a se manifestar na cidade onde a população e o próprio poder e seus representantes admitiam a necessidade de se conviver com “desordem, ou com uma ordem distinta da prevista” (GONÇALVES, 2006, p. 2). Mais do que uma duplicidade no âmbito jurídico e político, as favelas tornam-se, no imaginário social e nas intervenções cotidianas, uma dimensão cultural e psicológica oriunda da socialização dos “favelados” em um universo particular, divorciado dos referenciais da cidade (BURGOS, 2005).

Nos anos 1990, a taxa de crescimento da população favelada mantém-se muito acima do restante da população (RIBEIRO e LAGO, 2001), acompanhada por uma taxa cada vez mais crescente de mortes por homicídios vinculados ao tráfico de drogas. Como aponta Leite (2000), o Rio de Janeiro começa a adquirir uma imagem, dentro e fora do país, de cidade violenta. Seu perfil, em grande medida, incorpora assassinatos, roubos, assaltos, sequestros, brigas em bailes funk, além de confrontos armados entre facções do tráfico de drogas e destas com a polícia. Era a representação de uma “cidade partida” que evidenciava onde estavam os pobres e a marginalidade, por meio de uma generalização das diferenças internas das favelas, entre as favelas, e a acentuação de suas diferenças – em sentido pejorativo – em relação ao “asfalto”.

É neste mesmo período que episódios violentos ocorrem no Rio de Janeiro e, através da mídia, ajudam a delinear e consolidar a representação de uma “cidade em guerra”, cujos mecanismos institucionais já não conseguiam administrar os conflitos sociais, e em que se perdera o necessário controle sobre as “classes perigosas”, ou seja, sobre os “favelados” (LEITE, 2000, p. 75).

Leite (2000) aponta, dentre estes episódios, a morte de onze jovens residentes de periferia (Acari), o assassinato de sete menores que dormiam em frente às portas da Igreja da Candelária, e o massacre de vinte e uma pessoas residentes em Vigário Geral, uma das favelas consideradas mais pobres e violentas na cidade. Sobre estes episódios, além do iminente choque devido ao grau de “violência”, a autora salienta a crescente participação de policiais militares como envolvidos nas mortes, bem como a repercussão midiática no país e no

exterior, que acentuava a sensação de insegurança e violência no Rio de Janeiro: “Ao medo juntava-se o preconceito. Nos finais de semana ensolarados, a polícia carioca passou a deter nas praias mais valorizadas da cidade jovens pobres, suburbanos, quase sempre negros ou mestiços andando em grupos, sob a suspeita de que promoveriam arrastões” (LEITE, 2000, p. 77).

Na segunda metade dos anos 1990, o programa “Favela-Bairro” assume o papel de principal projeto de urbanização de favelas na cidade, contando com um orçamento de, aproximadamente, 600 milhões de reais, em parte financiados pelo Banco (CAVALCANTI, 2009). Araújo (2003) aponta que o programa se diferenciaria significativamente daquelas intervenções ocorridas no período da ditadura e pós-ditadura, onde as atuações públicas nas favelas tinham a marca do descaso ou da remoção autoritária de seus habitantes. O Favela-Bairro teria uma preocupação ideal de incorporação das favelas enquanto parte da cidade, buscando romper as interpretações e preconceitos dualistas que assolavam o imaginário social e as intervenções públicas.

Esta reestruturação nas políticas de gestão urbana, entretanto, teria suas raízes no que Araújo (2003, p. 2) chamou de “receituário neoliberal”. Isto significa que, para incorporar as dinâmicas institucionais de competitividade e eficácia na gestão pública – inserindo a cidade no novo desenho da economia mundial – era necessário criar modelos de cidades que fossem cada vez mais interligadas em seus espaços produtivos. Esta problematização da gestão urbana ocorre, principalmente, a partir do governo Collor (1990 – 1992), e admite novas organizações de infra-estrutura habitacional, para o turismo, para transporte e comunicação na cidade:

[...] em 1993, surge a primeira formulação do Favela-Bairro com o propósito de construir ou complementar a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer as condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade, partindo dos pressupostos de garantir o aproveitamento do esforço coletivo já desprendido a adesão dos moradores e a introdução de valores urbanísticos da cidade formal como signo da sua identificação como bairro (ARAÚJO, 2003, p. 8).

Contudo, a hipótese sustentada por Correia (2006) é de que, apesar de programas como o Favela-Bairro terem ganhado proporções inesperadas e positivas nestas áreas faveladas, uma política habitacional pautada em reorganizações físico-espaciais não seria capaz de restaurar uma integração social – se de fato ela existiu em algum momento. A segregação na cidade, embora fosse atenuada, implicava a necessidade de reordenamento

simbólico, social e cultural, cujas fontes, como vimos, remontam pluralismos históricos, políticos e culturais profundamente arraigados e difundidos com o passar das décadas.⁶

Burgos (2005) aponta que, a despeito das políticas de integração da cidade, o Rio de Janeiro segue na lógica polarizada entre favela e asfalto. Entretanto, um “formigamento no mundo popular” seria também característica nestes espaços nos últimos anos, onde manifestações públicas realizadas por moradores de favelas, principalmente contra a violência policial, têm feito parte de um cenário desencadeado por ações que não diferenciariam favelados de criminosos: seria uma luta pelo direito à vida e contra um evidente *hobbesianismo social*, traduzido pela marginalização destas populações. Como dizia um cartaz em uma das manifestações: “Moro onde os meios de comunicação só chegam para contar os mortos” (BURGOS, 2005).

Vemos que a história que permeia o desenvolvimento das favelas no Rio de Janeiro perpassa uma cisão que foi sendo legitimada por instâncias cada vez mais arraigadas no imaginário popular, através da midiaticização e das ações públicas nos territórios das favelas. Tentativas de reivindicação pela unidade da cidade foram travadas, ao mesmo passo em que, com o alastramento do tráfico de drogas nos morros, as intervenções policiais e os sistemas de divulgação das “guerras” internas entre facções denotavam a necessidade do medo das classes média e, portanto, seu virtual afastamento social e espacial das “populações marginalizadas”.

O que fica evidenciado, em última instância, é o iminente entrecruzamento entre os discursos amplamente difundidos nos meios sociais e as temáticas que passam a fazer parte de uma agenda acadêmica que busca compreender as origens destas cidades divididas, bem como a atuação dos diversos atores e instituições envolvidas nas discussões atuais.

A seguir, apresento um panorama acerca dos principais eixos temáticos no que concerne ao imaginário social acerca de favelas no espaço urbano do Rio de Janeiro, além de uma consideração sobre como estes temas têm sido trabalhados pela literatura nas ciências sociais.

2.1.2.2 O balanço temático: imaginário social e produção nas ciências sociais sobre tráfico de drogas e criminalidade no Rio de Janeiro

Veremos a seguir que, independente das diversas políticas que buscaram, a partir da década de 1990, reposicionar a cidade do Rio de Janeiro enquanto um espaço integrado e socialmente unificado, não necessariamente houve como consequência uma destituição

⁶ Sobre relação entre cidade e democracia, ver RIBEIRO e JUNIOR, 2003; BURGOS, 2005.

criminal dos moradores de favelas. Uma aliteração social parece ressoar desde um enraizamento histórico e político da divisão entre “moradores de bairros” e “favelados”, onde os primeiros seriam forçados a *conviver* com os segundos, ou seja, com as *classes perigosas*.

Silva e Leite (2007), no texto *Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas*⁷, ao abordarem esta divisão da cidade enquanto produção no “imaginário social”, apresentam um importante panorama do que seriam as “representações dominantes”, os “mitos”, ou ainda, o “pacote interpretativo” presente nas representações difundidas sobre o “problema da violência” no Rio de Janeiro (SILVA E LEITE, 2007, p. 548). Neste quadro, alguns eixos temáticos se destacam por compreender os principais argumentos estereotipados em relação a uma “moralidade hegemônica”, representada pelos bairros ou “asfalto”.

Dentre os argumentos apresentados, o questionamento sobre a não participação dos favelados nesta moralidade majoritária, bem como sua provável e indiferenciada “postura ética duvidosa”, seriam uns dos principais argumentos a favor da associação dos moradores de favela aos bandos de traficantes: a convivência – relações de vizinhança, de parentesco, econômicas, e de políticas locais, etc - produziria um *status* de cumplicidade entre eles, sustentando uma subcultura desviante que recusa as normas e valores que constituem a ordem institucional (SILVA e LEITE, 2007, p. 549).

A ostentação diária de armamentos pesados pelos traficantes (jovens e adultos) nas favelas, os tiroteios – seja entre policiais e traficantes, seja entre facções rivais – e a gestão ilegal de serviços (luz elétrica, gás, transporte e televisão a cabo) pelas milícias, entre outros fatores, deu margem à ideia da existência de um “Estado-Paralelo” no Brasil e, em especial, nas favelas do Rio de Janeiro. Desta forma, os traficantes imporiam normas à comunidade, traduzidas em taxas e regulação de horários de circulação na comunidade, por exemplo, e forjariam as formas de punição para quem desobedecesse a estas regras – os chamados tribunais de “justiciamento” (CECIP, 2010).

Silva e Leite (2007) acrescentam que, conseqüentemente, um componente difundido no imaginário social acerca das favelas e dos favelados, seria ausência de Estado nestas localidades, cuja dominação por um “poder paralelo” constituiria uma intrínseca “metáfora da

⁷ A partir da análise de relatos de moradores sobre a violência que vivenciam no cotidiano, tanto em relação a grupos criminosos quanto as forças policiais, Silva e Leite (2007) indicam que existiria uma preocupação constante em relação a “interrupções na estabilidade das rotinas diárias provocadas pelas frequentes explosões de violência” (p.546). O que fica evidenciado é que o fato da *imprevisibilidade* está proficuamente ligado à ação policial que, através de “operações”, trariam em sua conduta uma arbitrariedade intrínseca. Em relação às práticas do tráfico, haveria uma tentativa arraigada de ajustamentos de conduta para a administração e redução da imprevisibilidade neste convívio forçado.

guerra” ligada às suas formas cotidianas. Entretanto, a presença deste estado paralelo traria como consequência interpretativa a submissão dos moradores, à força, as necessidades logísticas dos traficantes, muitas vezes ignorando a noção de que isso não necessariamente traria alteração na adesão dos moradores à ordem institucional vigente (SILVA e LEITE, p. 551).

Estas percepções da organização do tráfico no interior das favelas se transformariam facilmente em ideias antecipadas de cumplicidade entre moradores comuns e criminosos. As preconceções seriam parte do imaginário popular, mas ultrapassariam os discursos para formas objetivadas, sendo constantemente reproduzidas por políticas sociais destinadas a estes moradores, especialmente em relação aos jovens. Além disso, ações policiais de todas as ordens estariam proficuamente marcadas por tais estereótipos, principalmente em suas práticas extraoficiais.

Muitos estudos tem buscado trabalhar esta relação, tantas vezes complexa, entre a polícia e as “populações faveladas” (SILVA e LEITE, 2007). Pinheiro (1997), em seu texto *Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias*, aponta que existiria uma *violência oficial* que aconteceria a despeito do reconhecimento formal de direitos que, com o fim da ditadura, foram incorporados na nova Constituição do Brasil, promulgada em 1988:

Esse *gap* entre a lei e a realidade é a raiz do fracasso das democracias latino-americanas consolidarem um dos grandes marcos de um governo democrático: o controle legítimo da violência. É esse fracasso também que explica a persistência da violência endêmica em muitos países da região. Por um lado, a violência é usada pelas elites como forma de manter a ordem social – a tortura e a detenção arbitrária continuam a caracterizar o comportamento policial em países como o Brasil [...] (PINHEIRO, 1997, p. 44).

Misse (2008), neste mesmo sentido, destaca que existiria uma possível indiferenciação, por parte da polícia e pela população em geral, entre sujeitos que vivem nestas áreas e um perfil de “criminosos potenciais”. A sujeição criminal, que seria uma categoria judicial posterior a um processo do indivíduo no sistema judiciário, é antecipada, e consequentemente, desencadeia em mortes nunca solucionadas de moradores de favelas:

Apenas nos últimos cinco anos, a polícia do Rio de Janeiro reconheceu oficialmente que matou 4.000 civis em conflitos armados em morros e favelas, mas atribuiu a essas vítimas fatais – como justificativa – a categoria de “bandidos”, “traficantes”. Como são traficantes e como reagiram aos tiros da polícia, podem legalmente ser mortos, embora alguns apresentassem traços de execução à queima roupa (MISSE, 2008, p. 384).

Misse (2008) destaca ainda que nos últimos trinta anos, têm-se assistido a uma concentração armamentista de guerra significativa nos morros e favelas cariocas. A demarcação de territórios⁸ e facções adquire um caráter “guerreiro” e de “guerra”, cuja linha de frente é composta, principalmente, por jovens, de idade média entre 15 e 19 anos, cuja resistência em relação à polícia e contra facções inimigas é marcadamente significativa.

No estudo intitulado *Rompendo com a criminalidade: saída de jovens do tráfico de drogas em favelas na cidade do Rio de Janeiro*, Meirelles e Gomez (2009), preocupados em compreender a vida de jovens egressos do tráfico de drogas, trabalham com narrativas episódicas de histórias de vida. Desta forma têm acesso ao percurso de entrada e saída de trinta jovens do tráfico, moradores de sete diferentes favelas cariocas, bem como aos fatores vinculados a este processo. Dentre as constatações apresentadas, uma das motivações principais de ingresso na dinâmica do crime organizado, seria a busca por poder e dinheiro, que dariam vazão a posteriores experiências de traição, punição e medo que, em um primeiro momento, eles não contavam enfrentar.

Zaluar (2007; 2002), em sua análise sobre o envolvimento, mas principalmente, sobre o uso de armas de fogo por jovens em atuação no tráfico, assume a formulação da noção de *ethos da masculinidade* como uma possibilidade explicativa para as crescentes taxas de homicídio entre homens e, conseqüentemente, para a entrada destes jovens no crime organizado (ZALUAR, 2007; 2002). Esta noção incorporaria o culto à virilidade e a exibições violentas de poder como um dos principais fatores para a juvenalização dos bandos de traficantes.

Para Meirelles e Gomez (2009), estas expectativas efetivamente seriam inerentes à entrada de jovens ao tráfico, mas não se manteriam, ocasionando em três possibilidades: o rompimento com este estilo de vida devido à intolerância diante de atrocidades cotidianas; o “embrutecimento” e permanência no tráfico enquanto estilo de vida que os manteria na dinâmica do *ethos masculino*; ou ainda, a saída e posterior retorno ao tráfico devido à ausência de amparo social e institucional para sua inserção no mercado de trabalho, ou mesmo para sua proteção.

Ao falarem sobre crime organizado, Zaluar e Barcellos (2013) discutem teorias arraigadas sobre os possíveis fatores explicativos de jovens no tráfico de drogas: morariam em bairros superpovoados, etnicamente heterogêneas e com altas taxas de desemprego; a

⁸ Dowdney (2003) atribui as origens do uso de favelas como territórios demarcados por facções devido a maior facilidade de “defesa” destes territórios.

população nestes bairros se caracterizaria pelas baixas taxas de escolaridade; além disso, viriam de famílias chefiadas por mulheres e com gravidez na adolescência. Entretanto, para os autores, a vulnerabilidade dos jovens estaria ligada a dimensões múltiplas, profundamente influenciadas pela crescente urbanização que, ao não permitirem a difusão das práticas sociais urbanas de tolerância e civilidade tradicionais.

Assim colocado, estas formas tradicionais de civilidade não conseguiriam ser interiorizadas pelas novas gerações, traduzindo-se na entrada cada vez mais precoce de jovens ao tráfico de drogas (ZALUAR, 2007). Haveria para os autores a necessidade de buscar alternativas analíticas que tomassem em conjunto estes determinantes e sua interação, bem como a consideração a atuação de grupos locais ou do governo (ZALUAR e BARCELLOS, 2013).

Se, atualmente, muitos trabalhos que têm investigado em profundidade o estereótipo de jovens que aderem ao estilo de vida dos traficantes (SILVA e LEITE, 2007), a atenção à dimensão do envolvimento desta população com tráfico de drogas só passa a existir de forma mais consistente por parte de órgãos públicos e de acadêmicos da área social a partir dos anos 1980, mas principalmente do início dos anos 1990, devido as crescentes taxas de homicídio entre a população jovem (entre 15 e 24 anos), onde pelo menos 90% destas mortes estaria associada ao tráfico de drogas (MEIRELLES e GOMEZ, 2009).

Além disso, a crescente diminuição de idade média de entrada de jovens para o tráfico chama a atenção. A explicação estaria em uma série de fatores históricos e de modificação no comércio de drogas ilícitas no Rio de Janeiro, e necessariamente, apontava para a necessidade de estudos amplos, que considerassem todos os aspectos socioculturais e econômicos adjacentes ao crime organizado, a cidade carioca e as mudanças históricas do país, da Justiça e dos regimes de controle social vigentes (DOWDNEY, 2003).

Sob o título *Crianças do Tráfico – Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*, o trabalho de Luke Dowdney (2003) desenvolve proficuamente estas noções relacionadas à inserção de crianças no tráfico de drogas do Rio de Janeiro. O estudo, em última instância, verifica que a atividade de crianças e adolescentes no tráfico de entorpecentes em ambientes de favela sofreu grandes modificações a partir dos anos 1980. De “aviõezinhos”⁹ e “olheiros”¹⁰ que “trabalhavam” em troca de presentes ou pequenas quantias em dinheiro, as crianças e jovens passaram a desempenhar funções cada vez mais complexas, mais bem remuneradas e muito mais perigosas. Dowdney (2003) relata casos de

⁹ Encarregados de transportar pequenas quantidades de droga no interior da favela.

¹⁰ Responsáveis pela observação das zonas de acesso à favela, visando evitar o ingresso da polícia.

crianças recrutadas com apenas oito anos de idade – jovens que rapidamente empunham armas e assumem “cargos” mais altos na hierarquia do tráfico: “embaladores”¹¹, “vapores”¹², “soldados”¹³ e “gerentes”¹⁴.

Para o autor, estas modificações na inserção de crianças no tráfico acompanham uma mudança no quadro geral do tráfico no Rio de Janeiro. O início da comercialização de grandes quantidades de cocaína, na passagem dos anos 1970 para 1980¹⁵, fazem com que o Rio se torne um importante trajeto de exportação de drogas, em especial a cocaína, para os Estados Unidos, para a Europa e para a África do Sul, além de ver seu próprio mercado interno de consumo crescer consistentemente nesta época e tornar-se cada vez mais rentável. A reestruturação do tráfico durante a década de 1980 parecia inevitável¹⁶, e se relacionava com sua expansão, incorporando a violência como instrumento para proteção e cooptação de territórios, bem como para manter a disciplina interna nas facções (DOWDNEY, 2003).

Zaluar (2007) localiza o tráfico de drogas brasileiro no panorama mundial de crime organizado de tráfico de drogas. Para ela, estas organizações combinariam poucos limites institucionais, violência e corrupção através de práticas “subterrâneas” e violentas para resolução de conflitos: ameaças, intimidação, chantagens, extorsão, agressões, assassinatos, etc. (ZALUAR, 2007, p. 33). Ela acrescenta que esta seria uma tendência mundial pós-guerra de fragmentação social, onde o enfraquecimento das restrições morais convencionais dariam vazão ao controle oriundo de forças policiais para a vigia e aplicação da lei que, como vimos anteriormente, muitas vezes segue uma lógica própria, profusamente ligada a estereótipos (SILVA e LEITE, 2007), e a fatores de indiferenciação relacionados ao “acúmulo social da violência no Rio de Janeiro” (MISSE, 2008).

Outra vertente desta *indiferenciação* seria oriunda da homogeneização da população de comunidade em favelas – ou seja, a noção de que *todos* são iguais dentro de *todas* as favelas. Preteceille e Valladares (1999) discutem o tema a partir de uma pluralização das favelas, discutindo o que seria a “desigualdade entre os pobres” a partir do caso das favelas

¹¹ Responsáveis pela embalagem das drogas.

¹² Vendedores de pequenas quantidades de droga na “boca”, o ponto de tráfico.

¹³ Responsável pela segurança armada da “boca” e do morro.

¹⁴ Espécie de oficial do tráfico, braço direito do “dono”, o traficante que domina o ponto.

¹⁵ Dowdney (2003) coloca que, nos anos 1950, o mercado de varejo de drogas ilegais no Rio de Janeiro era composto, essencialmente, pela venda de maconha.

¹⁶ Nos anos 1980, além da organização sistemática do mercado de drogas ilícitas no Rio de Janeiro, acontece a criação da primeira facção da droga na cidade. O Comando Vermelho é o início da escalada da violência armada e organizada, representando, talvez ainda hoje, a mais poderosa divisão dentro do tráfico. Nos anos 1990, com a morte de alguns membros importantes do Comando Vermelho, a facção começa a se fragmentar e novas disputas pelo controle de territórios tornavam-se cada vez mais violentas. Neste período, três novas facções são criadas: Terceiro Comando, Comando Vermelho Jovem e Amigo dos Amigos (DOWDNEY, 2003).

cariocas. Para os autores, o primeiro passo analítico seria justamente desmistificar a noção de que, ao trabalharmos com as favelas, se tornaria sociologicamente mais viável tratá-las enquanto unidade.

Muitas pesquisas realizadas neste âmbito – mesmo reconhecendo diferenças em relação ao tamanho, localização e condição jurídica da ocupação – têm considerado estes espaços como formações típicas de uma *típica* concentração de pobreza. Entretanto, Preteceille e Valladares (1999) trabalharam estatisticamente em nome da comprovação ou não desta unidade, chegando a conclusões que apontam para uma grande proximidade da caracterização urbana e social das favelas com os demais setores do município do Rio de Janeiro, bem como relevantes diferenças de qualidade de equipamento urbano, condição de ocupação e perfil socioeconômico entre os diferentes setores censitários das favelas analisadas.

Para Oliveira *et al.* (2003) esta constatação tem profunda influência nas análises das questões urbanas e sociais. A não diferenciação entre as favelas perpassaria tanto o âmbito do imaginário social, quanto muito das análises pautadas em “tipo ideal”, cujo cunho sociológico ficaria a mercê de generalizações que empobreceriam ou enviesariam suas observações. A diferenciação, seja a partir de uma perspectiva comparativa, ou histórica, traria importantes achados, não apenas para as já tradicionais pesquisas antropológicas nestes espaços, mas também para as investigações socioeconômicas e sociológicas.

Como efeito de um balanço destas concepções difundidas acerca das favelas cariocas, tanto no âmbito do “imaginário social”, quanto no âmbito acadêmico, a consideração central parece ser evidente: existe um entrelaçamento entre discursos que, inevitavelmente, permeia desde a vida cotidiana e as relações entre as partes da “cidade dividida”, até as ações sociais mais amplas, por agentes ou instituições, cuja compreensão sobre a realidade em que atuam é diversas vezes mais ligada aos preconceitos em vigor, do que a diretrizes reguladoras de integração entre bairros e favelas, e entre estas populações.

Por fim, cabe salientar uma última análise dicotômica corrente acerca das favelas e seus moradores: uma divisão polarizada sobre os “favelados enquanto culpados ou vítimas”. Naiff e Naiff (2005), no texto *A favela e seus moradores: culpados ou vítimas? – Representações sociais em tempos de violência*, buscam trabalhar justamente esta questão, que abrangeria desde a percepção dos próprios moradores, até as interpretações predominantes no imaginário social, e a forma como a literatura especializada trabalha os discursos em vigência dentre os diversos atores sociais.

Os “favelados”, noção absolutamente carregada de conotações negativas, assumiria, ao mesmo tempo, três personagens principais: seriam os *traficantes* que personificam o medo que assola a cidade e seus moradores comuns; seriam *os miseráveis*, cuja pobreza e exclusão é de responsabilidade do Estado, que os marginaliza; e, por fim, seriam *os moradores honestos*, personificados pelos trabalhadores pobres com poucas oportunidades devido à baixa escolarização (NAIFF e NAIFF, 2005, p. 116). Mais do que isso, as representações correntes na classe média pesquisada acerca dos “indutores de violência”, estariam associadas ao medo generalizado em relação ao tráfico, cujos elementos de ação seriam a “morte” e a “maldade”, ambas relacionadas ao tráfico de drogas, a falta de educação formal para as populações das favelas, e a falta de *amor* que deveriam receber da família.

Sobre este último elemento, percebemos que existe uma dissonância entre os principais fatores apontados acerca do aumento da violência na cidade, e seus motivadores. Esta dissonância parece demarcar alguns discursos correntes, que se fundem cada vez mais, integrando grandes blocos, quase indiferenciados, de concepções etnocêntricas profundamente arraigadas: a desestruturação das famílias pobres, a educação formal e a civilidade urbana enquanto únicos caminhos para uma “cultura ética”, ou seja, para a ética predominante, e, por fim, o “embrutecimento” das populações faveladas, cuja “subcultura” admite a falta de “amor” nos núcleos familiares e, por isso, gera traficantes e bandidos cruéis que ameaçam a ordem legítima dos bairros de classe média.

Dentre as diversas perguntas que residem no “imaginário desta investigação”, uma parece delinear-se a partir deste breve balanço da literatura: seria o arraigado “imaginário social”, salvo suas diferenças e individualidades, também uma forma relevante de contribuição para o aumento da violência urbana no Rio de Janeiro?

A seguir, apresento uma alternativa possível para a análise da violência em suas mais diversas manifestações, a partir de um quadro teórico social e fenomenológico. Com isto, busco tecer um panorama metodológico que, junto ao trabalho biográfico, parece adequado ao descobrimento de novos patamares analíticos que respondam não apenas a esta pergunta, mas também a própria relativização do ambíguo conceito de *violência* e de *violência urbana*.

2.1.3 Violência e o mundo da vida: uma abordagem fenomenológica

Vimos anteriormente que diferentes abordagens têm sido utilizadas nas ciências sociais para a compreensão do fenômeno da violência. Como coloca Zaluar (1999), o debate

sobre violência no Brasil encerraria, desde sua formação enquanto campo de estudo, uma dificuldade em definir a conceitualização menos difusa para a violência.

Para a autora, a violência seria o emprego de uma força física que, ao ultrapassar o limite de acordos ou regras que ordenam relações, perturbariam e, ao adquirir uma carga negativa e de sofrimento, se caracterizariam como um ato violento. Entretanto, os atos violentos necessariamente variariam cultural e historicamente, e não seria possível definir previamente a violência como *boa* ou *má* (ZALUAR, 1999). Além disso, a avaliação do crescimento da violência estaria ainda, em grande medida, associada a “contabilização dos mortos” no país, através de delegacias e hospitais, ignorando aquela violência que ficaria invisível – o sofrimento psíquico e moral (ZALUAR, 2002, p. 22).

A preocupação seria, portanto, a de compreender os valores, direitos fundamentais e valores universais que indicariam os limites impostos aos atos em determinado grupo? Seria esta a definição de violência que culminaria na escolha clara de uma maioria acadêmica em trabalhar a violência a partir da categoria *criminalidade*? Não residiria, para as abordagens da violência nas ciências sociais brasileira, um problema claro na formulação de seu objeto? E, portanto, a necessidade de uma epistemologia mais concisa, não pautada em instrumentos legais, e descolada das regras ditas “universais” que buscam a normatividade do que é violento ou não?

Estas questões têm sido centrais em meu percurso nesta investigação e, por consequência do contato com a literatura apresentada anteriormente, fica evidenciado que a pouca atenção dedicada para a violência chamada “difusa”, coloca em pauta o problema epistemológico e metodológico que encerra o trabalho com atos não previamente categorizados e contabilizados criminalmente como violentos.

Para este trabalho, a perspectiva adotada fundamenta-se em uma epistemologia e uma metodologia fenomenológica, que buscam, essencialmente, trabalhar com a violência a partir da perspectiva subjetiva e *a posteriori*, buscando uma alternativa consistente para a formulação de um campo *abduativo*¹⁷. Para tanto, a contribuição de dois autores centrais são trazidas para a discussão.

A teoria do conhecimento social de Alfred Schütz, a partir de uma síntese crítica dos trabalhos filosóficos de Edmund Husserl e sociológicos de Max Weber, nos dá sustentação epistemológica para pensarmos o “mundo da vida” como um espaço intersubjetivo. Michael Staudigl, por outro lado, busca apropriar-se de leituras de Schütz e filósofos da

¹⁷ Em referência a *grounded theory* e hermenêutica objetiva.

fenomenologia, tais como Husserl e Merleau-Ponty, a fim de apresentar uma abordagem para a compreensão da violência pautada em premissas ancoradas também na perspectiva fenomenológica.

A seguir, apresento alguns conceitos centrais na teoria schutziana que nos auxiliam, ao menos em parte, na compreensão da abordagem da violência desenvolvida por Michael Staudigl, que será posteriormente apresentada.

2.1.3.1 Alfred Schütz e alguns conceitos centrais para a compreensão do “mundo da vida”

A obra de Alfred Schütz, filósofo e sociólogo nascido na Áustria, é frequentemente associada a uma tentativa de rompimento com os pressupostos positivistas lógicos, que viam nas ciências naturais a única forma científica de proceder. Através de um longo processo de seleção no decorrer de sua vida intelectual, Schütz pode rever, alterar, esclarecer e acrescentar componentes dos conceitos utilizados por Edmund Husserl em sua fenomenologia, e por Max Weber na sociologia, transformando-os na base de sua teoria social fenomenologicamente fundamentada (WAGNER, 1979).

Com esta síntese crítica ampla e uma articulação de conceitos caros a qualquer ciência humana, ele busca, entre outras coisas, responder e problematizar as seguintes questões: onde, que não na construção subjetiva da realidade social, poderia o cientista social encontrar argumentos para a aproximação e compreensão da vida cotidiana, ou ainda, do mundo da vida? E mais: qual, que não o mundo da vida, seria o objeto de análise da sociologia? (SCHÜTZ, 1967).

Em relação à obra de Max Weber e sua influência no trabalho de Schütz, Dreher (2011) coloca que esta estava fundamentada principalmente na suposição trabalhada por Weber de uma sociologia enquanto ciência da ação, na qual a ideia de um indivíduo que atribuiria significado *subjetivo* a ação era central. Entretanto, Schütz estava preocupado em ir além, e superar alguns entraves que ainda residiam no quadro teórico weberiano; para ele, o individualismo metodológico de Weber necessitava de uma fundamentação epistemológica mais consistente: era necessário buscar por uma solução para o problema da mútua compreensão humana. A perspectiva *subjetivista* da sociologia lhe foi fundamental no desenvolvimento de um trabalho que resultou, mais tarde, na construção de uma teoria do “mundo da vida”.

A solução aparece para Schütz, primeiramente, pela obra de Henri Bergson e sua filosofia da consciência e do tempo interno, que o ajudaram durante um breve período a

clarear alguns conceitos como o de “significado”, “ação” e “intersubjetividade” (DREHER, 2011). Porém, sua insatisfação com o trabalho bergsoniano ¹⁸ sobre temporalidade, fez com que Schütz buscasse, por recomendação de seu amigo Felix Kauffman, a fenomenologia da consciência do tempo interno de Edmund Husserl (DREHER, 2011).

Para Srubar (1984), as contribuições de Husserl para a sociologia, especialmente aquela que se coloca como “teoria da ação social significativa”, são claras: em primeiro lugar estariam as razões metodológicas, já que a abordagem do autor ofereceria as ciências sociais uma fundamentação que a liberta das discussões e do dilema envolvendo as ciências naturais e as humanidades, possibilitando a adequação para uma investigação dos processos de estabelecimento de significado; em segundo lugar, o conceito de constituição do conhecimento de Husserl permitiu um reconhecimento da condição social da construção de todo conhecimento; e por último, o ponto mais relevante, que é o nível da própria fundamentação, ou seja, o processo de estabelecimento de significado na “atitude natural” no “mundo da vida”.

A primeira suposição que devemos abordar no campo da fenomenologia trabalhada na obra de Schütz diz respeito à experiência, que é sempre *experiência de alguma coisa*, e é o seu conteúdo que receberá atenção central na teoria do autor (WAGNER, 1979). As experiências têm sua efetivação no que Husserl chama de “mundo da vida”, que é a vida cotidiana, ou ainda, a vida do senso comum (WAGNER, 1979; NATANSON, 1962). A obra de Schütz se articula principalmente a partir deste fio condutor: a descoberta profunda dos pressupostos, estrutura e significado da realidade mundana, ou em termos formais, a emergência de uma fenomenologia da “atitude natural” (NATANSON, 1962, XXVI).

O mundo na obra schutziana é um *pressuposto*, algo que é dado ao indivíduo e onde ele interpretará os diversos fenômenos a partir do que o seu grupo cultural desenvolve, ou seja, através de um “mito central”, que é uma “concepção relativamente natural do mundo”. O autor realça a ideia desta superestrutura social não como um mecanismo de determinação, mas sim como um espaço significativo para a participação subjetiva dos indivíduos (WAGNER, 1979). A experiência fundante, ou nos termos fenomenológicos, a *estrutura sedimentar na experiência do indivíduo*, é a condição para qualquer interpretação subsequente de novos eventos (NATANSON, 1962). Das múltiplas interpretações individuais possíveis, é

¹⁸ Se o nível mais fundamental do estabelecimento de significado é a corrente da experiência em si, e se esta não pode ser sistematicamente abordada, como seria possível uma análise válida destes processos de estabelecimento? O problema que Schütz enfrenta em relação à Bergson vem da sua ideia de “intuição” como única forma para assegurarmo-nos dos conteúdos fundamentais da experiência. A resposta que Schütz buscava virá de Husserl e seu método de reflexão fenomenologicamente controlada (SRUBAR, 1984, p. 184).

estabelecida a crença de que se compartilham concepções de mundo pelos indivíduos de uma dada comunidade e, assim, mantêm-se uma interpretação coletiva com uma linguagem comum, ou seja, uma representação comum sobre o mundo entre os membros (WAGNER, 1979).

O “mundo da vida” é, portanto, o objeto básico da sociologia de Schütz, ainda que esta não negue a existência de outros reinos da experiência, nem o caráter transcendente a que qualquer abordagem científica se presta. Com o termo “transcendência”, Schütz (1979; WAGNER, 1979) se refere às experiências que estão além do contexto do mundo da vida, mas que atingem este mundo, como por exemplo, a crença do homem de que o mundo existia antes de seu nascimento e que continuará a existir após sua morte. Existem, portanto, “várias ordens de realidade” e os homens vivem estes variados mundos das experiências humanas. É neste mundo cotidiano, tido como dado, como existindo organizadamente antes de nosso nascimento e tendo sua própria história, que ele coloca o ponto de partida para sua análise (NATANSON, 1962, p. XXVI).

A maneira como interagimos intersubjetivamente neste mundo se dá através da “atitude natural” (WAGNER, 1979; NATANSON, 1962) e será tarefa determinante na obra de Schütz (1979) estudar os principais fatores que permeiam a conduta dos indivíduos no mundo da vida. Ainda que o senso comum seja a matriz de toda ação, a maneira como cada indivíduo se colocará na vida diária é particular e não pode ser dissociada de sua “situação biográfica”. O indivíduo nasce em um grupo primário específico, com adultos também únicos, que são seus guias para o fluxo de experiência. É fundamental compreendermos que qualquer episódio na vida de um indivíduo é apenas uma situação na corrente de suas vivências, pois está ligada a uma série de conteúdos anteriores, portanto, tanto o conteúdo quanto a sequência das experiências serão únicas e próprias de um dado indivíduo, fazendo da deliberação da conduta resultado de sua história singular.

Com isso, conclui-se que a orientação que o indivíduo atribui às situações da vida provém de experiências anteriores e do “estoque” de conhecimento de que dispõe, ou seja, do arsenal de conhecimento que está fundamentado em experiências anteriores, sejam elas vivenciadas diretamente por ele, ou passadas a ele pelos pais ou professores (WAGNER, 1979; SCHÜTZ, 1962). Neste sentido, cada um seguirá interpretando o mundo a partir da perspectiva de seus motivos, aspirações, religião e ideologias – interesses que, a partir da tradução da realidade do senso comum dada em formas históricas e culturais universalmente válidas, serão “traduzidas” na vida de cada um a partir da totalidade de suas experiências, que foi construída no curso de sua existência concreta (NATANSON, 1962: XXVII – XXVIII).

Outro ponto fundamental na obra de Schütz diz respeito às questões de relevância, ou ainda, um “sistema de relevância” que teria como fonte as diferenças oriundas das posições biográficas individuais. A mesma questão será encontrada se abordarmos a aquisição de conhecimento, a estrutura do estoque de conhecimento, a constituição de um tema circunscrito no fluxo da experiência e a determinação do tema, a forma como algumas situações se tornam problemáticas, etc. (SCHÜTZ; LUCKMANN, 1972). Mas o que isto significa? E por que Schütz coloca que todos estes processos estão condicionados pela corrente do sistema de relevância? A situação biográfica atual, proveniente das experiências passadas, está diretamente integrada ao meu “sistema de interesse” dominante e isto significa que nem todas as coisas chegarão à experiência com a mesma intensidade, ou seja, com a mesma relevância. Aí que se fundamenta a questão de determinação – apenas parcial – da situação biográfica e suas especificidades no fluxo das experiências – o sistema de relevância será o “responsável” pelos diversos segmentos onde escolhas e interpretações dos indivíduos estiverem em questão.

Wagner (1979) coloca que, a partir daí, Schütz pensa os impulsos subjetivos das ações humanas e desenvolve uma teoria que revela um duplo caráter da motivação: os homens agem em função de motivações que o dirigem para um futuro - “motivos a fim de”; e por outro lado, também agem de acordo com suas experiências passadas e de sua personalidade - os “motivos por que”. Os “motivos a fim de” são motivos intencionais, projetados para o futuro e manifestos a fim de um objetivo almejado (SCHÜTZ, 1962). Quanto aos “motivos por que”, eles são inconscientes no decurso da ação, podendo ser entendidos apenas em retrospectiva, num movimento de reflexão. Isto significa que é apenas quando a ação já foi completada, ou seja, já se tornou *ato* que o indivíduo poderá olhar para sua ação passada, enquanto observador de si mesmo, e avaliar as circunstâncias que “determinaram” o que ele fez (SCHÜTZ, 1962)¹⁹.

As implicações de tais conceitos, tal como desenvolvidos por Alfred Schütz e validados por outros autores, serão largamente exploradas quando buscarmos esmiuçar sua aplicação aos procedimentos de entrevista narrativa biográfica e posterior análise. Para uma análise fenomenológica da violência, as teorizações schutzianas são fundamentais para a

¹⁹ Duas questões foram apontadas por Schütz (1962, p. 72) em relação ao processo pelo qual determinamos nossa conduta futura: o entrelaçamento entre os pontos de vista subjetivo e objetivo, e as diferentes estruturas temporais inerentes no conceito de motivos. As discussões acerca dos “motivos por que”, inevitavelmente tematizam a questão do livre arbítrio, uma controvérsia entre deterministas e indeterministas – para Schütz, estas controvérsias não seriam de interesse para sua discussão, porém, não nega a importância das contribuições de Bergson e Leibniz para o ponto central a que se atém: o processo de escolha entre projetos e a determinação de nossas ações futuras (SCHÜTZ, 1962, p.72).

compreensão do que Michael Staudigl chamou de *teoria relacional fenomenológica da violência*.

A seguir, elucidarei as formas como Staudigl trabalha estes conceitos em conjunto com as contribuições filosóficas de Edmund Husserl e Merleau-Ponty, centralizando sua discussão na investigação sobre a violência, mas também sobre uma teoria geral do conhecimento a partir de premissas relacionais de constituição de sentidos.

2.1.3.2 Michael Staudigl: uma abordagem relacional e fenomenologicamente fundamentada da violência

Para compreendermos a violência a partir da interpretação dos sujeitos na vida cotidiana, é necessário um arcabouço teórico fundamentado em noções que ligam indivíduo e subjetividade ao coletivo e cultural.

Alguns autores foram essenciais para o aprimoramento destas concepções e, ainda que não necessariamente compartilhando “escolas”, épocas e interesses, parecem traduzir em suas obras um fluxo de ideias que se complementa e se renova a cada tratamento teórico e empírico a que se lançam. Falo de forma genérica – autores – pois não existe uma linha tênue, ou seja, uma tradição que se coloque formalizada dentro desta perspectiva, mas sim um esquadramento que une sociologia e filosofia fenomenológica e busca, já há algum tempo, campo para sua consolidação.

Entretanto, deve ser salientado que a sociologia fenomenologicamente fundamentada possui raízes afincadas em solo fértil, bem como tendências e partições próprias dentro de uma vasta produção de longa história acadêmica. São os estudos sobre violência nesta abordagem que, dentro do amplo quadro dos estudos sociais-fenomenológicos, ainda buscam espaço, concedido na medida em que avançam em seus achados teóricos-práticos. Veremos a seguir que quando apresento as ideias de Michael Staudigl enquanto possibilidade de fundamentação para uma fenomenologia da violência, busco apontar de que formas as diferentes revisões teóricas se complementam, se distanciam, e se aproximam novamente, a depender do aspecto a que lançamos luz.

A noção articulada por Alfred Schütz de que o mundo social deve ser compreendido a partir da condição de compartilhamento e interdependência dos indivíduos nos coloca diante de importantes problemas metodológicos, relacionados à iminente complexidade que passa a ser atribuída aos fenômenos e suas formas de acesso nesta perspectiva. A abordagem fenomenológica da violência não está distante destas questões e, para Staudigl (2004),

encontramos em Edmund Husserl, grande fundador da fenomenologia, um arcabouço teórico vasto, ainda que insuficiente, para dar conta de um domínio *intersubjetivo* aplicado a uma metodologia de acesso ao mundo da vida. A proposta de Staudigl (2004), portanto, busca nas constatações schutzianas e na noção fenomenológica de corporeidade, as ferramentas para superar tais dificuldades metodológicas e apreender de que formas a consciência “faz sentido” do que é experienciado, através do olhar para a vida perceptual e volitiva dos sujeitos (STAUDIGL, 2004).

Partimos da suposição de que qualquer fenomenologia pergunta-se como o sentido é constituído para o sujeito em sua vida experiencial, ou seja, de que formas os atores sociais *se* constituem e atribuem sentido quando se confrontam com a “facticidade” do “dado” no mundo da vida. A centralidade do conceito de “sentido” logo fica evidente na obra de Husserl, e mostra-se a través da preocupação do autor em expandir a noção da *intencionalidade de sentido*, que passa a compreender duas instâncias: a atribuição de sentido subjetivo (*Sinngebung*); e os processos passivos de atribuição de sentido, especialmente a formação corpórea de sentido (*Sinnbildung*) e os eventos históricos de “instituição simbólica” (*Sinnstiftung*). Ambas as instâncias já não poderiam ser compreendidas a partir das atividades desenvolvidas por um *Ego Puro* e, portanto, exigiam uma nova configuração para a teoria de subjetivação do *self*: nas palavras de Staudigl (2013), a “inter e trans constituição subjetiva” (STAUDIGL, 2013, p. 6).

Ainda que Husserl nunca tenha conseguido apresentar as consequências de seu *insight* de forma sistemática, ele supera uma imanente unilateralidade da atribuição ativa de sentido, colocando em foco a passividade e a anonimidade envolvidos neste processo. A historicidade e a alteridade são fundamentos geradores deste sentido não ativo, constituindo o “entrelaçamento fundante dos atos subjetivos de atribuição de sentido”, o “processo anônimo de formação de sentido intersubjetivo” e as “instituições simbólicas de sentido transsubjetivo” (STAUDIGL, 2013, p. 7). A análise final husserliana conclui que qualquer significado autônomo do mundo deve, necessariamente, estar relacionado à forma como nossa existência corporeificada lida com ele – espaço para cada *Sinngebung* deliberada –, e as consequentes articulações simbólicas que derivam desta (STAUDIGL, 2013).

Consideradas, ainda que brevemente, as devidas reavaliações do conceito de “sentido” desenvolvidas por Husserl, deve ser ressaltado que tal trabalho teórico é fundamental para o avanço da discussão de Staudigl (2013) para uma fenomenologia relacional. O autor busca na composição schutziana de uma epistemologia para o mundo da vida, bem como na condição de constituição corporeificada de sentido pontyana, amparo e

complementariedade para a noção *relacional* da constituição do *self*, dando especial ênfase para a necessidade radical da apreensão do corpo em uma teoria relacional fenomenológica da constituição de sentido.

A corporeidade, tal como empreendida nesta perspectiva, deve ser analisada em suas particularidades conceituais e dinâmicas próprias, já que assume no âmbito da teoria um papel onde está inter-relacionado e não existe de forma independente. O objeto de trabalho para uma fenomenologia da violência é o chamado “corpo vivido” (*Leib*), que contém a noção pré-reflexiva do sujeito de sua capacidade de mover-se e perceber os objetos no mundo, e que se diferencia substancialmente do “corpo objetivo” (*Körper*). Staudigl (2004) aponta para a ênfase de Merleau-Ponty sobre a centralidade do “corpo vivido” para a geração da experiência através da percepção, salientando que a percepção pela qual o sujeito “lê” o mundo, é uma comunicação pré-reflexiva e criativa do sujeito com o mundo-enquanto-se-faz, realizada com o intermédio do corpo. Neste sentido, a atribuição de sentido no mundo da vida só é possível através de uma existência corporeificada, que não admite uma subjetivação dos sujeitos descolada de seu *estar-no-mundo* através da atuação física, seja sob quais condições esta atuação se dê. É a partir desta construção epistemológica densa que Michael Staudigl intenta alcançar uma compreensão consistente de violência.

Partindo destas concepções, a violência só poderá ser identificada enquanto tal a partir do ponto de vista do sujeito, já que será “experiência de violência” apenas se houver uma imposição assimétrica de relevâncias que o sujeito, devido a sua localização biográfica, cultural e histórica, além de seu estoque de conhecimento oriundo de experiências passadas, não consiga transformar em volitivas. Serão, portanto, experienciadas enquanto rompimentos do equilíbrio corpóreo, do estar-no-mundo do sujeito e de sua capacidade de “fazer sentido” daquilo que é oferecido pela percepção. Staudigl (2004; 2007) aponta que, se o conhecimento pré-objetivo do “corpo vivido” é abalado – violado, por exemplo – este perde sua “fisionomia”, fazendo com que o sujeito sinta um abalo no “equilíbrio” comunicativo corpóreo com o mundo. Ou seja, o sujeito já não consegue responder pré-reflexivamente ao mundo através da apropriação da corporeidade e, portanto, precisa rever ativamente seu processo de estar-no-mundo, a fim de incorporar a violação e reordenar-se no fluxo pré-reflexivo.

Isto significa dizer que a violência é um fenômeno que destrói o sentido corporalmente ordenado, e abarca em seu conceito tanto a violência física, quanto psíquica, cultural e estrutural como diferentes facetas de um mesmo fenômeno. Para ele, esta seria uma primeira premissa fundamental: todas as formas de violência podem ser compreendidas em

termos de sua corporeidade. A violência física, entretanto, seria uma forma mais intensa em relação à destruição do equilíbrio do “corpo vivido” porque reduziria o sujeito a um simples “algo”, destruindo, em alguma medida, a materialização instrumental corpórea do sujeito (STAUDIGL, 2007).

A segunda premissa apontada pelo autor é a de que a violência não deve ser reificada ou essencializada, mas sim olhada do ponto de vista interativo – em sua condição social. Devemos, portanto, localizar a violência em um “quadro simbólico maior”, representado pela cultura, a religião e a política, por exemplo. Estas são formações coletivas daquele sujeito, e permeiam, atribuem significados e constituem aquilo que será experienciado como violência. O contrário também é verdadeiro, já que o sujeito também poderá cometer atos recebidos como violentos que constituirão, em algum grau, estas instâncias simbólicas (STAUDIGL, 2007).

O sujeito de Staudigl (2013) é intencional e, mais do que isso, é um sujeito performático no mundo da vida. Isto significa que as estruturas pré-dadas e assimiladas de forma parcialmente passiva pelo sujeito, só poderão ser desveladas em sua formação de sentido intencional a partir de uma perspectiva relacional. Para uma análise fenomenológica da violência, isto permite a apreensão do fenômeno sem que o pesquisador precise decidir sobre seu sentido social ou sua falta de sentido social, ou ainda, em termos de sua racionalidade ou irracionalidade, e de sua amoralidade em um âmbito normativo.

Tais considerações, entretanto, não tem por consequência a entrada em uma zona de indiferença ou neutralidade, mas sim em um espaço pré-normativo – mas não destituído de leis – onde o sujeito é confrontado com a presença e as demandas do outro, que não são válidos em um sentido legal. A possibilidade de abalo pelo *outro* de nossa ordem normativa recebida como “dada” vem em um sentido basal, pré-linguístico e pré-legal, já que não nos encontramos com este *outro* em termos de discursos morais e legais, mas sim através de um espaço pré-reflexivo de uma interligação afetiva e inter-corpórea.

Sobre este espaço pré-reflexivo, deve-se considerar que, ainda que a condição corpórea seja, em última instância, a referência radical para todas as formas de violência, o conceito fenomenológico de “instituição simbólica”, amplamente desenvolvido por Merleau-Ponty e utilizado por Staudigl (2013), deve ser elucidado.

A noção de “instituição simbólica” é desenvolvida em nome da descrição dos processos de aquisição, sedimentação e possíveis retomadas de instâncias de atribuição de sentido compartilhadas subjetivamente. Isto garante, em alguma medida, certa continuidade e coerência às experiências do sujeito, evitando que se recaia sob um processo interminável de

verificação e ajuste no *estar-aí* no mundo da vida. Ainda que estas instituições simbólicas não sejam determinantes conceituais ou “conselheiros” interpretativos, nos apresentam “estilos de ser” historicamente derivados, os quais se tornam, na vida corporeificada, pré-reflexivamente constitutivos de nossa existência.

Como salienta Staudigl (2013) em sua interpretação das teorizações pontyanas a este respeito, devemos considerar as “instituições simbólicas” enquanto matrizes que incorporam padrões básicos de um dado “campo cultural”, traduzindo-se para um dado sujeito neste campo cultural específico de forma pré-reflexiva, e possuindo certo poder ordenador.

Este caráter duplo da análise fenomenológica da violência – sua condição corpórea e sua mediação simbólica – nos permite observar a violência enquanto um evento intrinsecamente significativo, onde a *vulnerabilidade* é um conceito central conectado às suas diversas facetas no mundo da vida e em sua compreensão epistemológica. A partir deste quadro, o autor (STAUDIGL, 2013) localiza a vulnerabilidade em termos inter-subjetivos, culturais e políticos, enquanto uma recusa do sujeito em responder à demanda do outro através da violação - física ou não - do ser corporeificado.

A vulnerabilidade seria, portanto, um fato irreduzível à nossa condição corporeificada, e teria relação inegável com qualquer fenômeno de violência: a) não apenas o corpo objetivo e sua integridade são espaço para a vulnerabilidade; b) a violência geralmente afeta contextos significativos onde a identidade do sujeito é corporeificada; c) diferentemente da noção física e direta difundida nas ciências sociais, a vulnerabilidade possui caráter múltiplo e não metafórico e; d) a viabilidade do conceito de violência depende significativamente de uma mudança na integridade do corpo fenomenológico do sujeito, ou seja, está atrelada à condição de vulnerabilidade existencial do indivíduo e sua identidade social (STAUDIGL, 2013).

O caráter múltiplo da violência e da vulnerabilidade alcança sua estada no mundo da vida a partir de diferentes formas de “ataque”, dentre as quais Staudigl (2013) apresenta alguns exemplos centrais. Sua primeira preocupação é apontar que a violência física não afetaria apenas nosso corpo objetivo, mas também nossas idealizações na vida cotidiana e, portanto, nossa habitual abertura ao mundo. Por outro lado, a violência psicológica teria sempre efeito em nosso movimento corpóreo no mundo social, bem como em nossa orientação neste mundo. A violência estrutural interferiria na formação de hábitos do sujeito, percorrendo uma intenção de “docilização dos corpos” (em referência ao termo cunhado por Michel Foucault), onde as estruturas de discriminação social moldariam as possibilidades de (auto) percepção, interpretação e ação dos sujeitos no mundo da vida. A violência cultural

atacaria a “existência corpórea coletiva” do sujeito, ou seja, os padrões inter-corpóreos compartilhados, através dos quais o indivíduo se realiza em um contexto cultural pré-reflexivo. Neste sentido, não existiria uma violência considerada puramente física, já que o fenômeno está sempre simbolicamente permeado; nem mesmo uma violência puramente simbólica – já que existe uma corporeidade que, sem exceção, responde no mundo da vida.

Uma última e importante consideração deve ser apontada para uma análise fenomenológica da violência, e ela diz respeito à adequação metodológica, que será apresentada por mim a partir do caso biográfico reconstruído neste trabalho: o horizonte decisório no qual devemos analisar a violência não almeja ser um quadro universalmente válido (STAUDIGL, 2013). Sobre o potencial analítico de casos particulares e suas implicações metodológicas, retratarei esta discussão de forma mais aprofundada a partir do caso biográfico de Maria, no capítulo metodológico deste trabalho de mestrado.

A seguir, faço breves apontamentos sobre as contribuições de outros autores, bem como possíveis contrapontos entre seus trabalhos sobre uma análise fenomenológica e interacionista da violência e os conceitos desenvolvidos por Michael Staudigl em sua teoria relacional e fenomenológica da violência.

A análise relacional fenomenológica, como desenvolvida por Michael Staudigl, coloca em pauta uma série de discussões teórico-práticas que serão, em parte, apresentadas neste breve esboço e, em parte, na discussão final deste trabalho de mestrado. Exponho a seguir algumas contribuições e alguns contrapontos articulados a partir de trabalhos que relacionam violência e subjetividade, bem como de que formas podem ser posicionados em relação aos constructos de Michael Staudigl.

Um primeiro ponto a ser salientado acerca de uma teoria social subjetiva da violência, diz respeito à condição interativa dos fenômenos no mundo da vida e, em especial, da violência enquanto radicalmente ligada a situações relacionais. Norman Denzin publica, em 1984, no *The American Journal of Sociology*, um artigo intitulado “Toward a Phenomenology of Domestic, Family Violence”, no qual apresenta uma abordagem a que chama social-fenomenológica, dialética, interpretativa e interacionista para a violência doméstica e familiar. Ao oferecer um quadro teórico sensível às múltiplas formas de violência doméstica e familiar – ainda que enfocando sua análise empírica na violência conjugal – coloca o fenômeno como investigado “de dentro”, ou seja, como experienciado: a violência seria uma característica básica, porém genérica, de todas as sociedades conhecidas, entretanto, os significados atribuídos a esta forma genérica só poderiam emergir mediados pela cultura.

Diante desta afirmação, parece-me claro que a proposta posteriormente apresentada por Staudigl (2004), ainda que pouco atravessada por uma tentativa de investigação empírica, contribui de forma significativa para a discussão de Denzin (1984). A noção de “estoque de conhecimento”, oriunda da obra de Schütz, reposiciona a questão cultural que atravessa a atribuição de significado para a violência pelo sujeito em interação, e acrescenta a esta “negociação” o fluxo experiencial biográfico individual. Neste sentido, a trama cultural e as posições biográficas específicas a cada sujeito não existiriam em hierarquia, mas se entrecruzariam na forma do “estoque de conhecimento”, e só podem ser acessados em forma de interação no “mundo da vida”.

Denzin (1984) organiza uma tese a partir de quatro eixos principais: o da emotividade, o do *self*, o do processo de cisão (*Schismogenesis*)²⁰ na “interação simbólica negativa”, e das estruturas de “má fé” que seriam núcleo da violência doméstica (DENZIN, 1984, p. 485). Sobre o “processo de cisão na interação simbólica negativa”, duas noções se relacionam ao conceito e devem ser pontuadas por sua correlação com a tese apresentada por Staudigl (2004): a primeira é de que a gênese da cisão, dos conflitos e das contradições na rede interacional, necessariamente envolve o embate entre duas unidades em interação, sejam elas culturais ou entre seres humanos; a segunda é a de que o processo de gênese da cisão é ao mesmo tempo temporal, histórico, dialético, autorreferente, e baseado nas interações emergentes e espontâneas que não tenderiam ao equilíbrio ou a uma justiça distributiva nas posições de cada ator.

Para Denzin (1984), estes sistemas de troca destroem as fundamentações em que as interações são primariamente construídas, o que parece aproximar-se da noção de destruição do sentido pré-reflexivo de Staudigl, mas que resguarda importantes diferenças. Para Denzin (1984), estas experiências “negativas” formam estruturas, a que ele, por fim nomeia como “interações simbólicas negativas”, que se tornam relativamente estáveis e enrijecem a família em um circuito que conecta cada sujeito a uma rede de violência. Se o autor tem sucesso na caracterização de uma dinâmica interacional violenta no cotidiano familiar, parece faltar-lhe uma fundamentação para a própria atribuição de sentido dos sujeitos a estas “estruturas”. Além disso, o próprio termo “estrutura” parece resguardar alguns problemas, já que, em algum grau, torna os atores reféns de uma tendência a repetição onde não resta grande espaço para a abertura de novos processos decisórios ou, como veremos no capítulo sobre narrativa biográfica, para momentos de reinterpretação e nova tomada de ação.

²⁰ Tradução minha.

A preocupação de Denzin (1984) é, primordialmente, com a análise das formas interativas violentas em famílias americanas e brancas de classe média, vivendo o que ele chama de momento pós-capitalista. Sua investigação é um esforço importante no sentido de uma sociologia da violência fenomenologicamente fundamentada, entretanto, ainda não representa a tentativa de descoberta de uma gênese do sentido de “violência” para os atores em ação, mas sim o sentido que cada ator faz para cada estrutura previamente decodificada pelo pesquisador enquanto “violenta”. Está, portanto, dado o que é “violência” e, por isso, sua investigação não se equipara ao intuito final de uma análise da gênese, ou ainda, de uma “redução” no sentido fenomenológico, do que viria a ser considerado *violento* pelos sujeitos pesquisados.

Isto não significa que posiciono a tese de Michael Staudigl contrariamente a tese de Denzin (1984), apenas aponto que ambos seguem caminhos epistemológicos indiscutivelmente próximos, mas que estão determinados a alcançar significações diferentes: a primeira mais ligada à posição subjetiva do sujeito em seu contexto biográfico e sócio-cultural-histórico, e o segundo mais ligado às posições *interativas* destas *personas* singulares, considerando aspectos transgeracionais de padrões, sempre fundamentados no contexto amplo em que as famílias estão inseridas. Ou seja, enquanto Staudigl (2004) propõe a descoberta das “coisas” e dos nomes ligados às “coisas” pelo próprio sujeito, Denzin (1984) retoma a discussão sobre “o que se faz e como se faz” com a violência dentro de um sistema familiar, considerando todos os aspectos amplos que o atravessa, bem como as posições individuais dos atores.

Monsma (2007), em seu artigo sobre a aplicação das teorias interacionistas e fenomenológicas ao estudo histórico da violência, corrobora a ideia de que as duas teorias, embora bastante relacionadas, ainda resguardariam algumas diferenças importantes.

O pragmatismo norte-americano que origina o pensamento interacionista nas vozes de Charles Peirce, William James, John Dewey e, principalmente, de Georg Herbert Mead e sua relação com a Escola de Chicago, está fundamentalmente preocupado com as *emergências relacionais*. A sociologia fenomenologicamente fundamentada, por outro lado, tem suas origens no trabalho de Alfred Schütz, e se direciona à descoberta das relevâncias e negociações dos sujeitos em ação, o que implica em uma ênfase importante nos processos de corporeificação do mundo pelos sujeitos através da construção de estoques de conhecimento que orientariam seu sistema de relevância (MONSMA, 2007). Isto significa que a fenomenologia reconhece na ação dos sujeitos a forma de acesso a este estoque e a este

sistema de relevância, mas compõe um arcabouço teórico ampliado que é anterior a epistemologia das relações-em-ação do interacionismo.

Entretanto, os pontos de convergência devem igualmente ser apontados, já que para a compreensão do fenômeno da violência a partir do estudo biográfico, suas correlações serão de especial importância. Dentre estas similaridades, seu caráter *subjetivista* é destaque, o que significa falar em um caráter ativo dos sujeitos na produção da realidade social (MONSMA, 2007). Ainda que, para a fenomenologia, o mundo social só exista a partir das consciências vastas, porém limitadas, e que, ambas as teorias seja criticadas na história das críticas sociológicas pelo termo *subjetivismo* – que negaria estruturas e qualquer objetivismo –, existe uma constante negociação teórica que busca superar estes impasses pela complementariedade teórica das correntes, antes que por um embate de suas divergências.

Para a compreensão da violência, especificamente, Monsma (2007) aponta que a principal contribuição interacionista teria sido oferecida através da “teoria do desvio”, com a obra de Howard Becker – autor do importante *Outsiders*, de 1963 – e de outros interacionistas acerca da definição social do desvio e da formação interacional no desviante. O apontamento interacionista decorrente destes estudos sobre “desvio” afirmam, em sua maioria, a existência de uma variação histórica e entre culturas na reação a atos violentos e não violentos definidos como crimes.

Além disso, a preocupação de Becker sobre porque alguns cedem a seus “impulsos desviantes” (intrínseco aos sujeitos) e outros não, parece recair sobre uma faceta investigativa que a sociologia fenomenologicamente fundamentada tenta superar, ou seja, a administração de um conceito de desvio *a priori*. Parece existir inerente a esta discussão certa discordância fundamental sobre o conceito de “carreira de desvio”, já que, em suma, ele atrela a possibilidade de formação do desviante a sua inserção em um meio onde tal fenômeno seja *possível e pensável*.

Seguindo a argumentação de Monsma (2007) sobre a complementariedade das teorias interacionista e fenomenológica, fica evidenciado que, desde sua origem, os estudos sobre violência em fenomenologia têm adotado as variações de produção biográfica (autobiografias, histórias de vida, etc.) e narrativas, como formas de acesso às atribuições subjetivas dos atores a situações institucionalizadas como violência. O autor cita como exemplo o trabalho de Jack Katz (1988), cujo estudo se preocupa em compreender a experiência subjetiva de várias formas de crime (furtos, assaltos, assassinatos, etc). Para Kartz (1988), os principais desencadeadores de crimes estariam ligados a negociações e conflitos com vítimas sobre a definição da realidade e de impulsos emocionais disso decorrentes.

Um dos pontos centrais para meu argumento sobre a necessidade de uma análise da violência sob a perspectiva fenomenológica está ligado à necessidade de uma saída da causalidade social. Como aponta Kartz (1988), em seu estudo sobre a criminalidade nos Estados Unidos, sua coleção de dados não indicaria qualquer correlação entre assaltos nas ruas e as questões de ganho econômico para aqueles que cometem o ato. Isto significa que, partindo da interpretação dos próprios sujeitos da ação, outras motivações, que não aquelas geralmente apontadas por dados quantitativos socioeconômicos, estariam ligadas aqueles acontecimentos. O autor vai além e, ao identificar o prazer em humilhar a vítima e a vontade de mostrar aos pares sua condição de homens “valentes”, relaciona seus achados como possivelmente explicativos para a predominância negra nos assaltos nos EUA, já que o grupo sofreria discriminação e humilhação com frequência.

A despeito das discordâncias sobre os achados de Kartz (1988), existe em seu trabalho alguma originalidade que diz respeito à busca pelo ator e por uma compreensão não economicamente determinada, ainda que social e historicamente permeada, para suas ações.

Balibar (2009), em seu artigo *Violence and Civility: On the Limits of Political Anthropology*²¹, recoloca a questão da necessidade de desconstrução de categorias negativas – como mau, violência, morte – geralmente articuladas com as categorias *ética, antropologia e política*, a fim de concebê-las a partir dos sujeitos na experiência, ligados a suas habitações e locais de trabalho. No que concerne à violência extrema, objeto de estudo do autor, seria necessária a flexibilização de sua compreensão para que, a partir dos sujeitos, pudesse abarcar desde grandes brutalidades e eventos traumáticos, catástrofes e mortes, até questões de dominação invisível, como a subordinação.

Além disso, seu ímpeto investigativo parte do preceito de que, para localizarmos a chamada *extrema* violência, não devemos buscar nas tipologias e descrições jurídicas um caminho teórico, já que a violência não poderia existir para uma pesquisa social fenomenológica independente de sua variação intrínseca aos indivíduos. A violência, para Balibar (2009), é objeto de variadas formas e, portanto, conceito criativo nos sujeitos, pertencendo tanto à experiência humana quanto a história. Para ele, a conotação negativa de determinadas ações estaria ligada a associação inexorável entre violência e política, violência e estética, violência e experiência moral – limiares definidos, desde muito, por contornos jurídicos e normativos.

²¹ Tradução de Stephanie Bundy.

Por fim, o autor traz para a cena a análise de Simone Weil sobre a *Ilíada* de Homero, que ilustraria três visões trágicas do mundo: a redução dos “vencidos” a um estado de impotência no momento da morte violenta; a ilusão de um poder total, que passa de um lado a outro na guerra e priva o ator da ocasião que ele tinha de escapar a seu próprio destino; e, finalmente, a equidade moral que faz com que um indivíduo sinta o sofrimento de seu inimigo como sendo o seu próprio. Para Balibar (2009), no primeiro apontamento, sobre a impotência dos vencidos, residiria a extremidade da violência, ou seja, a impossibilidade de resistência do sujeito, que não contribuiria a nenhuma dialética, nem mesmo no sentido hegeliano²².

Se transmitirmos tais explorações sobre a dialética, ou a impossibilidade desta, para o sentido fenomenologicamente corporeificado de violência, alguns pontos comuns entre as considerações de Balibar (2009) sobre a ligação entre violência e política, e as considerações de Staudigl (2007) podem ser delineados. No artigo intitulado *Toward a Phenomenological Theory of Violence: Reflections Following Merleau-Ponty and Schütz*, Staudigl (2007) propõe a construção de uma abordagem social centrada na subjetividade que dê conta da condição dialética da violência, e mais, a coloca como pré-condição para a vida social e, portanto, para a interpretação de um fenômeno enquanto violento. A dialética estaria ligada, portanto, à própria condição social da violência, cuja radicalidade é perene para uma análise fenomenológica.

Desde sua concepção nas consciências dos sujeitos, nada do que é mundano subsiste fora de uma condição de compartilhamento subjetivo, e nenhum Ego Puro pode ser possível fora dos escritos husserlianos, a que Staudigl, entre outros, buscam superar através da incorporação não sincrética de conceitos baseados em dialéticas múltiplas. O primeiro ponto residiria nos entrecruzamentos, e no fazer-enquanto-se-está, que acomete qualquer indivíduo no mundo da vida cotidiana. Sua condição de conhecimento e reconhecimento está pautada nos âmbitos culturais, históricos, geracionais, políticos e cotidianos: o conhecimento pré-reflexivo torna possível o estar-aí razoavelmente consistente dentro de uma dialética ininterrupta. Um segundo ponto seria a dialética narrativa entre passado, presente e futuro que atravessaria qualquer estar-aí ou lembrança deste.

Neste sentido, a afirmativa de Balibar (2009) sobre a necessidade de compreendermos a violência tanto na forma como ela é vivenciada, quanto na forma como é distribuída nos polos individuais e coletivos, parece resguardar um único caminho metodológico, apontado por Schütz e, trabalhado em certo aspecto por Staudigl: a partir de

²² Dialética senhor-escravo.

uma dialética radical, o polo coletivo estaria no polo individual e vice-versa e, neste sentido, o Ego Puro seria apenas um ideal da redução, inacessível fora de uma *Gestalt* e, conseqüentemente, de partes interdependentes.

A diversidade seria pressuposto para uma fenomenologia da violência (BALIBAR, 2009), mas dentro do caso individual, a diversidade dialética, e mesmo a diversidade dialética entre diferentes casos individuais, seria uma estrutura fundante de qualquer fenômeno, e de qualquer análise de experiência de violência. Já não há mais, em termos epistemológicos, razão para falar em situações sociais genéricas a fim de uma investigação, ou de uma teoria do conhecimento social efetivamente ligado a categorias generalizáveis. A ligação entre individual e social funda ambas as instâncias, em última análise, inseparáveis.

No texto *Toward a Relational Phenomenology of Violence*, Michael Staudigl (2013) trás como foco esta indivisibilidade entre individual e social, colocando a questão em termos de uma fenomenologia relacional da violência. Falei anteriormente que, desde seus primeiros trabalhos, Staudigl já apresentava alguns indícios da centralidade de uma superação do Ego Puro husserliano – iniciada pelo próprio Husserl – já que não havia no conceito a implicação de uma análise que desse conta do universo social. O trabalho para uma fenomenologia social teria que, justamente, buscar aparato conceitual para estabelecer a dinâmica relacional de todas as coisas para, assim, superar as dicotomias imbricadas em teorias que escolhiam caminhos de decantação entre Ego e abstrações coletivas.

Esta proposta é levada adiante, primeiramente, quando o autor busca uma apropriação dos trabalhos de Alfred Schütz sobre as formas com que os indivíduos “fazem sentido” do mundo. Como vimos anteriormente, existe intrínseco a todos os conceitos apresentados por Schütz, a caracterização de um estado permanente de compartilhamento entre os sujeitos. Para uma teoria fenomenológica da violência, Staudigl (2013) recoloca este pressuposto na forma de uma corporeidade (*embodiment*) e intercorporeidade (*intercorporeification*), o que significa uma constituição subjetiva, corporeificada e simbólica da violência.

Isto, em termos de ampliação do conceito de “fazer sentido” para uma fenomenologia do mundo social e, especificamente, da violência, significa: que o sentido vivido de violência não pode ser visto a partir da perspectiva de uma inabalável reciprocidade de perspectivas entre os sujeitos, de uma ordem fundante, de uma ordem teleológica ou de uma ordem legal; e que existe a necessidade da superação da compreensão de violência enquanto uma exceção à socialização, ou seja, da pressuposição de que aqueles eventos a que

não conseguimos atribuir sentido social estão divorciados de qualquer fundamento de atividade cultural (STAUDIGL, 2013, p. 3).

A respeito da impossibilidade de total reciprocidade de perspectivas entre os sujeitos, podemos retratá-la a partir do exemplo de Duncan Kennedy (1986), no texto *Freedom and Constraint in Adjudication: A Critical Phenomenology*. O ponto central da análise de aplicações jurídicas construída pelo professor da Faculdade de Direito de Harvard, seria de que o sentido de objetividade é radicalmente interno e possui duplo caráter: a atribuição de objetividade aos casos jurídicos acontece na mente daquele que julga, mas logo que este indivíduo começa a considerar os potenciais conflitos entre a lei e a forma como ele pretende que ela seja aplicada, a questão sobre como outras pessoas vêem o caso aparece como um fato antecipado. Dois caminhos, para o autor, parecem mais evidentes: de que o sujeito imagine que todos os outros envolvidos na aplicação da lei enxergam o caso da mesma forma que ele, passando pelo mesmo processo interno de atribuição de sentido; ou de que seria necessário um ajuste de sua perspectiva em nome da normatividade imaginada para estes outros.

Kennedy (1986) conclui que tais instâncias de aplicação de objetividade não devem ser indiferenciadas e resguardam o ponto de “desequilíbrio” das interpretações em relação a um mesmo objeto. É possível que o sujeito que aplica a lei em relação a um caso específico, num primeiro momento de forma interna, veja a aplicação de forma não totalmente bem administrada, mas antecipar que outros a verão como assertiva e coordenada. Por outro lado, é possível que o sujeito que aplica a lei a veja de forma assertiva e claramente justificada, mas que antecipe que outros a verão como complexa e confusa.

O autor estaria, neste sentido, falando de uma impossibilidade de objetividade no sentido geral e, especificamente, no sentido jurídico? Se quem julga não pode ser divorciado de seu estoque de conhecimento – posição biográfica, experiências corporeificadas no mundo da vida, matrizes simbólicas, etc –, seu conseqüente conjunto de intenções e projetos de vida enquanto juiz, então todas estas instâncias estarão intrínsecas a qualquer processo decisório diante das diversas possibilidades que se estendem ao sujeito. Isto nos colocaria diante de duas questões: a condição subjetiva inerente a qualquer processo decisório, mesmo aquele ligado a uma normatividade jurídica, formalmente institucionalizada e orgulhosa de sua suposta imparcialidade; e da condição de formação de subjetividade diante de processos decisórios, radicalmente ligada e dependente da existência do *outro* que, mesmo mentalmente, compõe a diferenciação entre possibilidades e impõe internamente o jogo da reciprocidade de interpretação (KENNEDY, 1986).

Sobre a condição subjetiva inerente ao processo decisório, Kennedy (1986) coloca que “[...] não estamos lidando com um caso orientado por uma regra, mas sim com uma percepção que uma regra provavelmente orienta e a qual, aplicada tal regra, provavelmente produzirá um resultado particular [...] o juiz não é nem livre nem determinado” (Tradução minha, p. 522). A questão que permanece questiona se, feita tal afirmação, qualquer decisão de um juiz não seria ilegítima do ponto de vista da legalidade, desde seu princípio.

Traduzida para o âmbito de uma análise da violência, duas suposições são consideradas por Michael Staudigl (2013): a primeira é a de que o significado de violência é atribuído ao evento social em relação a uma ordem pré-dada; e a segunda é de que o significado é constituído com agência, ou intencionalidade. Ambos os autores falam de deliberação e constituição subjetiva de qualquer decisão, concordando com a impossibilidade de ausência de intencionalidade nestes mesmos termos constitutivos. Tanto para uma teoria fenomenológica jurídica, quanto para uma teoria fenomenológica da violência, esta constatação recoloca em cena a necessidade de nova conceptualização de objetividade, e de um quadro de responsabilização dos sujeitos por suas decisões.

Mais que a atribuição de sentido nas relações com o outro no mundo da vida, outra importante instância de sentido, também relacionada a este *outro*, deve ser salientada. Como indica Kennedy (1986), existe um *outro* que é interno a nós, que participa de nosso estoque de conhecimento (SCHÜTZ, 1964), e que toma parte fundamental em nosso processo decisório através da antecipação da interpretação do outro: aí está colocada as noções de expectativa de reciprocidade, compartilhamento subjetivo e alteridade, inegável para os três autores citados, ainda que trabalhadas de formas distintas. O *outro* sempre será subjetivo, já que é uma interpretação mais ou menos abstrata oriunda das relações corpóreas do sujeito na vida cotidiana, permeada pelas instituições simbólicas (STAUDIGL, 2013) e pela situação biográfica atual (SCHÜTZ, 1964). O *outro* nunca será o mesmo, já que é sempre reinterpretado no momento em que vem a consciência, e nunca é desprovido de corporeidade – e não há, portanto, abstração radical –, já que a subjetivação é relacional e o *outro* subjetivo é sempre fruto destas relações corpóreas no mundo da vida.

As implicações deste *outro* subjetivo e, conseqüentemente, as reinterpretções inerentes a sua existência interna nos sujeitos serão exploradas no decorrer deste trabalho, tanto na abordagem de narrativa biográfica, quanto no caso específico de Maria. Além disso, a instância *familiar* é central para este trabalho e será objeto de atenção na análise empírica apresentada: o *familiar*, como qualquer conteúdo de interpretação subjetiva no mundo da vida é, ao mesmo tempo, uma articulação individual e coletiva dos sujeitos em sua constituição

relacional. Isto quer dizer que qualquer que seja a família, ela é uma produção subjetiva ligada a todas as instâncias implicadas em uma epistemologia fenomenológica.

Neste sentido, apresento a seguir breves considerações acerca de como o tema *família* tem sido tratado nas ciências sociais brasileira, em especial na literatura sócio-antropológica.

2.2 A família na literatura sócio-antropológica

O conceito de família é uma construção cultural e histórica em constante transformação, e deve ser olhado a partir dos diversos pontos de vista que o atravessam a cada época. Se a sociedade medieval atribuía ao aparato familiar a função da transmissão da vida, de bens e nomes, a preocupação com sentimentos maternos, conjugais e com as crianças não era igualmente considerada. Uma mistura entre o público e o privado era marca deste período, e apenas uma profunda transformação político-econômica seria capaz de promover alterações funcionais e simbólicas nas estruturas de parentesco. A saída da Idade Média inaugura lentamente o “sentimento de infância”, cujos significados também estariam em constante transfiguração (ARIÈS, 1981).

O término da Idade Média trouxe um novo olhar sobre a família, agora vista como uma unidade de consumo e reprodução, onde a criança possui uma nova importância. A necessidade de cuidar e zelar pelo infante seria, em princípio, oriunda de uma preocupação com a força de trabalho que daria continuidade à emergência econômica da sociedade capitalista em ascensão (ARIÈS, 1981). As ideias de *família nuclear*, *sentimento de família* e *fragilidade infantil* seriam, neste sentido, construídas de forma múltipla e, portanto, não poderiam ser naturalizadas a qualquer época e lugar.

Assim como as mudanças históricas e sociais apontam estas transformações, o universo acadêmico, de certa forma, não poderia deixar de ter sua própria história – proficuamente conectada com seu tempo e espaço e, portanto, com as ideias em vigência – sobre as formas com que tem olhado para a família e para suas transformações. O esboço que segue, busca mapear estas formas de pensar a família que têm sido atribuídas a determinadas épocas dentro das ciências sociais no Brasil. Porém, não é meu objetivo esgotar o eixo temático, mas apenas situar o leitor e este trabalho dentro de uma tentativa de renovação das perspectivas até o presente momento valoradas.

Isto não significa dizer que os sistemas interpretativos até hoje arraigados foram sistematicamente provados como insuficientes, mas antes que tiveram, à sua época, a

relevância que aquele tempo pôde dar a eles. Entretanto, a contemporaneidade parece admitir que a necessidade de buscar por novos sistemas e novos *olhares* é um imperativo, já que as transformações sociais seguem de forma acelerada e as ideias que antes conversavam com seu objeto – a família – parecem agora lentas e desmotivadas. Assim, novas perspectivas precisam nascer junto as *nem tão novas* famílias de nosso tempo.

As mudanças nas famílias brasileiras e no quadro geral contemporâneo justificam a crescente preocupação em buscar sistemas interpretativos que solucionem, mesmo que em parte, a dificuldade em coordenar um número grande e variado de dados empíricos. Para Bilac (2003), este problema não encontra ainda solução quando pesquisadores se deparam com uma volumosa produção empírica de alto nível, para cuja articulação busca-se resposta consistente. Tal como as idiosincrasias pós-modernas, é paradigmático que o pesquisador coerente encontre explicações de longo alcance ou almeje, simultaneamente, profundidade e abrangência no produto final de análise. Não se trata, portanto, em abrir mão da competência analítica, mas antes de uma escolha teórica importante.

Para que possamos compreender o que isto significa, é necessário que remontemos alguns paradigmas que guiaram a pesquisa com famílias no Brasil até a contemporaneidade e a maneira como grande parte destas concepções acompanha a própria concepção de pobreza e de dominação no pensamento social brasileiro. Para Couto (2005), serão duas as tradições que, por coerência interna, ampla filiação e defesa de marcos analíticos, merecem destaque: a *tradição subjetivista* dos estudos de famílias de classes médias urbanas e a *tradição econômico-produtivista* dos estudos de famílias trabalhadoras/pobres/populares urbanas.

A antropóloga Cynthia Sarti (1993), em sua extensiva análise da produção acadêmica brasileira sobre famílias, coloca que estas abordagens também podem ser representadas através “do tipo de lógica que admitem”. A partir da ruptura com a visão biologista de família, as ciências sociais teriam se atualizado de forma a interpretar a unidade familiar enquanto a realização de uma função econômica, o que significa guiar-se por paradigmas de “lógica prática”, ou ainda, pela “ótica da razão instrumental” (SARTI, 1993). Couto (2005) corrobora esta visão ao salientar a emergência da categoria *trabalho* nos anos 1970, cuja inspiração claramente marxista abordava as relações familiares como unidades funcionais para o capital e para a produção da força de trabalho. A autora (COUTO, 2005) chama esta lógica de *corrente produtivista*, cujos trabalhos sobre famílias pobres urbanas podem ser divididos em dois segmentos: *famílias pensadas enquanto reprodução da força de trabalho* e *famílias pensadas enquanto arranjo produtor de estratégias de sobrevivência* (WOORTMANN, 1987).

Para Couto (2005), tratam-se claramente de abordagens com caráter *externo* de análise, ou seja, concebem as *famílias populares urbanas* enquanto instâncias ideológicas e reprodutoras de relações de dominação social. Consequentemente, muitos dos trabalhos ancorados em tais pressupostos acabam por ignorar as razões simbólicas, dinâmicas internas e a construção social dos papéis de homens e mulheres diante da classe, do trabalho, da família e de sua própria biografia. Será apenas nos anos 1980 que a sociologia do trabalho começará a incorporar o referencial *gênero*, dado o inegável movimento de ingresso da mulher no mercado de trabalho, passando a questionar as explicações econômicas que partiam de teorias do patriarcado de dominação masculina e desigualdade de gênero:

A proposição, quase que axiomática, de que o trabalho constitui a principal referência que determina não apenas direitos e deveres, diretamente inscritos nas relações de trabalho, mas principalmente padrões de identidade e sociabilidade, interesse se comportamento político, modelos de família e estilos de vida, vem sendo amplamente revista. Novas categorias de análise como identidades, estilos de vida e movimentos sociais ganham preeminência e asseveram, implícita ou explicitamente, que o trabalho e a produção perderam sua capacidade de estruturar posições sociais, interesses, conflitos e padrões de mudança social. [...] Desejo apenas assinalar que a área ficou acuada entre dois movimentos teóricos distintos, ambos, a meu ver, insatisfatórios: um que continuou a insistir na validade de modelos explicativos tradicionais, especialmente os de inspiração marxista, apesar do reconhecimento da perda do seu poder explicativo, e outro que rapidamente abraçou as teses sobre o fim do trabalho, deslocando o interesse da Sociologia para outras esferas da vida e adotando novos conceitos de rentabilidade sociológica, supostamente superiores (SORJ, 2000, p. 27).

Assim, a participação feminina no mercado de trabalho passa a ser compreendida a partir dos condicionantes impostos pelo ciclo de vida familiar e reprodutivo. O *gênero*, então, é visto como um sistema simbólico que medeia relações sejam elas de poder, de igualdade ou desigualdade, no espaço público ou privado, no trabalho ou na família e na relação entre os dois.

Ademais, muitos estudos sobre *famílias pobres urbanas* passaram a ser desenvolvidos a partir do chamado “paradigma da cultura”, ou seja, com ênfase na cultura enquanto componente simbólico importante a qualquer tentativa de apreensão do objeto investigado. Aqui têm destaque estudos de caráter etnográfico, que buscam trazer à luz os modos próprios de existência destas famílias, dimensionando seu cotidiano, a sua auto-representação como trabalhadores e pobres, homens ou mulheres, além da sexualidade, da violência, do lazer e da participação política (COUTO, 2005). Se antes os estudos que envolviam famílias estavam ligados a um referencial externo, agora ocorre a inversão desta lógica: os trabalhos de cunho etnográfico, ainda que de início muito ligados a uma visão

estruturalista, partem primordialmente das lógicas internas para então traçarem algum tipo de observação mais ampla ou macro social. Alguns estudos demarcam esta virada, como veremos a seguir.

No estudo intitulado “A Família das Mulheres”, Woortmann (1987) parte do pressuposto de que existe uma diferença importante entre pobres e ricos no que diz respeito ao parentesco e aos papéis sexuais. Para ele, o sistema de parentesco faria parte de um tema tradicional em Antropologia, mas que, ao mesmo tempo, participaria de um campo muito recente: o estudo das culturas ocidentais contemporâneas, cujo objetivo é vincular sistematicamente relações de parentesco e papéis sociais. Os papéis e os padrões de parentesco seriam, portanto, o resultado da interação ou manipulação consciente de dois níveis ideológicos: um modelo *ideal* ligado a uma cultura dominante e um modelo *adaptativo*, procedente da prática cotidiana dos pobres.

Tal estudo parte da perspectiva *estratégia de sobrevivência* e busca romper com os trabalhos anteriores que viam na família uma instância de simples reprodução de dominação social. Ou seja, distancia-se, em parte, dos trabalhos de base estritamente externa (COUTO, 2005). Existe, evidentemente, o interesse em compreender as dinâmicas específicas dos segmentos populares, mas ainda assim o paradigma da *sobrevivência* coloca-se à frente na abordagem. Woortmann (1987), portanto, explora o parentesco enquanto estratégia crucial de ajustamento e suporte em face da pobreza, onde a carência de recursos materiais produziria uma definição de papéis sexuais muito diferente daquelas encontradas nas elites e na classe média.

Em seu trabalho intitulado “A Família como Espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres”, Cynthia Sarti (1996) utiliza entrevistas com famílias de classe popular de São Paulo com o intuito de compreender a identidade social e os valores particulares àquele grupo de trabalhadores. A autora parte da hipótese de que as fontes da organização social ampla estariam no âmbito da família, onde se localiza a origem de todo universo simbólico dos indivíduos que formam a sociedade. Nas *famílias populares urbanas* a família exerceria um papel ainda mais fundamental, já que o padrão tradicional de hierarquia seria o principal organizador das relações nestes grupos. Isto significa dizer que é justamente a assimetria de papéis tão presente nestas famílias que tornaria possível o senso de responsabilidade e os elos de obrigação que prevalecem sobre os projetos individuais. Para Sarti (1993), o mundo cultural dos pobres não poderia contemplar os recursos necessários para a formulação de projetos individuais, pois estes pressupõem condições específicas de educação e valores sociais que não encontram referência em seu universo simbólico:

A tradição mantém-se, assim, como uma referência fundamental da existência. Pensam seu lugar no mundo a partir de uma lógica de reciprocidade de tipo tradicional em que o que conta decisivamente é a solidariedade dos laços de parentesco e de vizinhança com os quais viabilizam sua existência. Sua busca em serem modernos, ou seja, de usufruírem da possibilidade, dada por nossa época, de conceber e realizar projetos individuais, quando chega a ser formulada, torna-se uma busca frustrada, em que aparece o peso de sua subordinação social (SARTI, 1993, p. 47).

Tal abordagem, de acordo com Couto (2005), reflete um duplo caráter: ao mesmo tempo em que relativiza a organização e as diferenças culturais entre classes trabalhadoras e a classe média, segue subjugando a cultura das camadas populares aos determinantes de classe.

Machado e Barros (2009) apontam que a literatura sócio-antropológica brasileira contemporânea busca justamente uma revisão deste paradigma *holista* que até meados dos anos 1990 orientou os trabalhos das camadas populares, e cuja tese geral salienta a organização do mundo e da família de forma hierárquica. Entretanto, grande parte das produções não rompe com o paradigma *holista*, mas tenta compreender como acontece a comunicação entre as classes, ou seja, como a “cosmologia moderna” se articularia com as características tradicionais de tal segmento: quais seriam as possíveis combinações entre o ideário individualista e os pressupostos hierárquicos dos trabalhadores (MACHADO E BARROS, 2009).

Fonseca (2005) afirma que falar em famílias de grupos populares é falar em redes extensas de ajuda mútua, e de pessoas que, muitas vezes sacrificam seus projetos individuais ou os de seu núcleo familiar para ajudar aqueles indivíduos problemáticos da rede ampla de parentes. isto significa, portanto, desmistificar algumas concepções popularizadas de família, tais como aquelas em que a unidade se dá pela ligação biológica e da unidade doméstica. olhar para famílias pobres seria justamente deparar-se com um quadro que contradiz estes limites e que, através das gerações, implica numa lógica de reciprocidade. A escolha operacional da autora é que, portanto, se desloque a conceptualização da vida familiar do “modelo ou unidade familiar” para as “dinâmicas e relações familiares”. A definição, assim deslocada, se apresenta como uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações. Ou seja, para além do ideal normativo, outras possíveis estruturas familiares podem ordenar as práticas e dar sentido à existência (FONSECA, 2005).

A família “desestruturada”, não raro é associada à pobreza e a indivíduos “problemáticos” do ponto de vista moral. porém, ainda que as condições objetivas como

diferenças de oportunidade, desigualdades econômicas e sociais levem os sujeitos a olharem para o mundo de um jeito ou de outro, os valores são invariavelmente reconstruídos e investidos de novos significados por meio das práticas dos atores sociais (FONSECA, 2005), ou seja, existe uma teoria da prática que permite a compreensão de agente que não está totalmente refém das estruturas, nem mesmo é anterior a elas, mas uma constante dialética de construir e reconstruir entre os dois polos.

As autoras Machado e Barros (2009) partem de um pressuposto que tenta, de alguma forma, contra argumentar a tese do individualismo contemporâneo das classes médias de um lado e o retrato *holista* das camadas pobres do outro, como se existissem enquanto níveis absolutamente segmentados. Para tanto, adequam o conceito *individualismo* para o senso de pluralidade; o termo *individualismos* compreende ambas as instâncias no mundo dos pobres: a do sujeito que responde à moral tradicional e hierárquica e que ao mesmo tempo se coloca como sujeito de *ethos* individualista, ainda que subordinado a uma determinada classe e suas condições. Deixam claro, entretanto, que não pretendem ignorar especificidades de gênero e das relações, nem mesmo do papel significativo da classe social na biografia dos indivíduos, mas antes destacar a importância de compreendermos os sentidos atribuídos por homens e mulheres aos mais diversos âmbitos de sua vida, não apenas através da classe social, mas também das diferenças geracionais, além do gênero.

Aqui vemos florescer com mais intensidade a correlação entre gênero, família e geração como porta para estudos mais preocupados com a descoberta das formas de ser das famílias. Partem, portanto, de uma observação da estrutura para buscar os significados e simbolismos que ali estão envolvidos. Para Berquó (2001), as famílias chefiadas por mulheres são um fenômeno tipicamente urbano em constante crescimento, que geralmente encontramos em camadas mais pobres da população. Mendes (2002) discute o termo “chefia” de famílias e questiona a que exatamente tal categoria estaria se referindo: a mulher que chefia uma família é responsável pela provisão econômica apenas, ou a chefia também faz relação com a autoridade? Neste sentido, existiria uma chefia feminina mesmo com a presença masculina no domicílio? Independente da resposta a esta pergunta, em si muito relevante como interesse de investigação e questionamento das conceituações próprias na normatividade de estudos demográficos, as dúvidas remanescentes têm sua primeira pauta no próprio motivador para o ingresso das mulheres no mundo do trabalho.

Mendes (2002) coloca que nas camadas populares, o principal motivador da mulher seria a luta pela sobrevivência, enquanto que nas classes médias e altas, o ingresso no mercado de trabalho estaria muito mais ligado à questão da emancipação feminina. Mais uma

vez vemos que a superação da visão *holista* em relação às camadas populares traz dificuldades e não necessariamente se arraiga de forma uniforme no meio acadêmico ou, pelo menos, igualmente entre as diferentes disciplinas.

Torna-se evidente a necessidade de buscarmos novos referenciais e, é neste sentido que apresento o uso de narrativas biográficas como uma possibilidade contemporânea para a compreensão qualitativa das famílias. Três níveis tornam-se mais acessíveis para análise através do uso do método biográfico: o da estrutura social – certa plataforma geral que perpassa, em algum grau, todas as biografias, como um fundo dinâmico e ao mesmo tempo estável; o mundo da vida, ou seja, o mundo enquanto construção e interpretação subjetiva individual onde o sujeito lê os recursos disponíveis e toma decisões que respondem, em parte, ao “contexto”, mas que não é imposto por ele; e o conceito de geração a partir de uma perspectiva simbólica. Se para Mello (1993) estávamos ainda diante de uma exacerbada generalização nos estudos das *famílias de classes populares*, a abordagem biográfica e os diversos pressupostos teóricos e práticos que ela reserva seriam uma saída adequada e ainda muito original para a necessidade de trabalhos que vejam as famílias de dentro para fora (COUTO, 2005).

Falarei mais atentamente sobre quais seriam estes pressupostos, de que forma eles atuam e como podem contribuir para uma leitura atual da família nas seções do capítulo metodológico.

3 METODOLOGIA: UM QUADRO TEÓRICO PARA A PESQUISA BIOGRÁFICA

Neste capítulo, serão abordados alguns aspectos que justificam o crescente interesse nas metodologias interpretativas e reconstrutivas nas ciências sociais, o surgimento da pesquisa biográfica como método interpretativo para a pesquisa social e algumas das concepções que a fundamentam teórica e metodologicamente.

3.1 Um panorama para o surgimento das metodologias reconstrutivas

A preocupação dos pesquisadores em relação ao lugar do indivíduo nas ciências sociais, ou de qual seria o verdadeiro objeto para a sociologia como ciência, não é nenhuma novidade (VELHO, 2006). Para Srubar (1984), as formulações teóricas não devem ser atribuídas apenas a seus autores, elas têm origem no espírito do tempo, que atravessa as ideias em consequência das discussões das obras pela comunidade científica, inclusive com autores passados cujo pensamento ainda exerce influência. Portanto, qualquer tentativa de remontar as bases para a reformulação do que seria o objeto da sociologia, está intimamente ligada a estes processos de reconstrução na história do conhecimento:

Todas as disciplinas têm seus fundadores porque eles são parte de seus mitos de origem. Não há mais divisões naturais entre as disciplinas do que entre países em um mapa. Toda disciplina intelectual reconhecida passou por um processo de autolegitimação não muito diferente daqueles que estiveram envolvidos na fundação das nações. Todas as disciplinas têm suas histórias de ficção [...] que evocam mitos do passado como um recurso para cartografar seu próprio desenvolvimento interno e sua unidade, assim como para estabelecer seus limites em relação às disciplinas vizinhas (GIDDENS, 1998, p. 13-14).

Para Simmel (2006), a tarefa de apontar diretrizes para a ciência da sociologia não estaria livre de controvérsias. A falta de uma definição indiscutível só poderia ser contornada caso existisse um conjunto de problemas singulares e não abordados, ou não esgotados, pelas outras ciências, capazes de encontrar alguma unidade em uma camada mais profunda. Esta tentativa frágil é, por sua vez, incapaz de resistir à conceituação de “sociedade”, e tal dificuldade subjaz em dois pontos: o de atenuação da sociedade e o de sua conotação exagerada. Para ele, portanto, a ciência da sociedade estaria em uma posição desconfortável onde, diferente das outras ciências já bem-fundamentadas, precisaria demonstrar seu direito à existência (SIMMEL, 2006).

As mudanças de objeto da sociologia não ocorrem em separado da tentativa de estabelecê-la como ciência legítima. Srubar (1984, p. 164) coloca que a sociologia “tradicional”, ou positivista, tal como concebida por Comte, ancorada em um conceito de sociedade pautada na autonomia desta e a subordinação dos sujeitos a ela, dava ao conceito de sociedade um status de “entidade em si” – orgânica e percebida de acordo com suas próprias leis, analisada através de um modelo metodológico naturalista.²³

Aron (2002) coloca que uma das principais influências do pensamento de Comte foi Montesquieu²⁴, em quem busca através de uma interpretação simplista do “Espírito das Leis”, o princípio do determinismo aplicado à diversidade de fenômenos sociais e ao devenir das sociedades. A ideia central encontrada no livro, por Comte, seria “As leis são as relações necessárias que derivam da natureza das coisas”, e expressava, para ele, o determinismo rigoroso de todos os fenômenos sociais (ARON, 2002). Na Alemanha,²⁵ pelo contrário, a forte tendência de historiadores, psicólogos e economistas de negarem a tentativa positivista de universalidade, trazia questionamentos quanto a sua legitimidade como ciência, dado a condição de falta de objeto próprio em que permanecia. Era preciso encontrar uma nova fundamentação, uma redefinição do objeto e dos métodos: Qual a área de pesquisa sociológica? O que, na realidade social, era exclusivamente social?

Estas questões nascem em um *Zeitgeist* de intensas discussões filosóficas acerca da relação entre as ciências naturais e as humanidades, e preparam o terreno para um *turning point* que aconteceria com o exortamento da busca por leis gerais. Se uma ciência que se pretende social e histórica quisesse lidar com seu objeto adequadamente, teria que reconhecer a configuração da sociedade, ou realidade social, como sendo produzida por indivíduos que experenciam, interpretam, entendem e agem de maneira significativa.²⁶ Em respostas a estas questões, a realidade social enquanto complexo de interações sociais é demarcada como o verdadeiro elemento social; a sociologia deveria, enquanto ciência, examinar os tipos e

²³A discussão *naturalismo x interpretação* é mais amplamente apontada em: ROSENBERG, Alexander. *Philosophy of Social Science*. Boulder: Westview Press, 1988.

²⁴Aron (2002, p. 3) coloca que, na França, o autor é geralmente apontado como um precursor da sociologia e que, a Auguste Comte, atribui-se o mérito de fundador da sociologia como ciência. A este respeito, Aron posiciona Comte como fundador se, apenas, for chamado de fundador aquele que criou o termo que designa determinada ciência. Para ele, Montesquieu e seu “O espírito das leis” proveria uma análise, sob certos aspectos, mais “moderna” do que a de Comte e, portanto, não deveria ser considerado um dos precursores, mas antes um dos fundadores da sociologia.

²⁵Para um melhor entendimento do pano de fundo que cercava as discussões sociológicas na Alemanha, ver Srubar, 1984.

²⁶Aqui, Srubar (1984, p. 166) refere-se às ideias estreadas pelos neokantianos Wilhelm Windelband, Heinrich Rickert e por Wilhelm Dilthey.

formas de interação em relação à sua constituição e consequências – as instituições seriam resultantes das interações e reguladas por elas (SRUBAR, 1984).

Weber (2009) anuncia tal virada quando postula os fundamentos de uma sociologia compreensiva, definindo-a como “uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social” (WEBER, 2009, p. 3-4). Na tentativa de desenvolver um método de interpretação controlável, introduz a ideia dos tipos ideais,²⁷ que seria a melhor forma de ter acesso à ação individual e, simultaneamente, permitir generalizações (SRUBAR, 1984). Se em Comte era predominante o objetivo de que se chegasse à formulação de um quadro claro e definitivo de leis fundamentais, para Weber a ciência tinha como essência o devenir, e ignoraria as proposições relacionadas ao sentido último das coisas; a ciência teria um objetivo colocado no infinito e renovaria incessantemente suas indagações diante da natureza. As características da história e da sociedade, tal como analisadas por Weber, diferenciar-se-iam profundamente das formas como as ciências da natureza operam, já que apesar de terem a mesma inspiração racional, caracterizam-se por serem compreensivas, históricas e se orientarem para a cultura (ARON, 2002).

Para Srubar (1984), a mesma tentativa é feita por Simmel ao formular a ideia de forma e conteúdo. Simmel (2006) coloca que seria possível identificarmos em cada sociedade sua forma e conteúdo: a própria sociedade significaria a interação entre indivíduos, que formariam uma unidade, isto é, a sociação ou forma. A interação se daria por meio de certos impulsos ou busca de certas finalidades: instintos eróticos, impulsos religiosos, interesses objetivos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação, e outros diversos fatores que colocariam os indivíduos em convívio e relação um com o outro, ou seja, seria este o conteúdo e matéria da sociação.

Para Ianni (1990)²⁸, os impasses e controvérsias sobre o objeto e método da sociologia são mais ou menos permanentes²⁹ e dizem respeito às exigências da produção

²⁷ Na introdução feita por Gerth e Mills ao *Ensaio de Sociologia* de Weber (2002), os autores colocam que com a expressão “tipo ideal”, Weber não quis introduzir um novo instrumento conceptual, mas pretendia simplesmente dar consciência ao que os cientistas sociais e historiadores faziam quando utilizavam palavras como “homem econômico”, “feudalismo”, etc. Com esta formulação analítica, poderiam ser construídos tipos ideais de prostitutas ou líderes religiosos, sem que a palavra “ideal” possuísse caráter avaliativo (GERTH; MILLS, 2002).

²⁸ Ianni (1990) discute a equiparação feita por Robert Merton entre o avançado desenvolvimento das ciências naturais e a dificuldade da sociologia em recuperar informações previamente empregadas e adequá-las como novos pontos de partida – “*Os dados mostram que a física e a biologia têm em geral sido mais bem-sucedidas do que as ciências sociais em recuperar o conhecimento acumulado e relevante do passado e incorporá-lo às formulações subseqüentes. Este processo de enriquecimento pela absorção é ainda raro na sociologia. Como resultado, informações que não foram previamente recuperadas estão ainda lá, para serem empregadas de forma adequada, como novos pontos de partida.*” Em resposta, Ianni coloca-se – “*Primeiro, está baseado na idéia de que a sociologia deveria pautar-se pelo modelo “paradigmático” das ciências naturais. Um*

intelectual. A sociologia seria uma ciência que se pensa enquanto se realiza, se desenvolve, enfrenta impasses e se reorienta, ela se pensa criticamente e de modo contínuo. Haveria algo como uma espécie de sociologia da sociologia em todo trabalho sociológico de maior envergadura. Touraine (1984) acrescenta que a sociologia clássica se valeria sobre o princípio da substituição dos atores sociais por conjuntos estatísticos, definidos por nível ou forma de participação social, e também pelos sinais da lógica interna de funcionamento do sistema social. Esta sociologia teria sido destruída pelas transformações históricas ao longo da primeira metade do século XX na Europa – a ideia central da sociologia clássica de correspondência entre institucionalização dos valores e socialização dos atores era oposta à ideia de separação entre sistema e atores: o sistema passa a valer como conjunto de regras e de condicionamentos que o ator deve aprender a utilizar ou contornar, e o ator surge como indivíduo, membro de uma comunidade e uma tradição cultural (TOURAINÉ, 1984).

Alguns autores colocam-se radicalmente a favor do desenvolvimento de novos paradigmas, enquanto outros propõem não a desqualificação dos clássicos, mas antes uma renovação e desenvolvimento destes. Critica-se a abordagem histórica, globalizante ou holística, preconizando-se a sistêmica, estrutural, neofuncionalista, fenomenológica, etnometodológica, hermenêutica, do individualismo metodológico, etc. Os conceitos formulados nos clássicos já não poderiam dar conta das novas configurações e o indivíduo ou ator social, o movimento social, a identidade, a diferença, o cotidiano, a escolha racional, entre outros, é que deveriam, então, ser objeto da sociologia (IANNI, 1990).

Hall (2006) escreve que,

Em 1991, o então presidente americano, Bush, ansioso por restaurar uma maioria conservadora na Suprema Corte americana, encaminhou a indicação de Clarence Thomas, um juiz negro de visões políticas conservadoras. Nos julgamentos de Bush, os eleitores brancos (que podiam ter preconceitos em relação a um juiz negro) provavelmente apoiariam Thomas por ele ser conservador em termos da legislação de igualdade de direitos, e os eleitores negros (que apoiam políticas liberais em questão de raça) apoiariam Thomas por ele ser negro. Em síntese, o presidente estava ‘jogando o jogo das identidades’ (HALL, 2006, p. 18).

argumento de origem positivista, renovado com o neopositivismo. Supõe que a lógica do conhecimento científico é única. E que dada ciência social se constitui e amadurece na medida em que atinge os níveis alcançados pelas mais desenvolvidas, no caso as naturais, ou a física, a biologia. Essa é apenas uma posição no âmbito das reflexões sobre epistemologia. Há outras e bastante elaboradas. As conquistas científicas realizadas por Weber e Simmel, Marx, Lukács e Gramsci, Horkheimer, Adorno e Marcuse, Habermas e Gadamer, além de outros, abrem diferentes horizontes para a epistemologia das ciências sociais, e não apenas para a sociologia. As diferenças entre ciência natural e ciência social são essenciais e irreversíveis.”

²⁹ Ver: Merton, Robert M. “A Ambivalência Sociológica”. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Em especial, capítulo 7: *A análise Estrutural na Sociologia*, p. 147-193.

O exemplo de Hall parece ter, em princípio, dois objetivos principais. O primeiro é o de mostrar concretamente o que parece ser a grande característica da passagem dos indivíduos e da sociedade para a modernidade, e o segundo, mais longamente desenvolvido pelo autor, é o de tirar do plano da abstração aquilo a que se vai compreender como a nova tendência do conceito de identidade, adequado ao novo quadro moderno.

Inerente ao início da modernidade está o prelúdio para uma existência dessacralizada, o desafio de um mundo sem o milagre da salvação divina e do “espírito de pertinência e coesão da comunidade”. O movimento de desencantamento, tal como apontado por Habermas, constitui-se de seis conceitos centrais: a epistemologia racional crítica, a “universalidade”, o ideal iluminista de progresso, a diferenciação estrutural, a integração funcional e o determinismo (SHINN, 2008). O processo de institucionalização e individualização são crescentes e exaltados por uma dissidência moderna emancipatória. Para Fischer-Rosenthal (1995), ocorre a inauguração de uma liberdade em relação a condições fixas e da abertura de multifacetadas oportunidades de escolha, que demarcam a associação dos indivíduos à sociedade apenas por sua funcionalidade em relação a ela. Shinn (2008), por outro lado, ressalta que, embora a modernização emancipatória exaltasse o individualismo, este era de um tipo altamente e amplamente padronizado, monitorado e disciplinado, compreendido a partir de uma perspectiva weberiana de burocratização, que assegurava tanto o consentimento quanto as sanções no Estado-nação.

Entre a visão de um indivíduo mais livre e, portanto, mais demarcado pela confusão das múltiplas escolhas, e a de um indivíduo que tem estas escolhas, em parte, definidas por fronteiras que limitam e colocam ordem, a modernidade trouxe a necessidade da busca por novas diretrizes que pudessem compreender as formas da coesão social e questionar a própria existência de tais instâncias. Para Fischer-Rosenthal (1995), as soluções encontradas assumem formas tão árduas e diversas quanto a densidade de mudanças trazidas pelo modernismo, deixando acadêmicos e indivíduos comuns, mais uma vez, com a questão em aberto. Desta forma, uma gama significativa de filósofos e sociólogos buscaram a constância em um *self* que estaria, a partir desta perspectiva, fragmentado, e à mercê de uma ambivalência socialmente desorganizadora. O conceito de identidade assume, então, os contornos de princípio formal necessário para ordenar as ações e experiências dos indivíduos modernos.

Para Hall (2006) a passagem para a modernidade conflui com o declínio das velhas identidades, que por um longo tempo desempenharam a função de estabilizar o mundo social. Novas identidades nascem de um indivíduo moderno fragmentado que, devido ao

deslocamento das estruturas e processos centrais das sociedades modernas, tem seu universo de referência abalado permanentemente.

Na perspectiva de Hall (2006), três concepções de indivíduo devem ser salientadas. A primeira diz respeito ao sujeito do iluminismo, cujas principais características são o centramento, a unidade e a razão, resultando na consciência e na ação; uma concepção individualista onde o centro do sujeito nascia com ele e se desenvolvia permanecendo essencialmente o mesmo ao longo de sua existência; esta era, pois, sua identidade. A segunda é chamada de sujeito sociológico (formulada, principalmente pelos interacionistas simbólicos, por G.H. Mead e por C.H. Cooley), que tinha por característica básica refletir a complexificação do mundo moderno e a consciência de que este núcleo não era autônomo ou dissociado do externo. Era antes um sujeito formado por relações com pessoas centrais para ele, que tinham o papel de mediadores entre ele e os valores, sentido e símbolos – a cultura – das diferentes esferas do mundo do qual fazia parte. Ou seja, a identidade seria formada a partir da interação entre o “eu” e a sociedade, em um diálogo contínuo que transforma constantemente o núcleo, o “eu real” do sujeito, a partir das identidades que este mundo oferece.

Em contrapartida, a hipótese cartesiana colocada por Fischer-Rosenthal (1995) para a identidade é manifesta através do posicionamento do conceito enquanto uma “reliquia moderna”, cuja incapacidade reside na impossibilidade de manter-se no mundo-da-vida sem perder-se em um mundo objetivo de manipulação racional. Além disso, o conceito-em-ação se mostra estanque e inútil quando precisa lidar com a multiplicidade de “eus” e de “outros” que pertencem ao passado, ao presente e ao futuro e não podem ser razoavelmente contemplados sem o paradigma fundamental da temporalidade. A temporalidade assume, no argumento pela biografia, o principal papel de defesa: a temporalidade é a pedra angular que sustenta a biografia enquanto uma abordagem adequada às propriedades sincrônicas e diacrônicas presentes na complexidade do *self* múltiplo.

A preocupação biográfica trabalha, portanto, a partir de perspectivas binárias. O tempo cronológico e o tempo fenomenológico, o nível do mundo-da-vida e o da estrutura social, a forma da apresentação e o seu conteúdo (FISCHER-ROSENTHAL, 1995; KOHLI, 1986), de maneira a não reproduzir a separação entre o individual e a sociedade, mas antes de estruturar as duas esferas (FISCHER-ROSENTHAL, 1995). Para Kohli (1986) a tarefa é ambiciosa, porém, é a única forma de integrar a teoria macrosocial e a teoria do mundo da vida: o “contexto social” não deve ser compreendido como um conjunto dado de regras, mas sim como estrutura social que é gerada a partir de seu próprio conjunto de condições; e a

história de vida individual não deve ser olhada sob a perspectiva de um resultado da organização macrossocial – ou da interação de propriedades psicológicas individuais –, mas como o resultado de uma atividade subjetiva de construção dos sujeitos ao se apropriarem das possibilidades de escolhas a eles disponíveis (KOHLI, 1986).

3.2 Breve história da pesquisa biográfica

As origens do uso de relatos orais como base a todo tipo de informação são identificadas desde a Antiguidade (PEREIRA, 1991), porém, sua utilização nas ciências humanas, como método de pesquisa dentro de universidades, tem início nos anos 1920, quando as primeiras tentativas de pesquisa biográfica foram realizadas por sociólogos, antropólogos e psicólogos quase que simultaneamente (ROSENTHAL, no prelo).

O estudo sociológico intitulado “O lavrador polonês na Europa e nos Estados Unidos”, desenvolvido por William Isaac Thomas e Florian Znaniecki entre 1918 e 1920 na Universidade de Chicago, é considerado precursor neste tipo de pesquisa em sociologia (ROSENTHAL, no prelo; CHASE, 2005; KOHLI, 1981). O trabalho apresentado pelos autores enfocava a temática dos processos migratórios a partir do estudo de um único caso – a biografia de um imigrante polonês – e de uma profunda análise documental a respeito do problema. O objetivo amplo dos autores, causa de sua tão evidente influência para a sociologia interpretativa, porém, era o de ir além da superfície das organizações e instituições sociais formais envolvidas no processo, e buscava alcançar com efetividade a ação humana na gênese da experiência (ROSENTHAL, 2004):

Reconhecia-se, ali, a vantagem do estudo de caso biográfico não apenas para a apreensão da perspectiva subjetiva e do agir social de integrantes dos mais variados meios – inclusive da genealogia de seu surgimento –, mas também para a reconstrução de mundos da vida em geral e da aplicação de seus resultados na busca de respostas para questões originadas na práxis social (ROSENTHAL, no prelo, p. 180).

Foi a partir da iniciativa de Ernest W. Burgees e Robert E. Park na Escola de Chicago que, motivados pela necessidade de conhecer a perspectiva subjetiva dos atores sociais, fomentaram o crescimento significativo deste tipo de estudo durante as décadas de 1920 e 1930 (ROSENTHAL, no prelo; ROSENTHAL, 2004; PEREIRA, 1991; CHASE, 2005; FANTON, 2011). Os subsequentes projetos elaborados na Escola de Chicago estavam especialmente preocupados com as histórias de vida de criminosos e jovens infratores, mas acabavam por tentar explicar os comportamentos destes sujeitos como um processo interativo

com seu entorno sociocultural, perdendo de vista, em parte, o interesse pela experiência subjetiva (CHASE, 2005).

Neste sentido, muitos autores apresentam ideias diversas a respeito da relevância e modos de fazer pesquisa biográfica na época. Pereira (1991), em seu artigo intitulado “Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial”, elucida com particular destreza estes diversos posicionamentos. Dentre estes, podemos destacar os apontamentos de Robert Angell, que evidencia a fraca aderência dos cientistas sociais ao método difundido pelos intelectuais de Chicago. O autor justifica tal postura dos estudiosos com a tendência objetiva, “factual”, que vinha se delineando no meio sociológico à época (DENZIN e LINCOLN, 2005). Logo haveria o total abandono do uso de relatos orais para a pesquisa social, paralelo à ascensão dos métodos quantitativos (PEREIRA, 1991; CHASE, 2005), tendo seu retorno mais definitivo apenas em meados da década de 1970 (ROSENTHAL, no prelo; FANTON, 2011).

Com a releitura dos trabalhos da Escola de Chicago por sociólogos, a década de 1970 vê emergir o intenso florescimento do interesse pela pesquisa biográfica interpretativa em todo o mundo acadêmico, e em especial na sociologia alemã. O primeiro volume contendo artigos sobre o método de pesquisa biográfica é publicado na Alemanha em 1978, por Martin Kohli; em seguida, em 1981, o sociólogo francês Daniel Bertaux publica o manual “Biografia e Sociedade” (ROSENTHAL, no prelo; ROSENTHAL, 2004; FANTON, 2011). A partir deste período, inúmeros outros volumes foram publicados, além de trabalhos apresentados em congressos e edições revisadas e relançadas.

O trabalho teórico e empírico a partir das mais variadas formas de fazer pesquisa biográfica vem chamando a atenção para a vasta gama de disciplinas, temas e meios que este tipo de estudo pode abranger. Rosenthal (no prelo) cita algumas áreas que foram sendo contemplados por acadêmicos de nacionalidades e disciplinas diferentes como, por exemplo: estudos sobre carreiras profissionais, migração, doenças, religião, sexualidade, socialização política, nacional-socialismo e sistema político na Alemanha Ocidental. Este último nos remete aos próprios trabalhos da prof^a. Gabriele Rosenthal, cujo método de análise biográfica vem se consolidando substancialmente na Alemanha e no Brasil, e para o qual darei especial atenção nas seções subsequentes deste capítulo. Vale também destacar que disciplinas como a psicologia, história e ciências da educação, dentro de suas especificidades teóricas, também vêm fazendo uso desde algum tempo da pesquisa biográfica como forma privilegiada de acesso à perspectiva do indivíduo.

A pesquisa biográfica, contudo, encontra especial progresso na academia alemã e, como apontam Apitzsch e Ionowlocki (2000), não se expande longe de críticas a respeito de

seu possível caráter “idealista”, sendo acusado de ter pouca preocupação com a compreensão sociológica da “realidade” e fazer uso de um apanhado metodológico demasiadamente complicado para a análise de casos singulares. Existe, nas palavras das autoras, certa “impaciência com os aspectos metodológicos da análise biográfica” (APITZSCH E IONOWLOCKI, 2000, p. 5), principalmente com alguns conceitos de Fritz Schütze. A este último, é atribuído o lugar de um dos primeiros autores a desenvolver de forma sistemática os métodos de entrevista e análise de narrativas biográficas. Seu método de análise das entrevistas tem o objetivo de explicar as funções dos enunciados do entrevistado dentro dos quadros sociais que exercem algum impacto em sua forma e em seu significado; em outras palavras, Schütze busca classificar os dados empíricos de acordo com determinadas estruturas teóricas previamente estabelecidas pelo pesquisador, através de uma “gramática” da narrativa autobiográfica espontânea (FANTON, 2011; SCHÜTZE, 1983).

As observações de críticos a respeito da demasiada dificuldade nos métodos de análise desenvolvidos por estudiosos alemães não são incomuns, e retratam a confusão entre o difícil e o *complexo*. Em termos mais acertados, as diferentes linhas de análise de biografias na Alemanha possuem em comum a *complexidade* oriunda da legítima preocupação com o quadro teórico que as fundamenta. Portanto, tais críticas em relação a um provável “idealismo”³⁰ são facilmente questionadas quando buscamos as raízes dos aportes teóricos tradicionalmente ligados ao desenvolvimento do conceito e da pesquisa biográfica. Fritz Schütze e Gerhard Riemann, por exemplo, têm seus conceitos frequentemente inspirados em tradições norte-americanas de sociologia interpretativa, dentre as quais podemos destacar a Escola de Chicago, o pragmatismo, o interacionismo simbólico, a etnometodologia, a sócio-linguística e a *grounded theory* (APITZSCH E IONOWLOCKI, 2000). Existe, portanto, um processo histórico que faz defesa a estas críticas, como vemos a seguir:

A forte ligação com as tradições teóricas norte-americanas e da Europa ocidental não é um fenômeno acidental, nem mesmo recente. A base e a produtividade da abordagem qualitativa-interpretativa, especialmente entre a pesquisa biográfica, não está amarrada à hermenêutica subjetiva das ciências humanas alemã (*Geisteswissenschaften*), mas tem suas características e potencial derivados de um histórico de importação, exportação e re-importação do pensamento, bem como de um processo de migração. Isto pode ser exemplificado através do trabalho de Alfred Schütz, Georg Simmel e Karl Mannheim, que primeiramente tornaram-se proeminentes nos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial, antes de tornarem-se uma influência importante na sociologia qualitativa-interpretativa na Europa (APITZSCH E IONOWLOCKI, 2000, p. 6).

³⁰ A respeito da discussão entre *idealismo x realismo* nas abordagens biográficas na Europa, ver Fisher-Rosenthal e Rosenthal, 1997.

Além das críticas específicas às formas de fazer análise biográfica na Alemanha, dito que são variadas – e já aí reside um ponto errôneo na natureza das críticas – existem as frequentes condenações ao próprio uso de biografias como objeto de análise. Algumas destas objeções merecem destaque, pois abrem espaço para o esclarecimento de importantes e comuns equívocos. Uma delas diz respeito à questão da “verdade” nas narrativas biográficas, que para Fisher-Rosenthal e Rosenthal (1997) deriva justamente da dificuldade do pesquisador em compreender a diferença entre realidade social e ordem simbólica, entre a vida real e o discurso sobre ela e, principalmente, sobre como estas instâncias estão intrinsecamente conectadas. Desta forma, não há vida social sem o trabalho simbólico, e o indivíduo que nega esta afirmativa, corre o risco de permanecer imerso no reputado dualismo entre mundo interno e externo, deixando de lado a preocupação central: de que forma eles constituem um ao outro (FISCHER-ROSENTHAL E ROSENTHAL, 1997).

Outra crítica frequente diz respeito a uma impossibilidade de generalização, ou ainda, se seria possível encontrar a sociedade e os processos sociais em um único caso biográfico. Esta questão traz à tona o problema de como estabelecer achados socialmente significativos em pesquisas biográficas (APITZSCH E IONOWLOCKI, 2000) e foi profundamente abordado em diversos trabalhos teóricos na área. Uma avaliação importante frequentemente difundida pelos críticos, e relacionada com o apontamento anterior, é de que a pesquisa biográfica seria alheia aos fenômenos coletivos e, portanto, estaria focada nos processos puramente psicológicos e individuais. Aqui residem dois problemas: o primeiro é de que fazer esta crítica é o mesmo que equiparar o conceito de “subjetividade” estritamente aos conceitos de “psicológico” e “individual”, e o segundo é o de negar a subjetividade como sendo constituída socialmente e como parte constituinte do mundo social (FISCHER-ROSENTHAL E ROSENTHAL, 1997). Neste sentido, é possível encontrar no início dos anos 1980 uma polarização entre pesquisas biográficas que trabalhavam com métodos quantitativos e outras que eram realizadas a partir de princípios qualitativos. Em relação à primeira, também chamada de “*Life Events Research*”, o objeto estudado são eventos “fatuais” da biografia, diferente da segunda, preocupada com as interpretações e com o constructo subjetivo chamado “história de vida” (ROSENTHAL, no prelo).

Atualmente, o uso de narrativas biográficas nas ciências sociais cresce, e o pesquisador interessado neste campo, invariavelmente, irá se deparar com uma gama significativa de difusões, com diversos tipos metodológicos em diferentes níveis de desenvolvimento (CHASE, 2005). A seguir, apresento os principais autores e conceitos que

compõem o quadro teórico adjacente a grande parte dos métodos biográficos de inspiração reconstrutiva e fenomenológica.

3.3 Alguns pressupostos teóricos para a pesquisa biográfica

Ainda que, fundamentalmente, os métodos de pesquisa social qualitativa componham um conjunto que se opõe aos procedimentos quantitativos, não podemos apontar qualquer homogeneidade entre as concepções metodológicas adjacentes a estes. Contudo, como aponta Rosenthal (no prelo), podemos diferenciar entre aqueles métodos que, mesmo classificados como qualitativos, se orientam a partir da lógica quantitativista de generalização estatística, e estão preocupados com a frequência em que ocorrem determinados fenômenos; e aqueles procedimentos que se baseiam na lógica da generalização a partir de um caso ou de um meio específico, partindo de uma descrição densa e minuciosa, como apontada por Geertz (2008), em sua obra “A Interpretação das Culturas”. À pesquisa social qualitativa caberia a produção de hipóteses que *não* precedem o próprio processo de investigação, mas que são *inerentes e oferecidas* por este. É diante do material empírico que o pesquisador pode encontrar soluções interpretativas, fazer distinções e, progressivamente, descobrir no percurso novas questões capazes de modificar as ferramentas conceituais e esquemas interpretativos, engendrando novas interrogações (LAHIRE, 2004). Parte, portanto, do princípio de abertura, buscando desenvolver instrumentos que orientem o observador ao sistema de relevância próprio do entrevistado ou observado, dando o maior espaço possível para que ele construa “a situação” (ROSENTHAL, no prelo).

A escolha específica pela pesquisa biográfica interpretativa nos remete a alguns princípios teóricos, métodos de levantamento e análise de dados característicos, voltados para a reconstrução de casos de narrativas de histórias de vida. O termo “narrativa” possui, neste quadro teórico, um conceito específico com cinco características principais: a) é temporal, já que é a representação de eventos passados a partir de uma perspectiva atual; b) é social, pois a situação na qual ocorre a entrevista é uma situação social que influenciará o modo de narrar do indivíduo; c) é significativa, pois expressa o significado atribuído pelos indivíduos às suas experiências; d) é subjetiva, já que representa sempre a expressão da perspectiva de um sujeito cuja biografia é singular; e e) é linguística, pois é realizada a partir de linguagem que é cotidiana e familiar ao indivíduo (SCHÜTZE, 1983; FANTON, 2011). A reconstrução, por sua vez, é um processo extenso onde o pesquisador se ocupa, fundamentalmente, em

compreender profundamente o processo de criação, reprodução e transformação do fenômeno estudado, e onde o conceito de “compreender” também adquire uma especificidade.

Como apresentado anteriormente, a fenomenologia estabelecida por Edmund Husserl como uma disciplina filosófica e desenvolvida por outros tantos autores, preocupa-se justamente com os problemas fundamentais do conhecimento e da experiência, pelos quais somos guiados em nosso cotidiano. Ademais, falarei sobre as contribuições da fenomenologia à teoria da *Gestalt* e seu desenvolvimento por Aron Gurwitsch. Estes conceitos serão fundamentais para compreendermos alguns posicionamentos básicos no trabalho de condução de entrevistas e análise de narrativas biográficas, principalmente no que diz respeito às elaborações de Gabriele Rosenthal.

3.3.1 Biografia e Aron Gurwitsch: a teoria da *Gestalt* e o campo temático

Na medida em que avançamos os estudos para uma metodologia qualitativa, a necessidade de termos uma epistemologia que sustente determinados quadros metodológicos torna-se evidente. A *Gestalt* tem se mostrado um pilar importante para o trabalho com narrativas biográficas, como veremos a seguir.

O pesquisador alinhado ao referencial aqui apresentado precisa, antes de tudo, estar interessado em saber o que os sujeitos vivenciaram concretamente, ou seja, como a ação se desenvolveu no passado, mas também no sentido que estes atribuíram e atribuem atualmente às suas ações: o curso de ação e a perspectiva dos sujeitos em relação a estas. Observamos a biografia do sujeito perguntando pelas experiências que antecederam e as que seguiram o fenômeno de interesse, assim como pela sequência em que ocorreram as vivências, buscando reconstruí-lo em seu processo de constituição (ROSENTHAL, no prelo; FANTON, 2011).

É comum, principalmente na Alemanha, que o pesquisador analise a biografia considerando-a integralmente, abarcando a reconstrução em sua gênese, bem como em sua construção a partir do momento da fala na entrevista, não limitando a análise a uma ou poucas fases de vida do entrevistado. Não nos esqueçamos, entretanto, que a entrevista é um processo de rememoração no presente, em uma situação de interação com o entrevistador que precisa ser considerada. Para compreendermos as declarações de um entrevistado sobre diferentes temas e situações no passado, é necessário conhecer seu contexto atual de vida, momento biográfico onde sua fala tem origem (ROSENTHAL, no prelo; LAHIRE, 2004).

A pergunta mais frequente, então, é: como falar no passado se as entrevistas biográficas nos remetem a declarações atuais, produzidas e manifestas em um momento

específico do presente? Existe, fundamentalmente, uma relação dialética entre aquilo que é vivenciado, aquilo que é lembrado e o que é contado (ROSENTHAL, 2006; ROSENTHAL, 2004), cuja dinâmica foi devidamente considerada pela teoria da *Gestalt*, partindo das considerações fenomenológicas de Aron Gurwitsch.

Uma *Gestalt* pode ser definida como um conjunto de itens que apoiam e determinam um ao outro, compondo uma estrutura geral que os governa e atribui funções – como partes de um todo –, um papel a ser cumprido, bem como um lugar específico naquele “todo”. Cada parte, portanto, só pode ser compreendida em relação a sua função, que a caracteriza e a quem ela deve por ser o que é no “aqui-e-agora”. Entretanto, quando alguém muda sua maneira de perceber algo, testemunha também uma mudança nos “dados” e a alteração nas funções atribuídas e nos detalhes do todo, mesmo que objetivamente eles não se submetam a nenhuma mudança. Ainda que seja apenas uma mudança na atitude mental, o objeto original desaparece, transformando-se em outro objeto. Além disso, a mudança nunca será restrita a apenas um detalhe da estrutura da *Gestalt*, já que todo o conjunto de detalhes é afetado devido às funções de cada parte serem intrinsecamente dependentes da estrutura total desta – todas as funções demandam uma a outra mutuamente, distinguindo-se daquelas concepções nas quais o total do conteúdo consciente, e mesmo o inconsciente, são apenas somas das partes que o compõem (GURWITSCH, 2009).

Dito isto, podemos seguir na compreensão do ato consciente não como a presença de um conteúdo cercado pelo caos de múltiplos conteúdos, ou como um holofote colocado sobre determinado conteúdo enquanto a confusão seria o ator caótico que preenche áreas de sombra e escuridão. A consciência é temática, e para cada estado mental em forma de pensamento, existe um campo que forma uma *Gestalt* (GURWITSCH, 2009). Isto justifica de forma contundente a afirmativa de que os relatos de um entrevistado referem-se tanto à vida atual quanto às experiências passadas: assim como o passado é constituído pelo presente e pelo passado antecipado, o presente surge do passado e do futuro. Assim, as narrativas oferecem informações sobre o presente e também sobre o passado de quem narra, bem como suas perspectivas para o futuro (ROSENTHAL, 2004). “Relatos sobre o passado estão diretamente ligados ao presente da fala. A situação de vida atual determina o olhar sobre o passado, isto é, produz um passado específico, recordado de acordo com o contexto.” (ROSENTHAL, no prelo, p. 184) Edmund Husserl chama este ato de “voltar-se a” ou de *noesis*, aonde determinadas vivências passadas vêm à mente apresentando-se de outra forma. Assim, tem origem um *noema relativo à memória*, ou seja, a atualização por meio da recordação (ROSENTHAL, no prelo).

Usemos como exemplo o caso que será compreendido neste trabalho: Maria, até os seis anos de idade, viveu com seus pais, até que passou a morar na rua e em casas de pessoas que lhe acolhiam temporariamente. Aos dezesseis anos teve seu primeiro filho, aos dezessete o segundo, aos dezoito o terceiro e aos vinte e quatro o quarto filho. Se perguntássemos a Maria sobre sua história de vida, preocupados com sua interpretação sobre o papel materno, evidentemente obteríamos respostas diferentes em cada uma das etapas apresentadas – Maria sem filhos, depois com um, dois, três e quatro filhos. Até os 15 anos, daria seu relato do ponto de vista de filha, cujas experiências de separação da família de origem, possivelmente seriam muito marcantes. Mas, ao perguntarmos a Maria sobre sua história aos 17 anos, provavelmente a questão da maternidade viria somada, entrecruzada ou mesmo significada a partir de sua própria experiência como mãe. Daí decorreria que Maria poderia tecer comparações, latentes ou manifestas, sobre como vê/via sua própria mãe neste papel, como vê a si, bem como os desejos futuros enquanto ocupante deste papel. Estes podem ser apontados como possíveis pontos de reinterpretação, como dito anteriormente na perspectiva de Husserl, e significam uma reorganização das lembranças e argumentações, gerando uma mudança de campo temático.

Neste sentido, nunca lidamos com um tema, mas sim com um campo temático, e o tema como pertencente a este campo. O campo em si é um contexto de objetos relacionados, pertencentes entre si e conectados ao tema a partir de uma conexão gestáltica (*Gestaltverbindung*), que é específica em cada situação. Possui, portanto, um centro a partir do qual se orienta, ou seja, o fundo – campo temático – é organizado pela figura – tema, e a partir desta dinâmica os componentes do campo temático são reordenados (GURWITSCH, 2009). Esta organização, no caso da entrevista narrativa biográfica, será influenciada, em grande medida, pela situação de vida atual do entrevistado, bem como pela própria situação de entrevista - onde e para quem o narrador fala. Será no próprio processo de análise que o pesquisador dará conta de separar aquilo que é a vida pessoal narrada, e as nuances sobre a situação do falante e seu interesse de apresentação, e a vida pessoal vivenciada, como possivelmente experienciada no passado (ROSENTHAL, 2006), justificado pelos conceitos acima apresentados sobre o fluxo e processo de reinterpretação dos objetos partindo da hipótese de que todas as experiências são interdependentes dentro de um campo guiado por um tema (GURWITSCH, 2009), constituindo-se de passado, presente e expectativas para o futuro (ROSENTHAL, 2004).

Vimos acima breves considerações acerca dos fundamentos mais básicos para o trabalho com narrativas biográficas. Fica evidente que cada menção comporta uma extensa

produção teórica, discussões epistemológicas densas e a certeza de que seria necessário um esforço exclusivo para que eu pudesse abarcar todas as especificidades, bem como as contribuições e problemas decorrentes das ideias mencionadas. Entretanto, veremos adiante que grande parte destas compreensões será necessária para ampliarmos nossa visão sobre os limites e potenciais tanto na condução quanto na análise de biografias. Afirmo, entretanto, desde já, que tanto os limites quanto os potenciais oriundos deste entrecruzamento entre epistemologia e *práxis* são considerados importantes pontos de discussão interdisciplinar, e capazes de mediar o aperfeiçoamento e expansão daquilo que é comum a uma sociologia interpretativa, necessariamente preocupada com a vida cotidiana e social enquanto fundamentalmente dialógica.

A seguir, inicio um detalhado esclarecimento acerca da postura metodológica na entrevista narrativa biográfica, especialmente daquela desenvolvida por Gabriele Rosenthal, bem como as influências por ela incorporadas. Além disso, alguns exemplos oriundos do caso aqui trabalhado – a história de vida de Maria – para que cada etapa de condução da entrevista, bem como da análise, seja adequadamente posto em evidência.

4 PROCEDIMENTOS PARA A CONDUÇÃO E ANÁLISE DE ENTREVISTAS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS

Falei anteriormente sobre o princípio de abertura enquanto pedra angular de qualquer investigação que se pretende reconstrutiva. Neste sentido, quando voltamos para a biografia, para o cotidiano e para o sistema de relevância do sujeito no qual buscamos referência para o mundo social, torna-se central que o processo de levantamento de dados esteja também em sintonia com este princípio de análise. Deixar de lado nosso sistema de relevância durante o processo de pesquisa não significa, e nem pretende significar, a total neutralidade do pesquisador. Sabemos que seria significativamente ingênuo acreditarmos que é possível proceder sem alguma interferência de nossas crenças, valores e cultura, mas acredita-se que um instrumento adequado permite, em algum grau, uma aproximação relevante deste ideal.

A entrevista narrativa biográfica busca, a partir do princípio de abertura, orientar-se para o sistema de relevância dos agentes em seu contexto cotidiano e, portanto, extrapola o instrumento de investigação e busca refletir-se também na postura do pesquisador e no ambiente de confiança que por ele precisa ser criado no momento de coleta. Neste capítulo, em um primeiro momento (Parte Um) me deterei mais atentamente às formas de proceder da entrevista narrativa biográfica, tendo como referência a abordagem desenvolvida por Gabriele Rosenthal. Para tanto, apresentarei as três diferentes fases de perguntas com as quais o entrevistador negocia a entrevista, que são: a) a pergunta inicial; b) as perguntas narrativas internas; e c) as perguntas externas. Além disso, também comento brevemente acerca do processo de construção da pergunta inicial para esta pesquisa e como se dá a construção de um memorando. Posteriormente (Parte Dois), apresentarei os passos de análise de um caso biográfico, também a partir da perspectiva de Rosenthal, exemplificando-os, sempre que possível, com o caso analisado para este trabalho de mestrado.

4.1 *Parte Um: procedimentos para a condução de entrevistas narrativas biográficas*

Os procedimentos de condução de entrevista narrativa biográfica na abordagem desenvolvida por Gabriele Rosenthal, e utilizados nesta pesquisa, serão apresentados a seguir. Além disso, serão feitos alguns comentários sobre o processo de construção da pergunta inicial utilizada na entrevista coletada para esta investigação.

4.1.1 Entrevista narrativa biográfica: a pergunta inicial

A entrevista narrativa biográfica é um procedimento que inclui diversos fatores que o tornam “aberto”. Um destes fatores é que o pesquisador deve tomar o relato do entrevistado como referência, bem como a interação que ali se estabelece no momento da entrevista. Nada do que diz respeito a esta situação deve ser considerado um “ruído”, ou seja, tudo faz parte de um universo simbólico criado no momento da interação e, portanto, deverá fazer parte do processo de pesquisa (ROSENTHAL, no prelo). Entretanto, como veremos a seguir, o processo de *abertura* deste tipo de pesquisa foi um movimento gradativo, onde a experiência empírica teve um papel fundamental para muitos autores cujo trabalho, atualmente, consideramos centrais nesta abordagem.

A autora Gabriele Rosenthal (2004) relata que, ao iniciar seus estudos com biografias, trabalhava com entrevistas focadas em temas específicos e, por isso, buscava formular perguntas iniciais fechadas e orientadas para seu tema de interesse. Tal escolha era oriunda da crença de que, caso não oferecesse uma estrutura de orientação mínima para o entrevistado, este não saberia o que dizer e dificilmente conseguiria resgatar as narrativas pelas quais a pesquisadora estava interessada. Na medida em que sua pesquisa avançava, a autora deparava-se cada vez mais com respostas que, em grande medida, ultrapassavam os pontos de partida por ela colocados em sua pergunta inicial. Ao contrário de não saber o que falar, os entrevistados demonstravam a necessidade de ampliar o campo temático de interesse e fazer conexões com outras etapas e outros momentos de sua vida que, para eles, possuíam ligação com o que era perguntado.

Foi apenas após um encontro com Schütze – que havia lido um trabalho da autora onde ela defendia a ideia de que os entrevistados precisavam de algum guia temático, ou do contrário não saberiam o que falar – que ela se permitiu entrevistar com perguntas mais abertas. Gabriele Rosenthal relata que Schütze não estava disposto a argumentar ou problematizar sua escolha pelas perguntas tematicamente direcionadas, mas sim motivá-la a simplesmente experimentar outra forma de perguntar e descobrir através da experiência prática que nenhuma das objeções por ela descritas passaria por um teste empírico (ROSENTHAL, 2004).

A pergunta de tipo aberto, como nos aponta Schütze, evita qualquer tipo de restrição e busca promover uma narrativa que abranja toda a vida do entrevistado, abrindo espaço para a possibilidade de o entrevistado fazer conexões temáticas que o pesquisador não conhece, seguindo seu próprio sistema de relevância. A apresentação de um pano de fundo familiar

pelo biografado permite ao pesquisador integrar analiticamente de forma mais coerente a história de vida vivenciada e a história de vida narrada (ROSENTHAL, 2004). Um exemplo de pergunta narrativa biográfica de tipo aberto é apresentado por Rosenthal (2004) como a seguir:

Por favor, conte-nos/conte-me a história de sua família e a sua própria história. Nós/eu estamos/estou interessados/interessado em toda a sua vida. Tudo que lhe ocorrer. Você tem todo o tempo que precisar. Nós/eu não lhe faremos/farei nenhuma pergunta por enquanto. Apenas faremos/farei algumas anotações sobre as coisas que gostaríamos/gostaria de lhe perguntar mais tarde; se não tivermos tempo suficiente hoje, talvez em uma segunda entrevista (ROSENTHAL, 2004, p. 51, tradução minha).³¹

Outro tipo de pergunta inicial utilizada por Rosenthal (2004) é uma forma intermediária entre a forma totalmente estruturada e a forma totalmente aberta, onde se segue ainda o princípio de abertura, porém combinando o interesse em toda a história de vida do indivíduo a um interesse temático. Esta pergunta de tipo intermediário seria o mais adequado para contextos de pesquisa onde precisamos fornecer algum indício de nosso interesse, e não apenas nos referirmos ao interesse por histórias de vida. Além disso, este formato permite que aumentemos a probabilidade de que o biografado fale sobre o tema sob investigação e, ainda assim, faça todas as conexões temáticas que julgar necessárias (ROSENTHAL, 2004, p. 51):

Nós estamos interessados na história de vida de pessoas com doença crônica (ou de pessoas que vivenciaram a *perestroika* na Rússia), em sua experiência pessoal. Por favor, nos conte sua história de vida, não apenas sobre sua doença (não apenas sobre a *perestroika*), mas toda a sua história de vida. Qualquer coisa que lhe ocorrer. Você tem todo o tempo [...] (ROSENTHAL, 2004, p. 51, tradução minha).³²

O biografado é convidado a fazer uma narração completa de eventos e experiências de sua vida, dando início ao que chamamos de *narrativa principal*. Esta consiste na primeira história apresentada pelo narrador, cujo fluxo não deve ser interrompido pelo entrevistador com perguntas adicionais, mas ser apenas encorajada com expressões não verbais ou paralinguísticas que demonstrem atenção e interesse (ROSENTHAL, 1993). Além disso, o

³¹ Trecho original em inglês: *Please tell me/us your Family story and your personal life story; I/we am/are interested in your whole life. Anything that occurs to you. You have as much time as you like. We/I won't ask you any questions for now. We/I will just make some notes on the things that we would like to ask you more about later; if we haven't got enough time today; perhaps in a second interview* (ROSENTHAL, 2004, p. 51).

³² Trecho original em inglês: *We are interested in the life stories of people with chronic disease (or: of people who experienced perestroika in Russia), in your personal experience. Please tell me your life story, not just about your illness (not just about the perestroika years), but about your whole life story. Anything [...].* (Ibid, 2004, p. 51)

pesquisador deve tomar notas de todos os temas mencionados, através de palavras-chave que respeitam o vocabulário utilizado pelo entrevistado. O registro dos temas apresentados é de fundamental importância por duas razões: a primeira é tornar possível a realização da segunda etapa da entrevista – a fase de perguntas narrativas internas; e a segunda razão é garantir que a *sequencialidade*, princípio básico deste tipo de entrevista, seja respeitada na segunda fase de perguntas. O respeito pela sequencialidade significa que o pesquisador aceitará a ordem de apresentação dos temas como dada pelo biografado, garantindo que seu sistema de relevância seja preservado ao máximo.

A seguir, falarei acerca do processo de construção da pergunta inicial adotada na pesquisa aqui apresentada e, em especial, a pergunta como utilizada na entrevista com Maria.

4.1.2 Pergunta inicial no contexto desta pesquisa

Em um primeiro momento, a dúvida sobre qual seria a forma mais aberta possível de pergunta inicial para as entrevistas narrativas biográficas do projeto residiu em dois pontos: qual seria o foco temático adequado; e como não contaminar demasiadamente a apresentação do narrador com o sistema de relevância dos pesquisadores. Ou seja, como diminuir as chances de o entrevistado fornecer uma apresentação basicamente ligada ao que ele pensaria serem as expectativas dos pesquisadores. Afinal, o ponto chave de nosso interesse de investigação era o tema da violência, e como esta estava relacionada ao cotidiano das famílias moradoras das comunidades pesquisadas. Sabíamos que isto poderia trazer o risco significativo de obtermos dos entrevistados um número elevado de argumentações, ou seja, um discurso baseado em opiniões, e não em narrativas pessoais e biográficas. Além de empobrecer a apresentação inicial, o biografado estaria totalmente voltado para as expectativas do pesquisador em saber sobre os temas *violência e infância*. Algumas hipóteses acerca do que poderíamos obter como respostas a uma pergunta enfocada nestes eixos foram levantadas e ponderadas. Por exemplo: o entrevistado poderia, enquanto mãe/pai/cuidador, buscar fazer uma apresentação onde se defende enquanto ocupante deste papel, passando a apresentar um relato totalmente voltado para o que acha que são as características de um bom cuidador para os pesquisadores, abandonando, em parte, seu próprio sistema de relevância.

A resposta para o problema surgiu a partir da formulação de uma pergunta inicial que fosse condizente com aquele tipo intermediário apresentado pela autora Rosenthal (2004), fornecendo um enfoque temático, mas ainda assim perguntando por toda a história de vida do entrevistado. A partir daí, coube à equipe formular a apresentação do enfoque temático de

maneira a respeitar a condição de abertura da pergunta. A pergunta inicial foi concebida, ainda que com algumas variações de acordo com a situação de entrevista e cada pesquisador, da seguinte maneira:

Fazemos parte da equipe de pesquisa da PUCRS e estamos interessados em conhecer a vida de pessoas que vivem aqui na comunidade (e que são pais de filhos pequenos – se for o caso). Estamos interessados em toda a sua vida e da sua família, tudo o que você quiser nos contar desde o início até os dias de hoje. Temos todo o tempo que você precisar e, se necessário, podemos marcar outro encontro. Não iremos lhe interromper, iremos apenas tomar nota daquilo que você nos disser. Depois que você nos contar tudo o que quiser, faremos, primeiramente, algumas perguntas a respeito daquilo que você nos falou.

O resultado final consistiu na ideia de que a única maneira de delimitar um foco temático suficientemente aberto seria a de apenas qualificar o tipo de entrevistado em que estávamos interessados: morador da comunidade pesquisada e, se fosse o caso, pai ou mãe de crianças pequenas; além de deixar claro que também nos interessava a sua história familiar. Uma experiência específica de entrevista merece ser destacada.

Ao fazer esta pergunta para uma entrevistada, também moradora do Morro da Azaléia, prontamente esta respondeu-nos que não sabia o que falar e que preferia que eu lhe fizesse perguntas em que eu “perguntasse o que queria saber”. Esta situação poderia ser usada em defesa daqueles que, como Rosenthal (2004) em um primeiro momento, são adeptos a perguntas mais fechadas sob a justificativa de que o narrador não saberá o que falar e pedirá por um guia temático. A experiência mostrou que este argumento logo se dissolve se houver por parte do entrevistador uma naturalização desta dificuldade, acalmando o entrevistado e permanecendo em sua posição inicial de abertura. Em seguida ao pedido da entrevistada por perguntas fechadas, repeti que ela poderia contar tudo aquilo que sentisse vontade, e que estávamos interessados em sua vida desde o início e mesmo antes dela nascer, até os dias atuais. A entrevistada permaneceu em silêncio por alguns segundos, e pude perceber que ela buscava um ponto de partida para sua narração. Mesmo insegura no início, não demorou em que começasse a delinear uma narrativa completamente sua, sem a necessidade de incentivos verbais, apenas metalinguísticos – o olhar e as expressões faciais de atenção por parte das entrevistadoras.

Em relação à Maria, a pergunta inicial foi feita a partir dos moldes apresentados acima, como segue:

Entrevistadora 1: [...] então deixa eu explicar um pouquinho da pesquisa pra você. A gente tá entrevistando famílias com crianças e a gente tá interessada em saber sobre a vida dos moradores da Azaléia, a gente tá interessado em saber sobre a vida

dos moradores da Azaléia. A gente tá interessado em tudo que você tem pra dizer sobre a sua história de vida. Você pode começar por onde você quiser.

Maria: Eu? Deus me livre.

Entrevistadora 2: Então, com certeza vai ser muito interessante.

Maria: Vai ser triste.

Entrevistadora 2: E você fala o que- Mas você fala o quanto você quiser a gente não vai te interromper, a gente só vai fazer algumas notas aqui aí no final da entrevista se a gente tiver-

Maria: Posso começar com o que? Meu nome?

Entrevistadora 2: O que você quiser.

A partir daí, segue uma narrativa principal sem que haja nenhuma interrupção das pesquisadoras. A apresentação inicial, apesar do foco temático – foi evidenciado que estávamos interessados em alguém que é mãe e moradora da comunidade – é densa em narrativas e se estende desde a infância de Maria, passando pelas mais variadas situações que não necessariamente aconteceram na comunidade onde vive atualmente, até sua fase de vida atual. Mais uma vez, fica evidente que o tipo de pergunta parcialmente aberta ou totalmente aberta pode causar algum desconforto no entrevistado, já que deixa um campo vasto de possibilidades para que o sujeito escolha seus próprios caminhos biográficos. Entretanto, após um primeiro momento, evidencia-se a riqueza de detalhes que vão sendo conectados; tais conexões fornecerão, em algum grau, acesso ao sistema de relevância do entrevistado durante a reconstrução do caso, seus acontecimentos cotidianos, seu contexto familiar, suas construções subjetivas e compartilhadas, etc.

A seguir, apresento a segunda e a terceira fase do procedimento de entrevista narrativa biográfica, como utilizada por Gabriele Rosenthal. A segunda etapa é indispensável ao método e exige do entrevistador, mais uma vez, habilidades de escuta, atenção e envolvimento com aquilo que lhe é dito, pois deve aprofundar significativamente todos os temas citados pelo biografado em sua apresentação inicial. A terceira etapa, por sua vez, cede espaço àquilo que é estritamente do interesse do pesquisador, ou seja, permite que este aborde aquelas temáticas que foram omitidas pelo biografado, mas que são cruciais para a investigação em andamento.

4.1.3 Segunda e terceira fase da entrevista biográfica: perguntas narrativas e perguntas externas

A segunda fase de condução da entrevista narrativa biográfica encontra-se também fortemente ligada aos princípios de respeito ao sistema de relevância do entrevistado, traduzido, em especial, através do respeito à sequencialidade das temáticas apresentadas por este. Ela consiste em uma etapa de perguntas temáticas e narrativas, cujo objetivo é que o

entrevistador possa abordar todos os temas citados pelo biografado, na ordem em que foram falados e utilizando os termos que o entrevistado manifestou, conforme anotações feitas durante a narrativa inicial. Esta etapa é particularmente complexa, pois, em grande medida, a produção de narrativas mais detalhadas e o aprofundamento dos temas, dependerão da habilidade do pesquisador em fazer as perguntas adequadas.

As perguntas narrativas para esta segunda fase da entrevista, de acordo com Rosenthal (2004), podem ser feitas de diversas maneiras, por exemplo: a) abordando uma fase da vida do entrevistado; b) indicando interesse em um processo; c) abordando um único tema da vida do entrevistado ao abrir um espaço temporal; d) abordando uma situação específica já mencionada anteriormente; e) suscitando uma narração para esclarecer um argumento feito anteriormente; e f) abordando um evento/fase vivenciado ou conhecimento transmitido por outra pessoa. Porém, evidentemente, algumas perguntas não serão pertinentes ou precisarão ser adaptadas ao vocabulário utilizado pelo entrevistado.

Esta fase de perguntas narrativas é interna, atendo-se apenas aos temas já mencionados pelo biografado. Será apenas na terceira fase, a de perguntas externas, em que o pesquisador poderá abordar questões que não foram mencionadas durante a narrativa principal, mas que são do interesse da pesquisa. A razão para que as perguntas externas sejam feitas apenas ao final, como última etapa de condução da entrevista é, mais uma vez, a de garantir que o entrevistador não imponha seu sistema de relevância à narrativa do biografado, além de ajudarem o pesquisador a compreender porque determinados temas não foram apresentados espontaneamente durante as duas primeiras etapas da entrevista (ROSENTHAL, 2004).

Como pudemos perceber até aqui, o uso de narrativas biográficas como forma de acesso à interpretação dos indivíduos e, conseqüentemente, a compreensões mais alargadas a respeito da construção social e dialética entre indivíduos e realidade social, é um minucioso trabalho cujas etapas estão teoricamente equipadas. Isto significa dizer que nenhum passo, desde a condução da entrevista até a posterior análise, é aleatório. O próprio processo de levantamento de dados, pode-se afirmar, forma uma *Gestalt*, no sentido geral em que abordamos o conceito e, especificamente, enquanto um processo onde as partes não podem ser desconectadas de seu fundo ou entre si, já que perderíamos de vista a totalidade do entrevistado e de sua biografia em um dado momento.

Exploro a seguir, finalmente, um importante instrumento complementar a entrevista, que visa justamente falar sobre este “dado momento” de interação entre biografado e entrevistador, ou seja, trazer à tona, de forma descritiva e densa, todos aqueles detalhes

concretos e internos do pesquisador que surgiram antes, durante e após o término da entrevista. O “memorando” ou “memo” pode assumir a forma semelhante de um diário de campo, porém, de forma mais estruturada, ele possui certas questões básicas que precisam ser descritas, bem como um espaço para livre expressão do pesquisador.

4.1.4 Construção do memorando

Após cada entrevista, é fundamental que o pesquisador produza um memorando, que comporá um primeiro passo de análise. O memo integra um espaço para que o entrevistador exponha suas primeiras impressões, sentimentos, teses, perguntas, além de interações e observações que não puderam ser captadas pelo áudio. Além de se constituir como um momento onde aquilo que ficou implícito na situação de entrevista é colocado em palavras, também configura necessariamente em um primeiro processo reflexivo em relação àquela entrevista, àquele entrevistado, àquela biografia e àquela interação.

A organização do memo utilizado para esta pesquisa busca dar conta dos seguintes aspectos: a) reflexão sobre a situação da entrevista (nome do entrevistado, data e duração da entrevista, local e descrição do ambiente, maneira como transcorreu o contato inicial, interação entre o entrevistador e o entrevistado antes de ligar o gravador e depois de desligar, reação do entrevistado ao projeto de pesquisa e proposta da entrevista, perguntas que ele fez ao entrevistador, comentários depois de terminada a entrevista, descrição das circunstâncias externas, como barulhos na vizinhança e interrupções, sentimentos do entrevistador sobre o entrevistado e a situação/ transcorrer da entrevista); b) dados do entrevistado e da família (composição do núcleo doméstico, dados sobre os integrantes do mesmo, como idade, trabalho e parentesco, dados biográficos do próprio entrevistado, proveniente de onde, idade, trabalho e alguma data importante de que se possa se lembrar rapidamente); c) história de vida apresentada (reconstrução rápida da sequência e o conteúdo dos temas mencionados, com base nas anotações, diferenciando entre apresentação de si em resposta à pergunta inicial e fase de perguntas); d) relação entre as informações obtidas e o objetivo da pesquisa (se existem primeiras suspeitas, o que ainda não foi compreendido, se a entrevista serve para uma análise aprofundada); e e) comentários especiais (o que levar em conta para a próxima entrevista e com quem se deve fazer a próxima entrevista). De acordo com Rosenthal (no prelo), estas informações, bem como todos os dados levantados durante a investigação – material de arquivo, fotografias, cartas, registros médicos, etc – serão de alguma forma aproveitados mais adiante, durante a reconstrução do caso.

Na seção que segue, buscarei cumprir dois objetivos fundamentais: lançar luz sobre os diferentes aspectos da biografia que devem ser explorados, justificados pelo quadro teórico previamente apresentado, bem como explicitar cada um dos passos de análise correspondentes. À medida que amplio a compreensão sobre estes passos de análise, busco exemplificar cada um deles com o caso analisado para esta dissertação. Neste sentido, tentarei compreender as nuances e entrecruzamentos entre teoria e prática a partir de minha própria experiência.

4.2 Parte Dois: procedimentos para a reconstrução do caso biográfico

A reconstrução de um caso biográfico segue, como outros métodos reconstrutivos, passos analíticos estruturados. Como dito anteriormente, o termo *reconstrução* significa que o texto não é trabalhado a partir de categorias previamente estabelecidas. O termo *sequencialidade* significa que o pesquisador irá trabalhar com pequenas unidades textuais que devem ser interpretadas de acordo com a ordem de sua apresentação, ou seja, na sequencialidade de sua *Gestalt* (ROSENTHAL, 2004). O método de reconstrução utilizado neste trabalho segue os passos desenvolvidos por Gabriele Rosenthal (2004; 1993), e implica em cinco passos que serão apresentados a seguir. Além disso, alguns destes passos serão ilustrados a partir da história de vida de Maria, entrevistada cuja narrativa biográfica foi meu objeto de análise para esta dissertação.

4.2.1 Primeiro passo: análise dos dados biográficos

A análise dos dados biográficos é o primeiro passo analítico onde o pesquisador passa a trabalhar com *hipóteses*, tal como desenvolvido na hermenêutica objetiva de Ulrich Oevermann, e adotado por Gabriele Rosenthal. Nesta etapa, todos os dados biográficos que são menos dependentes da interpretação subjetiva³³ do entrevistado são destacados da entrevista transcrita e de outros materiais disponíveis (arquivos diversos e entrevistas com

³³ Mas o que significa dizer que certos dados são mais ou menos dependentes de interpretação subjetiva? Tal questão foi bastante discutida durante os inúmeros encontros do grupo de trabalho empenhado no projeto ao qual o material aqui trabalhado está vinculado, e apenas após um intenso workshop com uma orientanda de Gabriele Rosenthal na Alemanha, é que pudemos distinguir devidamente estas categorias. Por “dados menos dependentes”, compreendemos aquelas informações que encontram no mundo da vida alguma espécie de confirmação como, por exemplo, a possibilidade de obterem-se registros, documentos, testemunhas institucionais, entre outros. Assim, estamos falando de datas e acontecimentos que não necessariamente traduzem um interesse de apresentação do entrevistado, uma etapa de vida ou descrições subjetivas de situação do passado, mas sim momentos circunscritos no tempo e no espaço cujas fontes de confirmação podem variar para além do entrevistado.

outros membros da família) e colocados em ordem cronológica. Estes dados podem ser, por exemplo, o nascimento, informações educacionais, mudança de moradia, eventos envolvendo adoecimento, etc. Devem-se buscar dados individuais – e não períodos de vida – além de dados anteriores ao nascimento do biografado, como história familiar, situação socioeconômica, situação histórica, entre outros (ROSENTHAL, 1993).

Os dados históricos adquirem aqui importante função. Não partimos de um sujeito, seja ele teórico ou o sujeito de entrevista, que está descolado de seu tempo, seu espaço, seu grupo e sua cultura. Partimos de um sujeito situado e, portanto, é necessário que desenhemos um quadro analítico no qual todas estas instâncias sejam incluídas e observadas. A história de vida do entrevistado precisa estar continuamente semipermeável, e isto é responsabilidade do pesquisador, a quem cabe transpor o “fundo e a figura”, em termos *gestálticos*, tendo como ideal uma troca entre individual, social, histórico e cultural.

A estruturação de hipóteses, como falei anteriormente, parte de preceitos abduativos, ou seja, parte do fenômeno empírico para todas as hipóteses possíveis no momento da interpretação.³⁴ Compõe-se uma hipótese abduativa geral e explicativa do fenômeno e, em seguida, uma hipótese secundária – dedutiva – trazendo previsões a respeito do que ocorrerá nas partes subsequentes do texto. Assim, um quadro o mais completo possível de hipóteses é construído acerca de cada dado, seguidas de hipóteses secundárias (ou *follow-ups*). O terceiro passo, também chamado de teste empírico, constitui-se de forma que o pesquisador faz um contraste entre as previsões e os dados subsequentes no caso biográfico concreto. Neste caso em que a análise é feita sequencialmente, as hipóteses secundárias são contrastadas com a sequência seguinte do texto, que podem seguir sendo tomadas como plausíveis, serem modificadas ou rejeitadas. Vemos assim, o caráter das decisões na ação, que representam escolhas dentre diversas alternativas possíveis no interior de cada situação (ROSENTHAL, 1993; 2004; no prelo).

As hipóteses, em última instância, fornecem a quem busca reconstruir determinada biografia, um horizonte de possibilidades que se estendem para determinado biografado em relação às situações ocorridas em sua vida. O pesquisador mantém afastado de seu campo de ponderação todo o conhecimento relativo às partes subsequentes do texto, e também abdica do conhecimento cotidiano, de senso comum, ou científico, oriundo de uma revisão

³⁴ Não poderia dispor de uma afirmativa sobre ser possível abrir, em termos hermenêuticos, todas as possibilidades para um determinado sujeito inserido em uma determinada situação, por sua vez inserida em um determinado contexto. Aqui, permaneço humilde em relação às limitações do método, ao mesmo tempo em que acentuo que pensar em possibilidades quantas forem possíveis traduz uma caminhada para a negação ao determinismo, uma preconcepção teórica fundamental no trabalho reconstrutivo.

exploratória ou sistemática da literatura, como únicos recursos para a formulação de escolhas possíveis, abrindo o leque mais amplo de que é capaz. Assim, o biografado fica livre de exigências externas que poderiam ser consideradas determinantes como, por exemplo, a situação de pobreza ou qualquer outro típico argumento classista.

Rosenthal (no prelo; 2004) coloca que este passo da análise deve possibilitar a descoberta do novo através do caso concreto, levando o pesquisador a sequências inusitadas, além de ser uma preparação para a reconstrução da história de vida vivenciada e um material de contraste para a análise do campo temático (ROSENTHAL, 1993; 2004). A estruturação de hipóteses deverá fornecer ao pesquisador, portanto, acesso às formas de como o entrevistado age ou toma decisões no curso de sua vida, e o procedimento seguirá os seguintes passos: a) construção de um genograma familiar a partir de todas as fontes disponíveis; b) a partir do genograma, a reconstrução da provável situação de nascimento do entrevistado; c) a sequencialização dos dados biográficos; d) a formulação de hipóteses e hipóteses *follow-up*; e) a formulação de hipótese estrutural (como o indivíduo age ou toma decisões); e f) a formulação de um texto que servirá como modelo para o passo de reconstrução da vida vivenciada.

A seguir, apresento um resumo do texto produzido a partir do genograma de Maria para a provável situação de seu nascimento. Entretanto, não será apresentado o genograma em si, nem o texto integral, já que estes consistem em um passo de análise cujas particularidades serão devidamente trabalhadas apenas no capítulo de análise dos dados. A escolha por compartilhar o texto que segue é motivada pela necessidade de situar minimamente o leitor acerca da história de vida de minha biografada, para que, adiante, a exemplificação de outros passos de análise não pareçam destituídas de sentido.

4.2.1.1 *Provável situação de nascimento de Maria*

O texto que segue é fruto da produção de hipóteses orientada pela abordagem hermenêutica de Ulrich Oevermann, tomando o genograma da família ampla de Maria como ponto de partida. Pode-se perceber que o texto não define categoricamente se foram estas ou aquelas as situações que realmente ocorreram à época, mas deixa espaço para diferentes possibilidades que se mostraram plausíveis durante o processo de abertura das hipóteses:

Maria nasce em 1982, em Belo Horizonte, em um contexto de crise econômica e crescente urbanização. É a segunda filha e possui um irmão três anos mais velho. O irmão mais novo veio a falecer posteriormente. É sabido que demais familiares moravam em Belo Horizonte, mas não se sabe há quantas gerações ou se haviam migrado de outras regiões do Brasil ou de Minas Gerais. Não se sabe se os pais se conheceram em Belo Horizonte ou em outra cidade natal de ambos. No caso de terem migrado do campo para Belo Horizonte, é possível que vivessem em situação caracterizada por instabilidade financeira e/ou social. Por outro lado, no caso de migração, essa pode ser uma estratégia de mobilidade socioeconômica. Não se pode excluir a hipótese de que a família de origem de um dos dois pais tenha uma situação econômica mais estável. Não se sabe qual o tipo de contato os pais de Maria mantinham com seus respectivos familiares, e nem se houve alguma ruptura com estes, em decorrência da união dos dois.

Após o processo de construção do genograma, o levantamento de hipóteses e a construção de um texto que aborde a provável situação de nascimento do entrevistado, é necessário que sejam trabalhados seus dados biográfico, como falei anteriormente. Adiante, veremos uma breve apresentação dos dados de Maria.

4.2.1.2 *Os dados biográficos de Maria*

Abaixo, apresento os primeiros dados biográficos de minha entrevistada, apenas como forma de ilustrar o procedimento seguindo os critérios de seleção apontados anteriormente:

1. 1982 – *Maria nasce em Belo Horizonte, MG.*
2. 1982 – *Leonel Brizola é eleito governador do Rio de Janeiro.*
3. 1982 – *A polícia é proibida de entrar nas favelas no RJ.*

4. 1986 - *O pai de Maria foge da prisão em Minas Gerais.*
5. 1986 – *Maria vai para o Rio de Janeiro com sua mãe e irmãos.*
6. 1987/88 – *O pai de Maria lhe agride fisicamente e uma vizinha cuida dela.*
7. 1988 – *Maria foge de casa.*

Exemplifico abaixo como se dá a formulação de hipóteses, partindo de apenas um dos dados biográficos de Maria:

Quadro 1 - Dados biográficos de Maria/formulação de hipóteses

Dado biográfico/histórico
Hipóteses
1. 1982 – Maria nasceu em Belo Horizonte, MG.
<p>1.1. Maria cresceu em um ambiente com recursos econômicos limitados</p> <p><i>1.1.1. Terá conflitos familiares.</i></p> <p>1.1.1.1. Maria será exposta a muitas discussões e brigas causadas pela instabilidade financeira, que será um fator de intensificação de conflitos entre seus pais.</p> <p>1.1.1.2. Maria desenvolverá problemas emocionais devido à exposição às brigas.</p> <p>1.1.1.2.1 Maria terá problemas na escola.</p> <p>1.1.1.3. Maria evitará locais onde a família esteja presente, tornando-se uma criança mais solitária ou mais ligada a outras pessoas.</p> <p><i>1.1.2. Cria-se uma solidariedade familiar.</i></p> <p>1.1.2.1. Familiares próximos ou distantes ajudam a família de Maria.</p> <p>1.1.2.1.1. A tensão econômica será menor, causando menos conflitos.</p> <p>1.1.2.1.1.1. Maria aprenderá desde cedo a manter o equilíbrio diante de crises financeiras.</p> <p>1.1.2.1.2. Haverá mais tensão familiar devido à relação de dependência de outros parentes.</p> <p>1.1.2.1.2.1. A tensão desencadeará brigas no núcleo doméstico de Maria, já que a família quer buscar sua independência, mas não consegue.</p> <p>1.1.2.2. A situação econômica não é boa, mas é estável.</p> <p>1.1.2.2.1. A família depende de outras pessoas, mas consegue sobreviver relativamente bem.</p> <p>1.1.2.2.2. Maria viverá em um ambiente emocionalmente estável e saudável.</p> <p>1.1.2.2.3. Maria receberá os cuidados de muitas pessoas da família.</p> <p>1.1.2.2.4. Maria terá muitos familiares e outras pessoas como referência.</p> <p>1.1.2.2.5. Maria será exposta a diversos ambientes, alguns problemáticos.</p> <p>1.1.2.2.6. Aprenderá a possibilidade futura de solicitar ajuda de sua rede de contatos e família.</p> <p><i>1.1.3. Cuidadores não tem tempo para criá-la, pois tem que trabalhar para ganhar dinheiro.</i></p> <p>1.1.3.1. Maria ficará muito tempo sozinha.</p> <p>1.1.3.1.1. Maria aprenderá habilidades para seu cuidado próprio.</p> <p>1.1.3.1.2. Maria terá problemas em seu desenvolvimento afetivo e cognitivo, devido à falta de contato com outras pessoas.</p> <p>1.1.3.1.3. Maria sofrerá com situações diversas (acidentes, violência, etc) por estar sem a supervisão de outras pessoas adultas.</p> <p>1.1.3.2. Maria ficará muito tempo com os irmãos, vizinhos e parentes.</p> <p>1.1.3.2.1. Maria terá outras pessoas como referência.</p> <p>1.1.3.2.1.1. Maria viverá com outras pessoas, como avós, tios ou amigos da família, recebendo diversas formas de criação.</p> <p>1.1.3.3. Maria passará parte de sua infância em creches.</p> <p><i>1.1.4. Cuidadores têm muito tempo para ficar com ela, pois não têm emprego.</i></p> <p>1.1.4.1. Maria receberá muita atenção dos pais.</p> <p>1.1.4.1.1. Maria terá um bom desenvolvimento emocional e cognitivo.</p>

1.1.4.1.2. Maria sofrerá com a presença constante dos pais, já que eles brigarão constantemente.

1.1.5. Cresceu em um ambiente urbano precário.

1.1.5.1. Foi exposta a doenças por falta de saneamento, sofrendo com a falta de recursos para cuidar da saúde.

1.1.5.1.1. Desenvolveu doenças infantis que prejudicaram seu desenvolvimento.

1.1.5.1.2. Precisou de muitos cuidados devido a doenças na infância.

1.1.5.1.2.1. Recebeu cuidados para melhorar.

1.1.5.1.2.2. Não recebeu cuidados para melhorar.

1.1.5.1.2.2.1. Teve consequências emocionais e físicas significativas devido às faltas de cuidado.

1.1.5.2. Recursos de lazer e educação precários ou inexistentes.

1.1.5.2.1. Terá seu desenvolvimento social e cognitivo dificultado.

1.1.5.2.1.1. Terá dificuldades de aprendizagem, para arrumar trabalho e manter-se nos trabalhos.

1.1.6. Família se confronta com situações de desemprego

1.1.6.1. Maria enfrentou longos períodos de profunda dificuldade financeira.

1.1.6.1.1. Falta de alimentação adequada.

1.1.6.1.2. Conflitos familiares.

1.1.6.1.3. Precisou ficar sob os cuidados de outras pessoas.

1.1.7. Pais têm empregos precários ou informais.

1.1.7.1. Vivem uma situação financeira inconstante.

1.1.7.2. Os empregos informais fornecem uma boa renda apesar da inconstância.

1.1.7.2.1. Pais se organizam para que a renda seja sempre suficiente para o bem estar familiar.

1.1.7.2.2. Pais não conseguem se organizar, o que provoca dificuldades constantes para manterem-se.

1.2. Ao chegar à cidade, pais conseguiram um bom emprego ou vários trabalhos.

1.2.1. A família tem conforto e estabilidade.

1.2.1.1. Maria recebe uma boa base para desenvolver relações afetivas no futuro, pois pais têm mais tempo para dar atenção a ela.

1.2.2. Conflitos na família seguem, pois não têm relação com a situação financeira.

1.2.2.1. Maria tem pouca atenção porque os pais são muito ocupados.

1.2.2.1.1. Maria passa muito tempo com outros cuidadores.

1.2.2.1.2. Maria passa muito tempo sozinha.

1.3. Pais vivem situação econômica estável por já ter rede de apoio estabelecida em BH.

1.3.1. Tem uma relação de dependência com os familiares e amigos da cidade.

1.3.1.1. Perdem autonomia nas decisões tomadas em relação a trabalho e sustento.

1.3.1.1.1. Endividam-se com os familiares

1.3.1.1.2. Criam-se conflitos entre o casal e Maria cresce em meio a brigas.

1.3.1.1.2.1. Presencia o pai bater na mãe.

1.3.1.1.2.2. Apanha dos pais porque estes estão muito tensos devido às dificuldades financeiras.

1.3.1.1.3. São explorados pelos familiares

1.3.1.2. Tem mais tempo para ficar com as crianças, pois não precisam trabalhar tanto.

1.3.2. Pai/mãe/ambos envolvem-se em atividades ilegais.

1.3.2.1.1. Um dos cuidadores será preso.

1.3.2.1.1.1. Poderá diminuir a renda familiar, dificultando seus cuidados básicos de alimentação e higiene.

1.3.2.1.1.1.1. Maria será criada por outros familiares.

1.3.2.1.1.1.2. Maria será separada do(s) irmão(ões).

1.3.2.1.1.1.3. Maria viverá em casas de passagem/abrigos.

1.3.2.1.1.1.4. Maria será adotada, perdendo o contato com a família de origem, sem buscar contato no futuro..

1.3.2.1.1.1.5. Maria perderá o contato com a família, mas voltará a procura-los.

1.3.2.1.1.1.6. A família tentará recuperar sua guarda.

1.3.2.1.1.1.7. A família não tentará recuperar sua guarda.

1.3.2.1.1.2. Maria passa a trabalhar desde criança para ajudar na renda familiar.

1.3.2.1.1.2.1.1. Maria não frequentará a escola.

- 1.3.2.1.1.2.1.2. Maria terá, no futuro, empregos mais braçais, onde a educação formal não seja pré-requisito.
- 1.3.2.1.1.3. Maria passará muito tempo sob os cuidados de estranhos/outros familiares, para que o cuidador possa trabalhar.
- 1.3.2.1.1.3.1. Maria irá se sentir abandonada pelos cuidadores.
- 1.3.2.1.1.3.2. Maria sofrerá maus-tratos/abusos/negligência.
- 1.3.2.1.1.3.3. Maria terá outros modelos de identificação, talvez mais positivos que o cuidador envolvido em atividades ilegais.
- 1.3.2.1.1.4. Maria ficará sob os cuidados do irmão mais velho.
- 1.3.2.1.1.4.1. Maria desenvolverá um bom vínculo com o irmão, que será associado à figura paterna.
- 1.3.2.1.2. Os dois cuidadores serão presos.
- 1.3.2.1.2.1. Maria será criada por outros familiares.
- 1.3.2.1.2.2. Maria será separada do(s) irmão(ões).
- 1.3.2.1.2.3. Maria viverá em casas de passagem/abrigos.
- 1.3.2.1.2.4. Maria será adotada.
- 1.3.2.1.2.5. Maria perderá o contato com a família de origem e não os buscará mais.
- 1.3.2.1.2.6. Maria perderá o contato com a família, mas voltará a procura-los.
- 1.3.2.1.2.7. A família tentará recuperar sua guarda.
- 1.3.2.1.2.8. A família não tentará recuperar sua guarda.
- 1.3.2.1.3. Maria pode ter sido envolvida/usada pelos cuidadores em algum esquema criminoso.
- 1.3.2.1.3.1. Maria pode ser levada a fazer coisas que não gostaria.
- 1.3.2.1.3.1.1. Maria seguirá fazendo estas coisas, pois tem medo do abandono.
- 1.3.2.1.3.1.1.1. Maria passará o resto de sua vida trabalhando com coisas ilegais, podendo ser presa ou machucada.
- 1.3.2.1.3.1.2. Maria não seguirá fazendo estas coisas e se afastará da família/irá fugir de casa.
- 1.3.2.1.3.1.2.1. Maria passará muitas dificuldades, pois terá que morar na rua.
- 1.3.2.1.3.1.2.2. Maria encontrará uma família/pessoa que lhe dará abrigo.
- 1.3.2.1.3.2.1.3. Maria passará muitas dificuldades, pois terá que morar na rua.

1.4. Maria foi fruto de gravidez não planejada

1.4.1. Agrava-se a situação econômica da família.

1.4.2. Maria não era desejada pelos pais

- 1.4.2.1. Maria foi vítima de maus tratos, sendo negligenciada pelos pais
- 1.4.2.1.1. Maria terá dificuldades emocionais e de socialização no futuro
- 1.4.2.1.2. Procurará apoio emocional em outras pessoas
- 1.4.2.1.2.1. Maria encontrará situações de risco, como abuso psicológico, sexual, físico, etc
- 1.4.2.1.2.2. Aprende a instrumentalizar o apoio dessas outras pessoas
- 1.4.2.2. Pais aprendem a querer a filha
- 1.4.2.2.1. Pode partir para violência física (e outras) contra os outros para chamar atenção.
- 1.4.2.2.1.1. Maria terá problemas na escola e na justiça futuramente.
- 1.4.2.2.1.2. Maria será ainda mais rejeitada pela família.
- 1.4.2.2.1.2.1. Não se sentirá amada e seguirá fazendo coisas para chamar a atenção
- 1.4.2.2.1.2.2. Não se sentirá amada e buscará outras pessoas que lhe aceitem
- 1.4.2.2.1.2.3. Não se sentirá amada e buscará pessoas que lhe usarão
- 1.4.2.2.1.3. Maria receberá a atenção que quer da família.
- 1.4.2.2.1.4. Receberá muita atenção, ficando mal acostumada.
- 1.4.2.2.2. Pode partir para violência contra ela mesma para chamar atenção.
- 1.4.2.2.2.1.1. Precisar de grande suporte médico.
- 1.4.2.2.2.1.2. Será ainda mais rejeitada pela família por causar transtornos e gastos.
- 1.4.2.2.2.1.3. Não se sentirá amada e seguirá fazendo coisas para chamar a atenção
- 1.4.2.2.2.1.4. Não se sentirá amada e buscará pessoas que lhe usarão
- 1.4.2.3. Maria é dada para adoção
- 1.4.2.3.1. Maria perderá contato com sua família de origem
- 1.4.2.3.1.1.1. Maria desenvolverá problemas emocionais.
- 1.4.2.3.2. Maria buscará sua família de origem no futuro.
- 1.4.2.3.3. Maria viverá em uma família com estabilidade financeira e emocional.
- 1.4.2.3.4. Maria viverá em uma família com dificuldades financeiras e conflitos constantes.
- 1.4.2.4. Devido à instabilidade econômica, preferiam ter um filho homem para ser mão de obra

<p>1.4.2.4.1. Maria será criada como um menino, tendo negadas as suas características de gênero.</p> <p>1.4.2.4.2. Maria será negligenciada e excluída pela família, que dará mais atenção ao seu irmão.</p> <p>1.4.2.4.2.1. Maria terá a relação com o irmão conturbada, criando desafeto e concomitantemente com os pais, já que este é o filho favorito.</p> <p><i>1.4.3. Maria era desejada pelos pais</i></p> <p>1.4.3.1. Recebe atenção e cuidado dos pais</p> <p>1.4.3.1.1. Terá um desenvolvimento emocional e físico saudável.</p> <p>1.4.3.1.2. Viverá uma situação familiar amorosa, aprendendo a ter uma família também nestes moldes.</p> <p>1.4.3.1.3. Os pais tinham estabilidade econômica para poder planejar um segundo filho.</p> <p>1.4.3.1.4. Pais tinham estabilidade emocional, por isso podiam ter outro filho.</p>
<p>1.5. Maria representa um conforto para a mãe, por ser menina.</p> <p><i>1.5.1. Recebe muita atenção e afeto da mãe.</i></p> <p>1.5.1.1. O irmão fica com ciúmes de Maria, competindo pela atenção da mãe.</p> <p>1.5.1.1.1. Irmão se volta para o pai</p> <p>1.5.1.2. Pai fica com ciúmes de Maria</p> <p>1.5.1.2.1. Pai se envolve em relação extraconjugal</p> <p><i>1.5.2. Maria é sobrecarregada com expectativas da mãe e fará coisas para agradar a mãe</i></p>
<p>1.6. Pai fica feliz com o nascimento de Maria</p> <p><i>1.6.1. Maria recebe muito afeto e atenção do pai</i></p> <p>1.6.1.1. O irmão fica com ciúmes de Maria, competindo pela atenção do pai</p> <p>1.6.1.1.1. Irmão se volta para a mãe</p> <p>1.6.1.2. Mãe fica com ciúmes de Maria</p> <p>1.6.1.2.1. Mãe se envolve em relação extraconjugal</p> <p><i>1.6.2. Maria é sobrecarregada com expectativas do pai e fará coisas para agradar o pai</i></p>

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

A partir da Tabela 1, podemos ver que as sequencias estão divididas em hipóteses principais, hipóteses adjacentes e *follow-ups*. As hipóteses principais são destacadas pelo negrito e dizem respeito a uma descrição mais geral sobre qual poderia ser a situação enfrentada por Maria, bem como por sua família, considerando a situação socioeconômica e o pano de fundo histórico à época. As hipóteses adjacentes estão em itálico e restringem-se a determinadas possibilidades dentro daquele contexto mais geral abarcado pela hipótese principal. Finalmente, as *follow-ups* representam as consequências mais específicas que podem ter sido desencadeadas a partir das hipóteses adjacentes, além de como tais consequências poderiam ter influenciado o contexto e as ações futuras da entrevistada.

A tabela completa dos dados, a totalidade de hipóteses adjacentes, a hipótese estrutural e o texto resultante desta serão apresentados apenas no capítulo de análise, pois encerram em si boa parte do que podemos chamar de “resultados”. Na seção que segue, abordarei o segundo passo de análise, chamado *análise do campo temático*.

4.2.2 Segundo passo: análise de texto e do campo temático

A análise de texto e do campo temático configura um passo cujo objetivo geral é descobrir quais são os mecanismos que controlam a seleção e a organização, além da ligação temática e temporal dos segmentos do texto pelo entrevistado. Em outras palavras, busca-se reconstruir a forma e a estrutura na história de vida como narrada pelo biografado (ROSENTHAL, 2004; 1993).

A sequencialização da entrevista é o primeiro passo desta etapa, e constitui na sumarização de unidades do texto transcrito da entrevista, na ordem em que são apresentados, divididos de acordo com os seguintes critérios: mudança de falante, mudança de tipo textual e mudança de tema (ROSENTHAL, 1993). É fundamental que o pesquisador leve em conta o caráter formal e a sequencialidade do texto, isto é, que não pule trechos ao longo da interpretação. Os trechos são sempre interpretados em correspondência à sucessão de acontecimentos, como no passo de análise dos dados biográficos, permitindo que se possa reconstruir também referências ao que é omitido, as regras de escolha do que será tematizado ou ignorado, o modo como cada fenômeno se manifesta e aquilo que, a princípio, poderia ser apresentado (ROSENTHAL, no prelo; 1993).

Após a sequencialização do texto, o pesquisador iniciará o processo de análise dos trechos individuais, na ordem em que são apresentados e sem fazer referência aos trechos que seguem aquele que está sendo analisado. Para cada trecho são levantadas hipóteses, mais uma vez seguindo o procedimento da hermenêutica objetiva como desenvolvida por Ulrich Oevermann, e adotado por Rosenthal (no prelo). O seguinte guia, apresentado por Rosenthal (no prelo), pode ser utilizado para o levantamento de hipóteses: a) por que esse conteúdo foi inserido nesse momento?; b) por que esse conteúdo é apresentado neste tipo textual?; c) por que esse conteúdo é apresentado nesse grau de detalhamento/de síntese?; d) o que pode ser o tema desse conteúdo ou também, quais são os possíveis campos temáticos que se vislumbram nesse tema?; e) quais âmbitos ou fases da vida são mencionados e quais não?; f) sobre quais âmbitos e fases da vida se ouve apenas na segunda fase da entrevista e por que esses não foram introduzidos durante a narração principal?

Outras questões relevantes, e menos específicas a um único trecho, são apontadas pela autora (ROSENTHAL, 2004) para o levantamento das hipóteses: I) perceber se o biografado está gerando uma narrativa ou ele está sendo levado por um fluxo narrativo em sua apresentação; II) o quanto o entrevistado está orientado por seu próprio sistema de relevância ou pelo do entrevistador; em qual campo temático o segmento em questão está incorporado,

ou seja, qual a agenda que está por trás daquele segmento; III) quais experiências biográficas, eventos e períodos são evidenciados e quais são deixados de fora; IV) quais temas/experiências que foram deixados de fora da primeira narrativa e que são mencionados na segunda parte da entrevista, através das perguntas narrativas; V) e em que grau de detalhamentos esta experiência ou tema é apresentado.

Deste passo, é esperado que o pesquisador busque as mais diversas linhas possíveis de intenção da apresentação do entrevistado, gerando, ao final, uma hipótese geral onde uma ou mais hipóteses recorrentes durante a verificação empírica sejam contempladas. Em seguida, é feita a produção de um texto onde sejam apresentados os caminhos empíricos em relação às hipóteses e às conclusões decorrentes destas. Além disso, cabe ao pesquisador identificar o/os campo/s temáticos que organizam a apresentação do entrevistado.

A seguir, apresento uma exemplificação de levantamento de hipóteses para análise de campo temático e interesse de apresentação a partir do relato de Maria.

4.2.2.1 *Análise de texto e campo temático de Maria*

A seguir, apresento um dos segmentos da análise de campo temático e interesse de apresentação desenvolvido para o relato de Maria. Entretanto, não será apresentada a hipótese estrutural e seu texto explicativo, produtos deste passo.

Quadro 2 - Análise de texto e campo temático de Maria

Sq. n°	Página/Linhas	N° de linhas	Tipo de Texto	Conteúdo Hipóteses
2	1/18-19	1	Relato	<p>Nome, tem quatro filhos, mora há 21 anos no Morro da Azaléia, chegou com 6 anos</p> <p>2.1. <i>Maria dá informações em formato telegráfico, pois acredita que esta é uma entrevista interessada neste tipo de informação (está mais acostumada a este tipo de entrevista, p.ex. censo, assistência social, etc).</i></p> <p>2.1.1. Maria fornecerá uma apresentação inicial curta, marcada por pequenos relatos.</p> <p>2.1.2. Maria logo pedirá aos entrevistadores que lhe façam perguntas mais fechadas, tendo dificuldades em narrar a não ser que lhe seja perguntado por situações muito específicas.</p> <p>2.1.3. Maria falará pouco mesmo quando perguntada pelas pesquisadoras.</p> <p>2.1.4. Maria levará algum tempo para perceber que se trata de outro tipo de entrevista, mas em algum momento passará a ter mais autonomia na fala e narrar com mais espontaneidade.</p>

				<p>2.1.4.1. Esta espontaneidade surgirá apenas em algum momento da fase das perguntas.</p> <p>2.2. <i>Para Maria, ser mãe de quatro filhos é uma parte muito importante de sua vida.</i></p> <p>2.2.1. Maria falará muito sobre como se tornou mãe e sobre coisas ligadas a seu papel maternal.</p> <p>2.2.2. Maria evitará falar de si, focando seu discurso basicamente em experiências ou informações relacionadas aos filhos.</p> <p>2.2.3. Muito do que falar de si mesma terá referência a suas ações enquanto mãe.</p> <p>2.2.3.1. Quando falar de sua família de origem, tecerá comparações em relação às diferenças em como conduz sua própria família.</p> <p>2.2.3.2. Quando falar de sua infância e adolescência, fará referências às semelhanças e diferenças a forma como seus filhos vivenciaram e vivenciam estas etapas.</p> <p>2.3. <i>Maria fala sobre ter quatro filhos com a intenção de mostrar que sua situação familiar não é simples, e que muitas histórias estão por trás do tempo percorrido até ela chegar a ter esta família.</i></p> <p>2.3.1. Maria narrará em detalhes história tristes e de grande dificuldade para que assim possa salientar toda a sua capacidade superação destas experiências.</p> <p>2.3.1.1. Maria terminará sua apresentação inicial com uma avaliação da situação atual, dizendo sobre como as coisas estão bem apesar de todas as experiências difíceis como mãe de quatro filhos, com uma história tão dura.</p> <p>2.3.1.2. Maria terminará cada narrativa ou relato com uma pequena avaliação sobre a dificuldade das situações e em seguida fará uma argumentação sobre como houve uma superação mesmo com tanto sofrimento.</p> <p>2.4. <i>Maria diz que tem quatro filhos para mostrar que se encaixa no interesse das entrevistadoras no tema da infância e da família.</i></p> <p>2.4.1. Falará muito dos filhos.</p> <p>2.4.2. Fará muitas avaliações e argumentações a respeito das temáticas 'infância' e 'família'.</p> <p>2.4.3. Sempre que iniciar uma narrativa de uma situação mais pessoal, que não envolve os filhos, Maria interromperá e voltará às temáticas que julga serem importantes para as entrevistadoras.</p> <p>2.5. <i>Ao falar sobre há quanto tempo está no Morro da Azaléia, Maria pretende mostrar que possui vasta vivência no local e que, por isso, tem propriedade para falar.</i></p> <p>2.5.1. Maria evitará falar muito sobre si e fará longos relatos, descrições e argumentações sobre as condições de vida na Azaléia.</p> <p>2.5.2. Maria fará um panorama sobre toda a história do morro desde sua chegada até os dias atuais, evitando falar de si.</p>
--	--	--	--	--

				<p>2.5.3. Maria falará de si, mas sempre fazendo referência a informações concernentes ao morro.</p> <p>2.5.4. Maria dará nomes, locais, datas e situações bastante relevantes aos moradores, para mostrar que é bem integrada ao local, e fonte de muita informação a respeito.</p> <p>2.6. <i>Maria anuncia estas informações porque elas são as temáticas mais relevantes em sua história, e sobre as quais ela irá falar nos trechos seguintes.</i></p> <p>2.6.1. Maria anuncia no primeiro trecho que irá resumir sua história, pois a considera muito grande. Aqui ela apresenta aos entrevistadores exatamente quais serão os tópicos que irá abranger em sua apresentação.</p> <p>2.6.2. Maria inicia fornecendo estes dados, pois assim ela mesma pode se organizar, enumerando coisas que lhe são muito relevantes e indispensáveis para que possa contar adequadamente sua história de vida.</p>
--	--	--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

Como podemos perceber neste trecho ilustrativo, as hipóteses geradas, diferentemente da análise dos dados biográficos, já não fazem referência à história de vida vivenciada e quais teriam sido os possíveis desfechos para cada momento da vida de Maria. Na análise de campo temático e interesse de apresentação, o pesquisador busca indícios do momento presente da narração, bem como as motivações para o discurso como é apresentado. Assim separadas, história de vida vivenciada e interesse de apresentação não podem mais ser confundidas e, portanto, o pesquisador passa a trabalhar com ambos os níveis de análise, cada um fornecendo um tipo de informação: a análise para a vida vivenciada fala do passado, e a análise do interesse de apresentação fala da reconstituição do passado no presente e como ele se articula naquela determinada situação de entrevista, para aquele ouvinte específico, a partir da pergunta específica feita por este.

Na próxima seção apresento o terceiro passo de análise, cujo objetivo é a reconstrução da vida vivenciada. Veremos com mais clareza a importância das narrativas enquanto tipo textual específico a fim de gerar um produto que busca retomar o passado como foi possivelmente vivenciado, bem como o papel central da separação analítica entre *vivenciado* e *narrado*.

4.2.3 Terceiro passo: reconstrução da vida vivenciada

Neste passo analítico, os dados biográficos selecionados para o primeiro passo (análise dos dados biográficos) são contrastados com narrativas e auto-interpretações do entrevistado. O sentido funcional de experiências para o total da *Gestalt* da história de vida é o foco, pois, desta forma, o pesquisador evita atomizar experiências (ROSENTHAL, 1993; 2004), buscando reconstruir a perspectiva passada do entrevistado. Isto significa que o objetivo principal deste passo de análise é descobrir o significado biográfico que as situações tinham para o narrador na época em que aconteceram.

Assim, dado biográfico por dado biográfico, coloca-se os trechos do texto em que a(o) entrevistada(o) fala sobre aquele dado, tendo em mente a hipótese estrutural para sua intenção de apresentação, bem como sua situação atual de vida – ou seja, de onde, no tempo e no espaço, aquele narrador fala. Assim, retirando “as lentes do presente”, buscamos constituir o passado e seus significados, produzindo um texto em que são expostas as linhas de ação e as interpretações do biografado à época de cada experiência. Estes seriam, como apontado por Alfred Schütz (1962), os *motivos porque* do indivíduo.

O processo de “retirada das lentes do presente” só é possível porque, anteriormente, o pesquisador fez o exercício de separação analítica entre *vida vivenciada* e *vida narrada*. Na reconstrução da vida vivenciada, é a gênese da vida em ordem cronológica como experienciada no passado que nos interessa, diferentemente da análise de apresentação, onde a gênese das ligações temáticas e a cronologia apresentada no momento da entrevista é que buscamos reconstruir. Além disso, o terceiro passo propicia ao pesquisador um olhar atento àqueles detalhes contidos no discurso, em sua forma e conteúdo, que não puderam ser observados nos passos anteriores. Ao abarcar todo o discurso, tem-se acesso às pausas prolongadas, ausências e pulos temáticos, e aos trechos discursivos que, de alguma maneira, contrariam as hipóteses estruturais geradas nos passos anteriores e neste terceiro passo, além de trechos onde a compreensão dos significados se mostra mais truncada para o pesquisador.

A seguir, apresento um trecho ilustrativo de contraste do caso de Maria. Esta organização contrastiva deve ser um auxiliar para que o pesquisador possa visualizar aquilo que é narrado e aquilo que foi vivido em níveis distintos, fazendo uma separação o mais arraigada possível naquilo que é trazido pelo biografado. Posteriormente, apresento o passo subjacente a este contraste, chamado *microanálise*.

4.2.3.1 *Contraste para reconstrução da vida vivenciada de Maria*

Vejamos abaixo como se dá a comunicação entre dados biográficos e narrativas, partindo de um segmento da tabela de contraste de Maria. O primeiro número de identificação dos segmentos representa o número da página da transcrição de onde foi recortado o trecho, e os números subsequentes representam a primeira e a última linha que o trecho ocupa na página.

Quadro 3 - Contraste entre dados biográficos e trechos da vida narrada

Dado biográfico
Trechos vida narrada
5. 1986 – Maria vai para o Rio de Janeiro com sua mãe e irmãos.
<p>10/18-24 - mas eu vim pra cá pro Rio com quatro (.) eu sou de Min- de Minas (.) E1: aê (.) Mf: sou de Belo Horizonte (.) eu me lembro que foi assim oh (.) a minha mãe chegou pra gente falou assim oh a gente vai embora pro rio de janeiro que o teu pai ta esperando vocês lá (.) //E1: hm// e os me- é isso eu me lembro muito bem (.) eu fiquei toda feliz porque eu gostava muito do meu pai (.) eu visitava meu pai no presídio</p> <p>10/24-37 - (.) meu era pai é presidiário (.) ele era procurado né (.) //E1: hm// né porque ele fugiu da penitenciária agro=agrominas lá de minas (.) e mandou a minha mãe trazer a gente pra cá pro rio (.) //E1: hm// só que como ele nunca teve convivência ca gente ele achou igual assim né acho:::u a gente um diabo (.) que criança brinca que criança grita criança corre criança fala e ele num tava mais acos-nunca criou a gente ((mãos batendo)) então pra ele foi ruim (.) então meu pai qualquer coisa meu pai batia qualquer coisa meu pai batia ele num tinha paciência (.) minha mãe catou logo serviço de casa de família meu pai ficava fazendo portaria (.) //E1: hm// por isso que meu pai batia tanto na gente porque ele não conviveu aquilo daí pra ele era novo; (.) agora com trinta ano eu posso dizer isso (.) mas quando eu tinha seis ano eu achava que ele era um carrasco que ele um bicho (.) que ele tava tratando a gente como bicho (.) que aquilo dali que ele fazia era muito tratar a gente no pulso ba-bater de cin- de chicote isso pra mim era uma coisa horrível (.) quem um que vai querer apanhar de chicote do pai? que lá na cadeia me chamava de (escorinha) me dava beijo me dava abraço (.) quando eu vou morar comigo me dá uma porção de porrada? @1@ (.) então eu achei que meu pai num que ele era muito ruim (.)</p> <p>12/13-31 - E2: então ai depois é você falou que o pai e a mãe morava em Jacarepaguá né? Mf: é (.) E2: e a sua mãe D. () em Jacarepaguá como é? naquela época? Mf: é (.) em Jacarepaguá era um prédio que o meu trabalhava de porteiro (.) //E2: hm// () na época num tinha essa obrigação de assinar carteira então num assinando carteira não pede documento (.) //E2: hm// o amigo dele indicou ele e ele ficou trabalhando lá ai::: eu vou fumar ali na porta gente (.) E?: //hm// Mf: () E?: @1@ Mf: meu pai a gente ficava- meu pai é dentro de uma quartinho (.) na verdade o prédio é em cima e a gente ficava no subterrâneo (.) tinha a a cisterna a cama lá do meu pai e da minha mãe e as cama da gente pra gente dormir (.) //E1: hm// e a gente não podia brincar no corredor num podia ter acesso ao elevador que não podia mermo que era ordem do síndico e também não podia ficar na frente na portaria (.) então a gente ficava na portaria do banco ai ((estalo com a boca)) () Bamerindus (.) lá na (nils) a gente ficava de frente a esse banco ali () a gente ficava sentando ali no canto (.) o que eu me lembro de lá era isso (.) a gente num tinha=sim eu gostava muito de ficar numa vitrine que tinha logo perto desse prédio vitrines de bonecas com carro que eu ficava admirando as bonecas de lá (.) de lá só lembro isso (.) eu acho que foi muito pouco tempo que passei lá (.) //E?: hm// acho que foi dois anos né que com quatro ano eu vim</p>

pra cá com seis eu fugi (.)

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

A partir do recorte de todos os trechos que diziam respeito às temáticas dos dados biográficos, pude ter um mapa o mais claro possível sobre como Maria tratou de cada um deles, tanto na forma, quanto no conteúdo. Ao ter em mente as hipóteses estruturais geradas anteriormente, ou seja, a hipótese gerada a partir dos dados biográficos e aquela para sua intenção de apresentação, a depuração sobre quais são os níveis discursivos que a biografada apresenta, vão tornando-se cada vez mais claros. Será a partir desta depuração que o pesquisador se colocará na tarefa de produzir um texto, o mais completo possível, sobre quais foram as interpretações e linhas de ação escolhidas pelo biografado à época em que teve tais experiências.

Falarei, a seguir, sobre um passo subjacente ao passo de reconstrução da vida vivenciada – a *microanálise* – cuja importância é evidenciada pela necessidade de produzirmos um teste empírico a respeito das hipóteses levantadas nos passos anteriores.

4.2.3.2 *Microanálise*

Neste passo analítico, todas as hipóteses desenvolvidas nos passos anteriores são checadas em detalhe. As tarefas do pesquisador são de buscar em segmentos específicos, estruturas de significado latentes, bem como passagens que não foram compreendidas até o momento (ROSENTHAL, 2004).

Para a primeira questão, a do teste de hipóteses, selecionamos um segmento que, a partir de uma linha de hipóteses, parece falsificá-la. Durante sua análise, mantemos longe da preocupação consciente esta hipótese a ser checada, já que o processo de descontextualização pede que o intérprete não olhe para o contexto do restante da entrevista: faz-se a interpretação a partir de uma experiência mental de deslocamento de todo conhecimento a respeito da entrevista e do entrevistado. Assim escolhido o trecho, segue-se linha a linha, ou mesmo expressão por expressão, levantando hipóteses, como feito na perspectiva da hermenêutica objetiva de Ulrich Oevermann (ROSENTHAL, 1993).

Da mesma forma, é realizada a microanálise para o destrinchamento de passagens obscurecidas, confusas ou aparentemente deslocadas. Ao final deste passo, será possível voltarmos aos primeiros resultados e comparar os novos achados com o contexto geral da apresentação biográfica, bem como com a *Gestalt* na vida como narrada pelo indivíduo.

O quarto passo, chamado *comparação contrastiva entre vida vivenciada e vida narrada*, é uma etapa onde todas as perspectivas analisadas sobre o discurso do biografado são apresentadas conjuntamente. Veremos, a seguir, como estas instâncias se entrecruzam e de que forma podem ser dispostas.

4.2.4 Apresentação do quarto passo: comparação contrastiva entre vida vivenciada e vida narrada e apresentação do texto final

Este é o passo propriamente analítico final, em que apresentamos de forma “desagregada” as diferentes perspectivas presentes no relato do entrevistado. Fundamentalmente, esta etapa oferece ao pesquisador *insights* acerca dos mecanismos de seleção de experiências da história como narrada pelo biografado, a forma como é apresentada e as diferenças entre as perspectivas do passado e do presente. As diferenças na temporalidade na vida como narrada e na vida como vivenciada são, portanto, nosso objetivo (ROSENTHAL, 1993). Em outras palavras, esta etapa oferece subsídios para que o pesquisador encontre as regras que diferenciam a vida vivenciada e a vida narrada. Além disso, as questões sobre quais experiências biográficas o levaram àquela determinada apresentação, no presente, e naquele momento específico, são muito pertinentes nesta etapa (ROSENTHAL, 2004).

Para a construção de um texto final, que dê conta de todos os passos analíticos e apresente de forma contundente as ideias oriundas do processo de análise como um todo, uma sugestão é que o pesquisador siga os seguintes tópicos, em detalhe: a) situação de entrevista, a partir do memo; b) clima da entrevista, descrevendo a disposição do entrevistado, o transcorrer da entrevista, bem como o resultado da análise de campo temático (interesse de apresentação do biografado); c) reconstrução do caso, onde toda a vida deste, incluindo a história de sua família, serão apresentados em ordem cronológica, combinando a apresentação dos níveis da vida como vivenciada e da vida como narrada; d) conclusões e considerações finais.

O quinto e último passo do processo de análise tem por objetivo o desenvolvimento de um *tipo* da biografia reconstruída, no sentido weberiano, e será apresentado a seguir.

4.2.5 Quinto passo: desenvolvimento de um tipo

Terminados os passos analíticos para a reconstrução do caso, o pesquisador deve retomar a questão relativamente vaga utilizada para guia-lo no início da pesquisa,

concentrando-se nos fenômenos sociais e subjetivos a ela relacionados. Desta forma, após todos os produtos de cada passo estarem disponíveis, será possível construir um *tipo* a partir do caso específico (ROSENTHAL, no prelo). Buscamos, com isso, uma generalização teórica – e não numérica – onde não inferimos sobre *todos* os casos, mas sim sobre os casos similares, que serão abrangidos pelo tipo. Isto significa que a frequência com que determinado fenômeno ocorre, nada tem de relevante para determinar o que é “típico” em um caso (ROSENTHAL, 2004).

Para esta investigação, utilizarei para o desenvolvimento da tipologia biográfica de Maria, os conceitos desenvolvidos por Michael Staudigl, bem como os pressupostos colocados em sua teoria relacional da violência, em especial aqueles desenvolvidos por Alfred Schütz.

5 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS: OS PASSOS DA RECONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA DE MARIA

Veremos, no decorrer da apresentação dos passos de análise da biografia de Maria, que a composição geral das etapas de separação entre *vida vivenciada* e *vida narrada*, em muito faz alusão a um processo dialógico. Isto significa dizer que, a existência analítica de uma destas instâncias, está proficuamente atrelada ao descobrimento da outra, e vice-versa.

Neste sentido, o processo de depuração não é livre da interação, ou seja, da conversa interna, do investigador com os dados que a entrevistada apresenta. Vimos anteriormente que *objetividade* é um conceito epistemológico absolutamente controverso e que, ao falarmos em objetivação analítica, estaríamos negando o próprio processo de construção do conhecimento e interpretação dos indivíduos no mundo da vida.

O que buscam, efetivamente, os passos de análise desta biografada é, na medida em que “cercam” as diversas temporalidades intrínsecas a qualquer narrativa, instituir o “sistema de relevância” da entrevistada como carro-chefe da investigação. Esta tarefa não consiste em um processo simples. Pelo contrário, exige alguma “honestidade” do pesquisador para que, ao passo que percorre a narrativa, não fazer conexões que lhe pareçam dignas de formalização enquanto “resultado analítico”.

De qualquer forma, saliento que deve haver espaço para a externalização destas “análises temporárias”, que irão estabelecer diálogo com o todo da biografia e serem, ao final, incorporadas ou revogadas. O leitor perceberá que, durante o passo de *contraste entre a vida vivenciada e vida narrada*, no qual todos os passos de análise anteriores são apresentados em conjunto e em colaboração, muitos *insights* vão se delineando. Entretanto, no desenvolvimento da tipologia referente à biografia trabalhada, ficará evidenciado que o conteúdo remanescente tem seu sentido diretamente conectado ao “suspiro final” alavancado por “análises remanescentes”, que compõem, por fim, uma *Gestalt* biográfica.

Vale lembrar ainda, que todo o conteúdo apresentado é relativo à análise da narrativa específica de Maria e, portanto, não se pretende “o tipo das classes populares”, ou “o tipo das moradoras de favela”. A análise desta biografia se pretende o “tipo de Maria”, que é, no sentido de uma generalização possível, um tipo entre “os muitos tipos que existem”. Ademais, busco apresentar com franqueza a crescente do processo analítico, inclusas aí as dúvidas e dificuldades dele derivados.

5.1 Apresentação do primeiro passo: análise de dados biográficos

A seguir, de acordo com a ordem de passos analíticos para reconstrução de um caso biográfico, apresento a sequência de dados biográficos, os produtos finais para o *genograma*, a *situação de nascimento* e a *hipótese estrutural* a partir da entrevista narrativa biográfica de Maria.

5.1.1 Dados biográficos de Maria

Abaixo, a tabela mostra a formulação completa dos dados biográficos relativamente independentes de interpretação subjetiva da entrevistada. Como o leitor perceberá, as hipóteses adjacentes a cada dado não são apresentadas.

Estes dados serão fundamentais para que se possa acompanhar adequadamente todos os passos reconstrutivos apresentados, além disso, são um guia objetivo através da história – neste sentido, a *trajetória* de Maria.

Quadro 4 – Dados biográficos de Maria

Dado biográfico/histórico
1. 1982 – Maria nasceu em Belo Horizonte, MG.
2. 1982 – Leonel Brizola é eleito governador do Rio de Janeiro.
3. 1982 – A polícia é proibida de entrar nas favelas no RJ.
4. 1986 – O pai de Maria foge da prisão em Minas Gerais.
5. 1986 – Maria vai para o Rio de Janeiro com sua mãe e irmãos.
6. 1987/88 – Francisco faz uma queimadura nas nádegas de Maria.
7. 1988 – Maria foge de casa.
8. 1988 – Maria foge pela segunda vez e vai para o Morro da Azaléia
9. 1988 – Seus pais e irmãos vão morar em Pau Ferro.
10. 1988 – Maria começa a morar com Lucio e sua família.
11. 1988 – Depois de três meses, mãe de Lucio procura pela mãe de Maria
12. 1988 - Maria é expulsa da casa de Lucio e passa a viver na rua.
13. 1990 – Morre o irmão de Maria.
14. 1991 – Maria é estuprada por um homem na rua.
15. 1991 – Maria é hospitalizada por quinze dias.
16. 1991 – Maria vai para Aurora.
17. 1991 – Maria vai para a casa de Laura.
18. 1992 – Maria é estuprada pelo marido de Laura.
19. 1992 – Maria volta para o Morro da Azaléia e passa a viver nas ruas e em abrigos.
20. 1992 – Maria conhece Roberto e passa a frequentar sua casa.
21. 1994 – Maria faz 12 anos de idade em um abrigo.
22. 1994 – Maria faz comentário sobre um traficante em uma Kombi no Morro da Azaléia.

23. 1994 – Maria é punida pelo chefe de tráfico e fica de castigo na casa de Roberto (ela não pode sair da casa).
24. 1994 – Programa Favela-Bairro/ Bolsa Escola.
25. 1994 - Comando Vermelho começa suas operações no Morro da Azaléia.
26. 1994 – Maria é liberada de seu castigo.
27. 1994 – Maria tem relação sexual com Roberto
28. 1997 – Maria descobre que está grávida de quatro meses.
29. 1997 – Nasce Eduarda.
30. 1999 – Edson (filho de Leandro) nasce enquanto Maria está se separando de Roberto.
31. 1999 – Maria começa a procurar por emprego.
32. 1999 – Maria conhece o pai de Eliana (Rodrigo).
33. 2000 – Nasce Eliana.
34. 2000/2001- Morte do pai de Maria
35. 2000/2001 – Mãe de Maria volta para Belo Horizonte
36. 2000/2003 - Maria está desempregada.
37. 2002/03 – Maria começa relacionamento com Valdemar e passa a morar com ele.
38. 2003 – Eleição do presidente Lula.
39. 2003 – Bolsa Família.
40. 2006 – Nasce Elisa, filha de Valdemar
41. 2005/06 – Maria começa a usar contraceptivo interno (DIU).
42. 2005/06 – Maria é presa.
43. 2006 – Depois de seis meses ela é liberada da prisão.
44. 2006 – Maria vai para a casa de Roberto.
45. 2006 – Maria vai morar em uma casa cedida pelo tráfico.
46. 2007 – Maria tem sua casa tomada por um bandido.
47. 2007 – Maria volta para a casa de Roberto.
48. 2007/2008 – Maria consegue casa cedida pelo tráfico novamente.
49. 2007/08 – Edson vai morar com Roberto.
50. 2007 - Facção toma o morro do Comando Vermelho, que promete revanche.
51. 2008/2009 – Maria está trabalhando em camelô com vizinha.
52. 2009 – Valdemar está de volta em casa.
53. 2009 – A polícia invade a casa e destrói tudo.
54. 2009 – Maria foge.
55. 2009 – Valdemar é preso novamente
56. 2009 – Instalação da UPP na comunidade.
57. 2009 – Maria começa a trabalhar na Associação de Moradores da Azaléia.
58. 2012 – Trabalha em um hospital fazendo limpeza.
59. 2012 – Maria vive com três filhos (menos Edson) na casa cedida pelo tráfico.

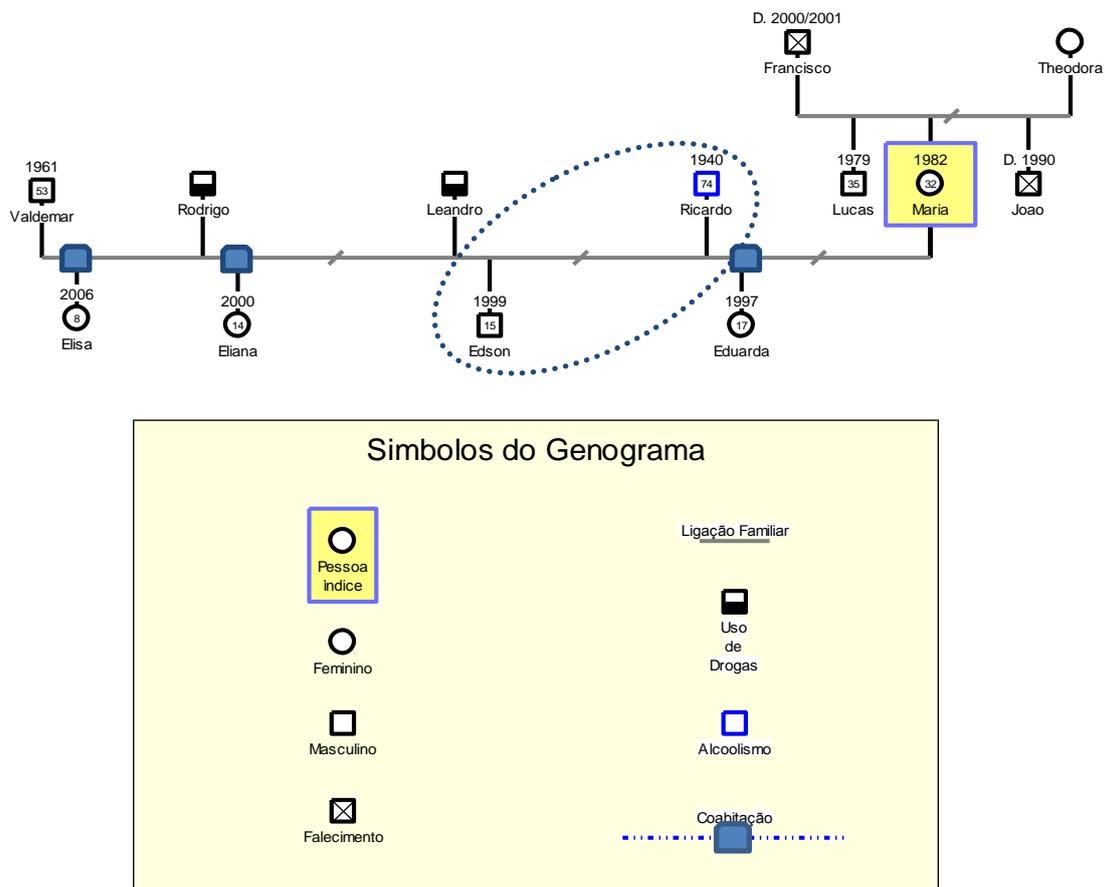
Fonte: Elaborado pela autora (2014).

A partir dos dados biográficos em sequência, acrescidos dos dados históricos relativos aos períodos apresentados, fui capaz de construir – ou *reconstruir*, no sentido hermenêutico – um genograma e uma posterior análise da provável situação de nascimento de Maria.

Vejamos a seguir o genograma familiar da entrevistada que, apesar de não ter uma formatação ideal, devido à ausência de algumas informações, compõe um panorama mínimo para a compreensão das configurações e enlaces que foram se estabelecendo durante sua história de vida.

5.1.2 Genograma

Figura 2 - Genograma



Fonte: Elaborado pela autora (2014).

5.1.3 Situação de nascimento

O texto abaixo ilustra a possível situação familiar, social e econômica em que nasce Maria. Veremos que alguns contornos são pontuados de forma não determinada, mas apenas como possibilidades que se mostraram mais evidentes com a construção de hipóteses a partir do genograma da entrevistada.

Não será, entretanto, apenas neste nível de análise que o leitor encontrará tal abertura. Ela reside na capacidade da hermenêutica objetiva em trabalhar com aproximações, e nunca com a configuração determinada de um contexto, que já não pode ser apreendido para além do discurso e, conseqüentemente, da interpretação dos sujeitos.

A aproximação que se busca nesta construção da *situação de nascimento* é oriunda de três importantes fatores para a análise desta e de qualquer narrativa biográfica: a) os trechos em que Maria fala sobre sua configuração familiar são transformadas em genogramas, e a ele são acrescentadas as informações qualitativas que competem a cada período ilustrado, principalmente a história independente de cada um de seus pais, e sua história como casal; além disso os laços fraternos e adjacentes também são considerados; b) os contornos políticos, sociais e econômicos são considerados como planos que permeiam e se fundem, em algum grau, a história da entrevistada; e c) o nascimento de Maria e seu possível impacto para a configuração deste panorama serão remontados, para que, assim, sejam aprofundados posteriormente na análise sequencial dos dados biográficos.

Assim, segue a possível situação de nascimento de Maria:

Maria nasce em 1982, em Belo Horizonte, em um contexto de crise econômica e crescente urbanização. Tal hipótese está baseada na literatura preocupada com os processos sociais e migratórios à época em Minas Gerais, e no contexto mais amplo do país, que evidenciam um processo de empobrecimento de populações mais vulneráveis, mediante um processo de democratização e industrialização crescente.

É a segunda filha de Theodora e Francisco, e possui um irmão três anos mais velho. É sabido que seus demais familiares moravam em Belo Horizonte, mas não se sabe há quantas gerações ou se haviam migrado de outras regiões do Brasil ou de Minas Gerais para a capital do Estado.

Dada a intensa movimentação migratória evidenciada no país até os anos 1970, e seu evidente declínio a partir dos anos 1980 (BAENINGER, 2008), não podemos afirmar qual foi exatamente o processo de deslocamento ou permanência que assentiu sobre a família extensa dos pais de Maria, ou mesmo sobre o casal já constituído. Não é possível identificar se os pais se conheceram em Belo Horizonte ou em outra cidade natal de ambos. No caso de terem migrado do campo para Belo Horizonte, é possível que vivessem em situação caracterizada por instabilidade financeira e/ou social. Por outro lado, no caso de migração, essa pode ser uma estratégia de mobilidade socioeconômica.

Matos (1998) coloca que a migração representa, muitas vezes, um meio de obtenção de trabalho, informação e recursos financeiros, o que pode ser traduzido na melhoria de

condições de vida e ascensão profissional. O autor ainda destaca que as regiões diretamente influenciadas por Belo Horizonte - MG constituíam as principais áreas de atração de pessoas no Estado nas últimas décadas. Apesar disso, existia também uma significativa perda do dinamismo econômico nestas regiões. Aqui vemos a hipótese das dificuldades financeiras que o casal enfrentava ser acentuada, ao mesmo tempo em que não pode ser totalmente confirmada, já que não sabemos qual era a condição de seus grupos de origem.

Além disso, outra possibilidade seria a de que os pais de Maria se conheceram em outro Estado do Brasil, mas, seguindo o refluxo de mineiros ao seu Estado nos anos 1970, evidenciado pelo concomitante e intenso processo de reversão emigratória, estivessem buscando em Belo Horizonte um retorno ao apoio das famílias/redes de origem, ou mesmo buscando novas oportunidades em seu próprio Estado (BAENINGER, 2008; MATOS, 1998). Ainda assim, a hipótese de instabilidade financeira do casal enquanto núcleo independente de suas redes de origem ficaria evidenciada pela necessidade de um retorno para Minas Gerais.

Em relação às famílias de origem de Theodora e Francisco, não se sabe qual o tipo de contato o casal mantinha com seus respectivos familiares, e nem se houve alguma ruptura com estes, em decorrência da união dos dois. Muitos motivos poderiam ter sido causadores deste rompimento, principalmente da relação de Theodora com seu grupo primário. Veremos a seguir que o envolvimento de Francisco com a criminalidade já era um fato corrente nesta época do nascimento de Maria, e que a entrevistada deixará evidenciado o esparso contato que tinha com a família da mãe. Theodora só retornará para Minas Gerais, ao encontro de irmãs, após deixar Francisco, pouco antes da morte deste. Isto nos faz pensar que, ou Theodora só poderia retornar caso já não estivesse envolvida com o companheiro, ou que precisou de ajuda financeira/emocional após o rompimento com ele, encontrando o apoio na família extensa.

Seja como for, as hipóteses que parecem mais sustentáveis, dizem respeito a uma relativa instabilidade financeira do casal. Isto nos leva a questionar se a gravidez de Maria teria sido planejada, ou mesmo desejada, já que ela era a segunda filha do casal, e não sabemos quais eram as condições emocionais e financeiras de Francisco e Theodora para a criação de uma segunda criança. Em decorrência dos dados biográficos posteriores ao nascimento de Maria - ainda que se perceba uma dimensão de “fidelidade” de Theodora com Francisco, manifesta principalmente pelos dados que indicam que ela o acompanha até o Rio de Janeiro após sua fuga da prisão - é possível compreender que havia um acentuado tensionamento familiar devido às incertezas econômicas e da segurança de Francisco que, possivelmente, já estava envolvido em algum tipo de nicho criminoso.

Outra possibilidade, entretanto menos substantiva que a anterior, coloca Francisco como uma possível vítima de uma prisão injustificada. Vimos na análise da literatura acerca das incursões policiais em áreas de moradia de populações de baixa renda que, em muitos casos, existe um padrão de encarceramento orientado para indivíduos pobres, pardos ou negros, migrantes e vivendo nestas áreas “periféricas”. Contudo, tal hipótese parece não se sustentar quando analisamos as falas de Maria em relação a esta época e sobre a possível causa da morte do pai no ano de 2000 – um homicídio devido a seu envolvimento com a criminalidade na localidade carioca em que vivia na época.

Algumas hipóteses, importantes para pensarmos a situação emocional e familiar em que nasce Maria podem ser levantadas a respeito de Francisco, principalmente em relação a seu “temperamento relacional”. Saberemos adiante que ele comumente utilizava de intervenções físicas, como bater nos filhos, para a resolução de conflitos. Não sabemos ao certo se esta era uma prática comum em suas relações, ou se passou a fazer parte de sua rotina após a saída da prisão, devido a articulações circunscritas naquela época, mas existe a possibilidade de que fosse uma prática comum na relação conjugal, e reprovada pela família de Theodora.

Podemos considerar ainda que, na época da gravidez e nascimento de Maria, o casal vivesse certa estabilidade financeira devido ao envolvimento de Francisco na criminalidade, mas que, por outro lado, vivesse uma rotina de receio e insegurança devido a este mesmo envolvimento – medo de alguma intervenção policial ou mesmo de outros criminosos. Se tal hipótese se sustenta, então o quadro relacional familiar adquire, a despeito de qualquer segurança financeira, um constante tensionamento que, indiscutivelmente, reflete nas relações e na chegada de Maria a família.

O nascimento de Maria, indiferentemente de quais hipóteses sejam as mais consistentes, requer um importante grau de reorganização do sistema familiar, sejam eles econômicos, emocionais, ou ambos. A “resposta” que a organização familiar dará a sua chegada recai sobre os pais e também sobre o irmão, cuja presença influencia na dinâmica em vigência. O que se destaca a partir dos dados biográficos seguintes, a serem trabalhados adiante, é que sua presença no contexto familiar não pode ser desvinculado da história pregressa de seus pais, já que muitas de suas escolhas fazem referência a quais os dispositivos de apoio estavam ou não disponíveis a ela através do grupo de origem.

Estes são possivelmente os contornos que estavam atrelados ao nascimento de Maria. Veremos adiante, na reconstrução de sua apresentação, como a entrevistada interpreta no momento atual a sua situação de origem.

5.1.4 Hipótese estrutural para a vida vivenciada

Como explicitado no capítulo metodológico, a *hipótese estrutural para a vida vivenciada* é oriunda da *análise dos dados biográficos*, e busca, em poucas linhas, traçar de forma ampla aquilo que parece responder aos principais contornos sobre como a entrevistada vivenciou sua biografia, ou seja, uma espécie de traçado geral de sua trajetória no passado. As abstrações são inerentes a este processo, entretanto, são originadas de um complexo e detalhado passo de geração de hipóteses, que serão devidamente exploradas na *reconstrução contrastiva* final.

Segue a hipótese estrutural para a vida vivenciada de Maria:

Os comportamentos e escolhas de Maria, ao longo de sua vida, parecem estar profundamente marcados pelas sucessivas experiências que lhe abalaram o que tinha por “dado”, por “certo”, ou seja, sua compreensão pré-reflexiva sobre família, proteção e cuidado, principalmente durante a infância. Maria passa, aos poucos, a manter relações cada vez mais instrumentalizadas e sem envolvimento emocional como resposta reinterpretativa as relações estabelecidas no mundo da vida.

Após compreender que não necessariamente receberia a proteção que esperava do grupo primário, e que, mesmo em situação de rua, não necessariamente seria cuidada e protegida, Maria reinterpreta as formas de relação de maneira que possa assumir relativo controle sobre elas.

Entretanto, ainda que ela se coloque em relações em que, aparentemente, não se envolve afetivamente e, portanto, a mantém protegida de novos abandonos, ela não consegue permanecer no controle total de sua trajetória. Coloca-se constantemente em situações de dependência, constituindo uma falsa noção de que controla o ambiente e de que, diferente de sua mãe, pode e, efetivamente, faz de tudo para dar conta de sua sobrevivência e a de seus filhos sozinha.

Maria nasce em Belo Horizonte, em uma família possivelmente com recursos financeiros limitados. A migração dos pais do interior do Estado para a capital também marca

o envolvimento do pai de Maria em alguma atividade ilegal, já que precede sua prisão e posterior fuga da cadeia em Minas Gerais. Esta fuga possivelmente justifica a ida da família para o Rio de Janeiro. Assim, Maria, a mãe e os irmãos migram para o Rio em uma situação aparentemente emaranhada: a dependência da mãe de Maria em relação ao companheiro, bem como a possível tensão financeira e das relações da mãe com os filhos após a prisão do pai.

A saída do pai de Maria da cadeia e retorno para casa marca uma postura de intervenções fisicamente agressivas deste com os filhos, inclusive com Maria, e pela consequente negligência da mãe, que aparentemente não atuava em prol dos filhos diante destas situações. O primeiro grande marco de rompimento da entrevistada com a família aparece quando esta tinha seis anos de idade e é queimada pelo pai na nádega. As duas primeiras fugas parecem se mostrar como tentativas da entrevistada em chamar a atenção dos pais, a fim de “reconquistar” sua preocupação através de sua ausência. A ambivalência é evidente e fica traduzida na necessidade de Maria em afastar-se, mas de voltar para casa, com expectativa de que a relação pudesse ter se modificado.

Este comportamento de desejo de retorno aos cuidados familiares aparecerá de forma latente em quase todas as ações da entrevistada, principalmente porque esta nunca consegue uma efetiva independência de outras pessoas. Todas as suas ações se traduzem na criação de dependência cada vez mais arraigada – como ter quatro filhos com pais que, em sua maioria, não lhe ajudam financeiramente ou afetivamente na criação das crianças. Além disso, vemos, finalmente, a dependência em relação ao tráfico como um marco importante de que Maria segue buscando uma figura que lhe provê segurança e conforto.

As relações de Maria também apontam para uma linha de ação que mostra a crescente instrumentalização das relações pela entrevistada: Maria parece buscar pessoas que possam lhe fornecer acomodação e sustento. Desta percepção também decorre a interpretação de que Maria busca não envolver-se afetivamente nas relações devido ao grande medo do abandono, e necessidade de controle de suas relações decorrente deste medo. Se ela busca não envolver-se afetivamente, então o perigo das emoções oriundas da negligência por estas pessoas será diminuído, além de permitir que Maria abandone antes de ser abandonada.

Atualmente a situação de Maria parece remontar a grande dualidade que marca sua vida como um todo: de um lado, existe um tensionamento em direção à busca por independência, por outro lado, Maria é uma mãe de quatro filhos que se mantém dependente de uma casa cedida pelo tráfico, além da impossibilidade apontada por ela em não se relacionar mais com Valdemar, seu companheiro traficante que se encontra preso. Se esta impossibilidade é efetiva e se traduz por ameaças dos outros companheiros de Valdemar, e o

medo que ela tem de perder a vida ou sua casa, ou se esta justificativa serve como forma dela manter-se dependente sem, entretanto, assumir responsabilidade ou “culpa”, isso não podemos saber ao certo.

Contudo, indiferente de qual opção se mostra mais assertiva, há a possibilidade da existência de uma postura que vem se construindo contrária ao que Maria afirma ser seu desejo: ao passo que constrói relações de dependência, quer autonomia; ao passo que busca autonomia, torna-se dependente em nome de ter meios para alcançar tal autonomia. Este ciclo é perpassado por muitos fatores, onde o principal deles é fruto do entendimento do que seria “autonomia” para Maria.

A partir da análise dos dados biográficos, fica evidenciado que a autonomia e a independência a que Maria se refere é, justamente, este controle sobre as relações, consequência de um longo processo reinterpretativo a partir de experiências relacionais importantes, principalmente do processo de abandono subjetivado dos pais e as sucessivas confirmações de sua vulnerabilidade relacional - expulsão da casa de Lucio, primeiro estupro na rua e segundo estupro pelo marido de Laura.

5.2 Apresentação do segundo passo: análise de interesse de apresentação e do campo temático

Como anteriormente explicitado, a análise do campo temático compreende dois eixos analíticos fundamentais. Se, por um lado, este passo enfoca no âmbito mais relacional da fala de Maria, por outro, ele ajuda o investigador a depurar uma linha relativamente constante que orienta o eixo temático geral na fala da entrevistada.

Em relação ao campo relacional, o *interesse de apresentação* é a instância que melhor admite que, em qualquer situação de entrevista, existe um encontro de interesses e expectativas mútuas que, sem qualquer dúvida, interfere e, em algum grau, orienta a fala de um biografado. Entretanto, se considerarmos este aspecto, e imprimirmos a ele dedicação analítica, qualquer análise posterior na *vida vivenciada* torna-se mais claramente acessível.

No caso de Maria, veremos que existe em sua fala uma intenção muito clara, evidentemente relacionada à própria pergunta de pesquisa, que continha em sua formulação a indicação temática *família, filhos e comunidade*. Esta orientação é permeada por um intenso controle de seu discurso, intercalado com momentos em que ela não sustenta um processo argumentativo e, conseqüentemente, expõe-se de forma menos intencional. Vejamos, a seguir,

a hipótese estrutural formulada para a *análise de interesse de apresentação e de campo temático*.

5.2.1 Hipótese estrutural para interesse de apresentação e campo temático

A formulação de hipóteses para o *interesse de apresentação e do campo temático* de Maria teve impactos importantes para a compreensão prática do que significava a separação analítica entre *vida vivenciada* e *vida narrada*. Se em um primeiro momento, o texto produzido pela transcrição de sua fala era tomado de forma integral e indiferenciada, a geração de hipóteses para a depuração da função “relacional”, “orientada a um ouvinte” e, por fim, “localizada no tempo e no espaço”, me remeteu a dois *insights* complementares: o primeiro é de que, sem importar o quanto este passo analítico indique um controle do discurso pelo falante, existe um espaço linguístico e mental que escapa a estas funções de seleção intencionais e que, no caso de Maria, está fundamentada em uma crescente incapacidade de argumentar em relação a situações que, a partir do que ela acha ser a moralidade destes *outros* que lhe escutam, seriam normativamente reprováveis; o segundo diz respeito à própria importância desta depuração analítica para a reconstrução de um caso.

Sobre este último ponto destacado, veremos a seguir que, no caso de Maria, existe uma intenção de apresentação que, além de estar atrelada ao campo temático, vincula-se de forma estreita ao que efetivamente originou-se na análise inicial de sua *provável situação de nascimento* e da *análise dos dados biográficos*. Esta proximidade poderia, no caso de uma análise que não considera estas instâncias como distintas – intenção de discurso e história de vida como vivenciada –, desencadear em uma análise que toma uma pela outra, ou mistura ambas em um processo que, por fim, orienta sua discussão apenas como espécie de porta-voz, que toma o que é dito como produto final analítico.

A seguir, veremos como a intenção de apresentação e campo temático de Maria aparece em sua análise final, através do levantamento de hipóteses dos trechos sequencializados da entrevista. A tabela contendo os trechos separados por tipos textuais e temas não será apresentado.

Maria se apresenta como uma pessoa extremamente vulnerável por ter sido vítima de sucessivos abandonos, negligência e violência, mas, ao mesmo tempo, destaca seu protagonismo ao reagir a estas situações, colocando-se como uma mulher forte e autônoma. Sua independência é destacada principalmente quando fala de si no papel de mãe, adotando

uma apresentação do gênero feminino como detentor da responsabilidade de dar conta dos filhos afetivamente e economicamente.

Em relação ao campo temático, percebe-se um constante retorno ao eixo familiar como organizador de sua fala. O discurso enfoca a atuação de Theodora e sua incapacidade em ocupar adequadamente o que seria, na visão de Maria, comum ao papel materno e feminino: protetora de sua prole, independentemente, e, principalmente neste caso, da presença e participação de Francisco.

Ademais, percebe-se que Maria mantém continuamente o controle de sua apresentação, já que faz um pequeno prólogo antes de aprofundar algum acontecimento, além de dispor seu discurso em ordem cronológica. Entretanto, este controle parece ser abalado consideravelmente na medida em que Maria avança sua narrativa para a vida adulta, a partir do momento em que “se separa” de Roberto.

A capacidade em manter uma apresentação pautada na vitimização através de situações em que se viu compelida a situações de violência e abandono já não consegue se manter. Sua fala passa a ser permeada cada vez menos por narrativas e mais por argumentações, cujo protagonismo de Maria recebe outra dimensão na vida vivenciada, diferente do protagonismo heroico de reação a situações em que se interpretou enquanto vítima. Subsiste uma intenção relacional em seu discurso, mas desta vez, ainda mais controlada e mais voltada a seu próprio sistema de relevância argumentativo.

Maria, logo no início de sua apresentação, faz um pequeno resumo, em formato telegráfico, sobre sua situação atual de vida, dizendo seu nome, que é mãe de quatro filhos, há quanto tempo mora no Morro da Azaléia e com qual idade chegou ali. Este momento parece crucial para uma negociação não verbal do que seriam as expectativas das entrevistadoras e o que Maria seleciona para iniciar sua narrativa, a partir de sua interpretação de quais seriam estas expectativas.

Se em um primeiro momento Maria apresenta um pequeno resumo, em forma de relato, que comporta as principais informações relativas ao que seria seu *perfil*, em seguida, retorna em sua cronologia, iniciando uma narração que toma como ponto de partida a contextualização do que poderia ser considerado central para a sustentação de sua intenção de apresentação. Maria compõe seu panorama familiar para, em seguida, narrar uma situação de agressão física do pai com ela, e suas posteriores fugas de casa.

Assim, ela apresenta um contexto familiar “difícil”, dominado pelo medo que sentia da agressividade paterna, e permeado pela ausência da mãe em situações em que ela desejaria

intervenção em nome de sua segurança. Em contrapartida, se coloca como protagonista da decisão de se afastar dos pais de forma definitiva, mostrando que, mesmo aos seis anos de idade, reagiu de maneira autônoma e corajosa diante da situação de sofrimento que enfrentava.

Após contar sobre o afastamento definitivo de casa, Maria mantém-se em ordem cronológica e apresenta novos fatos de grande carga emocional, em que parece ter a intenção de mostrar todas as consequências sofridas devido à “negligência” familiar, principalmente da mãe que, através de narrativas e relatos, é apresentada constantemente em conotação de rejeição - principalmente na situação em que Maria fez um movimento de retorno para casa.

Vale destacar que Maria não assume, em nenhum momento, o desejo de retornar aos cuidados dos pais. A entrevistada, portanto, permanece colocando-se no papel de vítima, impotente diante do descaso dos adultos e, ao mesmo tempo, muito corajosa em tomar decisões e sobreviver por conta própria. Este compasso discursivo é marca constante de sua narrativa até o momento em que se envolve sexualmente com Roberto, principalmente.

Após estes trechos, como dito anteriormente, tanto o controle sobre a fala, quanto sua capacidade de narrar em prol de uma vitimização e consequente reação tornam-se mais complexas: Maria acaba por deixar transparecer um protagonismo não reativo, ainda que em sua intenção discursiva suas ações fossem reações ao abandono e descuido familiar, bem como necessidade de sobrevivência.

Em outras palavras, enquanto apresenta sua infância e juventude, até o momento em que fala sobre o castigo recebido pelo tráfico, em que permaneceu em cárcere na casa de Roberto, Maria utiliza narrações e relatos com a intenção de detalhar situações que, por si mesmas, mantenham sua apresentação como vítima de seu meio e das pessoas que dele faziam parte. Porém, à medida que avança sua apresentação, a partir da fala sobre ter seduzido Roberto, Maria passa a argumentar com cada vez mais frequência, o que nos faz pensar que se torna mais difícil manter sua apresentação como vítima apenas através de situações específicas, que falem por si em formato narrativo.

Desta forma, Maria chega aos dias atuais, onde define sua apresentação basicamente através de seu papel como mãe. Aqui nos parece que se desenha uma intenção latente de Maria diferenciar-se de sua própria mãe, já que ela se apresenta como uma mulher que não precisa do progenitor das crianças e que faz de tudo para “protegê-los do mundo”.

A ligação entre o abandono pela mãe não é diretamente mencionada nestas passagens, mas as sequencias levam a crer que toda a sua construção de apresentação se estrutura neste eixo onde Maria diz, que hoje também é mãe e que, apesar de ter passado uma

vida inteira de sofrimento e abandono, lutou e ainda luta sozinha para sobreviver, sem que para isso fosse necessário abandonar os filhos.

Esta construção final de seu discurso também parece ser uma forma de compensação do afrouxamento de sua capacidade narrativa de justificação e vitimização, ou seja: ela já não sustenta sua ausência de protagonismo em situações que acha que as entrevistadoras reprovam e, portanto, argumenta em nome de seu valor como mãe, elevando-se moralmente na relação (a moralidade de suas expectativas em relação às expectativas do *outro*).

A seguir, apresento o terceiro passo analítico, chamado *reconstrução da vida vivenciada*, no qual é fundamental que o leitor tenha em mente os resultados dos passos analíticos anteriores.

5.3 Apresentação do terceiro passo: reconstrução da vida vivenciada e microanálise

Para a apresentação da reconstrução da vida vivenciada de Maria, vale lembrar que, neste passo analítico, busco uma depuração da intenção de apresentação em relação aos trechos em que a biografada fala sobre cada dado biográfico. Assim, retirando-se as lentes do presente, busco estabelecer uma reconstrução da vida de Maria conforme ela a vivenciou no passado. Para isso, permaneço trabalhando com hipóteses de aproximação, cujo intento é abarcar as mais diversas possibilidades biográficas da entrevistada, ao passo que salienta aqueles que foram os possíveis contornos de sua experiência no passado.

Abaixo, o leitor acompanha o texto final para a reconstrução da vida possivelmente vivenciada por Maria.

5.3.1 Reconstrução da vida vivenciada

Maria nasce em Belo Horizonte, no ano de 1982, envolvida em possíveis tensões familiares, dificuldades financeiras e necessidade de adaptações da família em prol de sua chegada. Como foi exposto na análise da situação de nascimento, muitos são os indicativos de que seus pais, Theodora e Francisco, enfrentavam algum grau de dificuldade financeira, bem como algum tipo de tensão devido a um provável rompimento com as famílias de origem e o possível envolvimento de Francisco em um nicho criminoso.

Se as dificuldades financeiras eram uma situação corrente ou não na vida doméstica do casal, algumas hipóteses podem ser levantadas em relação a como isto poderia ter

influenciado o nascimento da biografada, e mesmo de que formas seu nascimento pode ter atuado na dinâmica da família.

Se Maria cresce em um ambiente econômico limitado, as possibilidades de que se vivessem conflitos familiares em decorrência disto não são evidentes, mas são possíveis, principalmente envolvendo uma instabilidade no relacionamento de seus pais. Para além disso, outras configurações poderiam ter se estabelecido: a criação de uma solidariedade familiar ou o acúmulo de trabalhos por parte de seus cuidadores são exemplos. A opção do um estabelecimento de uma rede de apoio parece-me menos evidente devido aos fatos posteriores em sua biografia, além dos fortes indícios de que esta rede, ao menos no caso de Theodora, não se mantivesse no nível da família extensa.

O envolvimento de Francisco em algum nicho criminoso parece ser a hipótese mais consistente como escolha de geração de renda de Francisco à época, já que logo depois, em 1984, aproximadamente, ele será preso em Minas Gerais, onde ficará por quatro anos. A partir daí, podemos pensar que com o nascimento dos filhos, Theodora passa a ocupar o lugar de cuidadora em tempo integral, tanto dos filhos quanto da vida doméstica em geral, enquanto o companheiro exerce atividades durante o dia e, talvez durante a noite.

Não sabemos ao certo quando ocorre o aprisionamento de Francisco, sabemos apenas que esta ocorre quando Maria ainda era muito pequena, possivelmente por volta de dois anos de idade, em 1984. Sua prisão marca um período em que Theodora precisa estabelecer novas dinâmicas de cuidado e sustento financeiro para si e para seus filhos. Não sabemos muito sobre este período, mas as hipóteses apontam para algum grau de tensionamento das relações entre mãe e filhos. Também não sabemos precisar de que forma manteve-se ou não a relação do casal durante o tempo em que Francisco esteve preso: se existia uma solidariedade familiar em relação a sua situação, se ocorreu o rompimento definitivo com as famílias de origem, ou ainda, o acirramento da relação entre Francisco e Theodora.

A fuga de Francisco da cadeia em Minas Gerais em 1986, aos quatro anos de idade de Maria, inaugura um novo rearranjo familiar. Não sabemos ao certo como se deu esta fuga, se houve algum embate mais direto de Francisco com a polícia, ou se foi algo planejado em um grande grupo de levante dentro da Penitenciária. O que sabemos é que esta fuga possivelmente justifica a ida da família para o Rio de Janeiro.

O primeiro ponto a ser considerado é de que a ida de toda a família para o encontro de Francisco mostra que a relação, fosse amorosa, de dependência, ou qualquer outra dinâmica que sustentasse o casal enquanto casal, se manteve após a prisão, e com sua posterior fuga. Deve ser destacada também a situação social e política mais ampla da época, já

que esta parece atravessar a escolha de Francisco para a migração familiar para o Rio de Janeiro.

Sabemos que, em 1983, Leonel Brizola é eleito governador do Estado do Rio de Janeiro, permanecendo no cargo até 1986. As medidas adotadas por seu governo, fortemente identificadas com o populismo do período democrático de 1946-64, estavam consistentemente ancoradas na convicção de uma via alternativa para o desenvolvimento social e para as políticas de segurança pública (CARNEIRO, 2010). As intervenções estavam pautadas, principalmente, na defesa da unificação das polícias, de um policiamento de tipo comunitário, e de novas bases de apoio político em setores mais pobres: foi definida uma política de segurança pública onde acontece a extinção das intervenções policiais nas áreas de favela. Carneiro (2010) coloca que, possivelmente, uma consequência que não teria sido antecipada por estas diretrizes teria sido a consolidação dos grupos criminosos organizados do tráfico de drogas, a partir do controle territorial das principais favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Para a história de Maria, este contexto parece ter uma significativa influencia quando pensamos no processo de migração de sua família nuclear para a cidade do Rio de Janeiro. Seu pai foge da prisão e, em seguida, dirige-se para alguma região da cidade onde aguarda pela companheira e pelos filhos. O contexto social do país à época nos permite questionar quais teriam sido as motivações desta escolha: se Francisco realmente estava envolvido em atividades criminosas, o despolicamento das favelas no Rio de Janeiro teria sido um atrativo para ele, devido à possibilidade de desenvolver suas atividades ilegais com mais liberdade?; Francisco já possuía contatos no Rio de Janeiro, que o aguardavam para dar continuidade a atividades ilegais do grupo?; os contatos no Rio de Janeiro em nada tinham a ver com a criminalidade, mas sim com laços familiares ou redes de apoio de Francisco ou de Theodora?; a fuga para o Rio de Janeiro teve, em parte, a ver com o despolicamento do local, já que Francisco tinha medo de que fosse novamente preso pela polícia, e como foragido imaginava que a cidade seria um espaço mais protegido?; além disso, a fuga para o Rio de Janeiro teria ligação com a possibilidade de, mais protegido da polícia, Francisco ter mais acesso a empregos e oportunidades de ascensão econômica, uma promessa eleitoral de Leonel Brizola?

Todas estas hipóteses apresentadas acima, bem como outras, faziam parte do horizonte de possibilidades para Francisco, bem como para Theodora. Devemos considerar também que esta optou por seguir seu companheiro até a cidade carioca, o que reforça as hipóteses de dependência financeira dela em relação a ele, de uma relação amorosa entre os dois, ou mesmo de uma dinâmica oriunda de certo capital cultural cultivado por ambos, onde

a reciprocidade nos laços em tempos de dificuldade era um pressuposto da relação. Podemos ainda considerar que Theodora poderia viver sobre ameaça do companheiro, sentindo-se pressionada a acompanhá-lo para quaisquer que fosse o local de escolha, mas esta hipótese parece não se manter quando analisamos o discurso de Maria sobre a época.

A saída do pai de Maria da cadeia e retorno para o convívio familiar, marca uma reorganização parental e familiar importante. Entretanto, pouco sabemos além das interpretações subjetivadas de Maria a respeito desta época. O dado biográfico relativamente independente de interpretações a que teremos acesso é a situação em que Maria é queimada nas nádegas pelo pai, quando tinha entre cinco e seis anos. Independente de quais teriam sido as motivações do cuidador, ou mesmo que tenha sido um acidente, sabemos que após o incidente, é uma vizinha quem toma conta da ferida causada pela queimadura.

Podemos considerar, caso a situação tenha sido proposital por parte de Francisco, que a reinserção do pai ao convívio familiar possa não ter sido fácil. Reestruturações necessárias nas formas de convívio tanto dos filhos quanto dele podem ter gerado respostas fisicamente agressivas como forma de lidar com conflitos e mesmo situações cotidianas com as quais Francisco já não tinha relação há algum tempo.

Além disso, os estressores da fuga da polícia, a adaptação ao novo local de moradia, a provável necessidade de reinserção ao mercado de trabalho, ou mesmo os estressores oriundos de uma possível continuidade no envolvimento criminoso, podem ter contribuído para as reações físicas de controle do ambiente ao redor por parte de Francisco. Outra hipótese sustentável é de que Francisco não veja tal intervenção como uma punição agressiva, mas sim como uma forma de educar que traz de suas vivências e de aspectos culturais que lhe são pertinentes. Entretanto, veremos como estas intervenções marcam as escolhas seguintes de Maria, e de que forma ela as interpreta atualmente em seu fluxo narrativo.

Ainda a respeito da queimadura feita por Francisco em Maria, podemos observar certa compactação de Theodora com as ações do companheiro. Esta compactação pode ter diversas origens: em nome da preservação da relação entre o casal, Theodora permite que Francisco faça o que quiser na relação com os filhos; ela pode ter medo da reação do companheiro caso ela se oponha as suas atitudes com os filhos; o tensionamento também atinge Theodora, que vê como necessário aquele controle sobre os filhos, ainda que de forma mais agressiva e física; ou ainda, este também é um aspecto culturalmente e biograficamente pertinente como forma de educação para Theodora. Seja como for, o dado seguinte a que temos acesso é a fuga de Maria de casa pouco tempo após a queimadura causada pelo pai.

A fuga de Maria de casa acontece quando esta estava com seis anos de idade, e inaugura a primeira tentativa de afastamento da entrevistada de seus cuidadores. Vale ressaltar que, na sequência, Maria retorna para casa e foge uma segunda vez, desta vez permanentemente. Não sabemos ao certo quais as circunstâncias que estavam atreladas à sua primeira fuga, mas a constatação temporal leva a crer que o principal motivador foi a queimadura causada por Francisco. O que podemos considerar, é que este não foi um fato isolado, e que este tipo de dinâmica mais “agressiva” seria intrínseca à nova organização familiar após a mudança para o Rio de Janeiro.

As repetidas situações de intervenção física em relação à Maria poderiam ter causado desconforto suficiente para que ela optasse por um afastamento. Aqui, a hipótese de compactação da mãe parece reafirmar-se, já que diante da possibilidade de buscar ajuda de Theodora, Maria opta por distanciar-se. Outra hipótese consistente é a de que não havia familiares da rede extensa, ou mesmo uma rede comunitária que produzisse algum tipo de intervenção voluntária em nome de Maria. Além disso, não há informação de que ela tenha procurado a ajuda de alguém conhecido na localidade onde viviam.

Sabemos pouco a respeito do período em que Maria esteve fora de casa pela primeira vez, mas é confirmado que ela retorna ao convívio familiar pouco tempo depois, para em seguida, fugir novamente. O retorno para casa acontece com a intervenção de pessoas próximas ao local onde ela vivia à época, e dá indícios que Maria não era necessariamente uma preocupação central para seus pais naquele momento. Aqui, algumas hipóteses devem ser consideradas. A primeira é de que Maria foge pela primeira vez como forma – deliberada ou não – de chamar a atenção dos cuidadores para seu sofrimento diante da situação em que vivia. Com isso, ela faria da fuga uma mensagem mais assertiva de que a dinâmica relacional lhe causava algum grau significativo de sofrimento, ou ainda, esta seria uma forma de fazer com que seus pais “sentissem sua ausência” e, portanto, buscassem reparar a forma como haviam lhe tratado: o pai com intervenção física, e a mãe sem dar-lhe proteção.

Outra questão que fica em aberto, mas que será apontada no decorrer desta reconstrução é se teria havido, realmente, um afastamento definitivo de Maria em relação a seus pais após a segunda fuga, ou se o rompimento definitivo está mais ligado à forma como o afastamento foi integrado em sua interpretação no decorrer de suas experiências. Isto significa dizer que o rompimento total pode não ter acontecido de forma concreta, mas que em nível de experiência e integração biográfica, permanece ora a corporeificação de um abandono por parte dos pais, ora uma autonomia da entrevistada em se afastar daquilo que julgava intolerável.

A segunda fuga marca o primeiro contato da entrevistada com o Morro da Azaléia, pois é para lá que ela se desloca em 1988. Não sabemos como ela chega à localidade, se sozinha, acompanhada por algum adulto, ou com alguém que tenha conhecido na rua. Também não sabemos se lá ela tinha familiares ou conhecidos, nem mesmo em que situação se dá a sua chegada, se de forma voluntária ou não. A informação relativamente atestável a que temos acesso a seguir é a de que sua família nuclear vai morar na região de Pau Ferro. Não se pode confirmar se Maria tem contato com seus pais nesta ocasião, apenas que ela não está sob seus cuidados. Entretanto, alguns indícios apontam que existe um contato ainda remanescente.

O primeiro indício é o próprio conhecimento de Maria em relação a esta parte da história de sua família, a qual ela nos conta no momento atual, mas que poderia ser uma informação obtida ainda naquela época. O segundo indício é de que, partindo dos dados biográficos posteriores, nunca houve um efetivo rompimento da entrevistada com a família nuclear. O que não se sabe ao certo é se este contato se mantinha com seus pais, apenas com seu irmão, ou ainda com conhecidos que faziam o intermédio entre as partes.

Em relação à ida de seus pais para Pau Ferro, podemos considerar que Francisco poderia ter deslocado a família para poder se esconder da polícia, já que era foragido e precisava garantir sua estada fora do aprisionamento. Aqui vale destacar que, no caso de Maria ter sido deixada para trás, ou mesmo tido sua volta pouco “investida”, existiam preocupações de máximo tensionamento que ocupavam a dinâmica familiar naquele momento.

Não trago, entretanto, tal possibilidade como justificativa em prol da “moralidade do cuidado”, ou das tensões classistas que são comumente utilizadas para justificar esta ou aquela atitude nomeada como negligência nas classes populares (como apontado na revisão da literatura deste trabalho), mas sim para delinear os possíveis contornos à época. Outras hipóteses para a mudança também são possíveis, como a possibilidade de deslocamento devido às oportunidades de trabalho de um ou de ambos os cuidadores, a conquista de um imóvel que fosse mais apropriado aos rendimentos da família, etc.

Independentemente se Maria estava ou não mantendo contato com a família durante a mudança, a próxima informação a que se tem acesso é a de que ela, ainda em 1988, passa a morar com um menino chamado Lucio e sua família. Aqui podemos reforçar as hipóteses de que, após a segunda fuga, Maria já não tinha uma intencionalidade tão manifesta de retorno ao convívio familiar. Outra hipótese é de que ela tenha procurado a família, mas esta estava envolvida nas questões apontadas acima, e não lhe deu atenção de forma que se sentisse

“desejada”. Não sabemos se os cuidadores podem ter sido despreocupados com sua volta, ou se foi esta forma como Maria interpretou a situação (veremos sua interpretação no próximo passo analítico).

Três meses após a inserção de Maria ao convívio com a família de Lucio, a mãe deste, Laura, procura por Theodora – o que mais uma vez aponta para o fato de ter se mantido algum contato de Maria com a família após sua fuga – mas, como vemos no dado biográfico seguinte, Maria não retorna ao convívio dos pais. Além da forma como Maria interpreta este período, não temos acesso a mais informações relativamente independentes de sua intencionalidade narrativa.

O dado seguinte diz respeito à expulsão da biografada da casa da família de Lucio e o início de um período de vida nas ruas. Sua saída da casa da família que lhe estava provendo cuidado parece fortemente ligada a ideia destes de que a estada de Maria teria caráter temporário. Também não sabemos ao certo, mas a situação econômica destas pessoas à época parece ser significativamente frágil e, possivelmente, dar sustento a mais uma criança implicaria em gastos com os quais não poderiam arcar.

Além disso, o alcoolismo do pai de Lucio parece ter sido um fator definidor para sua saída da casa, já que a presença incomodava aquele que, de acordo com a reconstrução da situação, era considerado o chefe da família e, portanto, aquele que tomava a decisão final sobre a estadia da menina ou não. Outro ponto a ser considerado é de que a mãe de Lucio não se opõe a esta decisão porque também não buscava uma cooptação definitiva de Maria na família, e que a estadia da menina na casa era causadora de conflitos significativos entre o casal. Assim, Maria já não pode mais viver sob proteção deste grupo e passa viver nas ruas da comunidade.

Devemos neste momento, portanto, deliberar acerca das possibilidades de que Maria dispunha à época, bem como de que formas sua família poderia ter implicações em seu processo de ação, além de quais políticas públicas teriam à disposição na época. Entretanto, o apontamento das possibilidades não recai como forma de contestar a escolha feita, ou hierarquizar escolhas como mais ou menos assertivas, apenas como forma de compreender, em algum grau, as escolhas que não foram feitas, bem como aquela que foi colocada em ação no mundo da vida.

Ainda em 1988, ocorre a morte do irmão mais novo de Maria, cuja idade desconhecemos. Não se sabe se esta informação chega até ela ainda no período em que acontece, ou se ela fica sabendo apenas mais tarde, em algum momento em que estabelece contato com os familiares. Também não se sabe como esta notícia lhe é passada, nem mesmo

por quem. Também nos é desconhecida a causa da morte de seu irmão, a não ser através de sua interpretação, que será apresentada adiante.

Em 1991, aos nove anos de idade, Maria é estuprada por um homem na rua e hospitalizada durante quinze dias. Estes dados nos levam a crer que Maria, de fato, seguia vivendo nas ruas. O fato de ter ficado hospitalizada por quinze dias nos remete à possível gravidade do estupro, no sentido de ter produzido ferimentos físicos graves. Aqui, questiono que tipo de instituições poderiam ter sido acionadas quando de sua permanência no hospital, bem como quais teriam sido as circunstâncias de sua internação.

A única informação a que temos acesso a seguir parece indicar que não houve um retorno de Maria aos cuidados familiares, bem como nenhuma providência institucional para sua proteção. Maria sai do hospital e vai para Aurora, para a casa de uma mulher chamada Laura, de quem não se sabe a procedência, apenas que esta se responsabiliza pela narradora até 1992, quando Maria vivencia um segundo estupro, desta vez pelo companheiro de Laura.

A estada na casa de Laura se mostra insegura depois da repetição da experiência de estupro vivenciado por Maria. Não sabemos ao certo quais foram os contornos específicos da situação, apenas que Maria foge da casa e volta para o Morro da Azaléia, onde passa a viver entre as ruas e abrigos. Seu retorno para o Morro da Azaléia demarca algumas possibilidades sobre qual seria sua rede de suporte à época. A primeira hipótese por mim levantada é a de que, por já ter vivido no Morro anteriormente, Maria vê em seu retorno a possibilidade de que Maria se dirigisse para a comunidade a fim de resgatar algum conhecido a quem pudesse pedir proteção e abrigo. Além disso, ela poderia ter constituído um laço de familiaridade com os espaços do Morro, para onde prefere voltar após sofrer uma repetição daquilo que havia lhe machucado recentemente.

Aparentemente, a última hipótese não se concretiza, já que o próximo dado biográfico data de 1992, aos seus dez anos de idade, quando Maria passa a frequentar a casa de Roberto, um homem muito mais velho, viúvo, e morador do Morro, sem que ele saiba, a fim de conseguir comida. Maria passa dois anos dormindo em lajes da comunidade, pedindo esmolas no asfalto das proximidades e tendo contato com outros meninos e meninas de rua que também pediam esmola e dormiam na região. Não se sabe que outras atividades, além de pedir esmola e ensacar compras, Maria pode ter desempenhado à época.

O próximo dado data de 1994, quando Maria faz doze anos de idade em um abrigo. O dado seguinte nos leva a considerar que Maria não ficava em tempo integral no abrigo, sendo este um paliativo durante parte do dia. Aos doze anos de idade, voltando do abrigo ao

final do dia, a biografada tece um comentário sobre o tráfico enquanto fazia o trajeto com a Kombi que transportava os moradores para o alto do Morro da Azaléia.

Algumas considerações poderiam ser feitas acerca deste dado: estaria Maria envolvida de alguma forma com o tráfico?; Maria teria um convívio próximo com os diferentes grupos que circulavam na comunidade, inclusive com os acometimentos do tráfico? O dado que segue parece indicar que a segunda hipótese é a mais consistente.

Após fazer o comentário sobre o tráfico, Maria recebe uma punição dada pelo chefe de tráfico. Aqui, muitas informações ficam a critério de dados que não são incluídos nesta etapa de análise, já que dependem consideravelmente da interpretação da narradora. Entretanto, quando pensamos sobre o que fica relativamente passível de confirmação, algumas hipóteses precisam ser consideradas sobre quais teriam sido os motivos para Maria ter recebido um castigo e Roberto ter sido aquele a lhe acolher.

O castigo é que Maria permaneça em exílio domiciliar na casa de Roberto, sem que possa sair até segunda ordem do tráfico. Podemos pensar que Maria efetivamente mantinha alguma relação com Roberto, previamente, seja para quais fins fossem, fazendo com ele se sentisse responsável por ela. Outra hipótese é a de que Maria tenha indicado ao tráfico que Roberto era seu responsável, já que, efetivamente, era uma “referência” adulta no local.

Algumas mudanças no plano social mais amplo entram em vigência também no ano de 1994. O programa Favela-Bairro e a Bolsa Escola são algumas das ações governamentais mais significativas que entram em vigor na época. Tais políticas, inauguradas remetem a algumas ideias sobre como poderiam ter influência no cotidiano de Maria. As políticas inclusas nestes programas previam, em sua concepção, melhorias na infraestrutura de comunidades cariocas, bem como na saúde e no combate a violência.

Ainda em 1994, o Comando Vermelho começa suas operações no Morro da Azaléia e, com isso, destitui o poder da facção que operava no Morro. Com isso, Maria é liberada de seu castigo, possivelmente devido à saída do grupo de traficantes que estava no comando na época. Com o fim do castigo, também podemos imaginar que este momento poderia ter significado o fim do vínculo com Roberto, já que possivelmente este já não sofria ameaças externas para a permanência de Maria no castigo. Entretanto, o dado seguinte aponta para a permanência da relação entre os dois.

Aos doze anos de idade, Maria tem sua primeira relação sexual com Roberto, possivelmente como estratégia para manter-se na casa que havia morado nos últimos oito meses. As circunstâncias desta relação nos são desconhecidas, entretanto, as hipóteses levantadas colocam em cena, igualmente, a possibilidade de que Maria tenha sido obrigada a

manter tal relação, bem como de sua escolha deliberada de estabelecer tal relação em nome de uma troca por abrigo: se Roberto já não tinha qualquer compromisso formalizado pelo tráfico de manter a menina em sua casa, então Maria buscaria estabelecer este vínculo de outra forma. A possibilidade de que Maria tenha sido obrigada a manter relação com Roberto não perpassa seu discurso durante a apresentação, já que a categoria “primeira relação com ele” é utilizada pela entrevista, diferente das outras duas situações em que utilizou a categoria “estupro”. Isto nos inclina para a hipótese de que houve deliberação por parte da biografada, fosse em nome de uma homeostase apenas relacional com o “cuidador”, fosse em nome de um fim específico de moradia e sustento.

Vemos aqui talvez um primeiro momento mais claramente identificável do processo reinterpretativo de Maria em relação a suas relações. Percebe-se uma tentativa de tomada de controle sobre sua “sorte”, cuja dinâmica incorpora o uso daquilo que, nas experiências relacionais passadas, Maria apreende como instâncias de negociação: o corpo jovem como moeda para homens mais velhos.

Aos dezesseis anos, Maria engravida de sua primeira filha, chamada Eduarda, cujo nascimento não sabemos ao certo as circunstâncias. A descoberta vem aos quatro meses de gravidez, e o nascimento acontece entre 1994 e 1995. Se a paternidade seria de Roberto ou não, se mantinham alguma relação ou não, ou como foi recebida a gravidez por parte de Maria, só saberemos a partir de sua interpretação, no passo de contraste entre vida vivenciada e vida narrada. Contudo, pode-se supor que a relação com Roberto se mantinha, ainda que com algum grau de conflitualidade entre eles.

É possível que esta primeira gravidez tenha sido de grande impacto para Maria que, aos quinze anos, com pouca orientação sobre contracepção, mal consegue distinguir uma gravidez de um possível “crescimento de caroço de manga” em sua barriga. Dois movimentos parecem se salientar neste momento: a falta de orientação e uma provável infantilidade – no sentido de dependência, pouca informação sobre sexualidade e ingenuidade em relação às nuances do “mundo adulto” -, bem como o protagonismo de Roberto no que se refere à relação com Maria. Sobre este último aspecto, ainda que a biografada, em sua intenção de apresentação, busque argumentos que lhe deem o protagonismo do “assédio” a Roberto, sua gravidez mostra que houve na época uma movimentação institucional no posto de saúde em prol da acusação de Roberto como possível abusador.

Não sabemos qual era a situação com a vizinhança na comunidade, mas imagina-se que fosse também complexa. Ainda que Maria tivesse uma história com Roberto, este tinha quase sessenta anos na época, enquanto Maria tinha quinze anos e esperava um filho.

Possivelmente Maria tenha feito de tudo para comprovar publicamente que viver como mulher dele tinha sido uma escolha unicamente sua, mas sabemos que houve consenso e que este consenso pode ter sido duramente condenado. Em relação aos profissionais do posto de saúde, por exemplo, fica evidenciado que Maria fez de tudo para argumentar em favor de Roberto, o que formalmente não deveria ter significado motivo contundente para abstenção dos profissionais de uma intervenção. Há, portanto, uma compactuação dos profissionais do serviço de saúde pública com o desejo de Maria em permanecer com Roberto e, mais do que isso, talvez em sua visão na época, esta fosse uma redução de danos ou mesmo uma espécie de “respeito” a uma dinâmica que talvez fosse própria daquelas classes faveladas.

Além disso, fica claro que Maria, nesta época, ainda mantinha contato com seus pais e que, com o nascimento de Eduarda, ela buscou uma reaproximação com eles. Esta reaproximação, em termos relacionais, coloca em jogo a própria compreensão da função da gravidez e Maria. Ainda que esta soubesse pouco a respeito de formas contraceptivas, manteve-se com Roberto por alguns anos antes de engravidar pela primeira vez, mostrando que houve um período em que os métodos contraceptivos foram eficientes.

Isto nos leva a pensar em três possibilidades plausíveis: a primeira é de que Roberto quisesse ter um filho e, por isso, sabotou o uso de preservativo masculino durante as relações sexuais com Maria; a segunda é de que Maria quisesse efetivamente engravidar para, desta forma, assegurar mais contundentemente seu laço de dependência com Roberto, e a terceira e, talvez mais relevante em minha análise, a de que mesmo de forma não totalmente intencional, engravidar significava para Maria uma possibilidade de ataque ou de retorno para sua família de origem. Falarei mais consistentemente sobre este argumento no próximo passo de análise.

Em 1999 nasce o segundo filho de Maria, Edson, enquanto Maria está se separando de Roberto. Edson é fruto de uma relação possivelmente fortuita de Maria, e este parceiro não aceita registrar a criança quando fica sabendo da gravidez da biografada. Maria está agora com dezesseis anos e supõe-se que a separação de Roberto tenha a ver com suas relações fora do contexto do relacionamento com ele. Ainda assim, parece haver em Roberto algum ímpeto que lhe faz manter a ligação com Maria, evidenciado pela decisão de Roberto em registrar Edson, apesar deste não ser seu filho e ele já não manter a relação conjugal com Maria.³⁵

³⁵ Sobre a interpretação de Roberto em relação às condições de deliberação ou não de Maria acerca de manter relações sexuais com ele apesar da diferença de idade, bem como de uma possível tensão entre culpa, responsabilidade ou mesmo carência de Roberto em relação a Maria, falaremos adiante, na reconstrução contrastiva da história de vida da biografada.

Em relação à segunda gravidez, fica evidenciado que ela acontece logo após o nascimento de Eduarda, e de que o nascimento concomitante de Edson a separação de Maria e Roberto pode nos dar alguns indicativos importantes. Maria estaria se separando para viver com o provável pai de Edson, ou com outro homem com quem se relacionava? Maria manteria a coabitação com Roberto? Havia dependência financeira dela para com ele, ou dele para com ela? Por que, depois de alguns anos, Maria coloca a separação como uma possibilidade? Roberto reprimia sua necessidade de liberdade? Estas são questões que devem ser levantadas a respeito da relação entre eles na época.

O dado seguinte é de que, ainda em 1999, após o nascimento de Edson, Maria passa a procurar trabalho. Existe, implícita a este dado, uma série de conjugações que apontam para a necessidade de Maria em buscar renda própria, ou o desejo dela em buscar autonomia, ou ainda, ambas as coisas.

Seja como for, não conhecemos a partir dos dados biográficos qual a situação em que esta busca se insere, apenas que naquele mesmo ano, Maria conhece aquele que será o pai de sua terceira filha, Eliana, nascida em 1999. Além disso, sabemos que Maria ainda contava com a ajuda de Roberto, mas não fica explícito se era uma ajuda apenas financeira, se era apenas uma ajuda no cuidado diário para que Maria pudesse trabalhar, ou ainda, se eram ambas as ajudas oferecidas por Roberto. Seja como for, havia um senso de responsabilidade demarcado dele para com ela.

Eliana, filha de João, não é registrada pelo pai, que era dependente químico e já tinha três filhos. A menina nasce com problemas importantes de saúde, principalmente problemas cardíacos, que, desde seu nascimento, exigiam muitos cuidados. Imagina-se que estas tensões tenha tido algum impacto no cotidiano de Maria. Sua dependência de Roberto não tem relação com Eliana, que é filha de outro pai. Maria tem aproximadamente dezessete anos neste momento, tem três filhos, dois de pais diferentes e uma filha com problemas relativamente graves de saúde. Ela não possui condições de se manter financeiramente e não conta com o apoio da família nuclear. Não se sabe ao certo quais foram os dispositivos de apoio disponíveis a época, mas podemos pensar que a ajuda de Roberto e de vizinhos tenham sido importantes neste momento.

Entre 2000 e 2001, não se sabe ao certo, acontece a morte de Francisco, pai de Maria. Neste mesmo período, pouco antes da morte de seu pai, a mãe de Maria, Theodora, retorna para Minas Gerais, já separada do companheiro. Esta separação parece concomitante a entrada de Theodora na Igreja Universal, bem como o acirramento das tensões na relação de Francisco com o tráfico, que era sua principal e talvez única atividade para geração de renda.

Neste mesmo período, Maria está ainda desempregada, possivelmente dependendo de Roberto e da ajuda de outras pessoas ou políticas públicas para seu sustento e de seus filhos. Neste contexto, Maria parece buscar, mais uma vez, uma relação conjugal que lhe forneça sustento. Desta hipótese, duas ideias são adjacentes: a primeira é que ela já não podia mais depender de Roberto e que sua relação já não se sustentava através dos sentimentos de culpa ou responsabilidade dele para com ela, ou de sedução dela para com ele; a segunda é de que Maria seguia escolhendo relações de dependência, instrumentalizando-as deliberadamente, como forma eficiente apreendida em experiências passadas de controle de sua situação de vida.

Entre 2002 e 2003, Maria passa a se relacionar com Valdemar, um traficante local recém saído da prisão. Ele é um homem cerca de vinte anos mais velho, e ela, na época com vinte e três anos, vê nas condições financeiras dele uma oportunidade de reestabelecimento de sua segurança financeira. Percebe-se que Maria faz uso de certa política das relações que envolve as particularidades do tráfico para se tornar “mulher” do traficante. Assim, Maria mantém relações sexuais com Valdemar enquanto este sustenta Eliana, cujos gastos elevados com a saúde Maria não consegue dar conta. Enquanto isso ocorre o crescente tensionamento da relação dela com Roberto, que não aceita que Maria se relacione com um traficante.

Maria segue com o relacionamento com Valdemar até que, em 2006, acontece a gravidez e o nascimento de Elisa, fruto da relação entre os dois. Presumem-se duas possibilidades que tenham composto este momento. De um lado, a gravidez de Maria selaria um compromisso com Valdemar e, conseqüentemente uma “obrigação” dele para com ela e seus filhos, já que Elisa tornaria oficial o fato de Maria ser sua “mulher”. Por outro lado, havia a vontade do companheiro em ter um filho – já que ele não tinha nenhum. Maria é expulsa de casa por Roberto após a descoberta da gravidez, e ela passa a viver com Valdemar.

Após o nascimento de Elisa, Maria passa a usar um contraceptivo interno (DIU). Esta opção de Maria nos leva a levantar algumas hipóteses acerca do “uso” que Maria poderia ter feito da gravidez de Elisa: Maria engravida em um momento em que sua relação com Valdemar abala a relação com Roberto, seu principal ponto de referência na comunidade; existia, possivelmente, a ameaça constante de que Roberto fosse lhe deixar sem moradia, e tal ameaça requeria alguma atitude que lhe desse certa segurança para o futuro; além disso, Maria, conhecedora da cultura relacional própria do tráfico – a qual trabalhei na revisão na bibliografia deste trabalho e ainda darei maior ênfase no capítulo de discussão – sabia que um filho lhe garantiria a obrigação de reciprocidade de laço e sustento de Valdemar para com ela, em troca de sua fidelidade como sua “mulher”.

Logo após o nascimento de Elisa, Maria passa a usar DIU, o que demonstra que ela possui, em medida significativa, noção da possibilidade de controle sobre seu corpo neste sentido e que, muito possivelmente, e ao menos em relação à Elisa, houve alguma deliberação não manifesta em nome dos fatores indicados acima.

Sabemos que o envolvimento de Valdemar com o tráfico era uma situação corrente enquanto Maria se relacionava com ele, bem como quando ocorre o nascimento de Maria. Agora morando com os quatro filhos e Valdemar, Maria possivelmente presencia e fica sabendo de situações envolvendo o tráfico local. Seus filhos também tem contato, ainda que indireto, com situações envolvendo o crime organizado do Morro da Azaléia.

Entre 2005 e 2006 – não sabemos precisar – a casa em que Maria vivia é abordada por uma operação policial. Ao entrarem no local, encontram no banheiro uma mochila contendo drogas e, possivelmente já informados de que aquela era a companheira de um traficante, levam-na presa por associação ao tráfico. O momento da prisão é dramático, e a polícia usa de força física para conseguir informações de Maria. Os filhos da biografada presenciam, mesmo que por pouco tempo, a situação da mãe sendo espancada e presa. Valdemar, que não estava lá naquele momento, também é preso no mesmo dia, e os filhos de Maria ficam sem ambos os cuidadores.

Maria fica presa por cerca de seis meses, período durante o qual seus filhos ficam uma parte do tempo sob os cuidados de Roberto, e outra parte sob os cuidados de uma vizinha, amiga de Maria. Não sabemos ao certo que tipos de conflitos acontecem entre Roberto e esta vizinha em relação ao cuidado com as crianças, ou se o próprio Roberto abdica de ter que cuidar delas, mas os quatro filhos de Maria acabam sendo cuidados pela senhora até seu retorno da prisão.

Quando Maria sai da prisão e retorna ao Morro da Azaléia, reencontra seus filhos sob os cuidados de sua vizinha. Não sabemos ao certo quais foram os contornos de sua liberação, mas é conhecido que o advogado que lhe deu assistência era financiado pelo tráfico, fiel ao companheiro Valdemar e, portanto, a Maria enquanto esta fosse “mulher” dele.

Sem ter onde ficar, e com suas coisas destruídas pela polícia, Maria vai viver com os quatro filhos na casa de Roberto, onde já estavam guardados alguns de seus pertences. Entretanto, devido as questões de fidelidade oriundas das relações com o tráfico, Maria, sendo mulher de Valdemar, que ainda estava preso, não poderia manter-se na casa de outro homem, ainda que já não mantivesse relações sexuais com este. Maria, que sabia destas “leis de reciprocidade e fidelidade”, se antecipa antes que: ou fosse ameaçada/morta pelo tráfico, ou perdesse os privilégios oriundos de sua condição de “mulher” do chefe de tráfico. Ela procura

o comando atual naquele momento do tráfico local e avisa que estava fora da prisão e, enquanto mulher de Valdemar não poderia morar com outro homem, mas que não encontrava alternativas. Assim, o tráfico – esta entidade abstrata no discurso de Maria – lhe cede, ainda em 2006, uma casa, e lá ela passa a viver com os quatro filhos.

Entretanto, em 2007, após estar vivendo já há algum tempo na casa que lhe foi cedida, um bandido - possivelmente um traficante que também retornava da prisão, e sem saber ao certo a condição em que Maria se apossou do imóvel – lhe toma a casa. Maria retorna para casa de Roberto, mas em seguida faz contato com o tráfico e consegue a casa de volta. Mais uma vez, Maria utiliza os recursos de “fidelidade” do tráfico, dizendo que não poderia viver com um ex-companheiro.

Nesta mesma época, Edson, filho de Roberto, passa a viver com o pai. Esta mudança parece ligada a algumas hipóteses que falam sobre a relação de Maria com os filhos, bem como de qual seriam os tensionamentos presentes à época: desde o fim da relação com Roberto, Maria estabelece relacionamentos fortuitos com homens que acabam não assumindo a paternidade de seus filhos – neste caso, primeiramente Edson, e, posteriormente, Eliana; além disso, seu relacionamento com Valdemar inaugura uma série de situações de vulnerabilidade, tanto dela quanto de seus filhos.

A prisão de Maria é feita na presença dos filhos e, Edson, sendo um dos mais velhos, possivelmente experencia aquela situação e se assusta com o que vê. A prisão de Maria, e seu afastamento por seis meses, reaproxima Edson de Roberto, cujo cuidado com o menino sempre foi como o de um pai. A escolha de Edson em viver com ele pode ter em muito a ver com sua busca por um ambiente mais estável, ou pelo menos mais previsível – o alcoolismo de Roberto, por exemplo, era uma constante e, portanto, de consequências relativamente previsíveis. Além disso, a moradia e os recursos financeiros de que Roberto dispunha representavam um maior conforto para o menino.

Entre 2008 e 2009, Maria está vivendo com Eduarda, Elisa e Eliana na casa cedida pelo tráfico e trabalhando com uma vizinha em um camelô. Em 2009, Valdemar retorna da prisão para casa. Seu retorno é seguido de uma operação policial no Morro da Azaléia que resultaria na destruição da casa de Maria, de seus pertences e em uma nova prisão de Valdemar.

A situação de sua prisão, mais uma vez envolve a presença de Maria que, diante de uma situação de suborno policial em troca da soltura de seu companheiro, não hesita em fugir e deixar que o companheiro fosse levado. Possivelmente, Valdemar não fica sabendo desta situação, ou compreende que pouco poderia ter sido feito por Maria – que não dispunha da

quantia requerida pelos policiais – já que nenhum tipo de “vingança” ou “castigo” posterior é atribuído à biografada.

Entre 2009 e 2010 acontece a instalação da UPP no Morro da Azaléia cujas consequências para a vida de Maria são relevantes devido ao seu envolvimento com Valdemar e o fato de ter sido presa por envolvimento com o tráfico. Maria é possivelmente investigada pelos policiais e, isso pode ter tido influencia significativa em sua saída do trabalho na Associação de Moradores. Além disso, ela vivia na casa conhecidamente pertencente ao tráfico.

Atualmente, Maria trabalha dia sim e dia não em um hospital, cuja política inclusiva de ex-detentos foi de extrema importância para a biografada. Maria, entretanto, não é acostumada a empregos mais formais, e sente certa dificuldade em alguns momentos em estabelecer uma rotina. Ela vive com os filhos – menos Edson, que ainda vive com Roberto – na casa cedida pelo tráfico, e faz visitas a Valdemar no presídio como forma de manter sua relação de dependência com o tráfico.

5.4 Apresentação do quarto passo: comparação contrastiva entre vida vivenciada e vida narrada e apresentação do texto final

O passo analítico de *comparação contrastiva entre vida vivenciada e vida narrada*, como veremos a seguir, é o último processo de “depuração” e “reconstrução” discursiva antes da construção de um *tipo biográfico*.

Nesta etapa, a preocupação central é que todos os passos de análise anteriores sejam contemplados de forma crítica e dialógica. Além disso, veremos que, ao passo que apresento as diferentes instâncias contempladas no decorrer do trabalho investigativo sobre a biografia de Maria, apresento *insights* parciais, que compuseram as interpretações latentes a trechos individuais, bem como sobre as ligações sequenciais de vida vivenciada e de vida narrada.

Deve-se, portanto, acompanhar estes encadeamentos, frutos da aproximação com a biografia de Maria. Porém, é necessário lembrar que esta etapa não consiste na análise “final” da narrativa e, por esta razão, não permite ainda a integração reconstrutiva em termos *Gestalt* biográfica.

Ademais, a apresentação que segue se constitui, igualmente, na integração de grande parte do tecido interpretativo esboçado até o momento. Almejar uma apreciação tanto “densamente descritiva”, quanto “integrativa” mostrou-se, no decurso desta escrita, um trabalho absolutamente detalhado, hermético e, ao mesmo tempo, compreensivo.

Partiremos de uma apresentação do Morro da Azaléia para, em seguida, darmos continuidade na reconstrução contrastiva de Maria, em ordem cronológica, até os dias atuais (momento da entrevista), como segue:

5.4.1 O Morro da Azaléia

A história do Morro da Azaléia, bem como de outras comunidades no Rio de Janeiro, está, em grande medida, ligada ao quadro geral da reforma urbana promovida pelo prefeito Pereira Passos, entre os anos de 1902 e 1906. A partir daí, outras importantes reformas urbanísticas foram dando vazão a profundas modificações no cenário da cidade. Um número significativo de moradores deslocados de suas antigas habitações, classificadas como irregulares, passaram a ocupar cada vez mais as encostas dos morros e fazer tecer-se o vasto espaço ocupado pelas chamadas “favelas”.

Grande parte do Morro da Azaléia está localizada em um terreno íngreme, e extremamente permeado por mata virgem. Seu maior crescimento, em termos habitacionais, aconteceu principalmente a partir da década de 1940, devido à instalação de uma grande fábrica nas proximidades. Com isso, uma larga escala de oferta de vagas de trabalho teria atraído um número considerável de migrantes de mesma origem.³⁶

O Morro da Azaléia, assim como outras favelas de sua região, foi, durante muitos anos, marcado pela forte presença do tráfico de drogas. Em muitas de minhas conversas com moradores jovens e mais velhos, quando lhes questionava acerca deste período, os relatos incluíam expressões como “guerra todos os dias”, “nunca se sabia o que ia acontecer”, “começava tiroteio, tinha que correr, mas cuidar pra não ser confundido com bandido”, entre outras expressões que designavam o cenário complexo das facções e incursões policiais.

Os entrevistados, diante de minhas perguntas, ao usarem tais expressões retomam um período anterior ao processo de pacificação da comunidade, atualmente demarcada pela presença da Unidade de Polícia Pacificadora há alguns poucos anos. Entretanto, ainda que o quadro de “guerra” pareça ter se extinguido, muitos são os relatos de outros tipos de situação de conotação negativa para os moradores, principalmente envolvendo os jovens da comunidade e os policiais comunitários.³⁷

³⁶ A origem dos migrantes não será revelada para que a anonimização de Maria seja mantida.

³⁷ Ainda que, neste momento, a discussão acerca dos efeitos da instalação das UPP's em favelas cariocas não seja o centro de minha discussão, a experiência no Morro da Azaléia despertou e ainda desperta muita curiosidade a partir dos relatos de moradores das mais diversas faixas etárias. Talvez em outra oportunidade, este seria um ponto importante a ser trabalhado, principalmente em relação ao impacto biográfico que tal processo de instalação parece ter. Em relação ao caso biográfico de Maria, veremos adiante que, embora pouca

Ao conversar com uma importante figura comunitária, fica evidenciada a relevante presença que exerce a Associação de Moradores no local. Além disso, algumas ONG's ligadas à educação ambiental, reforço escolar, música e cultura integram o quadro institucional a favor do desenvolvimento social no local. Entretanto, ao circular pela comunidade com minha entrevistada, descubro que o Morro da Azaléia conta com apenas um espaço de lazer e esportes para todos os moradores. Além de estar localizada em uma região onde nem todos os moradores conseguem fácil acesso, escuto de jovens da região que seria necessário maior organização para o uso do espaço.

Estas constatações me são apresentadas na medida em que caminho entre as ruas íngremes na parte central do Morro. Logo vou construindo mentalmente as histórias que me haviam sido relatadas, mas que ainda não constituíam um cenário concreto do relevo, das cores e construções de Azaléia.

Ao adentrar no Posto de Saúde local, me deparo com uma sala de espera completamente cheia de mulheres e crianças, de todas as idades, aguardando atendimento. Em frente, um grupo de crianças com as quais já havia conversado em visita a escola da comunidade, me chama para jogar vôlei em roda: “Tiiiiia, vem jogar com a gente!”. Era terça-feira no Morro da Azaléia. Crianças e jovens na rua, o sol alto do início da tarde, e a corrida atrás da bola colorida de vôlei que, quando jogada com muita força, descia morro abaixo, causando comoção para que não fosse longe demais.

Outra constante na fala de jovens com quem conversei na região eram os grupos que desenvolvem atividades de dança e música. Fosse através do *funk*, danças típicas da região de migração da maioria das famílias locais, ou da orquestra do Morro da Azaléia, escuto diversos moradores que, ao falarem sobre as coisas que mais valorizam em sua comunidade, trazem com certo orgulho sua inserção em tais atividades. Evidentemente, ao trazer um relato puramente descritivo destas falas, me eximo de apresentar as ideias que surgiram após a análise mais atenta; dentre elas, vale destacar a intenção latente de muitos jovens em diferenciarem-se de “bandidos”. As conversarmos em grupo, particularmente, parecia haver uma constante necessidade de mostrar que apesar da polícia comunitária muitas vezes tratá-los de forma indiferenciada, existiam claras linhas que os faziam sujeitos de “boas escolhas”, onde a música era o principal instrumento de distanciamento da *persona* do tráfico. A esta análise atrelo a reflexão anterior neste trabalho, acerca do diálogo entre “moralidades” e o

atenção especial a esta temática, a instalação da UPP no Morro da Azaléia tem um impacto importante para sua narrativa de história de vida.

imaginário social, traduzida em provas discursivas de que estariam, de fato, integrados a esta “moral hegemônica” representada pelas classes médias na cidade.

Muitos foram os dias na comunidade e, debaixo do sol, a própria subida no morro tornava-se digna de observação das dinâmicas cotidianas daqueles moradores. O terreno íngreme que compõe o Morro da Azaléia torna o acesso mais complicado de ser feito a pé. É necessário, para a maioria dos moradores, e também para mim, fazer uso de serviços de moto-táxi ou de Kombi, que aguardam lotação máxima para fazerem o trajeto até a parte mais alta da subida, onde a rua principal termina, e o acesso às outras localidades só pode ser feito por escadarias.

No limite de acesso dos veículos, uma escola, uma creche e outros estabelecimentos comerciais misturam-se a casas. A saída das crianças da escola é feita aos poucos, na medida em que pais, mãe, irmãos, primos e vizinhos aparecem para levar, muitas vezes, mais de uma criança. Percebe-se uma rede que tenta dar conta dos horários e das responsabilidades, nem sempre possíveis de serem atendidos pelos responsáveis adultos dos alunos.

Os dias no Morro da Azaléia foram, durante o mês em que estive presente, dias de intenso calor, conversas densas e muitas vezes dolorosas, tanto para o narrador, quanto para mim enquanto entrevistadora. Escutei diversas histórias de vida, estabelecendo um universo de confiança e intimidade quase que imediato com os entrevistados.

Ainda hoje, apesar de compreender os mecanismos que configuram uma entrevista biográfica – e a forma como ela propicia o estabelecimento de uma relação momentânea, porém profunda – me encanto com aquelas relações, com aquelas pessoas e com aquelas histórias.

Assim, como ficará evidente a partir da história de vida de Maria, aquelas biografias também estavam permeadas de universos sociais, políticos, históricos, culturais e psicológicos diversos, e iam tecendo-se à medida que se encontravam, transformando-se na história ao mesmo tempo de uma única pessoa e de todas as coisas. Biografias que, em alguns momentos, também me foram importantes para compreender a própria história de Maria e de todos os seus enlaces.

5.4.2 A situação de entrevista com Maria: uma casa observada no Morro da Azaléia?

As entrevistadoras não sabiam, mas a casa em que entravam para conversar com a mulher tão solícita chamada Maria havia presenciado uma longa história envolvendo o tráfico local. O Morro da Azaléia, tão recentemente pacificado, ainda guardava em sua memória

recente as marcas de “guerras”, fossem elas entre facções criminosas, fossem com o protagonismo das incursões policiais.

O Rio de Janeiro era a “casa” de uma das entrevistadoras, porém, uma novidade para a outra. Contudo, o Morro chamado de *favela* por uns e *comunidade* por outros, o Morro da Azaléia não era lugar comum para nenhuma delas. Além da literatura disponível, o tráfico de drogas organizado representava algo distante, a que logo teriam acesso vívido nas palavras de Maria. A casa era testemunha não consciente disso.

Ao telefone, Maria não hesitou em concordar com a entrevista, pedindo apenas que as pesquisadoras avisassem o horário em que chegariam. Na sala dormiam alguns membros da família, e a entrevistada gostaria de “ajeitar” tudo antes de receber pessoas. Havíamos conseguido seu telefone por meio de sua filha mais velha, que dias antes havia participado de um grupo de discussão entre jovens, no âmbito da mesma pesquisa.

A sala ampla contava com televisão, sofá e estantes, e foi ali que Maria, muito receptiva, se dispôs a contar sua história de vida para as duas entrevistadoras. Assim, mesmo com interrupções eventuais das filhas mais novas, uma de dez e outra de seis anos, Maria expõe sua história abertamente, em detalhes, durante quase duas horas e meia, a partir de uma pergunta inicial:

[...] Então deixa eu explicar um pouquinho da pesquisa pra você. A gente tá entrevistando famílias com crianças e a gente tá interessada em saber sobre a vida dos moradores da Azaléia, a gente tá interessado em saber sobre a vida dos moradores da Azaléia. A gente tá interessado em tudo que você tem pra dizer sobre a sua história de vida. Você pode começar por onde você quiser.

5.4.3 O início de uma história: aproximações e distanciamentos familiares

1982 é o ano em que, em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, nasce Maria, a segunda de três filhos de Theodora e Francisco, cuja história conhecemos muito pouco. Maria, nossa personagem principal e única narradora, concede poucas informações acerca de sua família extensa e, por isso, vemo-nos obrigados a seguir pistas e levantar hipóteses ancoradas no panorama social e político da época, bem como no contexto geral da história que a biografada nos apresenta.

Sabemos por meio de Maria que seus demais familiares consanguíneos maternos moravam em Belo Horizonte, entretanto, não se sabe há quantas gerações ou se haviam migrado de outras regiões do Brasil ou de Minas Gerais.

Também não se tem informação se os seus pais teriam se conhecido em Belo Horizonte ou em outra cidade natal de ambos. No caso de terem migrado do campo para Belo Horizonte, é possível que vivessem em situação caracterizada por instabilidade financeira e/ou social no local de origem. Por outro lado, não se pode excluir a hipótese de que a família de origem de um dos dois tivesse uma situação econômica mais estável, e uma migração tivesse sido decorrente de outras motivações: necessidade de afastamento geográfico por conta de conflitos familiares, fuga de Francisco de autoridades devido ao seu envolvimento com o tráfico, fuga de Francisco devido a ameaças oriundas do tráfico, oportunidade de trabalho, entre outras, são exemplos.

Vale destacar que Maria não faz quase nenhuma menção de que Theodora manteria contato com sua família de origem, ao menos até o período em que ela se separa de Francisco e vai morar novamente em Belo Horizonte, entre os anos de 2000 e 2001. Em relação a Francisco, nenhuma menção é feita por Maria sobre sua família extensa.

Estas observações levam a pensar sobre algumas possibilidades acerca da história pregressa do casal. Teria havido um rompimento de um dos dois em relação à família extensa devido à união dos dois não ser desejada? A família de Theodora teria desaprovado sua união com Francisco, fazendo com que ambos decidissem fugir juntos para Belo Horizonte e lá “tentar a vida”? Ou teria apenas acontecido o afastamento geográfico do casal em relação a sua família extensa devido a algum dos fatores citados acima? Todas estas perguntas partem de um mesmo indício, no qual permaneço justamente por tornar-se forte à medida que existe uma lacuna na narrativa de Maria em relação à presença de avós, tias, tios ou primos, ou mesmo ligações não consanguíneas com pessoas de referência em seu Estado ou cidade natal.

Seja como for, as hipóteses que parecem mais sustentáveis, dizem respeito a uma relativa instabilidade financeira do casal, que leva a questionar se a gravidez de Maria teria sido planejada, ou mesmo desejada, já que ela era a segunda filha do casal, e não sabemos quais eram as condições de Francisco e Theodora para a criação de uma segunda criança.

Se Maria cresce em um ambiente econômico limitado, as possibilidades de que se vivessem conflitos familiares em decorrência disto não são evidentes, mas são possíveis. Contudo, outras configurações poderiam ter se estabelecido: a criação de uma solidariedade familiar, ou o acúmulo de trabalhos por parte de seus cuidadores, são exemplos. A opção de um estabelecimento de uma rede de apoio parece-me menos evidente devido aos fatos posteriores em sua biografia.

No caso dos pais terem acumulado muitos trabalhos, podemos pensar de que formas isto poderia influenciar na criação de Maria, por exemplo, com a necessidade de formar uma

rede de ajuda com a vizinhança (ou entre amigos), algum(a) cuidador(a) pago(a), ou creches, onde ela pudesse ser cuidada enquanto os pais estavam fora. O mesmo valeria para seus outros irmãos. Não podemos deixar de lado a existência de seu irmão mais velho, com três anos de idade à época de seu nascimento, que também necessitava de cuidados. A respeito dele, pouco se sabe, entretanto, supõe-se que ambos ficavam sob os cuidados de pessoas que não apenas seus pais. Além disso, não sabemos precisar o ano de nascimento do irmão mais novo de Maria, que viria a falecer em 1990.

O envolvimento de Francisco em algum nicho criminoso parece ser a hipótese mais consistente como escolha de geração de renda da família à época, já que logo depois, em 1984, aproximadamente, ele será preso em Minas Gerais, onde ficará por quatro anos. Podemos pensar que, com o nascimento dos filhos, Theodora passa a ocupar o lugar de cuidadora em tempo integral, tanto dos filhos quanto da vida doméstica em geral, enquanto o companheiro exerce atividades durante o dia e, talvez durante a noite.

Entretanto, não se pode excluir a hipótese de que Theodora tivesse alguma participação na atividade ilegal do marido, ou mesmo que os filhos não fossem, de alguma forma, usados para fins deste tipo. O que sabemos é que, no caso de Francisco estar envolvido em atividades ilegais, e Theodora viver como dona de casa, era provável uma situação de constante instabilidade, fosse diante do possível aprisionamento dele ou da incapacidade dela de se manter financeiramente sozinha.

Outra opção consistente é de que Theodora tivesse também um trabalho, possivelmente como doméstica. Como veremos adiante, este foi o trabalho que ela passou a desempenhar logo que chegou ao Rio de Janeiro em 1986, o que leva a hipótese de que esta também pudesse ser sua atividade em Belo Horizonte. Se este for o caso, voltamos a considerar as hipóteses de que os filhos ficavam sob o cuidado de outras pessoas enquanto os pais trabalhavam.

O aprisionamento de Francisco, possivelmente em 1984, se dá quando Maria ainda era pequena, por volta dos dois anos de idade. Sua prisão marca um período em que Theodora precisa estabelecer novas dinâmicas de cuidado e sustento financeiro para si e para seus filhos. As hipóteses apontam para algum grau de tensionamento das relações entre mãe e filhos. Também não sabemos precisar de que forma manteve-se ou não a relação do casal durante o tempo em que Francisco esteve preso: se existia uma solidariedade familiar em relação a sua situação, se ocorreu o rompimento definitivo com as famílias de origem, ou ainda, o acirramento da relação entre Francisco e Theodora.

Maria quase não fala sobre este período até a saída do pai da cadeia, fazendo apenas referência ao quanto ela era querida por Francisco, e o quanto a figura do pai lhe era importante. É fundamental destacar que Maria tinha pouco convívio com o pai, já que, desde sua prisão, só o visitava ocasionalmente na prisão juntamente com sua mãe. O que fica evidente é que salienta esta boa relação com o pai nos primeiros anos de vida, mesmo que não necessariamente existente no plano do mundo da vida, é central para Maria, principalmente no que tange ao delineamento de um quadro que precede o que ela contará como representando sua primeira “grande virada biográfica”.

5.4.4 Reordenamentos familiares: afastamentos para uma reaproximação?

A fuga de Francisco da cadeia em Minas Gerais, em 1986 – aos quatro anos de idade de Maria – inaugura um novo momento familiar. Não sabemos ao certo como se deu esta fuga: se houve algum embate mais direto de Francisco com a polícia, ou se foi algo planejado em um grande grupo de levante dentro da penitenciária. O que sabemos é a saída de Francisco da penitenciária possivelmente justifica a ida da família para o Rio de Janeiro naquele mesmo ano.

O primeiro ponto a ser considerado é de que a ida de toda a família para o encontro de Francisco mostra que a relação com Theodora – fosse amorosa, de dependência, ou qualquer outra dinâmica que mantivesse o casal – manteve-se após sua prisão, e com a posterior fuga. A segunda consideração é a de que a partir deste fato, o discurso de Maria acerca de sua conjuntura familiar passa a tomar um rumo distinto.

Sobre este período, Maria destaca em sua fala uma espécie de contraste, que resulta no reforço do impacto das mudanças em sua história de vida: a felicidade que fica ao descobrir que voltaria a ter convivência com Francisco, em contraste com o retorno que frustra suas expectativas em relação à figura paterna.

Ainda assim, como será marca de quase todo o discurso de Maria, é uma apresentação que mistura a acusação da crueldade do pai na relação com os filhos e, ao mesmo tempo, atenua sua culpa, justificando suas ações por fatores de ordem externa – como sua estadia na prisão e a falta de convívio com os filhos:

(.) meu era pai é presidiário (.) ele era procurado né (.) //E1: hm// porque ele fugiu da penitenciária lá de minas (.) e mandou a minha mãe trazer a gente pra cá pro Rio (.) //E1: hm// só que como ele nunca teve convivência com a gente ele achou igual assim né acho:::u a gente um diabo (.) que criança brinca que criança grita criança corre criança fala e ele num tava mais acos- nunca criou a gente ((mãos batendo))

então pra ele foi ruim (.) então meu pai qualquer coisa meu pai batia qualquer coisa meu pai batia ele num tinha paciência (.) [...] por isso que meu pai batia tanto na gente porque ele não conviveu aquilo daí pra ele era novo; (.) agora com trinta ano eu posso dizer isso (.) mas quando eu tinha seis ano eu achava que ele era um carrasco que ele um bicho (.) que ele tava tratando a gente como bicho (.) que aquilo dali que ele fazia era muito tratar a gente no pulso ba-bater de cin- de chicote isso pra mim era uma coisa horrível (.) quem é que vai querer apanhar de chicote do pai? que lá na cadeia me chamava de (escorinha) me dava beijo me dava abraço (.) quando eu vou morar comigo me dá uma porção de porrada?³⁸

Deve ser igualmente destacada a situação social e política mais ampla da época, já que esta parece atravessar a escolha de Francisco para a migração familiar para o Rio de Janeiro.

Sabemos que, em 1983, Leonel Brizola é eleito governador do Estado do Rio de Janeiro, permanecendo no cargo até 1986. As medidas adotadas por seu governo, fortemente identificadas com o populismo do período democrático de 1946-64, estavam consistentemente ancoradas na convicção de uma via alternativa para o desenvolvimento social e para as políticas de segurança pública (CARNEIRO, 2010).

As intervenções propostas por seu governo estavam pautadas, principalmente, na defesa da unificação das polícias, de um policiamento de tipo comunitário, e de novas bases de apoio político em setores mais pobres: foi definida uma política de segurança pública onde acontece a extinção das intervenções policiais nas áreas de favela. Possivelmente, uma consequência que não teria sido antecipada por estas diretrizes teria sido a consolidação dos grupos criminosos organizados do tráfico de drogas, a partir do controle territorial das principais favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Para a história de Maria, este contexto parece ter uma significativa influencia quando pensamos no processo de migração de sua família nuclear para a cidade do Rio de Janeiro. Seu pai foge da prisão e, em seguida, dirige-se para alguma região da cidade onde aguarda pela companheira e pelos filhos. O contexto social do país à época nos permite questionar quais teriam sido as motivações desta escolha: se Francisco realmente estava envolvido em atividades criminosas, o despolicamento das favelas no Rio de Janeiro teria sido um atrativo para ele, devido à possibilidade de desenvolver suas atividades ilegais com mais liberdade?; Francisco já possuía contatos no Rio de Janeiro, que o aguardavam para dar continuidade a atividades ilegais do grupo?; os contatos no Rio de Janeiro em nada tinham a ver com a criminalidade, mas sim com laços familiares ou redes de apoio de Francisco ou de Theodora, também migrantes na época?; a fuga para o Rio de Janeiro teve, em parte, a ver com o

³⁸ A lista de códigos para transcrição encontra-se no Anexo A.

despoliciamento do local, já que Francisco tinha medo de que fosse novamente pego pela polícia, e como foragido imaginava que a cidade seria um espaço mais protegido?; além disso, a fuga para o Rio de Janeiro teria ligação com a possibilidade de, mais protegido da polícia, Francisco ter mais acesso a empregos e oportunidades de ascensão econômica, uma promessa eleitoral de Leonel Brizola?

O que Maria relata sobre este período é que, ao chegarem ao Rio de Janeiro, Theodora logo começa a trabalhar como doméstica e Francisco como porteiro. As condições de trabalho e moradia, ao menos na interpretação de Maria, eram bastante difíceis. A família morava em um quarto subterrâneo do prédio onde o pai trabalhava; as crianças não podiam brincar nos espaços do edifício, nem mesmo nas proximidades deste. Assim, imagina-se que os três irmãos, ainda pequenos, pudessem ser um estressor para o casal.

Enquanto Theodora trabalhava em uma casa de família, possivelmente durante toda a manhã e toda a tarde, seus três filhos – sendo o mais velho com seis anos de idade na época – eram responsabilidade de Francisco. A situação é aparentemente complexa: as crianças demandam grande atenção e energia do pai, que precisa, ao mesmo tempo, dar conta do trabalho na portaria, e não infringir nenhuma das regras que o emprego impõe. Isto parece fazer grande sentido quando a interpretação mais marcante para Maria é a de seu pai lidando com os filhos de forma agressiva.

A saída do pai de Maria da cadeia e retorno para o convívio familiar, marca uma reorganização parental e familiar importantes. À medida que Maria narra sobre a situação de reenquadramento de seu pai na família, percebemos claramente a surpresa da entrevistada, na época, ao deparar-se com a agressividade deste, informação que nos vem pela comparação que ela faz sobre como este a tratava com carinho quando ela o visitava na cadeia, e a brusca mudança quando voltam a ter convívio diário.

Logo percebemos que estas descrições e relatos são um prelúdio para demarcar em profundidade um fato que seria uma espécie de *turning point* na narrativa: Maria tinha seis anos de idade quando Francisco a queima gravemente nas nádegas, como punição por ela não ter ainda aprendido o alfabeto. É importante salientar também que esta é uma das primeiras coisas que Maria nos conta ao iniciar sua narrativa principal.

Independente de quais teriam sido as motivações do cuidador para esta ação, algumas hipóteses devem ser consideradas: os estressores da fuga da polícia, a adaptação ao novo local de moradia, a provável necessidade de reinserção ao mercado de trabalho, ou mesmo os estressores oriundos de uma possível continuidade no envolvimento criminoso, podem ter contribuído para as reações físicas de Francisco com os filhos. Outra hipótese

sustentável é de que Francisco não percebesse tal intervenção como uma punição agressiva, mas sim como uma forma de educar que trazia de suas vivências e de aspectos culturais que lhe eram pertinentes. Entretanto, veremos como estas intervenções marcam as escolhas seguintes de Maria, bem como a forma como ela constrói sua biografia atualmente.

Ainda a respeito da queimadura feita por Francisco em Maria, podemos observar certa compatibilização de Theodora com as ações do companheiro. Existe, neste contexto, algumas hipóteses possíveis para as origens de tal consentimento: em nome da preservação da relação entre o casal, Theodora permite que Francisco faça o que quiser na relação com os filhos; ela pode ter medo da reação do companheiro caso ela se oponha as suas atitudes com os filhos; o tensionamento também atinge Theodora, que vê como necessário aquele controle sobre os filhos, ainda que de forma mais agressiva e física; ou ainda, este também é um aspecto culturalmente e biograficamente pertinente como forma de educação para Theodora.

Maria ressalta consistentemente, e em diversos momentos, esta “ausência” da mãe; sua incapacidade em cuidá-la, protegê-la dos impulsos do pai e, enquanto mãe, de não abandona-la:

[...] minha mãe concordava com meu pai em tudo (.) ela era apaixonada pelo meu pai que tudo que o meu pai fazia ela aprovava (.) e tudo o que ela fazia o meu pai aprovava.

Dois pontos merecem destaque acerca da forma como Maria apresenta a relação com sua mãe. A primeira consideração a ser feita é a situação atual da biografada, ou seja, “de que lugar” ela nos conta sua história. Ao levarmos em conta que Maria, aos trinta anos de idade, já tem seu pai falecido, é mãe de quatro filhos, se relacionou - e ainda se relaciona - com um traficante, ficou presa durante seis meses acusada de envolvimento com o tráfico, e não mantém uma relação próxima com sua mãe, fica evidenciado que há, em sua apresentação, uma série de reinterpretações acerca das figuras de Theodora e Francisco, que foram tecidas na medida em que Maria somava e integrava experiências ao seu estoque de conhecimento.

Isto significa dizer que, a partir de seu interesse de apresentação – mostrar-se vítima e corajosa, ao mesmo tempo, diante de situações em que vivenciou grande sofrimento – colocar seu pai – que foi presidiário, era envolvido com o tráfico e utilizava de agressão física para com os filhos – também como vítima de circunstâncias externas, e Theodora como grande vilã na “história de seu abandono”, tem um uso específico para sua narrativa.

Não há nenhuma intenção nesta constatação em dizer que a forma como Maria se posiciona não diz respeito a seu verdadeiro sentimento em relação as suas vivências, nem

mesmo que ela desenvolve uma falsa apresentação, conectada a um falso *self*. Entretanto, devemos lembrar que Maria também se envolveu com alguém do tráfico, esteve presa e, como vemos posteriormente em sua narrativa, também uma de força física na criação dos filhos. Então como manter-se dissociada de uma imagem de alguém que, a partir do que ela imagina ser a moralidade daquele que a escuta, se parece com uma pessoa que faz más escolhas e, portanto, merece julgamentos negativos? Isto deve ser considerado.

Esta parece ser, independente da função que a mãe ocupa na biografia de Maria, a forma como a entrevistada encontra para se mostrar “correta”, “vítima” e “resiliente”: o verdadeiro erro consistiria no abandono de uma mãe em relação aos seus filhos. Assim, Maria traça uma fala onde a mãe é central em seu abandono, e ela, agora como mãe – e apesar de tudo que passou e ainda passa – nunca abandonou seus filhos:

num suporte ela como mãe (.) eu costumo dizer aqui com a minha filha que ela é muito ingrata comigo sabe (.) //E?: hm// que eu queria uma mãe igual a mim quando eu tinha a ida- quando a eu tive a idade dela eu queria ter uma mãe igual eu sou pra ela (.) //E?: hm// a minha mãe ela nunca passou a mão na minha cabeça (.) nunca disse a palavra assim eu te amo (.) nunca ouvi falar nem agora depois de mulher nunca falou pra mim assim você é minha filha [...] eu tento conversar pra ela ela não responde (.) eu chamo ela de senhora infelizmente eu tenho que respeitar ela que ela ainda é minha mãe (.) //E?: hm// mas ciente não temos amizade de mãe e filha (.) e ela não gosta de mim e eu aprendi também não gostar dela (.) não perdôo ela por muita coisa que aconteceu na minha vida porque uma mãe quando ela bota o filho no mundo tem que proteger porque o filho num pediu pra vir no mundo (.) //E?: hm// com unhas e garras com tudo que tem direito

Após ser queimada pelo pai, a resposta de Maria à situação é uma tentativa de afastamento da família. A primeira fuga de casa da entrevistada marca o peso que teve a ação do pai, bem como sustenta a hipótese de que Maria não encontrou suporte da mãe, ou outra figura adulta, diante de seu sofrimento.

Não sabemos ao certo quais as circunstâncias que estavam atreladas a sua primeira saída casa, mas a constatação temporal leva a crer que o principal motivador foi efetivamente a queimadura causada por Francisco. O que podemos pensar também é que este não foi um fato isolado, e que aquele tipo de dinâmica mais “agressiva” seria intrínseca a nova organização familiar após a mudança para o Rio de Janeiro. Ou que, ao menos para Maria, fosse efetivamente uma novidade, devido ao pouco tempo anterior em que esteve na companhia do pai. Assim, isto nos ajudaria a compreender porque a mãe era depositária, talvez já naquela época, da reprovação de Maria: se a força física era intrínseca à dinâmica do casal, e Maria passa seus primeiros quatro anos apenas na companhia da mãe, enquanto o pai

está preso, é acertado pensar que as primeiras lembranças e marcas simbólicas deixadas por Theodora são de grande peso negativo para a biografada.

As repetidas situações de intervenção física em relação à Maria poderiam ter causado desconforto suficiente para que ela optasse por um afastamento. Aqui, a hipótese de compatibilização da mãe parece reafirmar-se, já que diante da possibilidade de buscar ajuda de Theodora, Maria opta por distanciar-se. Outra hipótese consistente é a de que não havia familiares da rede extensa, ou mesmo uma rede comunitária que produzisse algum tipo de intervenção voluntária em nome de Maria. Além disso, não há informação de que ela tenha procurado a ajuda de alguém conhecido na localidade onde viviam.

Sabemos pouco a respeito do período em que Maria esteve fora de casa pela primeira vez, mas é confirmado que ela retorna ao convívio familiar pouco tempo depois. O retorno para casa acontece com a intervenção de pessoas próximas ao local onde ela vivia a época, e dá indícios de que Maria não se afasta muito de sua casa. Sobre o momento de seu retorno, Maria conta que foi encontrada pela filha de um delegado, que pessoalmente lhe levou de volta para casa, o que acabou trazendo repercussões tanto para Maria quanto para Francisco:

(.) ai eu falei assim ah não eu não num vou mais morar aqui (.) meu pai vai ta me batendo muito ele vai me matar (.) ai eu fugi (.) assim mais ou menos eu fugi (.) fugi mais eu fiquei ainda dando volta ali no () até a filha essa filha desse delegado me achar hoje eu não me lembro do nome dela (.) não me lembro mesmo (.) sei que eles encontraram meu pai (.) me lembro que isso aconteceu esse delegado foi até a casa onde a gente morava e perguntou pra mim se eu queria ficar com o meu pai ou que pra tu ver como é que a polícia tão boazinha né (.) cê que que a gente leva o teu pai seu pai foragido ou você quer morar com seu pai? minha mãe tava com meus outro dois irmão minha mãe me chamou e falou pra mim que se meu pai fosse preso que ela ia me matar (.) por causa disso né que o delegado acho que tava sabendo da ficha dele (.) ele falou assim cê quiser a gente leva o teu pai preso você quer Maria? aí minha mãe ficou olhando pra minha cara meu irmão tava chorando eu fiquei com pena dos meus irmão e falei que queria ficar com o meu pai não eu vou ficar com meus pais (.) ai fui lá pro lado do meu pai quando eles foram embora como eu apanhei (.) meu deus do céu

Aqui, algumas hipóteses devem ser consideradas. A primeira é de que Maria foge pela primeira vez como forma – deliberada ou não – de chamar a atenção dos cuidadores para seu sofrimento diante da situação em que vivia. Com isso, ela fazia da fuga uma mensagem mais assertiva de que a dinâmica relacional lhe causava algum grau significativo de sofrimento, ou ainda, esta seria uma forma de fazer com que seus pais “sentissem sua ausência” e, portanto, buscassem reparar a forma como haviam lhe tratado: o pai com intervenção física, e a mãe sem dar-lhe proteção.

Outra questão posterior à queimadura de Maria, é que uma das opções mais evidentes era de que a menina se sentisse acuada e permanecesse passiva diante do medo de novas agressões, entretanto, ela foge e, de certa forma, nos faz lembrar tanto da *hipótese* da fuga/rompimento de Theodora de sua família de origem para manter o relacionamento com Francisco, quanto da fuga de Francisco da cadeia. Maria sabe que umas das opções disponíveis para afastar-se de algo que não se quer, é fugir, e é esta a escolha que ela faz. Com isto, não estou querendo dizer que este raciocínio fez parte da deliberação de Maria, estamos antes falando do estoque de conhecimento disponível a ela por meio de suas experiências e das experiências das gerações anteriores em sua família, espaços onde esta ação – a fuga ou o rompimento – é bastante plausível.

O que vem a seguir mostra que muitas tensões encontravam-se interpenetradas nesta época, o que nos ajuda a compreender a dificuldade de descolamento dos personagens de posturas “rígidas” e “agressivas” representadas por intervenções físicas e ausências. Parece-nos, com isso, que não havia espaço para que aquela família enxergasse a saída de Maria como uma sinalização de sua insatisfação com os comportamentos da dupla parental, já que outras questões - como a tensão da fuga de Francisco da polícia - eram mais imperiosas.

Maria passa uma noite inteira apanhando por ter fugido e causado uma situação de perigo eminente para o pai, que poderia voltar a ser preso pelo delegado que a trouxe de volta ao núcleo familiar. Aqui percebemos com mais clareza que o acontecimento marca dois processos muito relevantes nas atitudes conseguintes de Maria. A atitude do pai é vista como estranha, diferente das expectativas geradas pela fuga (fortalecendo a hipótese de que anteriormente a dupla tinha pouco contato e, desta forma, as expressões de agressividade do pai eram limitadas), e de que a hipótese de negligência da mãe aos cuidados e proteção da filha pode ser levantada, já que não há nenhum indício da intervenção de Francisco na narrativa de Maria.

Maria deixa um espaço significativo em seu discurso para argumentar a respeito dos cuidados ou falta destes de sua mãe em relação à ferida causada pelo pai, a sua fuga e a posterior surra que leva por ter fugido. As hipóteses mais consistentes indicam que ao negar esta ajuda à filha, Theodora busca manter uma relação harmoniosa com seu companheiro. Se a causa disto seria o medo de ser agredida por Francisco, ou seria pelo medo de que ele a deixasse a deriva com a criação de três filhos, ou ainda por aspectos culturais de dever e obediência ao homem da família, o ponto indiscutível é que, morando no Rio de Janeiro, Theodora já não tinha possuía rede familiar extensa a qual recorrer.

Em sua fala, a fim de destacar que a mãe não cumpria seu “papel” adequadamente, Maria destaca que a mãe lhe cuidava de forma a piorar a ferida causada por Francisco, e de que foi uma vizinha que, escondida, lhe fazia curativos e colocava pomadas no machucado remanescente.

Uma segunda fuga marca o primeiro contato da entrevistada com o Morro da Azaléia, pois é para lá que ela se desloca em 1988. Maria, não muito tempo após o retorno da primeira fuga, e posterior agressão física como castigo, foge de casa novamente. Desta vez seu afastamento geográfico é mais significativo e outro ator aparece em cena quando ela fala sobre a experiência longe da família. Maria faz contato com um garoto na rua – que não sabemos se já lhe era conhecido ou não – que a leva para sua casa no Morro da Azaléia. Na casa do menino, chamado Lucio, Maria passa três meses que descreve como “três meses em que teve mãe”:

eu fiquei uma noite inteira com- apanhando do meu irmão, dos meus irmãos, e do meu pai também, e o meu pai era muito ruim na época né, mais medo eu fiquei, com mais raiva eu fiquei e fugi de novo, //E?: hm// só que dessa vez eu fugi- querendo que nunca mais ninguém encontrasse, então na minha cabeça eu inventei que o meu pai e a minha mãe tinha morrido num incêndio, ôh, contei isso pra todo mundo, fugi e vim pra cá pra Azaléia, mas eu não sabia que tava vindo pra Azaléia, quem me trouxe pra cá foi o falecido Lucio

Pouco tempo após a saída de Maria da casa, ocorre a mudança de seus pais e seus irmãos para a localidade de Pau Ferro. Sabe-se que esta mudança teve como principal motivação o fato da polícia ter encontrado o Francisco onde residiam, já que este era foragido de uma penitenciária. A questão que fica em aberto é se o fato de Maria ter fugido uma primeira vez e ter sido trazida de volta aos pais por um delegado, não tenha alguma relação com Francisco ter sido encontrado pouco tempo depois. Outra hipótese plausível é a de que Francisco estivesse mantendo, mais uma vez ou *ainda*, atividades criminosas.

Independentemente se Maria estava ou não mantendo contato com a família durante a mudança, o desenrolar da segunda fuga mostra a diminuição em sua intenção de reatar os laços com a família nuclear, sua necessidade de buscar proteção de uma figura ou grupo que lhe assegurasse proteção e, ao mesmo tempo, se afastar da situação bastante complexa que acirrava tensões em sua família de origem.

Maria, após três meses vivendo com a família de Lucio no Morro da Azaléia, ela aceita, sem fugir ou questionar, que a mãe do menino procure por Theodora. Neste sentido, ainda que esta segunda fuga tenha nos mostrado que já havia maior dicotomia sobre se Maria realmente intencionava ao se afastar dos pais, vemos que persistia latente o desejo de retorno

e reconciliação com a família de origem. Entretanto, a tentativa termina de forma marcadamente devastadora para a entrevistada: sua família parece não ter interesse no retorno da filha.

O que nos chama a atenção sobre a apresentação da entrevistada acerca deste momento é que, apesar de seu pai ter sido o causador da agressão física que fez com que ela se afastasse de casa, Maria apresenta apenas sua mãe como sendo a fonte de rechaço em relação a seu retorno. Assim, Theodora é figura principal de abandono na narrativa da biografada:

Por que ela pegou procurou minha mãe (.) a minha mãe disse que não queria ver eu nem pintada de ouro (.) ela ficou com muita pena de mim (.) //E?:hm// mas mesmo assim ela ainda chegou lá e contou pra minha mãe (.) oh Maria sua mãe falou que não quer mais te ver nem pintada de ouro (.) eu tava chorando muito quando ela me contou isso aí eu fiquei rindo eu também não queria voltar mais pra casa da minha mãe (.) sabia que ia apanhar

A partir deste trecho, fica mais claro que é na figura da mãe que Maria deposita uma grande responsabilidade por sofrer as intervenções físicas do pai e precisar se afastar, bem como pelo rechaço e abandono da filha por parte de Theodora. Vale destacar que Maria, quando fala de um retorno para casa, utiliza a expressão “também não queria voltar pra casa da minha mãe”, mostrando uma unilateralidade da interpretação, onde o pai, mesmo sendo o “agressor”, desaparece da fala, que fica totalmente polarizada na relação da mãe que precisa ser reinterpretada e integrada a uma nova escolha diante da impossibilidade de retorno para a família nuclear.

5.4.5 Reafirmações das desintegrações relacionais

Maria está com quase sete anos de idade e, há alguns meses afastada de sua família de origem. Mora de favor na casa da família de um menino que conhece na rua após fugir de casa pela segunda vez. Seus pais, logo após sua saída casa, se mudam do local onde estavam residindo. Ainda assim, a mulher que acolheu Maria, consegue encontrá-los e fazer contato. É neste momento que Maria fica sabendo que seus pais, aparentemente, não têm interesse em seu retorno para casa.

Não sabemos ao certo os motivos que levaram Francisco e Theodora a não receberem a filha de volta, ou se outra circunstância que Maria até hoje desconhece sucedeu-se naquele período. Sabemos apenas que a interpretação de Maria sobre aqueles

acontecimentos demonstra grande dualidade: se por um lado sente-se devastadoramente abandonada, por outro busca recobrar sua imagem de “autonomia” e anunciar que, de qualquer forma, não tinha interesse em voltar para casa.

Penso que, dentre as alternativas disponíveis a ela, ou mesmo às pessoas com quem mantinha convivência, o retorno para a casa dos pais permanecia como uma forte possibilidade. Ainda que no discurso Theodora ou Francisco afirmassem que ela já não era mais bem-vinda, não há evidências que confirmem categoricamente que esta era uma circunstância definitiva. De qualquer forma, a família de Lucio não ocasiona o reencontro de Maria com seus pais, bem como Maria também não busca este retorno. A marca do abandono, possivelmente, não permitia que ela vislumbrasse um retorno “apesar de tudo”, preferindo buscar outros núcleos de apoio. É neste contexto que a narradora vivencia outra profunda mudança e, mais uma vez, uma situação de abalo da “estabilidade” relacional que começava a se estabelecer.

O dado seguinte diz respeito à expulsão da biografada da casa da família de Lucio e o início de um período de vida nas ruas:

(...) depois o marido dela bebia muita cachaça e me botou pra fora (.) né que ele falou que não queria criança lá principalmente estranha que era eu (...) aí mas quando ele não me quis mais eu- ficar comigo ai eu fiquei jogada no morro né (.) morei na casa de algumas pessoas apanhava tal (.) fui pra rua pedir (.) ensacar compra no supermercado (.) até mesmo pedir esmola na rua

Sua saída da casa de Lucio parece fortemente ligada à ideia de que a estada de Maria teria caráter temporário na casa. Também não sabemos ao certo, mas a situação econômica destas pessoas à época parece ser significativamente frágil e, possivelmente, dar sustento a mais uma criança implicaria em gastos com os quais não poderiam arcar.

Além disso, o alcoolismo do pai de Lucio parece ter sido um fator influente para a saída de Maria da casa, já que a presença incomodava aquele que, de acordo com a reconstrução da situação, era considerado o “chefe da família” e, portanto, quem tomava a decisão final sobre a estadia da menina ou não. Outro ponto a ser considerado é de que a mãe de João não se opõe a esta decisão porque também não buscava uma incorporação definitiva de Maria na família, e que a estadia da menina na casa era causadora de conflitos significativos entre o casal. Assim, Maria já não pode mais viver sob a proteção deste grupo e passa viver nas ruas do Morro da Azaléia.

Dos sete aos oito anos de idade, Maria perambulava nas ruas do Rio de Janeiro, principalmente no entorno de uma praça próxima ao Morro da Azaléia, pedindo esmolas e prestando pequenos serviços para mulheres que faziam compras nas proximidades.

Aqui, vemos uma Maria que desenvolve estratégias para sua sobrevivência e manutenção de sua segurança, já que, apesar de passar o período do dia na rua – no asfalto – segue dormindo em lajes no Morro da Azaléia, lugar que já conhecia e poderia ter maior mobilidade e abrigo caso fosse necessário.

Assim, ela subia o Morro à noite, quando as luzes das casas já estavam se apagando, e escalava até lajes tentando não ser descoberta. Com o raiar do dia, Maria descia para deslocar-se até a praça onde tinha um acordo com um casal de moradores de rua. A narrativa acerca deste casal é uma evidência importante de que Maria conhecia e temia possíveis perigos que a rua poderia acarretar: entre eles havia a combinação de que dariam proteção a menina enquanto ela pedia dinheiro e comida no sinal. Em retorno, ela entregaria tal dinheiro ao casal, usuários de drogas e álcool, depois de recebê-lo.

Este período, possivelmente, carrega muitas experiências as quais Maria se exime de falar durante sua narrativa. Como ela mesma anuncia logo no começo de sua apresentação, não conseguiria falar de todas as coisas que lhe acometeram, tendo que optar, portanto, por contar aquilo que julga mais relevante. Entretanto, podemos supor que a entrevistada viu, ouviu e sentiu diferentes situações que lhe marcariam para sempre as escolhas e seu posicionamento defensivo em relação ao mundo e, principalmente, as pessoas.

Em 1990, outro fato marcante ocorre enquanto Maria vive longe de sua família de origem. Não sabemos em que momento Maria recebe a notícia, apenas que é seu irmão mais velho, Lucas, quem anuncia a morte do irmão mais novo, João. A respeito desta morte, a narrativa de Maria é bastante forte, e demarca, mais uma vez, que a relação de Francisco com os filhos era frequentemente pautada por intervenções físicas:

(...) meu irmão meu irmão também passou (.) quase as mesmas coisa que eu sabe (?) meu irmão tinha que encostar carro depois no fim do dia tinha que dá dinheiro pro meu pai (.) ganhava tapa na cara também (.) eu e ele somos a prova viva ai da da maldade do meu pai (.) por que o meu irmão mais novo não conseguiu fugir de casa por que ele me pediu pra trazer ele eu falei assim se pra mim (.) falei essa frase pro meu irmão se pra mim mulher ta difícil imagina você que é homem (.) ninguém vai querer ficar com você (.) ninguém vai querer te adotar não (.) ai eles ficaram pra me bater pra me matar (.) ai eu falei assim foge pra outro lugar (.) e eu deixei meu irmão (.) //E1: hm// dois anos depois meu irmão morreu (.) que meu pai deu uma corsa no meu irmão estourou os órgão do meu irmão por dentro (.) que foi o intestino e o rins (.) meu irmão parou de urinar no finalzinho da vida urinou sangue (.) e o meu irmão morreu [...] era o irmão que eu mais gostava (.) e hoje eu tenho

essa culpa por que eu podia ter trazido ele (.) talvez não ia dá certo podia ter virado bandido também morrido aí entendeu? (.) ((baralho externo de marteladas)) mas o meu pai acabou fazendo isso com meu irmão (.) hoje eu posso falar que foi meu pai porque meu pai ta morto (.) então morto não pega cadeia mesmo

Este trecho merece atenção especial. Muitos fatores se entrecruzam e fazem da dinâmica da apresentação de Maria um processo ainda mais complexo: por um lado, o trecho parece contestar o propósito de atenuação das ações do pai por parte da entrevistada, e por outro, acentua mais uma vez sua vitimização. Utilizando recursos narrativos que demonstram que ela não sofria sozinha, Maria apresenta a figura do irmão e, assim, afirma que não poderia estar exagerando nos apontamentos sobre seu sofrimento em relação à família de origem.

Ao relatar, no lugar de argumentar, Maria controla seus recursos narrativos. Ao mesmo tempo, vemos que a situação familiar de Maria, fosse em termos de seu próprio universo simbólico, fosse em relação a uma “moralidade hegemônica”, resguardava nuances as quais a narradora não nos contaria.

5.4.6 Prelúdio para uma nova síntese: novas reestruturações interpretativas das relações

Em 1991, aos nove anos de idade, Maria ainda vivia na dinâmica das ruas do Rio de Janeiro. Dormia em lajes do Morro da Azaléia quando os moradores já não podiam lhe ver. Vivia o cotidiano da cidade, tanto no morro quanto no “asfalto”. Entretanto, destaca-se um trecho que Maria fala sobre este período, cuja intensidade é permeada por uma interpretação em relação às pessoas que, de alguma forma, integra a compreensão que se delineia na medida em que avança a reconstrução de sua biografia:

eu tinha medo do ser humano (.) não era só de homem não era de mulher também (.) sempre tive muito medo porque todo mundo queria bater (.) eu sempre tive muito medo (.) então ficava lá durante o dia quando eu via que alguém queria me bater eu sempre corria (.) aqui no morro durante o dia se eu ficasse no morro quando é sábado e domingo é muito ruim o mercado aberto essas coisas na rua (.) eu ficava em cima das árvores (.) //E?: hm// que tem uma árvore que tem até viv- um pé ainda lá atrás (.) eu ficava muito em cima da árvore por que na árvore ninguém conseguia ou subir ou me bater (.) então se você me batesse eu subia pra cima da árvore e tavaca pedra em você de lá que você nem sabia que era eu que tava jogando a pedra (.) que a árvore era tão alta que ficava lá de cima entendeu? assim essa fase da rua foi essa daí pra mim andava descalço cabelo duro sem brusa no frio (.) às vezes dormia forrava o jornal em cima da laje que eu trazia da rua ou então papelão (.) já subia com aquele papelão e forrava e dormia ali mermo

Vemos aqui manifesto o “medo de gente”, que possivelmente encerra em seu significado, uma série de composições biográficas e experienciais imponentes para a forma como Maria via e vê o mundo, bem como para a forma como passa a agir neste mundo. Neste mesmo período, um fato marcante na concepção da biografada, parece fazer parte deste conjunto de fatores que lhe movem a ter “medo de gente”:

Era noite, perto das 23 horas, quando Maria sai do sinal onde pedia dinheiro em busca de um local de acesso a um ônibus que a levasse de volta para o Morro da Azaléia. Não sabemos ao certo porque Maria ainda estava lá neste horário, ou porque estava completamente sozinha, mas ela pede informações a um homem que, de imediato, se oferece para levá-la até o local do ônibus. Em um beco deserto, o homem a ameaça com um canivete para que ela não grite, rasgando suas roupas. Maria tenta reagir, mas é acertada com tapas, até que um soco em seu rosto a deixa desacordada. Maria acorda no dia seguinte, estirada ao chão, ensanguentada, com pessoas ao seu redor e uma ambulância que a leva para um hospital com ferimentos graves.

O fato de ter ficado hospitalizada por quinze dias nos remete a possível gravidade do estupro, no sentido de ter produzido ferimentos físicos importantes. Aqui, questiono que tipo de instituições poderiam ter sido acionadas quando de sua permanência no hospital, bem como quais teriam sido as circunstâncias de sua internação.

A única informação a que temos acesso parece indicar que não houve um retorno de Maria aos cuidados familiares, bem como nenhuma providência institucional para sua proteção. Depois de passar por uma cirurgia, ainda permanece por quinze dias se recuperando no hospital, onde apenas a mulher que a havia encontrado na rua, após o estupro, a visita.

Maria não é procurada pelos pais, e não sabemos se ela deu quaisquer informações que pudessem fazer com que a equipe hospitalar encontrasse-os. Também não sabemos ao certo como foram vividos estes quinze dias de hospitalização, que espécie de rede de apoio foi mobilizada, ou mesmo se existia o interesse de Maria em encontrar algum conhecido.

Maria sai do hospital e vai para Alameda³⁹, para a casa de uma mulher chamada Laura, de quem não se sabe a procedência, apenas que esta se responsabiliza pela narradora até 1992. Assim, enquanto a dona de casa trabalhava fora, Maria passava os dias cuidando de seu filho pequeno.

Na casa, ficavam os dois – Maria e a criança – e o marido da mulher, cujo trabalho era apenas no turno da noite. De acordo com nossa biografada, até aquele momento ela vinha

³⁹ Nome fictício.

considerando o marido de sua cuidadora como uma figura paterna, alguém que poderia representar, junto a sua mulher, uma referência de cuidado e zelo. O que acontece não está de acordo com as expectativas de Maria, e os sinais mostram que, mais uma vez, Maria sofreria um abuso. O homem, que passava os dias em casa, começa a cada vez mais se insinuar para Maria, até o dia em que a agarra a força, constringendo-a a ter relação sexual com ele. Desta vez, aos dez anos de idade, Maria é estuprada pelo marido de Laura.

A estada na casa de Laura se mostra insegura. Depois da repetição da experiência de estupro vivenciado por Maria, ela foge da casa e volta para o Morro da Azaléia, onde passa a viver entre as ruas e abrigos. A fuga é narrada pela entrevistada com muitos detalhes, o que demonstra a grande intensidade e necessidade dela livrar-se daquele contexto.

Além disso, quando Maria fala sobre este segundo estupro, é perceptível sua tentativa em justificar o porquê de não ter feito nenhum tipo de denúncia, ainda que para algum vizinho, conhecido ou mesmo autoridade. Ela explica que naquela época situações deste tipo eram muito veladas e que, provavelmente, e diferente dos tempos atuais, muitas mulheres e jovens sofreram caladas com diversos tipos de violência. Podemos pensar junto a esta fala que, se Maria tinha a percepção de que algumas coisas eram veladas, talvez as próprias situações de intervenção física em sua casa fossem igualmente veladas, o que nos ajudaria a compreender porque não houve intervenção nas situações que Maria relata do pai em relação aos filhos.

Seu eminente retorno para o Morro da Azaléia demarca algumas possibilidades sobre qual seria sua rede de suporte à época. A primeira hipótese levantada é a de que, por já ter vivido no Morro anteriormente, Maria vê em seu retorno a possibilidade de alguma segurança e proteção das pessoas com quem estabeleceu algum tipo de contato no local. Além disso, ela poderia ter constituído um laço de familiaridade com os espaços do Morro, para onde prefere voltar após sofrer uma repetição daquilo que havia lhe machucado recentemente.

Não temos maiores informações sobre quais foram os fatos ocorridos durante este período, mas sabemos que ela não buscou retornar para sua família ou outra referência adulta, adaptando-se a grupos de crianças e adolescentes também moradores de rua. Maria descreve de forma superficial sua rotina dizendo que tomava banho em um chafariz da praça próxima ao Morro, onde outros moradores de rua também o faziam, e que ao apagar das luzes, subia nas lajes para dormir. Entretanto, destaca-se nesta etapa de sua fala, seu forte posicionamento para dizer que, provavelmente ao contrário de muitas pessoas que conheceu nesta situação, ela nunca havia se envolvido com a criminalidade, nem mesmo feito uso de drogas. Tal posicionamento reafirma a necessidade de Maria em diferenciar-se e mostrar que, apesar de

todas as situações de pobreza e vulnerabilidade que enfrentou, sua história é um caso de resiliência em todos os sentidos possíveis.

Vale comentar que este interesse de apresentação parece refletir significativamente uma questão que será apresentada mais adiante: o aprisionamento de Maria. Sua fala está profundamente arraigada em torno de uma necessidade de justificar-se e posicionar-se como vítima, o que faz em relação aos fatos de sua infância e adolescência, bem como de suas ações posteriores. Maria sabe que sua prisão é uma espécie de problema quando tenta apresentar-se como vítima e parece-nos que, mais uma vez, a culpa a faz prestar atenção naquilo que poderia condená-la de alguma forma – como a prisão – destacando sua possível crença de que o sofrimento anterior pelo qual passou não tivesse força suficiente para mostrar sua vulnerabilidade.

Em 1992, aos dez anos de idade, quando Maria passa a frequentar a casa de Roberto, um homem muito mais velho, viúvo, e morador do Morro, sem que ele saiba, a fim de conseguir comida:

ele deixava a janela dele aberta o basculante aberto (.) ai eu comecei a reparar ai quando ele ia trabalhar eu pulava dentro de casa ficava debaixo da cama comia as coisas da geladeira dele (.) quando ele acor- chegava do trabalho ele viúvo recente né em oitenta e dois ai ele falou ué quem que comeu isso (.) ai ficava falando sozinho eu lá embaixo da cama quietinha (.) o (gato) dizia pra ele que eu tava ali mas ele não via eu ali sabe

Maria passa dois anos dormindo em lajes da comunidade, pedindo esmolas no asfalto das proximidades e tendo contato com outros meninos e meninas de rua que também pediam esmola e dormiam na região. Não se sabe que outras atividades além de pedir esmola e ensacar compras Maria pode ter desempenhado na época.

Neste meio tempo, já por volta dos doze anos, ela passa a frequentar a Casa da Acolhida, local onde ficava durante a manhã e a tarde, e fazia as refeições até o final do dia, quando voltava para o Morro para dormir nas lajes ao anoitecer. Mais uma vez temos poucas informações a respeito de quais teriam sido as intervenções feitas pela equipe da Casa da Acolhida em prol da reinserção de Maria no quadro familiar. Também não sabemos quais teriam sido as possibilidades permitidas por Maria para que alguma coisa fosse feita pela equipe a favor desta reaproximação.

A entrevistada, interessada em nos apresentar outro momento que poderia ser visto como de grande transição em sua história, introduz uma longa narrativa sobre este período. Aos doze anos de idade, voltando do abrigo ao final do dia, a biografada tece um comentário

sobre o tráfico enquanto fazia o trajeto com a Kombi que transportava os moradores para o alto do Morro da Azaléia:

eu vinha da Casa da Acolhida e tinha no rio um tal de José aqui na época, e tinha muita polícia né, daí eu falei dentro da Kombi assim pow pra que tanta polícia? morreu enterra, só mais uma vez, só mais um que=que morreu, ta que tinha um bandido dentro da Kombi eu não sabia, //E?: hm// ai falou ass-- falou pro dono do morro que eu tinha falado que todos os () tinha que morrer, (1) ai foi pior pra mim, ai sim quando eles mandaram me chamar eu corri e fiquei correndo ((estalos de dedos)) até o dia que eu tava subindo da casa da acolhida eles me seguraram me deram um coça lá embaixo (1) antiga associação, e me levaram pra um tal de Gilberto, que (1) me levantou pelo pescoço, me levantou que eu era magrinha me levantou lá em cima, e me chamou de criança abusada que por ele me matava, me mostrou a arma (1) e falou que eu tava de castigo por ter tempo indeterminado

Maria sofre ameaças por ter feito tais comentários, e é colocada de castigo pelo tráfico sob a suspeita de estar “contra” a facção no comando do Morro da Azaléia. Entretanto, ainda assim, acaba circulando pela comunidade, desrespeitando as ordens dos traficantes e despertando a sua irritação. Sua fala sobre este momento é bastante confusa, já que engendra muitos acontecimentos ao mesmo tempo. Além disso, o discurso apresenta uma importante ambivalência, onde ao mesmo tempo em que se mostra vulnerável, coloca-se como alheia aos perigos que corria ao ignorar as ordens vindas do chefe de tráfico.

Contudo, fica evidenciado que Maria, em um primeiro momento, não teme a efetiva ação dos traficantes, até que percebe que corria risco de vida e recorre a Roberto. Não sabemos ao certo que tipo de relação Maria mantinha com o viúvo, nem mesmo se realmente havia alguma relação para além das invasões de Maria a sua casa para conseguir comida. Mas é Roberto a quem Maria recorre quando percebe que corre riscos:

aí esses cara mandou eu descer da laje ai eu peguei não desci e ele falou oh a gente vai te matar daqui (.) ai eu fui lá (.) ai o Roberto foi lá bebeu acho que duas dose de cachaça e desceu lá [...] ai o Roberto falou pra eles assim ah ninguém vai matar ela aqui não (.) ela num vai pra lugar nenhum ela vai ficar lá em casa (.) opa achei que ele poxa que legal ele ta me defendendo (.) ele não vai deixar ninguém me fazer mal a única pessoa que me defendeu até agora (.) foi assim que eu imaginei na época (.) ai o homem do bar lá falou assim pro Roberto assim oh seu Roberto se mete nisso não (.) ela é menina de rua num tem pai e num tem mãe se eles matarem num vai fazer diferença (.) ai Roberto falou pra ele assim se tu não pode ajudar você não atrapalha (.) não vão levar ela [...] eu comecei a chorar chorar me escondi debaixo da cama dali ninguém me tirava (.) se eles tivessem que me matar me matava mermo não tinha jeito (.) fiquei ali chorando um tempão deu sete hora da noite eles não foram (.) oito hora eles não foram (.) nove não foram (.) ai eu fiquei aí o Roberto eles num vão vir não pode ficar tranquila (.) ai fui lá pra sala (.) ele deixou eu

dormindo na almofada que tinha lá ai ele já sabia que eu tava dormindo escondido na casa dele ele já tinha descobrido que era eu que tava comendo tudo da casa dele

Com a proteção de Roberto, os traficantes aceitam não levar adiante a execução da menina, desde que ele se comprometesse em mantê-la no castigo pelo tempo por eles determinado. Neste momento, Maria pauta sua apresentação no espanto que aquela atitude de um homem que não era parte de sua família, nem mesmo um conhecido de longa data, lhe despertara. Diante de tantas outras situações que lhe fizeram ter “medo de gente”, aquele parecia um momento inaugural e inesperado, que possivelmente trouxe para Maria alguma dificuldade em compreender porque aquele homem, sem pedir nada em troca, lhe oferecia ajuda.

Se na época em que aquilo aconteceu este era o sentimento de que a entrevistada dispunha por Roberto, nos parece menos importante do que destacar a intenção de sua apresentação no presente: Maria constrói todo o seu discurso acerca de Roberto preocupada em mantê-lo longe de suspeitas ou mesmo de acusações de que sua história com Maria teria sido, desde o princípio, inadequada ou abusiva. Para Maria, parece ter um peso muito grande que qualquer pessoa coloque em dúvida a importância que Roberto teve e ainda tem em sua vida e na vida de seus filhos. Como veremos a seguir, esta necessidade de “defender a honra” dele vem, possivelmente, desde cedo, já que Roberto passa a fazer parte de momentos chave em sua biografia.

Maria só é liberta do castigo após cerca de oito meses, quando o Comando Vermelho invade o Morro da Azaléia, desestabilizando o comando da facção em operação na época. A entrevistada vive intensamente o período de “guerra” entre as facções e, mais uma vez, narra com certa visceralidade as sensações atribuídas à experiência de tremores nas paredes da casa devido aos tiroteios na rua, bem como uma conversa que teve com o chefe do Comando Vermelho:

[...] eu fiquei se- oito meses e um dia de castigo (.) [...] ai quando eles decidiram me deixar sair do castigo oito meses e um dia aí eu fui liberada do castigo o quê que aconteceu? o Comando Vermelho invadiu meia noite o morro tomou tudo (.) () um tiroteio uma guerra uma guerra que você num tem noção (.) as paredes da casa estremeceia (.) por causa das armas que eles mandavam tiro (.)

O período do castigo de Maria, portanto, termina de forma oficial pela eminente saída da facção em vigência, encerrando também o acordo de Roberto com o tráfico: Roberto já não tinha para com ela nenhum compromisso formal ou obrigação em mantê-la sob sua tutela.

5.4.7 As novas formas relacionais: da vulnerabilidade a tentativa de controle das experiências no mundo da vida

A saída de Maria da condição de cárcere domiciliar inaugura a retomada do temor de, mais uma vez, ficar sem moradia e sustento. Esta possibilidade era concreta, já que antes de ser colocada sob os cuidados de Roberto, ela vivia a vida das ruas e do Morro sem quaisquer representações adultas. Não sabemos se ela mantinha convívio com outras pessoas de sua idade na rua, mas, aparentemente, vivia uma rotina inconstante, onde a busca por dinheiro, alimento e abrigo, dependia da abordagem a outras pessoas, pequenos serviços e, ao cair da noite, sua capacidade em dormir nas lajes do Morro da Azaléia sem ser descoberta pelos moradores.

Maria conta que, diante da possibilidade de ser expulsa da casa de Roberto, viu como única forma de permanecer ali residindo, tentar a alternativa que, na época, lhe parecia a única forma de se manter no local. A biografada conta que, seduzindo Roberto, ela o induziu a ter relações sexuais. Em seu entendimento, isto lhe daria o direito de permanecer como sua “mulher” e, portanto, de permanecer sob seu teto e seu sustento.

Sua fala apresenta muitos argumentos sobre a falta de outras possibilidades diante do desespero de ter que retornar as ruas, onde afirma que, evidentemente, aos doze anos de idade, se tivesse outra escolha ou mesmo uma família a quem recorrer, jamais tentaria se tornar mulher de um homem de 54 anos, idade de Roberto nesta época. É interessante que, mais uma vez, uma dupla conotação familiar fica imanente ao seu discurso: se por um lado ela salienta sua autonomia e coragem em se afastar de casa e não retornar mais para o convívio familiar, por outro, ela muitas vezes reforça o quanto foi negligenciada e abandonada por esta família, retirando dos argumentos sua deliberação em se afastar dos pais.

Maria conta que aproveita um dos momentos em que Roberto estava embriagado, insinuando-se para ele e insistindo que tivessem uma relação sexual, até que ele acaba cedendo. O homem, de acordo com ela, resiste nos primeiros momentos, mas devido à sua intensa embriaguez, e a persistência de Maria, tem relações sexuais com a menina:

[...] pra mim eu sabia que se eu fizesse aquilo dali se eu tivesse algum tipo de relação com ele eu ia ter direito de ficar ali (.) então eu tinha que forçar aquilo ali a acontecer pra mim poder ficar ali (.) //E1: hm// ele não tinha mulher entendeu se eu não fizesse aquilo que ele ficava mexendo com as mulheres na rua antes eu do que elas que elas ia ficar e eu ter que ir pra rua (.) e ir pra rua pra onde?://E1: hm// entendeu? ia acabar sendo a mulher de um traficante mermo=mermo como criança mermo (.) o único jeito ia ser isso minha história podia ter sido pior (.) ai foi essa daí

mas a primeira vez que eu transei com ele (.) não senti prazer não (.) eu tava pensando mermo na comida do outro dia

A possibilidade de que Maria tenha sido obrigada a manter relação com Roberto não perpassa seu discurso durante a apresentação, já que a categoria “primeira vez que eu transei com ele” é utilizada pela entrevista, diferente das outras duas situações em que utilizou a categoria “estupro”. Isto nos inclina para a hipótese de que houve deliberação por parte da biografada, fosse em nome de uma homeostase relacional com o “cuidador”, fosse em nome de um fim específico de moradia e sustento.

Temos poucas informações sobre o período após a primeira relação sexual de Maria com Roberto, sabemos apenas alguns poucos detalhes sobre a relação em si e uma consistente argumentação sobre esta ter sido contra a vontade de Roberto. Além disso, Maria preocupa-se em deixar evidenciado que, ao menos nos dias atuais, vê todo o seu relacionamento “conjugal” com ele apenas como um meio de sobrevivência, um instrumento para que ela pudesse garantir seu sustento, e não alguém por quem sentisse mais do que agradecimento e dependência.

Percebe-se uma tentativa de tomada de controle sobre sua “sorte”, cuja dinâmica incorpora o uso daquilo que, nas experiências relacionais passadas, Maria apreende como instâncias de negociação: o corpo jovem como moeda para homens mais velhos. Além disso, existe um aspecto importante que se refere ao “transar e se tornar mulher”, que daria direitos a ela, e deveres de Roberto para com Maria.

Maria segue vivendo como companheira de Roberto até que, aos quatorze anos de idade, descobre que está grávida de sua primeira filha, a quem chamará de Eduarda. A forma como Maria narra sobre este período mostra que a Eduarda não era esperada e que, possivelmente, despertou sentimentos e reações diversas tanto em Maria, quanto em Roberto e nas pessoas ao seu redor. Não se sabe ao certo o ano de nascimento de Eduarda, apenas que acontece entre 1994 e 1995.

A descoberta da gravidez por Maria acontece aos quatro meses de gestação, e é provável que tenha sido de grande impacto para a biografada. Vemos através de sua narrativa que, ainda que Maria tivesse alguma noção sobre métodos contraceptivos, coloca-se como uma “criança” que mal conseguia distinguir uma gravidez de um crescimento de “caroço de manga”:

é eu engravidei da Duda achei que era um caroço de manga [...] porque eu engoli um caroço de manga carlotinha né, pequenininho o caroço engoli e cheguei em casa

dizendo pro Roberto Roberto eu engoli um caroço de manga, ele como bebia era muito sacana ele virou pra mim e falou assim Maria vai nascer um pé de manga em você, eu ficava com medo de nascer um pé de manga mermo E1: @1@ M: ai foi passando os tempo a minha barriga começou a ficar muito dura, e eu ficava com muita dores né aí fui ao médico aqui no posto de saúde e a doutora constatou que eu tava grávida já de quatro meses E1: olha M: e eu achando que era um caroço de manga que tava desenvolvendo, quando a doutora me perguntou eu falei, ela falou assim ela falou que que você tem é Maria (?) ai eu falei pra ela assim poxa doutora meu marido falou que tá nascendo um pé de manga na minha barriga, eles riram a beça da minha cara, ai ela falou assim é o seu caroço de manga vai ter nome sobrenome E1: @1@ M: vai ter- daqui a cinco meses tá aqui na terra, ai eu levei um susto fiquei com aquele pânico né, como é que eu ia botar uma criança no mundo com quatorze ano pra quinze

Também vemos pela primeira vez com mais clareza o quanto Maria fazia, e ainda faz, uso de sua história de vida difícil para despertar o sentimento de compaixão nas pessoas. Não estou com isso querendo dizer que Maria intenta manipular outras pessoas, ou mesmo que ela inventa situações que confirmem sua biografia como marcada pelo sofrimento, mas pelo contrário, que significa sua trajetória de forma a atribuir-lhe sentido na vida prática. Esta percepção está baseada, neste ponto da narrativa, no momento em que Maria conta sobre a conversa que teve com a médica que lhe atendeu quando descobriu que estava grávida de Eduarda. Para que a médica lhe fosse menos impositiva na reprovação de seu relacionamento com Roberto, Maria não hesita em contar a idade que tinha seu companheiro e sua história de vida, ou seja, em como tinha acabado por se relacionar com alguém daquela idade e engravidado tão jovem, causando comoção em quer que estivesse no momento da consulta.

Ainda que a biografada, em sua vida narrada, busque argumentos que lhe deem o protagonismo do “assédio” a Roberto, sua gravidez mostra que houve, na época, uma movimentação institucional no posto de saúde em prol da acusação de Roberto como possível abusador. Maria narra que até mesmo a polícia teria sido acionada, mas que ela negou absolutamente todas as acusações contra seu parceiro, assumindo total responsabilidade e volição diante da situação de “conjugalidade” entre os dois.

Não sabemos qual era a situação com a vizinhança na comunidade, mas imagina-se que fosse também complexa. Ainda que Maria tivesse uma história com Roberto, este tinha quase sessenta anos na época, enquanto Maria tinha quinze anos e um filho. Possivelmente Maria tenha feito de tudo para comprovar publicamente que viver como mulher dele tinha sido uma escolha unicamente sua, mas sabemos que houve consenso por parte de Roberto, e que este consenso pode ter sido duramente condenado.

Além disso, fica claro que Maria, nesta época, ainda mantinha contato com seus pais e que, com o nascimento de Eduarda, ela buscou uma reaproximação com eles.

Esta reaproximação, em termos relacionais, coloca em jogo a própria compreensão da função da gravidez e Maria. Ainda que ela soubesse pouco a respeito de formas contraceptivas, manteve-se com Roberto por alguns anos antes de engravidar pela primeira vez, mostrando que houve um período em que os métodos contraceptivos foram eficientes.

Isto nos leva a considerar três possibilidades plausíveis: a primeira é de que Roberto quisesse ter um filho e, por isso, sabotou o uso de preservativo masculino durante as relações sexuais com Maria; a segunda é de que Maria quisesse efetivamente engravidar para, desta forma, assegurar mais contundentemente seu laço de dependência com Roberto, e a terceira e, talvez mais relevante em minha análise, a de que mesmo de forma não totalmente intencional, engravidar significava para Maria uma possibilidade de ataque ou de retorno para sua família de origem.

Maria, ao comentar sobre o nascimento de Eduarda, enfatiza que este não foi um período fácil, e que só pode contar com a ajuda de vizinhos, já que sua mãe nunca lhe ofereceu apoio. Maria relata ainda que, após o nascimento da filha, levou-a para conhecer os avós, reforçando a ideia de que nunca teria efetivamente rompido totalmente o contato com os pais e o irmão mais velho. Ao falar sobre este momento, Maria dedica algum tempo a relatar o pedido de desculpas de Francisco a ela, e como aquilo havia lhe comovido. Entretanto, ao falar de Theodora, Maria diz que a mãe não se ressentiu ao vê-la com quinze anos e uma filha:

eu perguntei a ela mãe como é que a senhora deitou a sua cabeça tantos anos e dormiu? sabendo que tinha um filho na rua e num sabia que tava acontecendo? ela olhou pra mim com quinze ano foi nessa época que eu pedi perdão deitando e dormindo ninguém mandou você fugir (.) eu falei mas mãe eu tinha seis anos (2) (.) seis anos uma criança de seis anos não raciocina não filha (.) porque eu tenho essa aqui com sete anos ela só faz besteira (.) e ela é o cão chupando manga mas eu vou bota=eu bater a minha filha vai saí eu vou atrás dela não ah ela sabe que ela ta fazendo (.) como é que uma mãe fala isso pra mim? então simples a gente não vai se cruzar nunca (.) metade da minha vida cinquenta por cento ela tem culpa (.) que se ela tivesse sido a minha mãe de verdade como eu sou com os meus filho eu num tinha sido estropada eu num tinha sido mulher de bandido num tinha ficado na rua num tinha ido presa ((voz embargada parecendo que estava chorando)) entendeu? () muita gente fala pra mim perdoar mas eu vou perdoar o que se aconteceu só coisa ruim pra mim (.) se ela tiv- agora não se eu tivesse ficado com a minha mãe quando pequena tivesse feito minhas burradas depois de grande a culpa seria minha (.) agora não ela deixou eu corri solto entendeu?

A conversa com o pai, contudo, parece central como ponto reinterpretativo de Maria em relação a ele. É possível que esta situação, somada ao fato de Francisco já ser falecido no momento em Maria nos concede a entrevista, tenha forte influência sobre a extrema culpabilização que incide sobre a mãe, e a atenuação das situações personificadas pelo pai.

Ademais, é necessário destacar um ponto marcante em relação ao nascimento de Eduarda:

eu tava descendo pro hospital eu tive que esperar amanhecer eles parar de dá tiro pra eles poder subir pro mato os polícia vim e eu descer pro hospital (.) fui oito hora da noite fiquei de oito até às quatro e doze da manhã sentindo dor (.) ah doutora tão grossa falou pra mim ah na hora de fazer você não fez? (.) eu com quinze ano to falando pra ela que eu num sabia que tava pari- que não sabe o que (?)! isso ai é como andar de bicicleta (.) abriu e aprendeu (.) ela tava com tanta ignorância comigo rasguei o travesseiro todinho na unha (.) nos dentes de tanta raiva que eu tava

Vemos que a atuação do tráfico no Morro da Azaléia influencia a biografia de Maria e, desde antes de seu nascimento, a biografia de Eduarda. A impossibilidade de buscar atendimento médico para a realização do parto poderia, ainda que não de maneira fatal, ter sido traduzida em um parto difícil, em problemas de saúde para Maria ou para sua filha. Além disso, vemos uma agente de saúde que, através da narrativa de Maria, concede aquela situação um vasto arcabouço de preconceitos em relação à menina de quinze anos pobre, grávida e moradora de uma favela a quem atende.

5.4.8 Tentativas relacionais e o retorno ao conhecido

No ano de 1999, Maria está com dezessete anos e uma nova configuração em suas relações parece aos poucos delinear-se. Maria passa a ter relações com outros homens que não Roberto e, logo, ficaria sabendo que está esperando um segundo filho, possivelmente fruto de uma relação de pouca duração. A gravidez acontece concomitantemente à separação de Roberto, ainda que não fique claro se o motivador teria sido o fato da criança ser filho de outro homem ou teria algum outro desencadeador.

Edson é fruto de uma relação possivelmente fortuita de Maria, e este parceiro não aceita registrar a criança quando fica sabendo da gravidez da biografada:

fui descobri quando eu tava com quatro meses do Edson mas o pai disse que não ia assumir que não era dele (.) (2) ta bom (.) eu falei pra ele que palhaço faz e a esperta é que cria (.) o esperto faz e a palhaça que cria (.) a verdade é essa (.) ai o Roberto

registrou o Roberto mesmo a gente já separado (.) mesmo a tinha separado ele registrou o Roberto e ficou o Edson e a Eduarda no nome dele (.) e ele falou pra mim olha Maria a gente não somo mais marido e mulher você já ta maior já ta com dezessete anos já sabe o que você ta fazendo (.) eu vou te ajudar com o menino mas você caça serviço quando a criança nascer (.) quando o menino nasceu eu fui caça serviço (.) continuei trabalhando e conheci o pai da Eliana

Vemos, a partir deste trecho, ficar explícito que parece haver em Roberto algum ímpeto que lhe faz manter a ligação com Maria, evidenciado pela decisão de Roberto em registrar Edson, apesar deste não ser seu filho e ele já não manter a relação conjugal com Maria. Além disso, eles já não eram mais um casal, mas Maria seguia vivendo em sua casa com a filha Eduarda, mesmo estando grávida de um segundo filho, desta vez com outro homem.

Aqui, algumas possibilidades parecem tornar-se mais evidentes. A primeira é a de que a relação de dependência de Maria em relação a Roberto se manteria ainda por muito tempo. A segunda era de que Maria, possivelmente, começava a buscar por experiências de relacionamentos com pessoas de idade mais próxima a sua, ou mesmo com pessoas que não tivessem ligação com sua necessidade de abrigo, mas sim com seus desejos e vontades sexuais e afetivas.

A filiação de Eduarda com Roberto parece ter sustentado fortemente a situação de coabitação entre eles apesar da separação do casal. Além disso, podemos levantar a hipótese de que Roberto e Maria conseguiram manter uma relação apesar do fim da situação conjugal, e que o término em nada tivesse a ver com a biografada ter relações com outros homens, ou mesmo com sua segunda gravidez.

Não sabemos ao certo, portanto, se a separação dos dois tem relação com um comum acordo de que o relacionamento já não poderia seguir acontecendo – abrindo espaço para os mais variados motivos não necessariamente ligados a problemas concretos – ou se o fim da relação está efetivamente conectado aos problemas oriundos dos comportamentos de Maria fora do “casamento”, ou ainda, se a gravidez do segundo filho foi justamente a situação que trouxe a tona as relações extraconjugais de Maria e, conseqüentemente, problemas que só encontraram solução na separação do casal. O que sabemos é que Maria seguiu vivendo com Roberto, Eduarda e, posteriormente, Edson.

Devemos, entretanto, levantar algumas hipóteses sobre quais seriam as opções de Maria ao ficar sabendo que o pai de Edson não assumira a paternidade. Suas opções eram virtualmente limitadas, porém algumas escolhas estendiam-se em seu horizonte: Maria poderia buscar por sua família de origem e tentar reatar a relação com estes, em busca de

apoio emocional e financeiro; Maria poderia tentar um aborto – hipótese que, em sua narrativa, ela apresenta como uma alternativa nunca colocada em ação; ou mesmo abrir mão da criança para adoção, ou simplesmente abandoná-la.

Após o nascimento de Edson, Maria passa a procurar trabalho. Existe, implícito a este dado, uma série de conjugações que apontam para a necessidade de Maria em buscar renda própria, ou o desejo dela em buscar autonomia, ou ainda, ambas as coisas. Além disso, vale destacar que é Roberto quem a direciona a procurar por trabalho. Maria narra que ele coloca como condição para que ele a ajude financeiramente e registre seu segundo filho, que ela busque ter um trabalho e uma renda própria.

Até este momento da reconstrução da biografia, temos falado bastante sobre o personagem de Roberto e a forma como ele passa a fazer parte da vida de Maria. Entretanto, devemos salientar que só conhecemos suas ações através do olhar da entrevistada e daquilo que, após intensiva análise, supomos ser a história enquanto vivenciada por ambos. Evidentemente, muitos questionamentos têm surgido a partir da análise, em especial, sobre esta relação de ajuda que se estabelece e quais seriam as verdadeiras negociações em questão.

A palavra “verdadeiras” não intenta ter a significação que o detetive atribui ao seguir as pistas até a “verdade das coisas”, mas sim, a quais seriam os significados latentes na relação que se forma entre eles, quais pontos de suas histórias de vida, atribuições de sentido e estoque de conhecimento convergem para que, em certo ponto de suas trajetórias, seus caminhos se cruzem a ponto de tornarem-se implícitos nas narrativas, ao menos nas de Maria. Ainda que não possamos dar respostas a todas estas questões, perguntá-las, em si, encerra um processo de reflexão importante, do qual, possivelmente, muitas ideias apresentadas aqui, foram resultantes. Seguimos, portanto, com a história de Maria.

Não conhecemos a partir dos dados biográficos ou da fala de Maria qual era a situação em que sua busca por trabalho se inseria, apenas que no mesmo ano, Maria conhece aquele que será o pai de sua terceira filha, Eliana, nascida em 2000.

Eliana, a terceira filha de Maria, tem Rodrigo como pai. Rodrigo, que era dependente químico e já tinha três filhos, não assume a paternidade da filha e percebemos na argumentação de Maria a presença de uma latente necessidade de justificar sua escolha em relação ao companheiro aos entrevistadores. Enquanto observadores de seus argumentos, não deixamos escapar esta intenção e, buscando ir além, questionamos se à época da relação, havia realmente esta brutal dificuldade em Maria ver diante de si mais uma relação que, inevitavelmente lhe “abandonaria” em algum ponto de sua trajetória, ou a quem ela sentiria urgência em “abandonar”.

O pai de Eliana, assim como o pai de Edson, era dependente químico e pai de outras crianças com mães diferentes. Apesar disso, no que confere estritamente a sua relação com Maria, percebemos na fala da entrevistada que não havia um vínculo de longa data entre eles. Entretanto, havia alguma expectativa de que ele registrasse a filha.

Outro ponto fundamental diz respeito à própria intenção latente em sua nova gravidez: a recriação dos enlaces de dependência não nos é novidade no estabelecimento relacional de Maria. Porque ela escolhe, dentre as diversas possibilidades de busca por independência efetiva que se estendem – e aqui não afirmo a possibilidade de concretização desta independência – por revalidar sua condição de dependência? Em outras palavras, fazendo uso do conhecimento oriundo da história dos pais de Maria, percebemos que ela concretiza padrões que estão disponíveis em seu arcabouço de conhecimento – e em sua história familiar, permanecendo em uma cultura de gênero predominantemente patriarcal⁴⁰ vivenciada por seus pais e talvez, pelas gerações anteriores da família.

Não há, contudo, juízo de valor nestas constatações, dito que são hipóteses fortes, mas não determinantes. Além disso, estamos a falar de uma vida situada no tempo e no espaço, e mais, em uma entrevista situada em uma interação específica. Isto implica em ordenar aquilo que é percebido, mas também em levantar hipóteses que façam um contraponto capaz de gerar alternativas interpretativas. Este contraponto extrapola os níveis latentes e parte para a captação de dados sobre as reais possibilidades de Maria buscar caminhos para a independência financeira, dado sua baixa escolarização, a quase ausência de apoio emocional, a ausência de uma rede familiar, bem como suas experiências de abandono sucessivo e possíveis consequências para o desenvolvimento de uma autonomia.

Dado o panorama para a contraposição, devemos insistir na informação de que, mais uma vez, não houve a participação do companheiro no registro, criação ou mesmo suporte financeiro de Eliana. Maria conta que esperou fazer dezoito anos para registrar a filha apenas em seu nome, salientando uma intenção em sua apresentação que já foi anteriormente evidenciada: no discurso, existe uma forte tendência de Maria buscar demonstrar sua autonomia, resiliência e, principalmente, sua qualidade enquanto mãe.

Eliana nasce com significativos problemas de saúde, principalmente dificuldades cardíacas que, desde seu nascimento, exigiam muitos cuidados. Imagina-se que estas tensões tenham tido algum impacto no cotidiano de Maria. Maria tem aproximadamente dezessete anos neste momento, três filhos, dois de pais diferentes e uma filha com problemas

⁴⁰ Ver SARTI, 1996.

relativamente graves de saúde. Ela não possui condições de se manter financeiramente e não conta com o apoio da família nuclear. Não se sabe ao certo quais foram os dispositivos de apoio disponíveis a época, mas podemos pensar que a ajuda de Roberto e de vizinhos tenham sido importantes neste momento. Além disso, a necessidade de cuidado com Eliana, à época, possivelmente pode ter representado um efetivo abandono das tentativas de inserção de Maria no mercado de trabalho, bem como uma sobrecarga emocional e concreta com a qual a biografada não tinha condições de lidar naquele momento.

Duas hipóteses sobre este período parecem merecer destaque: em seu discurso, este momento desempenha para Maria a função de legitimar sua força enquanto mulher e mãe, tolerante e capaz de superar adversidades impostas e ininterruptas; para sua vida enquanto trajetória vivenciada, ele efetiva a sua necessidade de relativa dependência e legitima enlaces que lhe serviam como ponto de segurança – a título de nossa análise, a figura de Roberto desempenha este papel – fazendo alusão àquele pai e àquela mãe que abriram um espaço o qual nunca puderam concretamente preencher, mas que simbolicamente, Maria buscava.

Outro ponto fundamental em relação à fala de Maria sobre o período de nascimento de Eliana é a sua argumentação sobre nunca ter batido na filha, devido aos problemas pulmonares e cardíacos que a menina enfrentava. Veremos que esta constatação corrobora outras falas em que Maria apresenta a forma como lida com os filhos: constantemente salienta que bate muito nos filhos em nome de educa-los, mas que sempre foi boa mãe porque nunca os abandonou. Esta constatação me parece central para que, posteriormente, possamos fazer uma análise mais acertada acerca das interpretações que Maria dá para as atitudes do pai e para as atitudes de sua mãe.

Entre 2000 e 2001, não se sabe ao certo, acontece a morte de Francisco, pai de Maria. Neste mesmo período, pouco antes da morte de seu pai, a mãe de Maria, Theodora, retorna para Minas Gerais, já separada do companheiro. Esta separação parece concomitante a entrada de Theodora na Igreja Universal, bem como ao acirramento das tensões na relação de Francisco com o tráfico, que era sua principal e talvez única atividade para geração de renda na época. Outra hipótese é de que Francisco já não atuasse no tráfico, mas que sua saída tenha representado em problemas com os ex-companheiros traficantes, como veremos a seguir.

Após mencionar a morte de Francisco na entrevista, a biografada segue sua narrativa justamente apontando para seu afastamento da família e, em especial, apresentando justificativas muito ativas sobre o porquê não lhe parecia uma opção retornar ao seio familiar depois de sua fuga definitiva. A morte de Francisco me parece central no desenvolvimento de sua história em diversos pontos, pois se apresenta substancialmente como um núcleo de vasta

reinterpretação acerca das razões pelas quais ela se afastara de casa, e pelas quais não tolerava os comportamentos do pai e da mãe.

Mais que um evento concreto de desaparecimento da figura paterna biológica, retrata o ressurgimento deste enquanto figura simbólica confusa, que demanda reinterpretação a fim de orientar a narradora para o futuro e situar-lhe no presente. Em suma, Maria recoloca em foco as negociações simbólicas-interpretativas em relação a figuras masculinas, paternidade, maternidade e família, tanto em relação a sua família de origem, quanto àquela que, aos dezoito anos de idade, ela já constituiu.

Depois do falecimento de Francisco, muitas possibilidades parecem tornar-se evidentes, por exemplo, a suposição de que Maria poderia buscar reatar laços com a mãe, aproximando-se a partir do compartilhamento da perda e ressignificação dos episódios de agressividade do pai e negligência de ambos. Entretanto, temos a informação que mesmo antes da morte de Francisco, Theodora havia retornado para Minas Gerais, tornando mais complexa esta reaproximação com a filha. Não sabemos ao certo que tipo de contato elas mantiveram nesta ocasião, sabemos apenas que o falecimento de Francisco foi anunciada pelo irmão e que, atualmente, Maria não mantém contato frequente com a mãe.

Em sua apresentação, é constante a argumentação em prol da afirmação de que ela conseguiu perdoar seu pai, já que ele pediu desculpas por seu comportamento no passado em uma ocasião em que Maria visitou a família após o nascimento de sua primeira filha. Entretanto, devemos situar a entrevista em um dado momento após a morte deste, o que em si carrega um peso importante quando ponderamos as razões de Maria tê-lo perdoado e as frequentes acusações em relação à mãe enquanto figura “imperdoável”.

Neste mesmo período, Maria está ainda desempregada, possivelmente dependendo de Roberto e da ajuda de outras pessoas ou políticas públicas para seu sustento e de seus filhos. Não se sabe ao certo se neste período ela já recebia o benefício Bolsa Família, a que certamente irá ter acesso alguns anos mais tarde.

É neste contexto em que surge Valdemar, entre 2002 e 2003, um traficante do Morro da Azaléia, recém-saído da prisão e cerca de vinte anos mais velho que a entrevistada. Maria escuta falarem sobre ele na comunidade: as amigas comentam que ele possuía uma boa renda devido ao tráfico e, aparentemente, ela imediatamente vê ali uma oportunidade de conseguir o suporte de que necessitava. Mesmo em sua apresentação, Maria deixa evidente que a relação que viria a desenvolver com Valdemar era estritamente baseada em seu interesse pelo conforto e estabilidade que ele poderia lhe oferecer.

Valdemar se mostra disposto a ajudá-la com os cuidados que Eliana, a filha mais nova com dificuldades de saúde, necessitava. Assim, Maria dá continuidade ao plano de tornar-se companheira dele, mas enfrenta sérios conflitos com Roberto, que se opõem fortemente as decisões que ela tomava. Nas palavras de Maria:

foi quando eu conheci o pai da Elisa (3) ele tinha quarenta e quatro ano eu tava com vinte e três anos, conheci ele o::: mundo da gente é o mundo da ambição né você não tem dinheiro quem tem você quer ((estalos de mãos batendo)) //E?: hm// ter também né, ele era traficante aqui sim, como ele tinha dinheiro pra comprar o leite da Eliana, a Eliana era=era uma criança muito doente com histórico de médicos dela era muito internação que ela teve, e eu não tinha mais emprego por que ainda é difícil ainda mais com criança doente, patrão não quer ficar pagando (1) pra empregada pra poder ficar no hospital com seu filho, fiquei desempregada então conheci ele, ele começou a sustentar a Eliana e eu achei no direito de virar a mulher dele (1) quebrei a cara, fui morar com ele engravidei dele tem a filha chamada Elisa com ele

Todo o discurso de Maria sobre este período se constrói de forma a argumentar sobre como esta era uma decisão plausível na época, já que, para ela, ter um emprego estava fora de questão devido aos cuidados que Eliana demandava. Eliana aparece ainda mais significativamente como um meio pelo qual Maria legitima sua necessidade de dependência. Desta forma, Maria escolhe Valdemar com o objetivo concreto de instrumentalizar sua conjugalidade em função de suas necessidades econômicas, e para isso, estava disposta a mais uma vez manter uma relação com um homem que não lhe despertava interesse.

Desta situação, duas ideias são adjacentes: a primeira é que ela já não podia mais depender de Roberto e que sua relação já não se sustentava através dos sentimentos de culpa ou responsabilidade dele para com ela, ou de sedução dela para com ele; a segunda é de que Maria seguia escolhendo relações de dependência, instrumentalizando-as deliberadamente, como forma eficiente apreendida em experiências passadas de controle de sua situação de vida. Ademais, os pais de Edson e Eliana foram hiatos onde Maria travou relações com as quais não podia contar através da forma afetiva, ou seja, eram sujeitos que lhe interessavam, mas que se mostraram ausentes quando Maria lhe chamou a responsabilidade pela paternidade dos filhos.

Existe, contudo, certa “linha biográfica” neste ponto: Maria depende de Roberto por um longo período, porém, se trata de uma relação baseada em amizade e dependência financeira; ao ficar um pouco mais velha, Maria passa a procurar relações que traduzam suas necessidades afetivas e sexuais, mas acaba não obtendo reciprocidade a longo prazo; assim,

Maria volta a estabelecer uma relação de extrema dependência, instrumentalizando novamente uma relação, desta vez com Valdemar.

Percebe-se que Maria faz uso de certa política das relações que envolve as particularidades do tráfico para se tornar “mulher” do traficante. Assim, mantém relações sexuais com Valdemar enquanto este sustenta Eliana, cujos gastos elevados com a saúde Maria não consegue dar conta. Enquanto isso ocorre o crescente tensionamento da relação dela com Roberto, que não aceita que Maria se relacione com um traficante.

Maria destaca que a relação com Roberto já vinha se deteriorando há algum tempo, devido a este “não aceitar a forma como (ela) vinha vivendo”. Aqui parece necessário destacar que, na medida em que atemos a atenção a estes detalhes sobre a fala de outros atores em sua história, percebemos que muito do “filtro” que Maria coloca em sua história ao nos narrar, é oriundo de uma expectativa que ela teria do que seria nossa “moralidade”. Isto significa que, do ponto de vista analítico, é possível que Maria tenha um máximo controle sobre sua fala justamente para delimitar sua biografia em torno do que é “aceitável”, ou ainda, apresentado algumas situações “controversas”, porém justificando-as até que as entrevistadoras compreendam ambos os lados que compõe: “vítima” e “corajosa”.

Maria segue com o relacionamento com Valdemar, até que, em 2006, acontece a gravidez e o nascimento de Elisa, fruto da relação entre os dois. Presumem-se duas possibilidades que tenham composto este momento. De um lado, a gravidez de Maria selaria um compromisso com Valdemar e, conseqüentemente uma “obrigação” dele para com ela e seus filhos, já que Elisa tornaria oficial o fato de Maria ser “a mulher” de Valdemar. Por outro lado, havia a vontade de Valdemar em ter um filho – já que ele nunca havia sido pai.

Maria engravida em um momento em que sua relação com Valdemar abala a relação com Roberto, seu principal ponto de referência na comunidade. Existia, possivelmente, mesmo antes da gravidez de Elisa, a ameaça constante de que Roberto fosse lhe deixar sem moradia, e tal ameaça requeria alguma atitude que lhe desse certa segurança para o futuro. Além disso, Maria, conhecedora da cultura relacional própria do tráfico – a qual trabalhei na revisão na bibliografia deste trabalho e ainda darei maior ênfase no capítulo de discussão – sabia que um filho lhe garantiria a obrigação de reciprocidade de laço e sustento de Valdemar para com ela, em troca de sua fidelidade como sua “mulher”.

Maria é expulsa de casa por Roberto após a descoberta da gravidez e, com isso, passa a viver com Valdemar. A partir da narrativa de Maria, vemos que não foi uma situação pacífica, já que Roberto teria jogado suas coisas para fora da casa, em oposição àquela relação a qual julgava um erro. Alguns trechos da entrevista de Maria explicitam mais claramente que

a relação entre a biografada e Roberto, aos poucos, mostrava-se delicada. Nestes trechos, vemos no ex-companheiro de Maria uma figura bastante tutelar.

Maria, agora sem ter onde morar, exerce aquilo que achava ser seu direito enquanto futura mãe de um filho de Valdemar: junta os pertences jogados ao chão, levando-os para a casa do companheiro, a quem logo daria a notícia da gravidez. Ao chegar a casa, Valdemar depara-se com a mudança da companheira, e Maria logo anuncia que está grávida de um filho seu. A narrativa sobre este momento mostra diferentes interpretações atribuídas por Maria aos diferentes atores que, de alguma forma, participavam daquele contexto.

Roberto, nas palavras de Maria, não aceitava que ela seguisse com aqueles comportamentos, os quais ele julgava equivocados, como estar desempregada e manter a relação com Valdemar, um traficante que “certamente traria problemas futuros a ela”. A gravidez vem para complementar este quadro de desentendimento entre os dois. Valdemar, por outro lado, aparece no discurso da entrevistada como alguém que recebe a notícia da gravidez com ávida felicidade, já que era seu desejo ter um herdeiro.

Neste ponto, Maria aproveita a narrativa para incluir argumentações que sustentem sua ausência de desejo por aquela gravidez, bem como para dizer aos entrevistadores o quanto estava ciente de que aquela não era a escolha mais acertada. Mais uma vez vemos uma Maria que se vitimiza, e que apresenta os acontecimentos de sua vida como se estes fossem oriundos de um meio externo para o qual ela não exerce controle:

o Roberto descobriu que eu tava jogou minhas coisas toda pela escada eu tive que catar tudo, ele (Valdemar) tava dentro do mato, eu fui na casa dele botei as minhas coisas lá e saí fora ((mão batendo)), depois ele foi atrás de mim não você botou suas coisas lá por quê? eu falei porque o Roberto descobriu que eu tava indo na tua casa, e ele tem duas notícias ruim uma que eu to sem casa pra morar e outra porque, eu to grávida, ele ficou todo feliz já falou que era Elisa ah minha Elisa eu num tenho filho então, eu falei é mas filho de bandido é triste né sem pai pra criar ai vai ser mais um pra mim sustentar sozinha, ele disse que num ia que num e tá, no começo né eu pensei que ele ia se regenerar tava assinando a condicional, eu todo mês=de três em três meses ia lá com ele assinava a condicional, mas tava traficando

Em 2006 nasce Elisa, filha de Maria e Valdemar. A menina nasce prematura e com problemas de desnutrição, o que Maria justifica ao dizer que se aborreceu durante a gravidez. Não sabemos ao certo quais foram estes aborrecimentos, mas imaginamos que as questões que envolviam seu companheiro e o tráfico estavam sobrepostas ao seu cotidiano e, portanto, atingiam-lhe ao menos de forma indireta.

Logo após o nascimento de Elisa, Maria passa a usar DIU, o que demonstra que ela possui, em medida significativa, noção da possibilidade de controle sobre seu corpo neste sentido e que, muito possivelmente, e ao menos em relação à Elisa, houve alguma deliberação não manifesta em nome dos fatores indicados acima.

Além disso, vale destacar que Maria apresenta posteriormente em sua fala um retrato cultural que parece vir do tráfico, e que coloca uma estabilidade de relacionamento prevista a partir do momento em que uma mulher se torna companheira de um traficante. Esta estabilidade, ou seja, incapacidade da mulher desvincular-se do companheiro uma vez que estabelecem laços, parece fortemente ligada a um sistema de ameaças não necessariamente explícitas, mas que operam em nome de uma necessária fidelidade. Apesar dos conflitos enfrentados com Roberto, Maria permanece ao lado de Valdemar e se integra de forma plena a este título que ela mesma utiliza para si, e para o qual existem regras e comportamentos esperados: Maria é “mulher de traficante”, ou ainda, “mulher de bandido”.

5.4.9 As não tão novas configurações e a argumentação contrária

Sabemos que o envolvimento de Valdemar com o tráfico era uma situação corrente enquanto Maria se relacionava com ele, bem como quando ocorre o nascimento de Elisa. Agora morando com os quatro filhos e Valdemar, Maria possivelmente presencia e fica sabendo de situações envolvendo o tráfico local. Seus filhos também tem contato, ainda que indireto, com situações envolvendo o crime organizado do Morro da Azaléia.

Maria, entretanto, pouco fala sobre o cotidiano enquanto companheira de um traficante. Sua atenção se volta, ao falar do tráfico, para a própria história da casa onde atualmente reside e que, como veremos adiante, lhe foi cedida pelo tráfico. A casa havia sido propriedade de diversos traficantes, utilizada como local de festas, prostituição e trocas de tiros entre facções inimigas. Passados alguns anos desde a última vez em que ali havia sido um ponto do tráfico, Maria sabia narrar em detalhes a história da casa, bem como do tráfico local.

No ano de 2006 a polícia invade a casa onde Maria, os quatro filhos e Valdemar viviam. Não sabemos se esta foi a primeira vez em que a entrevistada vivenciou uma busca em suas coisas, porém, fica evidente que aquela era a primeira vez que a polícia efetivamente lhe acusava de associação ao tráfico: através de uma busca, encontram a mochila que seria o desencadeador da prisão de Maria.

Valdemar já havia sido pego, provavelmente fora da casa; Maria estava em casa e em um dos banheiros, uma mochila com drogas. Maria é presa sob a justificativa policial de que ela estaria envolvida com o tráfico, mas antes é espancada pela polícia na frente de seus filhos, em uma cena que Maria apresenta detalhadamente, e que envolvia ameaças e tentativa de implantação de evidências que lhe fariam efetivamente ser levada como traficante:

a polícia falou pra mim a polícia falou pra mim mulher de bandido mãe de bandido pai de bandido bandida é, e eu só num morri porque eu não segurei a pistola que a polícia queria que eu segurasse, E1: °como assim° M: por que eles me botaram na outra casa tinha um quarto nos fundos ele me botaram no fundo e a Eduarda tinha sete anos e o Edson tinha cinco coisa assim e eles dois pularam fora da casa o Edison também ficou do lado de fora da casa então o Edson e as crianças quando foi o Edson num gritou mas a Eduarda gritava mandava me soltar, que eles tavam me batendo na frente das criança ai tirou os dois lá dentro mas gritavam a Elisa num entendia de nada só ria ainda era um bolão um bolão de criança, num entendia nada () me enfiaram lá no canto da casa e queria por que queria que eu segurasse a pistola na mão eu num segurava cada vez que eu botava a mão pra trás eles me davam com o cabo do fuzil nos meus peito eles dizia que eu era muito grande que tinha que apanhar com- você ta grande você ta gorda você ta precisando de apanhar igual homem sempre ignorância me dava tapa pra lá tinha um que toda hora ele vinha por trás de mim e dava um telefone ((mão batendo)) aquilo fazia zummm dentro do meu ouvido toda hora quando o sangue começou a escorrer que eles pararam de bater que ai eles () que tinha prejudicado alguma coisa dentro de mim parou de me bater no ouvido porque no resto do corpo eu fiquei toda marcada

A narradora justifica a todo o momento que sua prisão teria sido fruto de uma injustiça, onde os atores envolvidos, cada um a sua maneira, lhe propiciaram uma falsa culpa: Valdemar se ausenta de defendê-la quando estão na delegacia, e a polícia, por sua vez, a coloca como participante do tráfico a fim de justificar seu espancamento.

Além disso, sua fala vem carregada da preocupação central com a filha Elisa, ainda muito pequena à época da prisão. Tal reafirmação constante em relação à preocupação com Elisa vem, aparentemente, de forma a reforçar sua intenção de apresentação como uma mãe preocupada, cuja vida girava e ainda gira em torno de manter sua família bem cuidada e reunida. Maria deixa claro que tanto o sofrimento em relação à prisão, como a urgência em sair de lá, eram causadas principalmente pelo medo que ela sentia em deixar seus filhos à deriva.

Aqui, não farei constatações sobre quais seriam as diversas preocupações de Maria por estar presa, já que a prisão em si era uma condição possivelmente assustadora para ela. Uma experiência a qual Maria não tinha passado até aquele momento, e que potencialmente, a partir de sua narrativa, trouxe-lhe insegurança e deixou-a ainda mais vulnerável. Além disso,

Valdemar também estava preso e era inevitável que Maria se questionasse sobre como obteria sustento para ela e os quatro filhos, bem como moradia e suporte. Ela havia brigado com Roberto justamente por se envolver com um traficante e agora se via sozinha. Entretanto, seu suporte, como veremos, vem justamente da razão pela qual ela diz ter sido presa, e da pessoa a qual havia lhe alertado sobre os perigos de suas escolhas: do grupo de traficantes remanescentes no Morro da Azaléia e de Roberto.

Maria fica presa por cerca de seis meses, período que parece implicar em uma reviravolta que se traduz em rearranjos simbólicos e concretos significativos. Além do afastamento dos filhos e da privação de convívio com o mundo externo, Maria vê-se, talvez pela primeira vez, como protagonista daquilo que vinha fugindo tanto em sua apresentação quanto em sua vida vivenciada: o “ter dado errado”, ou ainda, não ter conseguido, apesar das dificuldades, manter-se longe de “coisas ruins”.

Apesar de construir seu discurso em torno de argumentos que buscam lhe isentar desta culpa e mostrar que “o mundo” e as circunstâncias é que lhe fizeram este sabote, para que sua saída da prisão fosse concretizada, Maria aceita a ajuda de advogados enviados pelo tráfico para sua soltura. Após seis meses afastada da vida cotidiana na família e na comunidade, ela é liberada da prisão e volta ao Morro da Azaléia:

não eu fui solta habeas corpus o advogado infelizmente né dessa vez eu tive que aceitar né (.) //E1: hm// por que eu não tinha ninguém (.) num tinha dinheiro não tinha ninguém (.) as pessoas é que fez a assinatura mas o tráfico mandou um advogado pra mim lá (.) //E1: hm// sem eu ser bandida mas eu o Dr. E. chegou lá e falou pra mim o fulano mandou eu vim aqui ver o que que ta acontecendo com você (.) ai o Valdemar falou que não queria que eu também não ia querer (.) eu falei não não não o senhor é o que mermo? ah advogado não meu senhor onde é que eu assino ai pra você me defender ai que eu não sou bandido (.) @1@ desesperada (.) ai o advogado me pediu habeas corpus foi negado dois (.) ai alegaram lá da amamentação Elisa não mamava mais mas alegaram isso né (.) ai me tirou o habeas corpus depois subiram aqui no morro pra vê se realmente eu era mermo gente do bem se eu era do tráfico

Durante o tempo em que fica presa, seus filhos ficam uma parte do tempo sob os cuidados de Roberto, e outra parte sob os cuidados de uma vizinha, amiga de Maria. Não sabemos ao certo que tipos de conflitos acontecem entre Roberto e esta vizinha em relação ao cuidado com as crianças, ou se o próprio Roberto abdica de ter que cuidar delas, mas os quatro filhos de Maria acabam sendo cuidados pela senhora até o retorno de Maria da prisão.

A soltura de Maria marca um momento de transição importante, onde a necessidade de readaptação lhe é fundamental: a retomada do convívio com os filhos, da rotina, do

planejamento sobre como e onde viveria dali por diante. Em um primeiro momento, Maria volta a viver com Roberto, o que indica que a relação entre os dois seguia existindo.

Seu retorno a esta convivência é marcado por algum grau de sofrimento em ver que as crianças já não lhe reconheciam enquanto mãe, já que eram pequenas quando ela se ausentou e haviam mantido distância por um tempo significativo:

a Elisa chamava a madrinha de mãe quando ia lá na delegacia chorava que quando me via ficava chorando com medo de mim (.) tinha pavor de mim (.) e o Roberto chamava de pai (.) //E1: hm// e aquilo ali me doeu muito quando eu saí cheguei em=é eles me saltaram lá da sete duas dez horas da noite então eu cheguei aqui meia noite (.) meia noite e pouca (.) que eu cheguei em casa ai eu falei assim vem cá (.) ai eu acordei tentei acordar todo mundo mas ninguém quis acordar acho que tava todo mundo desmaiado

Enquanto discurso, Maria mostra sua insatisfação em relação à reação dos filhos, já que seu papel como mãe era o que lhe mantinha afastada da culpa que poderia vir a sentir por ter feitos às escolhas que fez: para ela, escolheu o que escolheu porque não tinha outra forma de prover o melhor a seus filhos.

Além disso, é importante que falemos sobre quais argumentos foram utilizados em nome de sua soltura. Todo o discurso de Maria e, possivelmente do advogado que a representava, fazia alusão às suas responsabilidades enquanto mãe de quatro filhos, que necessitavam da presença materna, para amamentar principalmente, além de que não poderiam arcar com a reclusão de sua única cuidadora. Ela conta que lhe foi concedida a liberdade por meio de *habeas corpus* para que pudesse retornar a sua tarefa materna. A recusa das crianças em mostrar imediatamente este reconhecimento causa frustração e acomete Maria ao doloroso processo de ter que acreditar que fez “o melhor que podia apesar de tantas dificuldades”, sem o reconhecimento externo dos filhos.

Roberto possivelmente mantinha seu discurso sobre tê-la alertado a respeito das possíveis consequências das decisões que tomou, e seus filhos não lhe deram a confirmação de que necessitava sobre estarem, de alguma forma, agradecidos por todo o sacrifício que fez em nome deles. Falamos, portanto, de mais um processo interno de ressignificação de suas ações e, antes de tudo, de um importante momento de transição familiar, onde Maria precisa revalidar-se enquanto mãe e descobrir novas formas de estar no mundo externo.

O plano de dependência de Valdemar havia fracassado, mas a saída de Maria da cadeia, através de advogados pagos pelo tráfico, mostrava que uma condição seria parte de suas vivências dali por diante: o tráfico seguiria lhe dando suporte, devido à cultura de fidelidade tanto deste em relação à companheira de um colega de tráfico, quanto desta em

relação aos traficantes e a seu companheiro. Isto significava que Maria teria que manter seu relacionamento, ainda que apenas por meio de visitas à prisão, bem como sua ligação, ainda que indireta, com o tráfico da comunidade e seus representantes.

Sem ter onde ficar, e com suas coisas destruídas pela polícia, Maria vai viver com os quatro filhos na casa de Roberto, onde já estavam guardados alguns de seus pertences. Entretanto, devido às questões de fidelidade oriundas das relações com o tráfico, Maria, sendo mulher de Valdemar, que ainda estava preso, não poderia manter-se na casa de outro homem, ainda que já não mantivesse relações sexuais com ele.

Maria, que sabia destas “leis de reciprocidade e fidelidade”, se antecipa antes que: ou fosse ameaçada/morta pelo tráfico, ou perdesse os privilégios oriundos de sua condição de “mulher” do chefe de tráfico. Ela procura o comando atual naquele momento do tráfico local e avisa que estava fora da prisão e, enquanto mulher de Valdemar não poderia morar com outro homem, mas que não encontrava alternativas.

Assim, o tráfico – esta entidade abstrata no discurso de Maria – lhe cede, ainda em 2006, uma casa, e lá ela passa a viver com os quatro filhos. O período de mudança para esta casa marca um momento de muita vulnerabilidade financeira e mais um período onde Maria opta por manter-se dependente, desta vez de uma instância que tanto lhe provê, quanto lhe ameaça a vida e a segurança.

Entretanto, em 2007, após estar vivendo já há algum tempo na casa que lhe foi cedida, um bandido (possivelmente um traficante que também retornava da prisão, e sem saber ao certo a condição em que Maria se apossou do imóvel) lhe toma a casa. Maria retorna para casa de Roberto, mas em seguida faz contato com o tráfico e consegue a casa de volta. Mais uma vez, Maria utiliza os recursos de “fidelidade” do tráfico, dizendo que não poderia viver com um ex-companheiro. Consideramos, a partir da fala de Maria, que ser “mulher de bandido”, lhe concedia certa autoridade, utilizada sempre que lhe era conveniente, e declinada sempre que buscava se colocar como frágil. Ambas as posturas coexistem em Maria, e parecem ser parte importante das estratégias adotadas por ela ao se colocar no mundo no decorrer de sua história de vida.

Maria reconquista a casa com a ajuda do tráfico, que ordena ao bandido desocupe o local. Contudo, relata que a antiga dona da casa, que efetivamente detinha o direito sobre a propriedade, volta ao Morro algum tempo depois e tenta reaver o lugar. A biografada conta que mostrou o quanto precisava da casa e sua fragilidade como mãe de quatro filhos, mas que ainda assim a mulher queria reaver o local.

Há muitos anos aquela senhora havia ido embora para seguir seu marido que fugia de bandidos a quem havia causado incômodo no Morro; esta mulher apanhava constantemente do marido, mas não quis abandoná-lo e o seguiu durante sua fuga. Assim, a casa foi tomada pelo tráfico, que a utilizava para prostituição e festas envolvendo traficantes e mulheres que lhe serviam para a diversão. Mais uma vez, Maria não esconde em sua narrativa que foi “deixada em paz” devido à intervenção do tráfico – e desta autoridade que lhe era conferida enquanto mulher de traficante: a antiga dona da casa foi alertada de que Maria era companheira de Valdemar, o que acaba causando-lhe medo das consequências que poderia sofrer por conta de sua intervenção na vida de Maria, e faz com que ela não tentasse mais reaver a casa, nem mesmo pedir qualquer valor como aluguel da propriedade.

Em meio a este quadro de imprevisibilidade em relação à moradia, a saída recente de Maria da prisão, sua readaptação à convivência com os filhos e a constante dependência do tráfico, Edson, agora com oito anos de idade, decide ir morar com Roberto.

Esta mudança parece ligada a algumas hipóteses que falam sobre a relação de Maria com os filhos, bem como de qual seriam os tensionamentos presentes à época: desde o fim da relação com Roberto, Maria estabelece relacionamentos fortuitos com homens que acabam não assumindo a paternidade de seus filhos – neste caso, primeiramente Edson, e, posteriormente, Eliana; além disso, seu relacionamento com Valdemar inaugura uma série de situações de vulnerabilidade, tanto dela quanto de seus filhos. A prisão de Maria é feita na presença dos filhos e, Edson, sendo um dos mais velhos, possivelmente experencia aquela situação e se assusta com o que vê.

A prisão de Maria, e seu afastamento por seis meses, reaproxima Edson de Roberto, cujo cuidado com o menino sempre foi como o “de um pai”. A escolha de Edson em viver com ele pode ter em muito a ver com sua busca por um ambiente mais estável, ou pelo menos mais previsível – o alcoolismo de Roberto, por exemplo, era uma constante e, portanto, de consequências relativamente previsíveis. Além disso, a moradia e os recursos financeiros de que Roberto dispunha representavam um maior conforto para o menino. Também não sabemos que tipo de relação Maria desenvolvia com o filho, principalmente em relação a intervenções físicas, as quais ela já havia dito utilizar com bastante frequência e intensidade.

Outro ponto que poderia ter ocasionado a saída de Edson, seria a necessidade de Maria de diminuir gastos e tempo dedicado aos filhos, delegando a outra pessoa o sustento de um deles. Em seu discurso, Maria apresenta este momento como um marco do quanto Roberto lhe é importante, bem como para seus filhos; e o quanto o filho, por vontade própria, queria cuidar de Roberto devido a sua idade avançada e frágil condição de saúde. Tais

colocações são consideradas como estando profundamente ligadas ao interesse de apresentação da entrevistada e, apesar de não sabermos ao certo como foi esta saída do filho de casa, podemos constatar que existiu e ainda existe a participação importante de Roberto na dinâmica de vida de Maria, mesmo após a separação entre os dois.

É importante que destaquemos esta análise porque, a título de contraste, ela corrobora com a ideia de que, em seu discurso, Maria se apresenta como uma mãe que dá conta da criação dos filhos sozinha e em momento algum necessita de ajuda externa – a não ser quando é prejudicada pelos outros, injustamente, como no período de seu aprisionamento – mas que em sua história enquanto vida vivenciada, vemos que sempre houveram certas distribuições de responsabilidade no cuidado para com sua prole, bem como conflitos importantes entre Maria e os filhos. Mais uma vez, esta é uma constatação destituída de pressupostos normativos, que vem a título de contraste entre o que é narrado e o que é vivenciado.

Entre 2008 e 2009, Maria está vivendo com Eduarda, Eliana e Elisa na casa cedida pelo tráfico e trabalhando com uma vizinha em um camelô. Em 2009, Valdemar consegue a liberdade condicional da prisão e volta para casa. Entretanto, o retorno do companheiro logo traria os resultados previsíveis e Maria voltaria a ver-se em uma situação de medo e violência envolvendo o tráfico e a polícia: no mesmo ano, não sabemos exatamente em que período, Maria assiste a polícia invadir sua casa e destruir todos os seus pertences, levando-lhe alguns bens, como celular e dinheiro referente ao Bolsa Família, ameaçando-a de prisão caso não fornecesse a eles uma alta quantia como recompensa por sua liberdade e a de seu companheiro.

Maria, diante do eminente perigo de voltar a ser presa, diz a polícia que iria buscar a quantia requerida, mas ao invés disso, foge e deixa que o companheiro seja levado, mais uma vez, sob a tutela policial. Vemos aqui uma Maria menos cautelosa em relação às ameaças policiais, menos vulnerável em relação ao mundo externo e intolerante com tentativas de agressões, fossem físicas ou psicológicas. Ao voltar para casa, Maria ainda sofre ameaças da polícia, mas permanece impassível diante dos subornos e acusações.

Porém, perguntamo-nos, como ocorre esta passagem, seja vivenciada ou apenas narrativa, de uma Maria temerosa e vulnerável, para uma Maria que desdenha das ameaças e garante-se com o controle relativo da situação? Aqui, é inevitável que situemos nossa personagem no quadro que desenhava à época: Maria tinha, de certa forma, incorporado o status de poder que “ser mulher de traficante” supostamente lhe concedia? Maria sentia-se segura por acreditar estar protegida pelo tráfico que permanecia no Morro? Maria já não

acreditava que qualquer consequência a seus atos poderia ser inaugural, já que havia, tantas vezes, passado por situações dramáticas e dolorosas do ponto de vista físico e emocional?

Valdemar está mais uma vez preso. Maria vive com os filhos na casa cedida a ela pelo tráfico. O Morro da Azaléia passa por mudanças importantes em relação ao tráfico, e ficamos questionando se a prisão de seu companheiro não teria a ver com a proximidade da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora na comunidade.

5.4.10 Negociações e narrativa biográfica como linguagem cotidiana

Em 2009, diante de mudanças importantes no quadro das políticas públicas de segurança e desenvolvimento orientadas para as favelas cariocas, acontece a instalação da UPP na comunidade onde Maria ainda reside, o que tem influencia importante em sua apresentação sobre este período. Sua fala sobre este acontecimento parece vir a serviço de confirmar sua inocência em relação ao envolvimento com tráfico, bem como de salientar sua vulnerabilidade e resiliência diante de sua história de vida:

E1: ai foi em dois mil e nove né M: é ai de- mas uma fui perseguida de novo por UPP ai pra mim dá um basta que quando eu senti que eles tavam querendo vim tirar minha vida eu mesma fui lá falei com o comandante //E1: hm// levei minha identidade meu xerox contei um pedacinho da história né da cadeia de onde pra cá falei pra ele oh comandante eu fui absolvida então não tem necessidade de ficar me investigando //E1: hm// eu visito lá mermo ai mostrei pra ele ele pegou acho que ela investigou lá depois ela falou que a minha que eu tinha contado batia //E1: hm// que gostou da minha atitude E1: olha só M: ai passou né nunca mais me perturbou não nunca mais ele entrou nos meus caminho //E1: hm// muito pelo contrário ((bocejando)) eu acho ela muito guerreira E1: é M: ele sempre falou pra mim eu gosto de você você é muito guerreira Maria eu falei assim é com todos os meus problemas (.) ele sempre falava comigo tem um tempão que num vejo ele aí

Neste mesmo ano, Maria está trabalhando na Associação Comunitária do Morro da Azaléia, o que não dura muito, mas um trabalho do qual Maria apresenta como causador de grande orgulho e prazer para ela. Ela fala sobre este momento também de forma a salientar que, apesar de não possuir escolaridade, ela foi capaz de superar suas dificuldades e mostrar aos contratantes que ela sabia ler e escrever, e prestar um bom serviço como Agente Comunitária. Maria se sente valorizada ao apresentar este trabalho, e mostra que, também nesta situação, fez uso de sua história de vida difícil para conseguir a oportunidade de trabalhar no cargo, apesar da falta de qualificação exigida:

a vida é assim (2) e fui agente também tinha que ter o segundo grau //E1: hm// aí eu conversei com a assistente social que era a Marisa e conversei com ela falei um pouquinho da minha vida pra ela e falei pra ela Marisa qualquer coisa que botar na minha mão só me mostrar como é que eu tenho que fazer que eu vou executar aí a Marisa pegou deu um voto de confiança mandou eu fazer umas pesquisas e pra mim responder //E1: hm// ela viu que eu respondi faltando uma ou duas letra até quem estuda também falta que não era pra mim () e aí eu fui um ano e um mês [...] quer dizer e fui capaz que eu tinha que escrever todos os dias (.) se eu consegui escrever todos os dias então E1: claro

Não se sabe ao certo quais foram as razões para Maria ter deixado este emprego, nem mesmo o que se passou entre o ano de 2009 e 2011. Sabe-se apenas que ela também teve outro trabalho neste período, mas é desconhecida a função que ocupou ou por quanto tempo manteve o vínculo empregatício.

Entretanto a hipótese mais consistente sobre este período é de que Maria tenha ficado sob a investigação dos policiais comunitários, devido ao seu possível envolvimento com o tráfico. Além disso, como vimos antes, Maria relata que, devido à necessidade de manter a relação com Roberto, ela fazia e faz visitas frequentes ao companheiro na prisão. Estes dados leva a pensar sobre uma possível pressão que ela teria sofrido para deixar o trabalho na comunidade, já que não representava um “bom exemplo”.

Como vimos, ao falar sobre este momento, Maria destaca que o comandante responsável na época, efetivamente teria levantado suspeitas sobre ela, mas que em ato de coragem e bom caráter, a biografada teria ido até a UPP e se colocado à disposição para qualquer depoimento em favor de mostrar sua inocência. Mais uma vez Maria destaca sua “boa conduta” e sujeição ao que acredita ser a “moralidade dominante”, ou ainda, a moralidade de referência das entrevistadoras.

5.4.11 Interpretações para um capítulo final temporário

Pulemos, portanto, para o ano de 2012, mesmo ano da entrevista em que Maria, sentada em sua sala – naquela mesma casa cedida pelo tráfico – nos fala que atualmente possui um emprego e que, apesar das dificuldades, busca dar conta de si e da criação dos filhos.

Maria trabalha dia sim e dia não em um hospital, cuja política inclusiva de ex-detentos foi de extrema importância para ela. No entanto, diz que não é acostumada a empregos “mais formais”, e sente dificuldade, em alguns momentos, em estabelecer uma rotina.

Ela vive com os filhos – menos Edson, que ainda mora com Roberto –, e mantém visitas a Valdemar no presídio. Maria fala muito da dificuldade em criar a prole, sobre o salário ser pouco e o trabalho, muitas vezes, humilhante. Entretanto, se coloca como alguém que, apesar de tudo, mantém a família unida e já não depende de outros para sobreviver.

Ao elaborar a reconstrução de sua biografia, fico com a sensação de imprevisibilidade em relação aos próximos acontecimentos. Isto se deve ao fato de que, possivelmente, em algum momento no futuro Valdemar estará de volta ao Morro da Azaléia e, conseqüentemente, voltará a viver com Maria e os filhos.

Em termos do tráfico, subsiste o cenário onde Valdemar pode decidir voltar a traficar, colocando a família com ele residente em novas situações de eminente perigo. Além disso, é possível que os policiais da UPP voltem a manter uma investigação de perto, tanto de Maria quanto de Valdemar. Outra hipótese, ainda, é que Valdemar, em nome de seguir traficando, ou de não ficar sob as suspeitas policiais, queira sair de Azaléia. Com isso, existe uma chance significativa que Maria o acompanhe, principalmente devido ao medo de que, caso não vá, acabe sofrendo algum tipo de ameaça, seja machucada, ou ainda que não tenha mais alternativas para seu sustento.

É interessante notar que, ao final da entrevista, Maria acrescenta uma fala que nos coloca diante de um movimento argumentativo aparentemente novo. À primeira vista, de certa maneira, parece ir de encontro à construção da apresentação feita até o momento:

a única coisa que eu achei assim que esse governo podia fazer seria a antiga Fundabem só que não com o nome de Fundabem mas eles devia botar uma casa não pra criança infratora não uma pras mães que num tem condições de criar seus filhos (.) //E1: hm// entendeu por que essas escolas que eles falam que vai ser escola integral num existe né [...]
eles que deviam ter assim tipo uma casa do criam pras mães que num tem condições de ficar cum seus filhos ou não condições os filho rebelde (.) //E1: hm// antes que eles entrem pro mundo do crime e da droga e da prostituição essas casas existiria assim oh olha só os meus filhos num quer obedecer tá entendendo e não quer isso ela tá fazendo isso isso isso ((mãos batendo)) se continuar assim vai virar isso e isso (.) eles tinham que apoiar a gente deixava lá a criança internada até durante três meses (.) //E1: hm// pra ver se a criança melhorava [...]

A pergunta que remanesce em relação a este trecho é o que subsistiria intencionalmente na formação de tais argumentos? Estaria Maria falando de si e de sua mãe: sua rebeldia e a necessidade de sua mãe, à época, de obter auxílio para lidar com ela para, desta forma, não abandoná-la? Estaria Maria falando de si enquanto mãe e de sua dificuldade em lidar com os filhos, apontando para a necessidade de auxílio, ainda que institucional?

A despeito das respostas a estes questionamentos, existe uma dicotomia entre sua apresentação enquanto mãe que “dá um jeito”, e esta apresentação de uma mãe que às vezes não sabe como lidar com os filhos, e que gostaria de receber ajuda. Ou seja, Maria parece, ainda que de maneira bastante formal, mostrar-se mais vulnerável.

Tal vulnerabilidade aparece durante toda a sua fala, ainda que em termos de latência, e transita tanto sua vida vivenciada, quanto em sua vida narrada. A despeito de suas reafirmações de vitimização, de coragem ou de protagonismo, a linha tênue que transpassa todas as instâncias temporais remanesce mutável, e tudo coexiste no mesmo plano, ora sendo ressaltado em um, ora em outro.

A entrevista termina com a chegada de Roberto, a quem Maria apresenta as entrevistadoras como sendo o “famoso Roberto”. A entrevistada estabelece diálogo sobre a compra de um sapato para Edson, entre outras coisas, mostrando claramente uma dinâmica de intimidade e deixando claro o papel de seu ex-companheiro no cotidiano da família.

Antes das entrevistadoras se despedirem, Maria diz que gostaria que alguém escrevesse, algum dia, um livro sobre sua história: “história assim vocês não vão encontrar igual”. E história igual não encontramos ainda.

5.5 Desenvolvimento de um tipo

A reconstrução da biografia de Maria, como era o esperado para um processo reconstrutivo, alinha contundentes fatores que a qualificam enquanto um processo experiencial também para mim, pesquisadora.

Isto significa dizer que, a despeito dos passos estruturadamente preparados para propiciar relativa segurança nas depurações analíticas – diferenciando o que Maria *narra*, o que ela *possivelmente vivenciou*, e aquilo que são *minhas* incursões pessoais e acadêmicas –, não há, ao final de uma análise, nenhuma segurança metodológica desligada do próprio esforço do pesquisador em fazer tais diferenciações, bem como das leituras a que se deteve e a forma como escolhe manuseá-las.

O desenvolvimento de um tipo requer, assim como os passos reconstrutivos anteriores a ele, uma ativa dedicação a estas divisões analíticas. Veremos ainda que um retorno às perguntas de pesquisa iniciais são os pilares básicos para este esforço e, em última instância, exigem que o pesquisador escolha uma linguagem que, a partir da literatura de referência, dê conta de uma abstração e, ao mesmo tempo, de uma entrada significativa nas nuances particulares a biografia trabalhada.

As perguntas que deram origem a meus objetivos de pesquisa – gerais e específicos -, como apresentado na introdução deste trabalho de mestrado, eram como segue: a) Como a entrevistada, a partir de sua narrativa biográfica, interpreta e apresenta os temas *infância, família e violência?*; b) Como estes temas se interpenetram – se é que se interpenetram?; c) Como foram e são vivenciados, e como são apresentados no momento da entrevista?; e d) Que outras ligações temáticas são apresentadas, de que forma são apresentadas e que papéis desempenham na construção biográfica da entrevistada?

Podemos perceber que estas perguntas guiaram, em grande medida, os destaques na *reconstrução contrastiva* da biografia de Maria, apresentada no passo analítico anterior. Entretanto, elas são posteriores a análise dos dados biográficos e da apresentação e campo temático e, portanto, preocupações que foram apresentadas pela própria entrevistada.

Neste sentido, o desenvolvimento de um tipo para a biografia carece, acima de tudo, responder as próprias ligações que Maria apresenta, sempre em contraste ou *à luz* de como a interpretação de Maria é *interpretada* no processo analítico.

O quadro teórico de referência para minha análise – a teoria fenomenológica relacional da violência de Michael Staudigl e outras contribuições – é fundamental na medida em que transforma as ligações biográficas apresentadas pela entrevistada, em formas teoricamente manuseáveis, porém, sem nunca perder seu caráter de referência a biografia específica. Além das questões iniciais apresentadas acima, veremos que outras perguntas se fazem e refazem à medida que trabalhamos tais categorias biográficas e analíticas, dialogando com autores e conceitos igualmente relevantes enquanto pontos de contraste.

A seguir, apresento a construção do *tipo biográfico* da história de vida de Maria, sempre em referência ao interesse desta investigação.

5.5.1 Violência e família são processos experienciais dinâmicos

Parece apropriado que, após um aprofundamento detalhado do que comporta a construção biográfica de Maria, sejamos capazes de tecer afirmações na hermética elucidativa de sua linguagem e de sua constituição de sentidos nas relações narradas. Como dito anteriormente, este processo ativo de internalização experiencial da história da entrevistada, dá-se na medida em que há um constante diálogo entre pontuação e abstração, nomeação e ligações teóricas, sempre pautadas na externalização linguística e descritiva.

Para que seja possível a tarefa apontada, faz-se necessário, portanto, a escolha de uma terminologia que cumpra uma dupla função: respaldar o conteúdo resultante do processo

de análise da biografia, bem como atribuir nomenclatura teoricamente manuseável, ao menos em curto alcance,⁴¹ para que sejam possíveis as devidas fundamentações epistemológicas dos fenômenos investigados.

Já sabemos que esta escolha foi feita a partir das linguagens próprias da fenomenologia e, igualmente, da metodologia de narrativa biográfica. Acrescento que será fundamental para esta etapa que o leitor não se deixe atravessar por frases vazias, e retome nos capítulos anteriores, um pouco do vocabulário em uso. Além disso, outras perspectivas serão trazidas para a discussão, já que ajudam, em um grau significativo, tanto a compreender o que as coisas *parecem ser*, quanto aquilo das quais *se afastam*.

Para iniciarmos a apresentação do que seria uma ligação *final* entre a história de Maria e o fenômeno da violência, bem como a ligação entre violência e as construções familiares em sua história de vida, devo destacar, logo de início, que não há qualquer intenção de *finalização* ou mesmo de efetiva conclusão deste caso. A discussão do que encerraria seu “tipo biográfico” pondera justamente tal conotação *processual* e *dinâmica*, incapaz de tornar-se estática, e impossibilitada de “encerrar quando encerra a análise” de suas atribuições.

A despeito de se estas seriam características intrínsecas a qualquer construção biográfica – e aqui relevo minha dúvida apenas em nível de especulação – a extensa análise empreendida durante este trabalho tem mostrado que, tanto para a separação analítica da vida narrada, quanto da vida vivenciada, a ideia originada é que ambas as instâncias estão profundamente demarcadas pela constante transmutação.

Na vida vivenciada, vemos um encadeamento de experiências que vão sendo renegociadas na medida em que a narradora avança para outras e transforma seu estoque de conhecimento. Na vida narrada, vemos uma renegociação que acontece perante nossa presença, e que concede a *Gestalt* da apresentação um fluxo ininterrupto de ressignificações. Ou seja, ao passo que uma frase, ou mesmo uma palavra é proferida, o sistema de relevância de Maria se transforma para responder a sua nova situação interna e as expectativas daquela situação de entrevista.

O primeiro ponto a ser considerado para um “tipo” da biografia de Maria, portanto, é precisamente seu caráter *processual*, *experencial* e *dinâmico*. Buscarei, na medida em que avanço na construção desta argumentação, tecer o mais detalhadamente cada uma destas categorias elucidativas, ao passo que alerto o leitor acerca de seu caráter compreensivo do ponto de vista da “imagem *gestáltica*” da biografia trabalhada.

⁴¹ Em referência às ideias sobre teorias de curto, médio e longo alcance apresentadas por Wright Mills, no livro *A Imaginação Sociológica*.

Falar em “imagem *gestáltica*” da biografia, bem como seu processo de construção, é se referir ao “estado da arte biográfico”, construído por Maria em um momento específico de sua vida e em uma situação definida de entrevista, e *reconstruído* por todos os passos analíticos desenvolvidos até o momento. Ou seja, a “imagem” diz respeito a *como* e *quais* ligações foram feitas pela narradora, de acordo com seu sistema de relevância naquela interação específica, seu estoque de conhecimento oriundo de experiências passadas e, conseqüentemente, seu momento biográfico atual.

No caso de Maria, foi discutido no passo de reconstrução da vida *narrada*, que sua apresentação comporta importante intencionalidade em mostrar-se como vítima de situações que lhe foram difíceis e dolorosas, além de uma grande exaltação de seu papel como mãe. O caráter “injusto” destas vivências está em permanente diálogo com uma argumentação a favor de seu protagonismo em nome de “ser forte”.

Além disso, é fundamental retomarmos “o lugar biográfico” de onde Maria fala, cujas características são relevantes para a compreensão da intencionalidade narrativa/argumentativa evidenciada em sua entrevista: Maria é mãe de quatro filhos e mora com três deles; está vinculada ao tráfico devido a seu relacionamento com Valdemar, um traficante que está preso, bem como por conta de sua moradia, casa que lhe foi cedida pelo tráfico; é a primeira vez que Maria tem um emprego “mais formal”; fala enquanto moradora de uma comunidade recentemente pacificada, e teve sua vida investigada pelo comando da UPP recentemente; além disso, a relação que se estabelece com as entrevistadas leva em consideração o *rapport* inicial de uma pergunta que pede por “mãe de crianças pequenas” e “pessoas que moram naquela comunidade”, ou seja, existe um mínimo direcionamento para estas ligações temáticas que devem, necessariamente, ser integradas aos processos analíticos.

Em relação à vida *vivenciada*, vimos que alguns eixos são destaque: o acúmulo de situações de vulnerabilidade, as transformações relacionais e o protagonismo. Estas instâncias serão devidamente trabalhadas a seguir.

Ao deter-me sobre as subdivisões da *apresentação contrastiva*, preocupada em constituir uma referência teórica para os recortes radicalmente analíticos, reporto-me a uma estratégia de manuseio daquilo a que agora me refiro enquanto *processo*. Sem negar o “tempo interno” de Maria, atribuo, analiticamente, segmentações plausíveis ao entendimento daqueles a que chamarei “pontos de reinterpretação” (ROSENTHAL, no prelo) em sua vida enquanto vivenciada – entretanto, vem apenas a título de apresentação, já que, como veremos adiante, na vida vivenciada, o conceito de ponto de reinterpretação toma outros rumos. Esta reflexão ocasiona, efetivamente, no apontamento de prováveis momentos de renegociação simbólica,

ou mesmo de abalo de seu conhecimento pré-reflexivo que, portanto, exigem especial atenção.

Para este entendimento, a noção processual das interpretações de Maria nos é cara. Em nome de uma compreensão do que lhe é pertinente enquanto violência, ou seja, enquanto abalo de seu estar-no-mundo corporeificado, parece inacessível uma tradução abdutiva sem que nos deparemos com o *continuum* “experiência-reinterpretação-experiência-reinterpretação”, cuja centralidade reside na construção *dinâmica* do que é ou não violência a partir de determinados pontos biográficos da entrevistada, localizados em um tempo e em um espaço “concreto”, simbólico e cultural.

Como fica evidenciado, o significado de processo, por si, não resguarda nenhuma referência que seja particular a biografia específica trabalhada. Entretanto, quando a este suposto somamos a característica de *dinamismo*, podemos atribuir-lhe o sentido de que na história de vida de Maria a construção de que todos os significados - em especial nos momentos de abalo pré-reflexivo e renegociação simbólica - são feitos e refeitos na medida em que a narradora segue no fluxo de suas experiências: a realidade do senso comum dada em formas históricas e culturais serão “traduzidas” em sua vida a partir da totalidade de suas experiências, que foi construída no curso de suas experiências concretas (NATANSON, 1962).

Nenhuma experiência deve, neste sentido, ser considerada como “neutra”, ou de “baixo impacto”, ainda que, a partir da subjetivação da entrevistada, uma hierarquia seja apontada. Esta hierarquia do que é mais ou menos relevante, ou ainda, mais ou menos violento, contudo, está inserida no mesmo processo *dinâmico* e *biograficamente localizado* que todas as outras experiências.

Com isso pretendo fazer referência ao fato de que uma hierarquia é tão mutável e não estanque quanto as atribuições de sentidos experienciais que a compõe. Uma escala do que é mais ou menos violento não é possível de ser alcançada de maneira irrefutável. Antes, é ligada a momentos específicos onde tal ordenação era possível: como observei no contraste da história de Maria, a escala que compunha seu processo de interpretação do que era mais ou menos violento a cada “etapa” experiencial era tão dinâmica quanto seu reordenamento simbólico *vivenciado e narrado*.

Vemos nas duas primeiras segmentações, *O início de uma história? – Aproximações e distanciamentos familiares* e *Reordenamentos familiares: afastamentos para uma reaproximação*, dois planos distintos que, quando observados de perto e, posteriormente, de longe, afastam-se e aproximam-se respectivamente. A primeira constatação é a de que, se

partirmos do pressuposto fenomenológico de que Maria nasce em um mundo que lhe é “dado”, ou seja, que existe antes dela, então é necessário pensarmos na composição deste “mundo”. Suas ligações biográficas conduzem a pensar, em princípio, que não é possível qualquer afirmação a respeito desta condição prévia descolada de sua história familiar consanguínea pregressa.

Dado o caráter processual e dinâmico do estabelecimento de significado, qualquer “contexto” em que Maria tenha se inserido ao nascer, reflete necessariamente um fluxo em que ele é “colocada”, e a partir do qual inicia um processo relativamente autônomo de interpretação: uma vivência é sempre parte encadeada em um conjunto de outras vivências, ainda que sejam vivências que se tornam experiência para ela apenas através da ação de outros, em um processo relacional que lhe inclui. Mas onde quero chegar com esta observação?

Assim como Maria, ao nascer, passa a fazer seu próprio processo de subjetivação e construção social da realidade, existe, investido a ela, uma série de construções anteriores a suas próprias experiências, inerentes às experiências prévias de seu grupo primário – em seu caso, Theodora e Francisco. Toda e qualquer composição relacional que passa a desenvolver-se entre estas figuras, necessariamente se insere em um fluxo experiencial e de construções biográficas que se entrecruzam, e se refazem em forma de reordenações simbólicas que necessariamente consideram a posição biográfica do *outro*, mesmo que não intencionalmente.

A respeito da condição relacional, ela estaria presente, portanto, em um fluxo amplo, que antecede Maria, mas que lhe é pertinente: uma história que ainda não lhe inclui no sentido de “corpo concreto” é, neste sentido, *também a sua história*. Em termos fenomenológicos, ao menos na construção biográfica desta narradora, a condição relacional igualmente simbólica e anterior ao “corpo vivido”, só se manifestaria através deste “corpo” pelo estoque de conhecimento e ação no mundo da vida, nunca permanecendo a mesma.

Contudo, como nos mostra a reconstrução biográfica de Maria, a história de sua dupla parental de nenhuma forma determina aquelas que serão as ações futuras da entrevistada. Como dito anteriormente, as experiências que lhe precedem – mas que são parte de seu estoque de conhecimento – também não podem ser dispostas em uma hierarquia desagregada dos pontos reinterpretaivos que ela vivencia.

Isto significa que não podemos afirmar que a história do grupo primário é mais ou menos determinante para as ações futuras da biografada, a não ser através das próprias atribuições que ela emprega na medida em que age e renegocia estas “instâncias prévias” no mundo da vida: o papel e a relevância do *familiar* enquanto aspecto fundador de subjetividade

só pode ser descrito a partir de um ponto biográfico específico, e considerados os devidos interesses de apresentação e fluxo vivencial em que aquele momento se insere.

Seriam estas constatações e argumentos para uma “teoria da não determinação das ações”? Ou ainda, uma “teoria para a não determinação primária do desenvolvimento”? A despeito de um prolongamento amplo destas conotações de “não determinação”, o ponto de convergência é a biografia de Maria, cujas nuances, como vimos na reconstrução contrastiva, não abrem espaço para uma afirmação de *hierarquização geral das etapas* ou *determinantes biográficos*. Maria nos fornece indícios para a participação da história de seu grupo primário como parte de seu conhecimento pré-reflexivo e, portanto, como aspectos que se integram a seu processo de subjetivação e, neste sentido, transformam-se em novas experiências na medida em que Maria se relaciona cotidianamente. O *familiar* nesta construção biográfica é, portanto, interpretação igualmente *processual, dinâmica e relacional*.

A leitura atenta de uma parte das considerações contrastivas, sob o título *Reordenamentos familiares: afastamentos para uma reaproximação*, poderia ampliar esta discussão de forma consistente. Vemos neste subcapítulo – e mais uma vez afirmo que a divisão é feita analiticamente e *a posteriori* – que existe um processo de apropriação das situações biográficas das partes parentais individuais, bem como da biografia enquanto produto familiar, ou seja, a *Gestalt* biográfica que se forma como resultado da interação das posições individuais na família ou na rede formada e compartilhada como familiar. Isto significa dizer que há um primeiro processo de construção biográfica dos sujeitos individuais⁴², outro processo de reinterpretações relacionais que formam uma biografia familiar e, tendo Maria como referência, existe a interpretação que Maria concede as posições familiares individuais e a formação desta *Gestalt* familiar, manifesta nas relações cotidianas concretas.

Se todas estas instâncias coexistem, estamos a falar de um processo de significação *complexo*, onde a característica *dinâmica* do processo biográfico de Maria toma corpo no passo em que, em determinado ponto biográfico, todos estes “reinos da realidade” (SCHÜTZ, 1962), tornam-se ação, sob uma forma simbólica absolutamente maleável, a qual sofrerá novas mudanças a partir do momento em que uma *resposta relacional* for oferecida para a biografada. Desta forma, tanto a ação quanto a resposta serão novamente negociadas, tornando-se uma marca experiencial original, que fará parte da retomada deste processo no seguimento de novas ações de Maria na vida cotidiana.

⁴² Lembro ao leitor que individual não significa um formato de Ego puro, mas sim de uma formação individual intersubjetiva.

No que se refere às primeiras experiências de Maria, ao menos aquelas a que temos acesso através de sua narrativa, logo fica evidenciada a “condição relacional” que permeia sua subjetivação. Ainda hoje, como vemos a partir de sua perspectiva de *interesse de apresentação e vivenciada*, Maria renegocia construções simbólicas a respeito das figuras parentais que foram, em princípio, corporeificadas em seus primeiros anos de vida. Como exemplo mais claro, podemos evidenciar a queimadura que seu pai lhe causa quando ela tinha seis anos de idade. Se durante sua fala se torna evidente que aquela situação lhe causou profundo abalo pré-reflexivo, é igualmente verificável que aquele fato não existe isoladamente, pois é o anúncio de uma construção iniciada já antes de seu nascimento.

Além disso, e talvez o mais central para esta análise: aquele mesmo fato aparentemente “circunscrito” de violência seguiu, durante todo o *continuum* biográfico de Maria, sendo transformado e ressignificado a partir das mais diversas situações biográficas. Isto significa que, independente do quanto, no momento em que ocorreu a “experiência de violência”, foi requerido que Maria tenha sofrido com a “perda” de seu equilíbrio corpóreo, a situação, em termos fenomenológicos, não pode ser interpretada isoladamente, como fruto de um rompimento estático das “homeostases” relacionais.

Como o contraste busca deixar claro, esta “interrupção” está inserida em um fluxo, cujo processo é sempre dinâmico e relacional, e que *precisa* ser contemplado. Ou seja: a violência é necessariamente um processo e, portanto, não existe como coisa significativa em si; ela demanda, no caso de Maria, um processo reflexivo sobre o fluxo de experiências em que a situação se inseria; assim, é possível uma aproximação relativa da *hierarquia* transitória (ou não), das *motivações*, dos *fatores* envolvidos e do processo de *reorganização do corpo vivido* a partir de uma situação a que a entrevistada, no contexto de suas ações, “atribui” o caráter de *experiência de violência*.

5.5.2 “Experiências de violência”, pontos de reinterpretação e a condição dinâmica

Vimos durante as considerações acerca das atribuições *processuais, dinâmicas e relacionais* da construção biográfica de Maria, que nenhuma “experiência de violência” pode ser considerada dissociada de seu “contexto biográfico”. Para tecer este argumento, utilizei-me da noção de “ponto de reinterpretação”, a qual devo esclarecer de forma mais precisa.

Podemos considerar tal noção sob dois pontos de vista, anteriormente mencionados nesta exposição sem que fossem devidamente alinhadas e associadas: o primeiro é sob a ótica da transformação do estoque de conhecimento a partir de novas experiências na vida

cotidiana; a segunda diz respeito à percepção das transformações deste estoque de conhecimento a partir de uma narrativa biográfica específica, pautada em acontecimentos também mais ou menos específicos, e somente acessíveis após uma análise do que compõe os conteúdos para a vida *vivenciada*, em contraste com as *intenções narrativas*.

Acerca da primeira perspectiva da noção de “reinterpretação”, é fundamental considerar que qualquer nova interpretação de um fenômeno experiencial só é possível por meio de novas experiências corporeificadas. Ademais, a ideia de uma “nova interpretação” não diz respeito a uma total deterioração de outros conteúdos incorporados, e também não soluciona em que grau acontecerá esta modificação. Esta ideia apenas coloca em questão que, no fluxo das experiências, nenhuma experiência de violência de Maria permaneceu estante, pois se transformava na medida em que outras experiências, não necessariamente de violência, lhe eram dispostas e as quais ela precisava integrar a sua dinâmica biográfica.

Para uma construção da subjetividade e do sistema de relevância da biografada - que a partir destes compreende determinado fenômeno como violento ou não - estas elucidações são centrais. Se em um determinado ponto biográfico, as características que davam a conotação de “violência” para a queimadura de Maria, por exemplo, eram ligadas a mudanças bruscas e necessárias das significações em relação à figura paterna, em outro ponto biográfico (quando nasce Eduarda, por exemplo) Maria considera aquela mesma situação após a experiência corporeificada do pedido de desculpas do pai, e passa a atribuir “razões” no mundo da vida para a aquela ação específica da figura paterna, reformulando suas antecipações, ainda que mantendo o caráter violento da experiência.

Neste sentido, vemos que sentidos sociais, históricos e um imaginário social dos moradores do morro em relação aos próprios moradores do morro, dialogam com o “imaginário social das classes médias”, citadas anteriormente em minha discussão teórica sobre a constituição simbólica da dicotomia morro *versus* asfalto. Maria atribui ao pai a interpretação de um homem que era bom, mas ao ser preso, passou por situações que lhe dominaram as formas de ser, traduzidas na violação das formas pacíficas de convívio familiar. Em outras palavras, existe uma composição, onde imaginários, recursos culturais específicos e a própria projeção experiencial da situação biográfica atual de Maria (também *ex-presidiária*), encontram significados transmutáveis, porém não completamente efêmeros.

Outra questão importante concerne à devida consideração sobre as diferentes posições biográficas que encerram as figuras familiares de origem de Maria. Com a prisão do pai, existe a possível sobrecarga de Theodora, bem como todo o “peso” cotidiano de conflitos e tensionamentos em relação ao afastamento do companheiro, a criação dos filhos e a

manutenção do lar. Estas configurações de um destino reinterpretativo que parece realizar um compartilhamento de conflitos geracionais: a) ligados a expectativas de gênero; b) não são necessariamente compartilhados com Francisco; e c) que envolvem continuidades e descontinuidades. Falarei mais adiante a respeito das noções de gênero e geração como núcleos interpretativos para a biografia de Maria.

Por outro lado, vemos delinear-se claramente uma diferente hierarquização das violências no que condiz às ações de Theodora e Francisco à época da queimadura, e após o pedido de desculpas do pai. Se em um determinado ponto biográfico referente ao acontecimento do ferimento físico, Maria foge de casa por não conseguir tolerar a posição relacional em que se encontrava em relação à família, mas principalmente ao pai, quando vemos sua interpretação acerca desta mesma experiência após a conversa que tem com Francisco, ou após a morte deste, percebemos claramente as diferentes atribuições designadas. Reafirmo: a experiência “original” segue deixando a marca referida enquanto “violenta”, mas já não é mais a mesma, pois se transforma no fluxo de outras experiências.

Deve ser igualmente retomado no que consiste a dita “situação biográfica”, já que seu entendimento nos auxiliará a tornar clara a segunda noção de “ponto de reinterpretação”. A premissa da qual partimos é de que o momento atual do indivíduo sempre estará associado, mais ou menos diretamente, à forma como ele se colocará na vida diária, pois adquire seu formato através do sistema de relevância que, em alguma medida, medeia aquilo que se torna problemático ou não em sua suas experiências.

Em figuração *gestaltica*, poderíamos recorrer à configuração mental de uma mesa repleta dos mais variados objetos, dentre os quais alguns tipos de comida. Para o sujeito esfomeado, poderíamos supor – dentre as mais diversas possibilidades – que os alimentos lhe fossem colocados em perspectiva através de sua experiência corpórea, enquanto os outros objetos ficassem suprimidos, mesmo que temporariamente, como plano de fundo. Mas o que significa isto quando nos voltamos para a biografia de Maria? E mais, o que significa isto quando estamos preocupados em compreender suas interpretações acerca das experiências de violência e suas ligações familiares?

Vemos no subcapítulo biográfico *O início de uma história: aproximações e distanciamentos familiares*, a demarcação mais manifesta das primeiras interpretações de Maria acerca das figuras parentais. A mãe possivelmente sobrecarregada, e o pai que a recebia nas visitas a prisão com muito entusiasmo. O pai era uma figura de constante referência amorosa, mas ainda não se integrava ao cotidiano familiar. No subcapítulo *Reordenamentos familiares: afastamentos para uma reaproximação?* um novo momento familiar se configura,

e a inserção de Francisco ao cotidiano com Theodora e os filhos, bem como a mudança para o Rio de Janeiro, fazem parte de um processo de reinterpretações constantes e cotidianos relacionalmente constituídos para Maria.

O que vemos a partir destas constatações é que dois planos coexistem: no plano *vivenciado* não é possível compreendermos a queimadura causada pelo pai e a fuga de Maria como resposta sem nos atermos ao *processo* de simbolização e negociação cotidiana sobre as figuras paterna e materna, bem como sobre o que é ou não familiar. Neste sentido, do ponto de vista *vivenciado*, o “ponto de reinterpretação” é igualmente *dinâmico, relacional e processual*, processo o qual não pode ser apontado a partir de um grande acontecimento específico.

Por outro lado, a narrativa, enquanto construção determinada no tempo, no espaço e em sua intenção, remonta a pontos reinterpretaivos que ficam manifestos por meio de “acontecimentos circunscritos”, ou seja, para Maria, em sua narrativa, é a queimadura do pai que lhe acomete enquanto violência insuportável, sem que necessariamente seja necessário negociar o fluxo experiencial que até ali se constituiu.

No subcapítulo *Reafirmações das desintegrações relacionais*, a experiência de rejeição da mãe e a expulsão da casa de Lucio no Morro da Azaléia compõe um quadro igualmente apresentado, para fins narrativos, como fatos em si. Para fins da compreensão do fluxo biográfico, são experiências que se engendram de forma não sincrética a outras experiências anteriores e as expectativas que Maria faz para as experiências futuras. Existe neste fluxo, como podemos perceber a partir da análise contrastiva, uma constante reinterpretação das formas relacionais, já que estas são a corporeificação do estoque de conhecimento, igualmente relacional. A experiência na rua após a saída da casa de Lucio se atrela a este processo, e na medida em que avançamos em suas narrativas cotidianas, vemos uma Maria que, aos poucos, passa a manter maior controle sobre as relações.

Neste mesmo sentido, o subcapítulo *Prelúdio para uma nova síntese: novas reestruturações interpretativas das relações* demarca o *continuum* experiencial e inseparável das reformulações relacionais que Maria integra na medida em que se somam experiências a seu estoque de conhecimento. A narrativa mostra que o estupro sofrido por ela quando ainda morava na rua é um indicador substancial de experiência de *violência*, na medida em que ocasiona em uma importante ruptura da homeostase pré-reflexiva. Isto fica demonstrado em suas ações seguintes, quando busca ativamente uma família na qual se inserir e, desta forma, não ficar mais a mercê de acontecimentos como aquele. Por outro lado, do ponto de vista de sua subjetivação *vivenciada*, mais uma vez é não é possível descrever ou compreender as

negociações relacionais posteriores ao primeiro e ao segundo estupro, por exemplo, sem integrá-los ao amplo quadro experiencial que lhes antecede.

Vemos, portanto, dois aparatos interpretativos possíveis: a condição pontual dos marcadores *narrativos* apresentados por Maria, enquanto experiências de violência significativas em si, sempre em relação a um conhecimento compartilhado e aquelas que a narradora imagina serem as expectativas de seus ouvintes; e a condição dinâmica dos pontos reinterpretativos *vivenciados*, que são pontos estendidos, reatualizados no progresso biográfico e continuamente significados nas relações cotidianas de Maria.

Em outras palavras, a experiência de violência, como outras experiências, é um processo reinterpretativo relacional e dinâmico colocada como subjetivação através da percepção no estar-no-mundo. O ponto reinterpretativo biográfico é a síntese relacional em uma entrevista, que une experiências e intenções, bem como desejo de reciprocidade entre narrador e ouvinte; é um ponto fixo que, para a análise da experiência, precisa respeitar as conexões latentes na vida *vivenciada* e na vida *narrada*.

5.5.3 O processo experiencial e amoral de reordenamento das relações interpessoais e do familiar a partir de experiências de violência

Ao compor uma apreciação das ideias centrais de Michael Staudigl, falei anteriormente que o resultado de uma experiência de violência para determinado sujeito, ocasionaria em uma não responsividade pré-reflexiva deste mesmo sujeito na vida cotidiana. Isto significa que seria necessária uma revisão ativa de seu estar-no-mundo a fim de incorporar a violação e buscar o reordenamento do fluxo pré-reflexivo.

Uma característica importante para a compreensão do que qualifica as experiências de Maria em sua construção biográfica, se refere justamente às instâncias de revisão relacionais em suas ações cotidianas. Podemos identificar em seu fluxo experiencial, uma contínua negociação das formas com que ela se relaciona no mundo da vida, sempre a partir de ressignificações oriundas de sua integração de novas experiências através do corpo vivido – fossem fluxos ligados a episódios circunscritos a que ela atribuiu conotação violenta em sua interpretação – intervenções físicas do pai, abandono da mãe, primeiro e segundo estupro, episódio de seu aprisionamento – ou fluxos, para ela, estritamente relacionais.

Além disso, quando falamos em formas relacionais, é necessários assumirmos a centralidade do universo simbólico cultural para, assim, ser possível uma apreciação das características inerentes às possibilidades “dentro destas formas”. Isto significa dizer que, ao

buscarmos uma compreensão das formas relacionais constituídas no quadro cotidiano de Maria, não há nenhuma instância de regulação moral que não aquela que se volta para a própria hermética simbólica de suas atribuições de sentido a seu referente cultural, situados em um tempo histórico e político. As formas culturais adquirem seu caráter personalizado e, igualmente, só podem ser compreendidas dentro do fluxo das experiências em que se transformam e são transformadas na biografia de Maria.

Tomemos como plano de análise os subcapítulos biográficos *Prelúdio para uma nova síntese: novas reestruturações interpretativas das relações*, *As novas formas relacionais: da vulnerabilidade à tentativa de controle das experiências no mundo da vida* e *Tentativas relacionais e o retorno ao conhecido*.

Em relação aos pontos de destaque narrativo temos a sequência: queimadura ocasionada por Francisco, retorno para casa após primeira fuga e nova intervenção física do pai, segunda fuga, rejeição da mãe, expulsão da casa da família de Lucio, estupro na rua e estupro na casa de Laura. A atribuição de sentido por Maria no plano narrativo pode ser pensada, como dito anteriormente, enquanto centralizações reinterpretativas para fins de compartilhamento dos sentidos para com os ouvintes, considerando o desejo de reciprocidade e entendimento experiencial. Ou seja, Maria quer que o ouvinte compreenda seu *processo*, mas encontra em sua forma discursiva, meios *narrativos* para “condensar” características latentes no restante de seu discurso. Vemos estes efeitos com mais clareza quando dedicamos atenção às entonações e efeitos discursivos “prelúdio em relato – grande narrativa”, a que Maria confere relevo a fatos narrados em detalhes: estes fatos narrados seriam os responsáveis em passar para os ouvintes a elucidação corpórea do fluxo biográfico, ou seja, a epopeia do estoque de conhecimento em ação.

Por outro lado, no plano vivenciado, observamos todas as esferas latentes que, na vida cotidiana, consideram e constroem “os grandes momentos narrativos” apresentados em entrevista. Para a construção biográfica, estas esferas possuem profícua ligação com a forma em que ela se relaciona na vida cotidiana: existiria uma função amorosa – nem boa nem ruim – das experiências, *mesmo as de violência*, no reordenamento das relações e das interpretações relacionais corporeificadas de Maria.

Após as experiências de reordenamento relacional familiar, onde as negociações simbólicas envolviam principalmente as figuras de Theodora e Francisco, e posteriormente a figura da mãe, Maria estabelece relação com a família de Lucio. Existe imanente à sua intenção argumentativa a ideia de que “se não havia algo a ser oferecido para esta nova família, então não havia porque me manterem ali”, e assim é justificada sua “expulsão” da

casa. No que diz respeito às próximas relações que ela estabelece, fica saliente a incorporação desta experiência – na forma como é por ela interpretada – na forma de sua ação. A informação seguinte a que temos acesso é o estabelecimento de um “contrato” de Maria com dois moradores de rua: eles a protegem, enquanto ela lhes dá o dinheiro que conseguisse na rua.

Em seguida, temos a experiência de estupro na rua e, após, sua estada na casa de Laura. Configurados na *Gestalt* biográfica total, àquela época, e considerando as particularidades de cada acontecimento e cada situação biográfica, parece haver uma simbolização afirmativa da necessidade de “moedas de troca” para o mantimento de relações. Estas “moedas” são noções desprovidas, contudo, de significado *a priori*, e vão sendo “preenchidas” na medida em que Maria vive o cotidiano, podendo significar quaisquer negociações, experiencialmente dinâmicas. Vemos com relativa clareza tal constatação quando observamos o período em que o castigo dado à Maria pelo tráfico do Morro da Azaléia termina, e ela negocia internamente sua estada a partir de suas construções biográficas a partir dos significantes culturais disponíveis: a relação sexual com Roberto significava a troca necessária para que ela fosse mantida na casa, com sustento e proteção.

A relação com Valdemar viria no *continuum* das relações que Maria estabelece com Roberto, depois com o pai de Edson e, ainda com o pai de Eliana. Existe inerente às particularidades de cada relação, o impacto biográfico deixado pelas outras (e desde as relações que precedem seu nascimento), cuja corporeidade é vista no fluxo das ações de Maria. Em termos concisos, Maria busca o controle sobre suas relações, ainda que este controle não tenha conotação moral, seja articulada por meio de seu estoque simbólico cultural, não seja necessariamente intencional, e não possa ser compreendido sem estar inserido na compreensão geral de sua “figura biográfica”.

A este respeito, seria pertinente ilustrar tais observações a partir de um exemplo do que Alba Zaluar (1993) desenvolveu em teu texto *Mulher de bandido: crônica de uma cidade menos musical*. O argumento da antropóloga a respeito das relações entre mulheres e traficantes, no contexto de favelas cariocas, pode nos ajudar a estabelecer diálogo sobre a conotação de “utilidade” amoral dos aspectos culturais. Para tanto, questiono primeiramente a atribuição secundária que Zaluar delega para a participação das mulheres na relação com o tráfico, e em segundo lugar, questiono a afirmação de que, com frequência, o envolvimento das mulheres com o tráfico se daria por amor a um bandido ou pelo vício.

Dadas as premissas básicas para este debate, convido o leitor a manter em mente que qualquer contestação ou refutação das posições analíticas de Zaluar (1993), diz respeito

apenas a construção biográfica de Maria e, portanto, é *contestação parcial*, engendrada a partir da dinâmica da biografia específica analisada. Coloquemos em perspectiva, portanto, a noção de que o tráfico imporia papéis assimetricamente às mulheres: fazer tal afirmativa requer que interpretemos a relação de Maria com Valdemar enquanto uma demonstração de um amor que, aos poucos se transforma em um depósito de pressupostos culturais típicos do tráfico, ressaltados em termos de “obrigatoriedade” de lealdade.

Pois que nos deparamos, ao menos em alguma medida, com estas mesmas formas culturais de lealdade quando pensamos a relação entre Maria e Valdemar, ou ainda, entre Maria e o tráfico. Contudo, como tenho buscado esclarecer, Maria integra estas regras de forma biograficamente funcional, amoral e a partir de seu estoque de conhecimento: as funções culturais e simbolicamente corporeificadas não existem *a priori* na biografia de Maria, antes são formas cujo conteúdo se coloca a partir da situação biográfica da entrevistada, transformando-se em ação no mundo da vida. A administração cultural não existe fora da história de vida da narradora, e sempre se refere a ela, ao passo que, em alguma medida, a biografia também está atravessada por uma constituição cultural, que lhe aparece como horizonte de *significantes*.

As negociações que envolvem tais matrizes culturais do tráfico permitem que Maria construa sua própria função e as coloque em nome da inversão da análise feita por Zaluar. É Maria quem toma a frente destas negociações culturais: se existe uma noção de “fidelidade” entre mulheres e homens do tráfico, onde a reciprocidade implica que a mulher tenha sustento garantido, então ela busca estabelecer tal relação, mais ou menos ciente de suas implicações, e dirige-as para seus interesses. A forma cultural existe, mas a maneira como Maria se relaciona e atribui sentido a estas formas é totalmente intrínseca a sua relação específica com Valdemar, e só pode ser compreendida a partir das dinâmicas biográficas individuais da dupla e, finalmente, a partir de sua dinâmica relacional.

Ademais, o mesmo processo parece dar-se para as formas históricas que atravessam a biografia de Maria. Postulei anteriormente que não existem causalidades sociais, econômicas ou psicológicas para as ações da entrevistada, devido ao inerente processo de reordenamento individual no estoque de conhecimento e nas ações cotidianas, e afirmo que também não fica explícito, a partir da entrevista trabalhada, qualquer causalidade histórica compreendida em suas ações, ou mesmo em um fluxo de experiências interligadas.

O processo histórico é igualmente caracterizado por sua integração particular a biografia de Maria, e se coloca na medida em que é integrado a partir de um determinado ponto biográfico. A noção de “instituição simbólica”, que dá conta da descrição dos processos

de aquisição e sedimentação da atribuição de sentidos, compreende a “tradução” dos acontecimentos históricos, políticos, econômicos e sociais, aproximados a partir das mais diversas lentes das experiências da biografada.

5.5.4 A família corporeificada e os atravessamentos geracionais na “construção familiar”

As discussões acima buscaram clarear algumas noções centrais que resultaram da análise biográfica de Maria. Grande parte delas, entretanto, disse respeito apenas à vida *vivenciada*, ou seja, tomando apenas a vida como foi provavelmente vivida a cada momento narrativo no passado.

Contudo, quando nos atemos apropriadamente às ideias resultantes da análise da vida narrada e do campo temático, algumas ligações são imediatamente elevadas. A primeira proposição com a qual me deparo é a de que o campo temático está significativamente imbricado a situação biográfica da qual Maria nos narra.

A primeira observação, em um momento preliminar, pode parecer-nos algo comum, já que desde as primeiras elucidações acerca do que compõe o campo temático narrativo, esta possibilidade havia sido apontada como esperada. Porém, estamos a falar de um processo descritivo denso, e ausentar-se de discorrer acerca desta marca narrativa, seria o mesmo que aderirmos a conceptualizações tipológicas *a priori*, destituindo o caráter abduutivo da investigação.

Além disso, esta primeira elucidação nos ajuda a compreender uma segunda hipótese, a qual parece central a este processo analítico. Como veremos a seguir, ela terá sentido apenas quando consideramos o caráter até agora descrito para *violência* e *família* na construção da biografia de Maria, teorizados sobre os signos de *processual*, *dinâmico*, *relacional* e *amoral* em suas incorporações biográficas.

Dada a primeira proposição, atemo-nos à segunda ideia que é gerada: na construção narrativa de Maria, a construção familiar e suas reordenações são eixos centrais que perpassam a intenção discursiva, mas também a vida *vivenciada*, traduzindo-se na composição de uma intencionalidade tanto no plano narrativo quanto nas ações no mundo da vida, cujos campos temáticos são imperiosamente próximos. Mas o que significa esta afirmação?

A situação de entrevista a partir da qual Maria falava-nos a respeito de sua história de vida, contemplava um pedido que articulava tanto sua biografia “individual”, quanto seu papel como mãe de filhos pequenos, entretanto, em nenhum momento foi diretamente pedido

que a entrevistada produzisse uma narrativa partindo de sua família de origem, nem mesmo a forma como ela permeia ou não as escolhas em sua trajetória.

Contudo, vemos que Maria faz estas ligações que: a) no plano narrativo justificam escolhas mais ou menos acertadas, sempre em conexão com o que ela imagina serem as expectativas das entrevistadoras – cujas figuras representam a instância invisível de uma “normatividade predominante”; e b) no plano vivenciado é uma instância simbólica cuja dimensão é permanentemente renegociada. A respeito da segunda proposição, veremos como ela se desdobra no contexto da construção biográfica de Maria.

Falamos anteriormente que Denzin (1984), ao discutir sobre a violência em famílias norte-americanas, trouxe para o debate a noção de “cisão na interação simbólica negativa”, onde o processo de gênese da cisão seria ao mesmo tempo temporal, histórica, dialética, autorreferente, e baseada nas interações emergentes e espontâneas que não tenderiam ao equilíbrio ou a uma justiça distributiva nas posições de cada ator. Recoloco esta noção em nossa discussão e, mais do que isso, peço que o leitor considere cada um destes eixos que lhe são característicos a partir do ponto de vista da dialética *vivenciada* de Maria, especificamente em relação à ideia de “construção familiar”.

Atrelo esta ideia, primeiramente, à condição *negociada* das interações, integrando a “impossibilidade do equilíbrio”. Por outro lado, proponho pensar nas ações de negociação de Maria, seja a de fuga de casa, a da busca ativa por abrigo fora das ruas, ou mesmo de negociação de sua estabilidade a partir das premissas culturais do tráfico. Com isso, chego à hipótese de que os pesos do desequilíbrio teriam natureza também negociada, e, portanto, não pré-estabelecidas a partir das noções de gênero ou classe.

O leitor talvez questione estas constatações, e por isso admito, deste o princípio, que de forma alguma esta análise nega as *tendências* distributivas, em um plano macro social do poder, que agem nas relações. Apenas recoloco a questão a partir do ponto de vista da relativa autonomia das negociações através da “leitura biográfica” das formas sociais e históricas, desde muito admitidas para qualquer teoria social. No caso de uma argumentação bourdiesiana que considere a dominação simbólica do gênero, penso ter recursos analíticos suficientes para destituí-la no caráter da narrativa de Maria.

A violência simbólica engendraria, nas premissas de Bourdieu (2002), uma adesão à qual o dominado não poderia deixar de realizar, dado que não disporia de outros instrumentos de conhecimento para pensar a si e suas relações que não a forma incorporada da relação de dominação (patriarcal). Haveria esquemas interpretativos oriundos da incorporação de classificações (de gênero), cuja naturalização ordenaria as relações cotidianas entre homens e

mulheres. Ora, mas pensar a biografia de Maria a partir desta síntese de dominação masculina, ou ainda, desta síntese de subordinação feminina, ignora em grande medida a noção de que qualquer sujeito poderia desempenhar o papel do patriarca, dado que as releituras do patriarcado seguem os fluxos de atualização histórica, social e política, imbricadas nas relações das famílias (SAFFIOTI, 2001).

Em relação a estas parcialidades, seria necessário ponderarmos em que medida Maria participa ou não, em suas relações, de um projeto de “maturação” simbólica das “regras” de gênero. Para tanto, proponho axiomas às avessas, ou seja, proponho perguntar para responder:

Maria assume “internamente” a função patriarcal em suas relações? Mas na prática segue “dependente”, em uma dependência articulada nas demandas de gênero? O que denomina a função patriarcal: independência (que independência)? Ou a vantagem no desequilíbrio de recursos simbólicos? Se é Maria quem faz uso das nuances culturais em nome de seus interesses nas relações, então não é ela quem tem maior domínio sobre estes recursos e está colocada na função patriarcal? Ou Maria apenas teria a sensação de estar em “vantagem” no desequilíbrio das distribuições de poder nas relações? Ela estaria, na verdade, como no caso de sua relação com o tráfico, compelida àquelas situações? Se ela compreende/interpreta que é sujeito-agente, isto não implica considerar a distinção entre as formas “objetivadas” e as atribuições subjetivas a estas formas objetivadas?

A primeira proposta para a superação de tais impasses seria a eliminação de categorias binárias, bem como o ranço cartesiano que adquire forma na terminologia de “realidade interna x realidade externa” (SAFFIOTI, 2001), oferecendo ao sujeito um conjunto de condicionantes externos.

Temos trabalhado nesta construção descritiva que há uma dimensão dialética entre o ser singular e, com a ajuda da terminologia empregada por Saffiotti (2001), o ser *genérico*. A não determinação social dos destinos pessoais, na biografia de Maria, complementa-se na medida em que os níveis simbólicos do ser filha e apanhar, ser menina de rua, ser mulher no morro, ter marido aos doze anos, ter a primeira filha aos quatorze anos, ter quatro filhos com pais diferentes, ser mulher de traficante, ser ex-presidiária, entre outras conotações generalistas a que podemos nos ater em sua apresentação, não tem senão que ser apreendidas em sua dimensão dialética entre o singular e o genérico.

Deste modo, não se trata de pensar a dominação masculina nas relações de Maria, ou ainda, em sua família de origem. Também não se trata de buscar os determinantes de gênero que a compõem a relações de subordinação e dependência. Trata-se do inverso dialético: de

que formas Maria se realiza em uma sociedade plena de clivagens, na articulação das igualdades e das diferenças?

No caso específico de Maria, é relevante descrever que há a leitura destas “condições”, através de uma corporeificação ativa – ações na vida cotidiana – que perpassa renegociações entre polo macro e polo micro, ou seja, entre social e individual, resultando em uma nova forma que não é um nem outro, mas ambos. A pergunta seguinte, portanto, é o que isto significa especificamente para a questão da construção do *familiar* na biografia a que nos atemos?

Se existe para Maria, em suas atribuições subjetivas, uma referência das ações cotidianas às suas noções constituídas sobre família, então: para sua construção biográfica, a família seria uma instância de negociação dos sentidos de sua história de vida, através da qual, valores, símbolos culturais e suas próprias relações são mediadas. Em outras palavras, o *familiar* seria uma construção *dinamicamente* internalizada, servindo como referência em constante negociação para as ações cotidianas: em suas relações estabelecidas no mundo da vida, na compreensão de seus “motivos por que” (SCHÜTZ, 1962), e na formulação de seus projetos para o futuro. Isto implica, como já sugerido anteriormente, em uma noção processual de família, que não obedece a nenhuma estrutura analítica de classe, cultura ou gênero, mas que negocia com estas instâncias nas ações cotidianas.

Mais do que a não determinação dos processos de regulação nos jogos de poder relacionais em sua biografia, existe uma relação simbólica, dialética, não sincrética e não hierarquizada entre os modelos possivelmente “ideais” de família e as formulações cotidianamente por ela vivenciadas.

Com isso, a proposição em discussão só poderia ser a de contestação, no âmbito biográfico de Maria, de um modelo de ação adaptativo a um nível ideológico ligado à cultura dominante a respeito de família (WOORTMANN, 1987): o ideário individualista e os pressupostos hierárquicos nas relações dos trabalhadores (SARTI, 1996) não estariam em constante *luta*, em um jogo de “incorporação” e “aceitação” ligadas ao cotidiano de Maria, mas o que estaria em vigor seria uma “leitura biográfica” tanto das formas culturais específicas quanto da “cosmologia moderna” (MACHADO e BARROS, 2009).

A despeito das diferenciações entre cosmologias do asfalto e cosmologias do morro, a separação analítica não se traduz naturalmente nas ações da biografada, onde se encontra uma terceira forma, que não nega nenhuma das instâncias com as quais dialoga:

Ademais, a escolha não recai, necessariamente, sobre uma matriz de gênero, podendo, tanto homens quanto mulheres, transitar de uma a outras. [...] Se o gênero é uma maneira primordial de significar relações de poder, nem homens nem mulheres podem situar-se fora dele. Obviamente esta mobilidade pelas distintas matrizes de gênero permite a ressignificação das relações de poder, o que constitui o objetivo prioritário das diferentes vertentes do feminismo (SAFFIOTI, 2001, p. 124-125).

Vimos durante a apresentação contrastiva da biografia, que este processo referencial da “construção familiar” é, em grande medida, corporeificado na própria formação familiar de Maria. Existe sua constante negociação com o papel de mãe e sua relação com as figuras paternas, cuja dinâmica incorpora a situação biográfica e as latentes intenções de simbolização de seu processo familiar no passado, bem como as reflexões imbricadas no presente a este respeito.

Lembro ao leitor da fala de Maria a respeito de suas escolhas relacionais com os pais de Edson e Eliana, onde a biografada reafirma sua prevalência no “jogo de poderes” familiar, bem como sua clara distinção em relação às ações da mãe: a família é ela, já que “se eles (os pais biológicos) não querem assumir”, é Maria quem tem a obrigação de responder pelos filhos, e “nada mais natural que o faça”. Poderíamos pensar, neste sentido, que existe uma afirmação de sua própria potência de gênero, mas também uma função hierárquica “típica das classes populares”, onde é a mulher quem cuida da prole. É necessário pensar sobre tal perspectiva e, de fato, ela existe imbricada nestas negociações. Entretanto, vejamos estas relações sob outras óticas igualmente em movimento nos “jogos relacionais”.

Se Maria negocia estas instâncias simbólicas culturais, ela também o faz em relação às especificidades das escolhas de sua mãe, a que busca, dentro de seu contexto cultural e especificidades biográficas, atualizar de forma dinâmica no mundo cotidiano. Com isto, não falo em uma revisão ou adequação intencional, falo antes de um estoque de conhecimento que permeia as ações maternas de Maria e que, especificamente em seu caso, tem Theodora enquanto uma das significantes de referência.

Em outras palavras, no caso de Maria, não se trata de uma resistência às normatizações hegemônicas, ainda que este seja um fator latente em suas construções relacionais. Refere-se, antes, a sua capacidade de articular, no cotidiano e em sua construção biográfica, estas regulações de forma que lhe façam sentido. Ou seja, o jogo relacional ocorre dentro do âmbito simbólico das estruturas de gênero, classe, etnia, etc., mas a ação não vem necessariamente como resistência (NARVAZ e KOLLER, 2006) a isto ou aquilo, mas sim na transformação biográfica das estruturas, de forma que possam fazer sentido no cotidiano e na

narrativa de uma história construída também com sentidos, tanto no plano macro, quanto no plano micro.

Uma ideia resultante deste raciocínio é que as estruturas, para serem investigadas, devem necessariamente encontrar referência na biografia dos sujeitos. Isto quer dizer que não seria possível buscar estruturas para compreender biografias, mas sim biografias que, através de sua caracterização própria e complexa, dariam conta de responder, em forma de teorias de curto e médio alcance, à questão das estruturas. No que confere às particularidades da história de vida de Maria, não nego a constatação de que sua relação reinterpretativa da “função materna” dialoga com a internalização da construção materna de Theodora, que, em última análise, perpassa as ideias de uma família patriarcal.

Contudo, alerto que não há subjacente a este apontamento, qualquer intenção psicanalítica. É uma afirmação do aspecto geracional, anteriormente apontado como um dos atravessamentos do estoque de conhecimento. Como colocam Motta e Weller (2010), a reconstrução das trajetórias sociais de gerações anteriores, seja qual for a escolha conceitual utilizada para delimitar o que é *geração*, ainda é fundamental para uma compreensão de ações coletivas empreendidas por gerações posteriores. Em relação, especificamente, à análise do âmbito familiar, o uso da investigação geracional parece resguardar adequada forma de acesso às mudanças e permanências dos modelos e ações, considerando sempre a conjuntura histórica, política e social em que se encontram inseridos os atores sociais.

Neste sentido, promover a compreensão das negociações familiares de origem de Maria, a despeito da ausência de informações importantes a este respeito em sua fala, é buscar remontar os atravessamentos históricos e culturais à época, para, posteriormente, ver de que formas se articulam nas interpretações corporeificadas da biografada em suas próprias construções cotidianas.

Como colocam Narvaz e Koller (2006), no Brasil, a história da instituição familiar teve como ponto de partida o modelo patriarcal, importado pela colonização e adaptado às condições sociais do país, à época, latifundiário e escravagista. Para as autoras, as demarcações do homem enquanto provedor de sustento, e as mulheres enquanto cuidadoras do lar, dos filhos e do marido, teria atravessado os séculos e, como corrobora Sarti (1993; 1996), permanecido como estrutura das relações hierárquicas nas classes populares. A prescrição patriarcal seria regulada por mitos e discursos que postulariam a maternidade como fundamental, e a impossibilidade de cumprir adequadamente o papel, interpretada como incapacidade e culpa – uma falha individual (NARVAZ e KOLLER, 2006), descolada do contexto histórico e social com a qual dialogou.

Portanto, há na composição das releituras da função materna por Maria, o reconhecimento do âmbito do desempenho de Theodora enquanto mãe. Este desempenho, ao menos em sua vida *narrada*, é caracterizado por dois movimentos: a culpabilização individual de Theodora pela não integração adequada dos pressupostos maternos oriundos de uma perspectiva patriarcal; e a dimensão reinterpretaiva, na qual Maria reformula estes pressupostos na medida em que constrói seu papel materno no cotidiano. Isto significa dizer que, ainda que seja adotado por Maria um discurso vitimista – de forma alguma ilegítimo dentro de sua construção argumentativa –, na vida vivenciada, uma leitura das experiências de Maria em relação ao grupo familiar de origem como *causador* de seus sofrimentos posteriores, seria o mesmo que essencializar o social ou o individual (SAFFIOTI, 2001), negando o espaço das ressignificações no âmbito das ações circunscritas no tempo, no espaço e nas particularidades de uma determinada interação.

Neste sentido, fica mais complexo que nos dediquemos a pensar esta relação geracional de papel de gênero na família, enquanto um embate entre estrutura – objetivada na relação de Theodora com o Francisco, e sua “falha” para com os filhos – e sujeito. Se a construção destes papéis é dialética, como vimos a partir da biografia de Maria, então não há sua ruptura através de “subversão criativa”, como nomeado por Narvaz e Koller (2006), mas sim a *incorporação* criativa, que negocia poderes. Contudo, se falarmos em uma “subversão” no sentido de *ressignificação* não necessariamente intencional, no caso de Maria, o ser “uma mãe melhor do que foi a dela”, integra-se nas ações, mas mantém igualmente o atravessamento do “como foi sua mãe” no estoque de conhecimento: em outras palavras, Maria buscaria “subverter” aquilo que lhe é parte do estoque disponível para as interpretações cotidianas e, por isso, a “subversão” também possui conteúdos da “coisa a ser subvertida”.

Esta talvez seja a melhor descrição para a noção geracional implicada nas escolhas de Maria: por mais que a superação de determinadas formas geracionais seja uma intenção, coexiste no estoque simbólico disponível sempre algum conteúdo da coisa a ser superada. Este é o ponto de continuidade geracional; que coexiste com o ponto de descontinuidade (MOTTA, 2002): novas experiências transformam conteúdos simbólicos a ponto de seu reconhecimento enquanto outra coisa, que não aquela pela qual foi atravessada.

Outra forma de dispor tal constatação seria descrever o duplo movimento onde Theodora transita em seu tempo biográfico dialogando com as características de gênero que lhe foram oferecidas e, em alguma medida, corporeificadas de gerações anteriores, sua própria geração e o devenir das mudanças sociais no sincronismo de sua trajetória; e Maria, por outro lado, dialoga com os “diálogos” de Theodora, seu sincronismo social, bem como com as

expectativas de “diferenciar-se” dos “erros” cometidos por gerações passadas, em última instância, representadas pela mãe.

O que descrevo é um processo complexo e subjetivamente social de continuidades e descontinuidades que reitera o aspecto *relacional*, *processual*, *dinâmico* e *geracional* das negociações familiares de Maria, sempre em relação – uma relação que ela mesma constrói – com suas experiências interpretadas como violentas. Ademais, analisar outras ligações transgeracionais demandaria a completa incorporação das biografias parentais a este estudo. Eis uma limitação com a qual devo lidar neste momento.

6 ENSAIO PARA UM EPÍLOGO

A seguir, apresento um ensaio que, acima de tudo, têm caráter provocativo. A partir de meus achados na análise biográfica de Maria, problematizo aquelas que seriam dificuldades arraigadas nos campos de estudo da violência nas ciências sociais brasileira. Além disso, aponto alguns de meus próprios problemas conceituais e analíticos, recolocando este trabalho em termos de sua incompletude.

6.1 Construções familiares e experiências de violência

Nem o homem político, nem o homem econômico, mas o homem social propriamente dito que, por definição, interage com os outros e assim constitui a sociedade, ao mesmo tempo, que vai se constituindo, num processo permanente, sem fim (VELHO, 2006, p. 14).

Tenho reiterado incessantemente, durante o percurso deste trabalho, que boa parte do exercício de busca por dados relevantes para uma análise do social a partir do campo empírico, reside na interlocução adequada entre uma epistemologia que sustenta e dialoga com a metodologia de escolha.

Neste sentido, falo de uma *abordagem*, em seu sentido mais pleno: há um plano epistemológico acerca “de que homem estamos falando quando falamos sobre o indivíduo, o sujeito ou o individual, sobre o grupo ou o social”, que antecede e embasa as formas e o tipo de material empírico com o qual busquei trabalhar para uma análise subjetiva do fenômeno da violência, bem como suas interfaces em uma construção biográfica específica. Este “homem” que reitero, como colocado na citação de Gilberto Velho (2006), na obra *Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração*⁴³, necessariamente se coloca na premissa dialética da constituição social dos *selves*, e da constituição individual do social, cuja complexidade torna a aproximação dos fenômenos uma tarefa complexa e, muitas vezes, problemática.

No que concerne à *violência*, na medida em que percorremos a discussão do *tipo preliminar* para a biografia de Maria, fica evidenciado que - apesar de detalhadamente fundamentado nos passos reconstitutivos anteriores, e em diálogo com a literatura a que tive

⁴³Gilberto Velho (2006) fala em uma análise da relação *self*-sociedade a partir das ideias desenvolvidas por Georg Simmel acerca dos processos de sociabilidade. Para tanto, articula tais concepções à análise de biografias, entrevistas, relatos e observações de indivíduos residentes na Zona Sul do Rio de Janeiro, levando em consideração a dimensão geracional.

acesso - não foi possível ainda traçar de forma adequada quais as consequências, principalmente teóricas e metodológicas, que os achados poderiam retratar para uma discussão sociológica acerca do fenômeno.

Neste primeiro ensaio busco, de forma ainda bastante preliminar, retratar algumas das discussões que parecem pertinentes quando colocamos em interlocução os *insights* oriundos de uma análise da literatura e de uma análise do campo empírico, que, em última instância, orientam-se mutuamente neste trabalho de mestrado. Com isso, o leitor já deve ter percebido minhas auspiciosas intenções em desfazer qualquer expectativa de que meus “achados” tenham qualquer vocação para além de um reconhecimento intermediário, que busca lançar luz sobre alguns aspectos em nome de permitir uma *caminhada* de (re)construção teórica da “violência” a partir dos sujeitos.

Ademais, não há de minha parte nenhuma atribuição de maior ou menor relevância para meus achados, já que, como está explicitado no decorrer da reconstrução biográfica apresentada, todos os “sentidos” são absolutamente imbricados uns nos outros e, portanto, não existem de forma independente, nem entre si, nem da biografia de Maria. Dito isto, a primeira ideia com a qual gostaria de trabalhar, diz respeito à noção de que a violência, a partir das experiências mundanas de minha biografada, não pode ser vista como um evento circunscrito e com sentido em si mesmo. Desta constatação decorre a “confusão” conceitual, tão disseminada na revisão preliminar da literatura a respeito da violência, que não diferencia “violência” de “criminalidade”, e que deve ser agora explorada.

Tomemos como exemplo o texto anteriormente trabalhado *Oito temas para debate: violência e segurança pública*, da antropóloga Alba Zaluar (2002). Ao tecer uma análise das ideias mais difundidas, e muitas vezes antecipadas, acerca da violência no Brasil nas últimas décadas, Zaluar (2002) produz um texto que indiferencia, em diversos pontos, duas instâncias, a partir de minha análise, radicalmente distintas. O primeiro subtítulo que a autora apresenta para citar uma ideia amplamente difundida sobre violência no país é *A pobreza é a causa da criminalidade* (ZALUAR, 2002, p. 19). O segundo subtítulo, contudo é *A desigualdade social é a explicação da violência* (p.20). Ao apresentar título e subtítulos do artigo, busco evidenciar, desde a nomenclatura de anúncio, a não diferenciação latente, que circunscreve a análise da autora em um plano onde não sabemos de que violência, de que sujeito, e de que referencial analítico (tipos de dados) estamos a discutir.

Vale destacar que, partindo deste texto, não é possível identificar se esta mistura conceitual é oriunda da indiferenciação analítica da própria autora, ou se, por outro lado, Zaluar (2002) busca justamente demonstrar que o discurso acerca de violência e criminalidade

é absolutamente *disperso*⁴⁴ nas ciências sociais brasileira, e que isto ficaria demonstrado desde uma apreciação relativamente despreocupada com a gênese de uma terminologia e de outra. O problema estaria, a partir de minhas interpretações, na não diferenciação entre categorias jurídicas e categorias sociais.

Quando atualizo o debate nestes termos, minha intenção é a de, a partir de minha perspectiva teórica de escolha, recolocar a noção de “categoria social” enquanto constructo que deve, necessariamente, emergir do social. Para uma análise biográfica formulada a partir de premissas epistêmicas fenomenológicas, trabalhar com categorias *a priori*, jurídicas ou de alguma forma institucionalizadas, não soluciona o emblemático problema sobre o que é este social, o que são estas violências, e mais, de que formas estes fenômenos se colocam nos fluxos experiências biográficos dos sujeitos.

Ainda em relação a esta “confusão” conceitual, uma análise dos títulos mais citados em referência a trabalhos sobre violência e criminalidade no Brasil, retrata justamente esta despreocupação epistemológica. Como grande parte destes títulos já foram por mim citados anteriormente neste trabalho, não farei nenhuma alusão direta a eles, mas uma análise atenciosa deixa claro que muitos colocam ambas as nomenclaturas no mesmo plano, ou ainda, a “criminalidade” como sendo o legitimador de dados chamados de “dados de violência” urbana. Desta forma, dois pontos se colocam problemáticos: o primeiro seria como trabalhar a *violência* a partir de “categorias sociais”?; e o segundo seria como não negligenciar o caráter dinâmico que pode existir e, no caso de Maria existe, nos fenômenos violentos?

Uma análise sociológica da violência deveria estar, portanto, em alguma medida preocupada com o processo de transformação da violência, sua reconstrução e ressignificação a partir das emergências sociais, multi atravessadas e determinadas? Se esta é a premissa para uma análise social da violência, então já não seria de grande utilidade partir de estatísticas de criminalidade para falar em outra coisa que não de criminalidade. Os desígnios jurídicos de natureza normativa, estanques em sua hermética, não poderiam dar conta - e nem são constituídos para tal - do processo social, nem do processo que é característica da violência e das biografias individuais: para uma análise da criminalidade, uma análise da “análise jurídica da violência”; para uma análise social da violência, a produção de categorias sociais a partir do próprio social, colocado disponível a partir de subjetividades socialmente constituídas.

Caso sejam negadas estas diferenciações, estaremos ordenando análises em “ordens avessas”: analisaremos categorias estanques, nas quais não é possível instituir o “movimento”

⁴⁴Em referência a “Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização”, da autora Alba Zaluar (1999).

das experiências, bem como das ressignificações das experiências nos tempos históricos, sociais, culturais e biográficos, a partir de conceitos amplos que se pretendem dinâmicos como, por exemplo, o “homicídio” ou a “globalização”. Há aqui um problema analítico importante, cuja solução parcial residiria no retorno a uma preocupação de ordem “do conhecimento”, ou seja, de “o que” e “como” se quer conhecer, a partir de uma mesma matriz epistemológica.

Outra premissa a qual gostaria de desdobrar, e que é adjacente à primeira, diz respeito ao que Rifiotis (2006) chamou de violência representada enquanto “dimensão episódica e fragmentária”, “um tempo marcado pela diferença, pela falta de finalidade das formações sociais (...)”, a violência “representada como um domínio da experiência social que permeia as brechas da crise da modernidade”, onde os discursos que tomam como referência esta “modernidade” veriam a violência enquanto “a marca de um passado remoto (...), uma parte estrangeira da experiência social, uma ameaça ao consenso (...) um ‘arcaísmo social’ a ser eliminado (...) um elemento não integrado, sempre surpreendente e fora de tempo e lugar” (RIFIOTIS, 2006, p. 1).

Não gostaria, de ao fim deste trabalho, repetir-me nas elucidações anteriormente feitas a partir da revisão da literatura. Entretanto, correndo o risco de reificar composições diversas e com diferentes enfoques, trago para a discussão a reflexão acerca das análises que consideram uma divisão entre pensamento moderno e pensamento contemporâneo de forma confusa e difusa. Muitas destas análises trariam, como fundo explicativo, noções alargadas, ainda que sociológicas e complexas, que em diversas ocasiões obscurecem mais do que sedimentam argumentos. Rifiotis (2006), neste mesmo sentido, coloca que buscar variáveis explicativas para a violência não ajudaria na compreensão das experiências sociais, antes, recolocaria em questão, mais uma vez, as disseminadas “teses equivocadas sobre a violência”, que permeiam tanto o imaginário acadêmico, quanto o imaginário social.

Vimos durante a reconstrução do caso de Maria que o trabalho analítico de uma biografia é absolutamente complexo, e que buscar dentro desta complexidade a compreensão das experiências de violência é aceitar que, para o acesso da vida como foi possivelmente vivenciada, ou seja, o fenômeno como experiência no passado, não seria possível trabalharmos com a violência enquanto pontos disruptivos de uma homeostase pré-reflexiva isolada. Neste sentido, parece que fazemos relativo avanço nas teorizações de Michael Staudigl quando afirmo que para uma sociologia fenomenologicamente fundamentada da violência, é necessário que os “episódios” de violência sejam inseridos em seu fluxo

experiential, considerando o tempo sincrônico e diacrônico que é parte das interpretações do sujeito até ali.

Vemos que recolocar a violência enquanto, ao menos em alguns casos, um processo dinâmico problematiza em muito as tentativas de uma aproximação do fenômeno, o que equivale a dizer que a necessidade de referencial teórico é mais do que uma “muleta” a qual o pesquisador, após seus achados, busca para articular plasticamente as aproximações de seu campo. Como coloca Rifiotis (2006), as grandes noções tornariam as percepções dos sujeitos anacrônicas e, portanto, obsoletas:

De fato, a análise da violência através destes traços equivale a colocar paralelamente a seguinte questão: trabalhando com categorias fixas e de sentidos predeterminados, como poderemos superar a pressuposição de que a cultura é estática e que a história é uma reprodução do passado? (RIFIOTIS, 2006, p. 2).

Falar em “patriarcalismo no cerne da sociedade regida pelos ditames de gênero”, ou ainda, nas discussões acerca da passagem da modernidade para a era contemporânea, parece difuso a ponto de tornar-se problemático. Termos como “acúmulo social da violência” e “Brasil da redemocratização”, assumem uma frente, em alguns casos, descuidada. Este descuido viria de algumas questões importantes: a primeira é a de que não consideram uma gênese para os próprios estudos da violência, ou seja, não superam, através de uma meta-análise, a recorrente exacerbação dos grandes conceitos.

Pensemos, por exemplo, em uma reflexão que considere a ligação entre violência e os “discursos modernos”. O primeiro questionamento com o qual me deparo, diz respeito à própria ambiguidade de uma análise que se propõe a, por um lado, trabalhar com as formas de violência enquanto emergências multifacetadas no campo cotidiano e, por outro, coloca como fundo interpretativo a massa academicamente difusa – e, muitas vezes, em estado bruto – sem a decodificação destas “estruturas” no próprio jogo do mundo social e cultural. Com isto, estou falando em um arraigado descompasso nos níveis de análise, a que, suponho, também é um problema ainda em processo de superação em minhas próprias investigações.

O debate acerca do processo de democratização no país, por exemplo, é um exemplo contundente de que alguns argumentos têm sido repetidos sem que, necessariamente houvesse uma análise conceitual ou mesmo uma preocupação epistemológica para o reconhecimento dos processos de violência no Brasil. Se em alguns escritos, autores apontam para aqueles que seriam os argumentos mais arraigados sobre o aumento da violência no país – pobreza, exclusão social, famílias desestruturadas, etc – esta seria uma segunda lógica perversa que

encerraria o compasso acadêmico acerca do tema. Se por um lado as “teses equivocadas sobre violência e criminalidade” são, desde sua posterior análise, *equivocadas*, a repetição contínua destas teses em relação ao tema “redemocratização no Brasil e aumento da criminalidade” configuraria um campo igualmente exaurido.

A terceira ideia a qual gostaria de me dedicar diz respeito ao aspecto familiar e geracional que está imbricado no processo de subjetivação de minha biografada e, em especial, no que se refere às interpretações acerca do fenômeno da violência. Disso decorre também a perspectiva amoral dos “efeitos” relacionais da violência na biografia de Maria. Se existe um determinado “tipo parcial biográfico”, dentre o diversos - porém não ilimitados - tipos parciais possíveis, onde a violência se coloca como experiência de ressignificação das relações interpessoais no mundo da vida, então falar em uma “socialização violenta” encerra uma discussão necessária.

Comentei anteriormente acerca da ideia de Rocha (1999), no texto *Uma cultura da violência na cidade? Rupturas, estetizações e reordenações*, de que haveria uma qualidade de vetor identitário na violência, não necessariamente criminalizável, e que, de forma flexível, organizaria sociabilidades e legitimação interna de grupos sociais, sendo, muitas vezes, um canal desejado para estas “socializações”. Mas como sustentar tal ideia quando trabalhamos com a violência a partir de um ponto de vista biográfico?

Tomemos como ponto de partida a investigação de Machado da Silva (1994), sob o título *Violência e sociabilidade: tendência na atual conjuntura urbana no Brasil*. Ainda que o ensaio citado tenha buscado compreender as sociabilidades específicas ao tráfico nas grandes cidades, a análise, em alguma medida, não incorpora instâncias tão importantes para seu recorte de interesse quanto o próprio fenômeno a que se dedica. Isto significa dizer que, compreender sociabilidades, a partir de meus achados na biografia de Maria, necessariamente implicaria em recolocar o fenômeno da violência ou das ações cotidianas vinculadas ao tráfico no *amplo panorama biográfico*, ou ainda, no fluxo de experiências de que as ações são parte.

Tomemos como exemplo a situação de que Maria, para além de uma biografia analisada neste trabalho de mestrado, é também uma estatística de criminalidade vinculada ao tráfico, já que foi presa e ainda consta nos dados disponíveis para uma análise sociológica de crimes na última década. Consideremos, igualmente, que minha opção de análise, mesmo que biográfica, incluísse no plano de observação apenas os momentos em que Maria esteve envolvida em um episódio de “violência” enquanto autora, e que este envolvimento seja possível de legitimação para meu plano analítico apenas por meio de uma confirmação no

plano institucional, ou seja, que Maria tenha, com sua ação, cometido alguma infração ou crime.

O leitor talvez já tenha percebido que me meu exemplo, busca, apesar de hipotético, catalisar o argumento de que um episódio de “violência”, ou ainda, o desdobramento deste episódio em forma “criminalizada”, não responde, desde sua natureza, a questão de que lugar ocupa, dentro de uma determinada cultura, o *uso*, o *lugar*, a(s) *relevância(s)*, as *formas relacionais*, o *desenvolvimento* e *ressignificação* dos episódios a partir do constante movimento do estoque de conhecimento, ou mesmo a questão sobre a *gênese* da violência. Antes, seria necessário que se considerasse a apropriação, no decorrer da vivência corporeificada das experiências - e considerando, evidentemente, os achados sobre as “culturas do tráfico” – das diversas dialéticas culturais na perspectiva biográfica e narrativa dos sujeitos.

Com isso, considero que o estudo acima citado, por exemplo, lança luz sobre uma prerrogativa fundamental que coloca a violência como possível aspecto de organização cultural - uma característica até desejável, como coloca Rocha (1999). Isto, de certa forma, decentraliza o debate acerca da violência do polo da criminalidade, ou seja, considera categorias socialmente constituídas, e não categorias jurídicas.

Contudo, considero fundamental a reflexão anteriormente apresentada acerca da qualidade processual e não descolada de histórias de vida que *personalizam* as formas culturais. Isto quer dizer que, para além das “formas” culturais, a maneira como o sujeito “preencherá” estas formas não subsiste fora de seu eixo experiencial e, portanto, o debate parece esvaziar-se, ou ainda, facilitar que os “imaginários” acerca dos grupos populares percorra a noção de “violência como intrínseca as classes populares” e, como consequência, a ligação entre violência e pobreza. Não é possível ignorar que quando um autor fala de “tráfico de drogas”, este tráfico, quase que automaticamente encontra lugar e face nas favelas, na população negra e pobre, o que, em última instância, mais uma vez corrobora a “tese equivocada” acerca da criminalidade e da violência.

Assim, já não estamos mais a falar em uma “socialização violenta”, mas de biografias em cuja dinâmica o indivíduo, ele mesmo, atribui caráter violento a certos aspectos, e cujo impacto relacional e interpretativo só poderá ser visto sob a ótica de sua própria construção das ações no mundo da vida: uma cultura da violência não existe descolada das interpretações que os sujeitos atribuem as suas mais variadas formas e, portanto, compreender as formas como os sistemas de significado são expressos (as atitudes e valores partilhados), não subjaz como análise final, mas sim um percurso analítico, intrínseco a construção

subjetivada – as “linguagens da violência” (ROCHA, 1999, p. 86) não existem fora do indivíduo corporeificado e biográfico.

A biografia de Maria revela, neste mesmo sentido, outro ponto crítico nas análises culturais de boa parte dos textos trabalhados nesta dissertação: como trabalhar a “não divisão” das cidades – neste caso o Rio de Janeiro? Ou seja, como articular as interconexões entre a cosmologia do asfalto e a cosmologia do morro? Ou ainda, que implicações existem em afirmarmos (*parcialmente*) que o diálogo social e cultural nas cidades, o Rio de Janeiro em especial, já não pode ser negada?

Ainda que eu, mais uma vez, não negue a existência dos “jogos de hegemonia e poder” das classes sociais no contexto brasileiro, fica evidenciado com a análise da biografia de Maria, que a “cultura das classes médias” – ainda que ela fique, em alguns momentos, a nível ideal – não pode ser ignorada do estoque de conhecimento dos atores “do morro” e, portanto, já não é tarefa fácil, ou talvez possível, diferenciá-las categoricamente. Existe um jogo de apropriação e ressignificação imperativo no que concerne a forma como estas cosmologias são articuladas na ação mundana. Além disso, o mesmo processo parece plausível para as classes médias em relação às populações dos morros cariocas.

Negar que nos centros urbanos existe um ponto dialético entre cosmologias das classes médias e das classes populares é, além de equivocado (ao menos a partir da biografia de Maria), um ponto que corrobora para falsas conotações as quais as classes populares seriam depositárias daquilo que é violento e perigoso, nas palavras de Misse (1995), “as teorias das classes perigosas”, ou ainda, as “teorias da marginalidade”. Para Misse (1994), a discussão deveria estar mais atrelada à *justificação* da escolha, aplicando-se para todas as camadas da população envolvidas em questões criminosas.

Entretanto, e talvez este seja um ponto constante em meus escritos, trabalhar com *justificativas* nos remeteria diretamente a três possíveis planos analíticos. No plano intencional do discurso, onde o pesquisador trabalharia com o tipo discursivo “argumentativo” e, conseqüentemente, com a forma como um entrevistado pretende se anunciar, devidamente considerado para *quem* ele fala, em que *momento biográfico* ele fala e *de onde* fala, bem como de que forma o entrevistador apresentou seu interesse de investigação. Por outro lado, o pesquisador que decide valer-se apenas de documentos, inevitavelmente encontraria escritos de ordem jurídica, médica, psicológica e até jornalística, cuja hermética de significados, mais uma vez, remeteria a ordens discursivas institucionalizadas e descoladas da emergência de “categorias socialmente constituídas” no mundo da vida. Por fim, um pesquisador que, mesmo trabalhando a partir de narrativas – de

cunho biográfico ou não – e sua posterior reconstrução do discurso, ao buscar por *justificativas* latentes, recolocaria no centro da análise a questão anteriormente discutida acerca da noção de *causalidade*.

Falar em causalidade implica, ao menos para uma análise social, na dispersão de alguns eixos analíticos diante da negação de uma complexidade imanente aos processos indivíduo-sociedade; por exemplo, a complexidade das transformações, ao longo do tempo, das experiências consideradas “fundantes” para uma “causa” de determinado desdobramento biográfico. A densa tessitura dialética que não considera apenas fatores psicológicos e individuais, nem as explicações macrossociais, históricas ou de formação de classe, mas a conjuntura múltipla da constituição dos *selves* em seu intrínseco compartilhamento social e dinamicamente relacional: está posta aí o razão para uma saída das ideias de *causalidade*, bem como o impedimento epistemológico que justifica esta saída.

É inevitável que, ao falarmos em causalidades para a violência e crime nas classes populares, a ideia de que a instituição familiar seria um “*locus* subjetivo” de referência responsável pela “destituição ética” de seus “filhos pobres” surja pelas vias dos “imaginários” e da constituição acadêmica que associa pobreza a desestruturação familiar e violência. Contudo, como nos mostra a reconstrução biográfica de Maria, a sua história familiar de nenhuma forma determina aquelas que serão as ações futuras da biografada. Como dito anteriormente, as experiências que precedem seu nascimento – mas que são parte de seu estoque de conhecimento – também não podem ser dispostas em uma hierarquia desagregada dos pontos reinterpretativos que ela vivencia.

Isto significa que não podemos afirmar que a história do grupo primário, ou ainda da relação que este grupo estabelece com o sujeito, é mais ou menos determinante para as ações futuras do biografado em questão, a não ser através das próprias atribuições que emprega na medida em que age e renegocia estas “instâncias prévias” no mundo da vida. Isto significa que o papel e a relevância do *familiar* enquanto aspecto fundador de subjetividade só pode ser descrito a partir de um ponto biográfico específico, e considerados os devidos interesses de apresentação e fluxo vivencial em que aquele momento se insere. Ou seja, não há uma família estanque, bem como não há um canal direto entre ação familiar e formação de caráter violento.

Além disso, se o diálogo com a família representa o diálogo com as “estruturas” sociais, ainda que não diretamente e de forma muito particular as situações biográficas, então o processo de ressignificação do que é familiar também perpassa o processo de ressignificação do que é macro social, e o contrário também é verdadeiro. Aqui reside *um dos*

enlaces que torna possível a premissa *gestaltica* de que o social está necessariamente colocado no individual e vice-versa, e, portanto, não há como promover uma análise do “social” descolado do individual, nem mesmo da “família”, descolado da forma como essa família é interpretada a cada momento biográfico, sempre em contraste e conexão com as experiências diversas no tempo cotidiano.

Durante a composição deste trabalho, tenho me dedicado ao movimento de retorno constante às leituras prévias e aos conceitos anteriormente incorporados ou refutados. Este gesto mostrou-se de grande complexidade já que, em diversos momentos, me conduziu mais a questionamentos do que a respostas. O processo de maturação desta investigação, neste sentido, deu-se por duas vias: o da compreensão, dentro de minhas limitações, do fenômeno das violências – no plural – nas conjunturas específicas da biografia de minha entrevistada, através de uma densa descrição de sua biografia; e pela sedimentação da ideia de que, qualquer proposta heterogênea, suscita incompletudes que, na medida e que nos deparamos com conflitos epistêmicos e conceituais, mostram que estamos, de fato, avançando.

Neste sentido, estas discussões apresentadas como tentativa de interlocução entre uma biografia específica e os largos debates que encerram o tema da violência na literatura especializada, não conseguem, em grande medida, dar conta de todo o potencial analítico de que são capazes. É necessário ainda o desenvolvimento destes embates e, conseqüentemente, permanece o caráter parcial de minha análise.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrever o sincrônico e o diacrônico de qualquer fenômeno exige que estejamos preparados para, em primeiro lugar, reconhecer a natureza destes movimentos de gênese nas ações humanas. Tomá-los como naturalizados, por outro lado, talvez implique em banalização de etapas de reconhecimento importantes para a construção de uma epistemologia do saber social.

Tenho trabalhado durante esta exposição, que um trabalho analítico que desconsidere a instância das linguagens, dos tempos, das culturas, dos condicionantes de gênero, classe e etnia, desconsidera justamente os símbolos, ou ainda, os significantes que estão atrelados à dialética cotidiana e imanente as relações no mundo da vida.

Pois se é neste mundo da vida, e nas relações que nele se estabelecem, que encontramos acesso para o tempo sincrônico e, portanto, para os atravessamentos deste tempo. Assim, não há como abster-se desta incursão densa aos supostos do reino do “senso comum”, devidamente localizado entre as estruturas que nele operam suas marcas. Por outro lado, o tempo diacrônico, a partir do qual as coisas se tornam na medida em que seguem se transformando, não nos isenta do desempenho do tempo e tudo que nele está implicado.

Nestes dois polos, mais que quaisquer outros conceitos com os quais tenha me deparado, é que encontro tanto soluções quanto problemas para minha atividade analítica: a separação entre vida narrada e vida vivenciada seria uma forma eficiente de trabalhar estas diferenças? Existe uma forma relativamente fundamentada para a busca do tempo sincrônico no passado? Estaríamos, ao fim de tudo, trabalhando difusamente entre um tempo e outro, incapazes de assumir um ou outro, e, por isso, assumindo ambos como mesma coisa? Existiriam, de fato, tempos separados?

Reconheço, após adentrar no estudo da literatura disponível e em conversas com colegas e professores, que existe ainda a intensa dificuldade para superação de tal dicotomia. Contudo, ao deparar-me com meu próprio uso da palavra “dicotomia”, e após a intensa análise do caso biográfico de Maria, ressignifiquei a questão em outros termos, mais despretensiosos e, possivelmente, cheios de novos questionamentos: no trabalho biográfico, três tempos me são apresentados; estes três tempos não existem individualmente, ao passo que também não são a mesma coisa. Mas que tempos?

O tempo diacrônico está em tudo, pois para a chegada em qualquer “lugar”, é necessário ter percorrido um caminho, vários “agora” que compõe o que antecede. O segundo tempo é sincrônico, e é o tempo da narrativa enquanto forma linguística específica de retrato

de ações em movimento no passado; entretanto, a esta sincronia narrada estão, necessariamente colocados, o tempo diacrônico e o segundo tempo sincrônico.

O segundo tempo sincrônico, ou terceiro tempo biográfico, se refere, finalmente, ao momento biográfico atual, que se apresenta na forma de uma situação específica de entrevista e que, portanto, não se isenta do que antecede, do que é corrente na vida vivenciada e na relação que se coloca entre entrevistadores e biografados.

Estas constatações exigiriam uma atenção a qual não posso dedicar-me neste momento, contudo, reconhecer a importância da diferenciação, e mais, reconhecer que é necessário considerá-las em qualquer análise biográfica, é tanto resultado de minhas leituras dos trabalhos de Gabriele Rosenthal e Michael Staudigl, quanto produto de análise da narrativa de Maria. Neste sentido, aponto o duplo movimento que encerra: enquanto resultado analítico, e enquanto ponto ainda problemático para esta investigação.

Ademais, o reconhecimento da *violência* e do *familiar*, deve, necessariamente, perguntar-se sobre o alargamento da temporalidade no cerne da questão: estamos falando de violência e de família em que humanidade, em que tempo, em qual razão?

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul/dez, p. 84-135, 2002.

_____. Conflitualidade e violência: reflexões sobre anomia na contemporaneidade. **Tempo Social**; Revista Sociol. USP, São Paulo, 10 (1), p.19-47, maio/1998.

ARAÚJO, Mirella A. As políticas urbanas no contexto das cidades globais: notas sobre o Programa Favela-Bairro na cidade do Rio de Janeiro. In: X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Belo Horizonte, maio/2003. **Anais...**, Belo Horizonte, 2003.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro : LTC, c1981. 196 p.

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

APITZSCH, Ursula; IONOWLOCKI, Lena. Biographical Analysis: A “German” School?, 2000. In: MILLER, Robert (Org.). **Biographical Research Methods**, Volume II, Sage Publications: London, 2005.

BAENINGER, Rosana. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, Caxambu, Set/Out, 2008. **Anais...**, Caxambu, 2008.

BALIBAR, Étienne. Violence and Civility: On the Limits of Political Anthropology. Tradução de Stephanie Bundy. **Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**. Brown University, v. 20, n. 2/3, 2009.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomaz. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 24.ed. Petrópolis : Vozes, 2004.

BERQUÓ, Elza. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: Bruschini, C. & Unbehaun, S. (Eds.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, p. 243-265, 2001.

BILAC, 2003. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.) et al. **A Família Contemporânea em Debate**. 5. ed. São Paulo : Cortez Editora/EDUC, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Tradução de Maria Helena Kuhner. **A Dominação Masculina**. 2.ed., Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2002.

BURGOS, Marcelo B. Cidade, Territórios e Cidadania. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 189-222, 2005.

CARNEIRO, Leandro Piquet. Mudanças de guarda: as agendas da segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 4, v. 7, p. 48-71, ago./set. 2010.

CAVALCANTI, Mariana. Do Barraco à Casa – Tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, fev. 2009.

CECIP – Centro de Imagem Popular. *O impacto sobre a primeira infância das políticas de segurança pública e iniciativas em comunidades urbanas de baixa renda*. Rio de Janeiro, 2010.

Relatório de pesquisa disponível em:

<http://www.cecip.org.br/images/relat%F3rio%20impactos%20revis%E3o%20final%20-%20diagramada.pdf>

CORREIA, Fernanda G. Breve histórico da questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica Achegas**, Rio de Janeiro, v. 31, set./out. 2006.

COUTO, Márcia Thereza. Estudos de famílias populares urbanas e a articulação com gênero. **Revista Antropológicas**, Recife: UFPE, ano 9, v. 16, p. 197-216, 2005.

CHASE, Susan E. Narrative Inquiry: Multiple Lenses, Approaches, Voices. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **The Sage Handbook of Qualitative Research**. SAGE Publications: London, Third Ed., 2005.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **The Sage Handbook of Qualitative Research**. SAGE Publications: London, Third Ed., 2005.

_____. Toward a Phenomenology of Domestic, Family Violence. **The American Journal of Sociology**, v. 90, n. 3, p. 483-513, 1984.

DOWDNEY, Luke. **As crianças do tráfico**. Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

DUARTE, L. F. D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: Ribeiro, I. (Org). **Família e sociedade brasileira**: desafios nos processos contemporâneos. Rio de Janeiro: Fundação João XXIII, 1994.

DREHER, Jochen. Alfred Schütz. In: RITZER, George; STEPNIISKY, Jeffrey (Orgs). **Major Social Theorists**. USA: Blackwell Publishing, 2011, v. 1, p. 489-510.

FANTON, Marcos. Sujeito, sociedade e linguagem: uma reflexão sobre as bases teóricas da pesquisa com narrativas biográficas. **Revista Civitas**. Ed. Subjetividade e Mundo da Vida. v. 11, n. 3, p. 529-543. Porto Alegre : Edipucrs, set./dez. 2011.

FISCHER-ROSENTHAL, Wolfram. The Problem With Identity: Biography as Solution to Some (Post)-Modernist Dilemmas, 1995. In: MILLER, Robert (Org). **Biographical Research Methods**. Sage Publications: London, 2005, v. II, p. 212-227.

_____; ROSENTHAL, Gabriele. Daniel Bertaux's Complaints or Against False Dichotomies in Biographical Research, 1997. In: MILLER, Robert (Org). **Biographical Research Methods**. Sage Publications: London, 2005, v. IV, p.141-153.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 50-59, Porto Alegre : Edipucrs, 2005.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Favela como patrimônio da cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 49-66, jul./dez. 2006.

GAUER, Ruth M. C. Da diferença perigosa ao perigo da igualdade – Reflexões em torno do paradoxo moderno. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 399-413, jul./dez. 2005.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1.ed. 13.reimpr. Rio de Janeiro : LTC, 2008.

GERTH, Hans H.; MILLS, C. Wright. Introdução – O Homem e Sua Obra. In: **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro : LTC, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e Teoria Social** – Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo : UNESP, 1998.

GOFFMAN, Ervin. **Estigma** – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4.ed. Rio de Janeiro : LTC, 2008.

GOMES, Jerusa V. Socialização primária: tarefa familiar? **Cad. Pesqu.**, São Paulo, n. 91, p. 54-61, 1994.

GONÇALVES, Rafael S. **A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro**: das origens ao Código de Obras de 1937. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, São Paulo. **Anais**, v.9, n.3, p.1-22, 2006.

Disponível em:

<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/1162/1137>

GURWITSCH, Aron. The Collected Works of Aron Gurwitsch (1901-1973) – Vol. II. **Studies in Phenomenology and Psychology**. New York : Springer, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro : DP&A, 2004.

IANNI, Octavio. A crise dos paradigmas na sociologia – problemas de explicação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Campinas, n. 32, jun./1990.

Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_13/rbcs13_05.htm>

Acesso em: Abril/2013

KARTZ, Jack. **Seductions of Crime: Moral and Sensual Attractions in Doing Evil**. Editora Basic Books, 1988.

KENNEDY, Duncan. Freedom and Constraint in Adjudication: A Critical Phenomenology. **Journal of Legal Education**: Association of American Law Schools, 36 J, p. 518-542, 1986.

KOHLI, Martin. Social Organization and Subjective Construction of the Life Course, 1986. In: MILLER, Robert (Org.). **Biographical Research Methods**, Sage Publications: London, 2005, v. II, p. 39-63.

_____. Biography: Account, Text, Method, 1981. In: MILLER, Robert (Org.). **Biographical Research Methods**, Sage Publications: London, 2005, v. III, p. 59-71.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos: Disposições e Variações Individuais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

LEITE, Márcia P. Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.15, n.44, out./2000.

MACHADO, Maria das Dores C.; BARROS, Myriam Lins de. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(2): 344, maio/ago. 2009.

MATOS, Ralfo. Migração e desconcentração demográfica nas principais áreas de atração populacional de Minas Gerais. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, Minas Gerais **Anais...** 1998, p.713-728.

MEIRELLES, Zilah V.; GOMEZ, Carlos Minayo. Rompendo com a criminalidade: saída de jovens do tráfico de drogas em favelas na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, 14(5), p. 1797-1805, 2009.

MELLO, Sylvia Leser. Família: perspectiva teórica e observação factual, 1993. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.) et al. **A Família Contemporânea em Debate**. 5. ed. São Paulo : Cortez Editora/EDUC, 2003.

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de família: a complexidade e ambiguidade da questão. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4 a 8 de nov. 2002, Ouro Preto. **Resumos...** Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, 2002, p. 1-13.

MERTON, Robert M. **A Ambivalência Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v.8, n.3, p.371-385, set/dez, 2008.

_____. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil – Uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas. Exposição apresentada à Mesa-Redonda: “Violência no Público e no Privado”, no Seminário “Violência ou Participação Social no Rio de Janeiro”, realizado em 17.4.1995 no IUPERJ, Rio de Janeiro, Neuma Aguiar (Coord.) Violência e Participação Política no Rio de Janeiro. In: IUPERJ, Rio de Janeiro, **Série Estudos**, n. 91, p. 23-39, ago.1995.

MONSMA, Karl. Teorias interacionistas e fenomenológicas da violência com aplicações à pesquisa histórica. Capítulo apresentado originalmente na mesa-redonda “As ciências humanas e a violência: abordagens, perspectivas e debates”, **Revista MÉTIS: história & cultura**, v. 6, n. 11, p. 23-37, jan./jun. 2007.

MOTTA, Alda B.; Weller, Wivian. Apresentação: A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 175-184, 2010.

MOTTA, Alda B. Gênero e Geração: de articulação fundante à “mistura indigesta”. In: FERREIRA, Sílvia Lucia; NASCIMENTO, Enilda R. (Orgs.). **Imagens da Mulher na Cultura Contemporânea**. Salvador: NEIM/UFBA, Coleção Bahianas, n. 7, p. 35-50, 2002.

NAIFF, Luciene A. M.; NAIFF, Denis G. M. A favela e seus moradores: culpados ou vítima? Representações sociais em tempos de violência. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, UERJ, ano 5, n. 2, 2.sem., p. 107-119, 2005.

NATANSON, Maurice. Introduction. In: SCHÜTZ, Alfred. **Collected Papers I – The Problem of Social Reality**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1962.

OLIVEIRA, Jane S., SILVA, Denise B. N., LIMA, José Matias e MELO, Dorian L. Notas sobre a Inserção Socioeconômica dos Moradores da Favela. In: ABRAMO, P. (Org.), **A Cidade da Informalidade**. O Desafio das Cidades Latino-Americanas. Rio de Janeiro : Sette Letras/FAPERJ, 2003.

PANDOLFO, Alexandre. Metamorfose e extinção: sobre crime e violência. In: POZZEBON, F.D.; ÁVILA, G. N. (Orgs.). **Crime e interdisciplinariedade**: estudos em homenagem a Ruth M. Chittó Gauer. 1.ed. Porto Alegre : EDIPUCRS, v. 1, 2012, p. 97-110.

PEREIRA, Lígia M. L. Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial. **Revista Anál. & Conj.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 109-127, 1991.

PIMENTA, Carlos Alberto M. Dimensões socioculturais da violência: contemporaneidade e relações sociais. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 14(1), p. 7-24, jan./jun.2008.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. *Tempo Social*, **Revista Sociol.** USP, São Paulo, 9(1), p. 43-52, maio/1997.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia. A desigualdade entre os pobres – favela, favelas. In: HENRIQUES, R. (Org.) **Desigualdades e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999, p. 459-485.

RIBEIRO, Luiz Cesar Q.; LAGO, Luciana C. Oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 15(1), p. 144-154, 2001.

_____; JUNIOR, Orlando A. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. **Revista Eure**, v. XXIX, n.88, p.79-95, Santiago do Chile, dez./2003.

ROCHA, Rosamaria L. M. Uma cultura da violência na cidade? – Ruptura, estetizações e reordenações. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo,13(3), p.85-94, 1999.

ROSENBERG, Alexander. **Philosophy of Social Science**. Boulder: Westview Press, 1988.

ROSENTHAL, Gabriele. **Reconstruction of life stories**. In: JOSSELSOON, Ruthellen; LIEBLICH, Amia (Orgs.). The narrative study of lives - vol I. Sage Publications: London. 1993, p. 59-91.

_____. Biographical Research. SEALE, C.; GOBO, G.; GUBRIUM, J. F.; SILVERMAN, D. (Eds.) **Qualitative Research Practice**. London : Sage, 2004.

_____. **The Narrated Life Story: On the Interrelation Between Experience, Memory and Narration**. In: MILNES, Kate; HORROCKS, Christine; KELLY, Nancy; ROBERTS, Brian; ROBINSON, David (orgs.). Narrative, Memory Knowledge: Representations, Aesthetics, Contexts. University of Huddersfield : Huddersfield, 2006, p. 1-16.

_____. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. 2013. No prelo.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 15, p.115-136, 2001.

SANTOS, Hermílio; LÓPEZ, Daniela; DREHER, Jochen. Apresentação. Subjetividade e mundo da vida. **Revista Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 379-383, set./dez. 2011.

_____. Ação e relevância em narrativas de adolescentes autoras de atos infracionais. **Revista Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 489-512, jul./dez. 2012.

SANTOS, Hermílio. Interpretações da vida cotidiana – Aproximações à análise do mundo da vida. **Revista Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 103-117, jan/abr, 2009.

SARTI, Cynthia A. A família como ordem moral. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 91, p. 46-53, nov. 1994.

_____. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: FAPESP, 1996.

SCHÜTZ, Alfred. **Collected Papers I – The Problem of Social Reality**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1962.

_____. **The Phenomenology of the Social World**. London: Heinemann Educational Books, 1967.

_____. **Alfred Schütz, Fenomenologia e relações sociais** (textos escolhidos de Alfred Schütz). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. **Collected Papers V. Phenomenology and the Social Sciences**. Springer, 2011.

_____; LUCKMANN, Thomas. **The Structures of the Life-World**. V. 1, Evanston : Northwestern University Press, 1973.

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa, 1983. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Org.). **Metodologia da Pesquisa Qualitativa em Educação, Teoria e Prática**. Editora Vozes: Petrópolis, 2010. p. 210-222.

SHINN, Terry. Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e matriz de entrelaçamento. **Scientle Studia**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 43-81, 2008.

SIMMEL, Georg. **Questões Fundamentais da Sociologia – Indivíduo e Sociedade**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2006.

SILVA, Luiz Antonio M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun.2004.

_____; LEITE, Márcia P. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p.545-591, set./dez. 2007.

SORJ, Bila. **Sociologia e trabalho**: mutações, encontros e desencontros. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), São Paulo, v. 15, n. 43, jun./2000.

SRUBAR, Ilja. On the origin of “phenomenological” sociology. **Human Studies**, v. 7, p. 163-189, 1984.

TAVARES DOS SANTOS, Vicente. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, jan./mar.2004.

_____. Novos processos sociais globais e violência. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 13(3), p. 3-17, 1999.

TIMM DE SOUZA, Ricardo. A dignidade humana desde uma antropologia dos intervalos – uma síntese. **Revista Veritas**, Porto Alegre, v. 53, n. 2, p.120-149, abr./jun.2008.

TOURAINÉ, Alain. **O Retorno do Actor** – Ensaios sobre Sociologia. Lisboa : Instituto Piaget, 1984.

VELHO, Gilberto. Ciências Sociais e Biografia Individual. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 38, jul-dez, 2006.

WAGNER, Helmut R. Introdução: A abordagem fenomenológica da sociologia. In: _____. (Org.). **Alfred Schütz, Fenomenologia e relações sociais** (textos escolhidos de Alfred Schütz). Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1979.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade** – Vol. I. Brasília : UnB, 2009.

WOORTMANN, K. **A Família das Mulheres**. Rio de Janeiro : Edições Tempo Brasileiro, 1987.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13(3), 1999c.

_____. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, fev.1997.

_____. Oito temas para debate: Violência e segurança pública. **Revista Sociologia, Problemas e Prática**, n. 38, p. 19-24, 2002.

_____; NORONHA, José. C.; ALBUQUERQUE, Ceres. Violência: Pobreza ou Fraqueza Institucional? **Cad. de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10 (supl.1): p. 213-217, 1994.

_____. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, 21(61), p. 31-49, 2007a.

_____; BARCELLOS, Christovam. Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, p. 17-31, fev. 2013.

_____. Mulher de Bandido: crônica de uma cidade menos musical. **Estudos Feministas**, Dossiê, n. 1, p. 135-142, 1993.

ANEXO A - Códigos de Transcrição⁴⁵

Código	Significado
,	Pausa inferior a um segundo.
(2)	O número entre parênteses expressa o tempo de duração de uma pausa (em segundos).
?	Forte aumento da entonação da voz
Exemp-	Palavra pronunciada pela metade
Exe:::mplo	Pronúncia da palavra foi esticada (a quantidade de ::: equivale ao tempo da pronúncia)
Assim=assim	Palavras pronunciadas de forma emendada
<u>Exemplo</u>	Palavra pronunciada enfaticamente
,exemplo'	Palavras ou frase pronunciada em voz baixa
Exemplo (em negrito)	Palavras ou frase pronunciada em voz alta
(exemplo)	Palavras cuja compreensão não está totalmente clara são colocadas entre parênteses
()	Parênteses vazios expressam a omissão de uma palavra ou frase que não foi compreendida (o tamanho do espaço vazio entre parênteses varia de acordo com o tamanho da palavra ou frase).
@exemplo@	Palavras ou frases pronunciadas entre risos
@(2)@	Número entre sinais de arroba expressa a duração dos risos.
((bocejo))	Expressões não-verbais ou comentários sobre acontecimentos externos. Ex. ((pessoa entra na sala)).

⁴⁵ Adaptado de ROSENTHAL, Gabriele: Interpretative Sozialforschung. Eine Einführung. Weinheim/München: Juventa, 2005 e de WELLER, Wivian: A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 260-300.

//hm//	Utilizado para indicar mudança de falante, mesmo que seja por breves momentos, como em feedback (“ah”, “oh”, “Huhum”, “Aham”) ou risos do entrevistador (//(2)@//)
---------------	--